

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**“URBANIZAÇÃO SIM, REMOÇÃO NÃO”.**

A ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS DO ESTADO DA  
GUANABARA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970.

JULIANA OAKIM BANDEIRA DE MELLO

NITERÓI

2014

**“URBANIZAÇÃO SIM, REMOÇÃO NÃO”.**

A ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS DO ESTADO DA  
GUANABARA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970.

JULIANA OAKIM BANDEIRA DE MELLO

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal Fluminense,  
como requisito parcial para obtenção  
do título de Mestre em História.

ORIENTADOR: PROF. DR. CEZAR TEIXEIRA HONORATO

NITERÓI

2014

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

- O11 Oakim, Juliana.  
"Urbanização sim, remoção não". A atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970 / Juliana Oakim. – 2014.  
211 f. ; il.  
Orientador: Cezar Teixeira Honorato.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014.  
Bibliografia: f. 188-199.
1. Rio de Janeiro (RJ). 2. Favela. 3. Remoção de favela. I. Honorato, Cezar Teixeira. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 307.3364

**“URBANIZAÇÃO SIM, REMOÇÃO NÃO”.**

A ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS DO ESTADO DA  
GUANABARA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970.

JULIANA OAKIM BANDEIRA DE MELLO

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal Fluminense,  
como requisito parcial para obtenção  
do título de Mestre em História.

Aprovado em

de 2014.

BANCA EXAMINADORA

---

PROF. DR. CEZAR TEIXEIRA HONORATO

UFF

---

PROF<sup>A</sup>. DR<sup>A</sup>. ADRIANA FACINA GURGEL DO AMARAL

UFRJ

---

PROF<sup>A</sup>. DR<sup>A</sup>. LETICIA DE LUNA FREIRE

UFF

## RESUMO

Em 1962, o Rio de Janeiro (então Estado da Guanabara) foi palco de uma mudança radical na política urbana para as favelas. De uma prática clientelista das décadas anteriores que tolerava sua presença sem a integrar efetivamente na cidade, iniciou-se um período no qual o eixo central da intervenção estatal nas favelas passou a ser a erradicação e o deslocamento (forçado) de seus moradores para conjuntos habitacionais localizados em subúrbios distantes.

Os moradores das favelas guanabarinas não assistiram passivos a preparação do cenário para o espetáculo remocionista. Ao contrário. Diante da necessidade de se organizar politicamente para resistir à anunciada política, em 12 de junho de 1963, fundam uma sociedade civil, a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG).

Constituída por moradores de favelas, a FAFEG atuou ativamente em defesa da urbanização. Esta dissertação aborda a trajetória desta Federação desde sua fundação até o final da década de 1970, quando se encerra o programa de remoções de favelas.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro – FAFEG – favelas – remoção

## ABSTRACT

In 1962, Rio de Janeiro (State of Guanabara then) was the stage of a radical urban policy change focused on the slums. During the previous decades, a patronage system was implemented, tolerating the slums' existence without effectively integrating them with the rest of the city. However, in the 1960's a period of state intervention to eradicate the slums and evict its inhabitants - forcing them to move to distant suburbs - started.

The inhabitants of the Guanabara's slums did not watch passively though. Facing the need to politically organize their resistance against the State's announced policy, on June 12th, 1963, they founded the civil society *Federação das Associações de Favelas da Guanabara*, FAFEG (Federation of the Associations of the Guanabara Slums).

Formed by slums' dwellers, FAFEG actively acted in defense of urbanization. This thesis discusses the history of this Federation from its founding in 1963 until late 1970's, when the slums eradication program ended.

**Keywords:** Rio de Janeiro – FAFEG – slums - eradication

## **Agradecimentos**

Nestes dois anos aprendi, na prática, que uma pesquisa não se faz sozinha. Ao contrário. A generosidade daqueles com que lidei neste período foi fundamental para a concretização desta dissertação. Neste sentido, todos os que eu aqui mencionar (e os que eu esquecer, é claro) cruzaram comigo e ajudaram ativamente, da maneira que puderam, na realização deste trabalho.

Um obrigado especial ao meu orientador Cezar Honorato. Se nossa afinidade já era evidente no curso de história do Rio de Janeiro, mostrou-se ainda maior durante a fase de orientação. Desde suas dicas de leitura às conversas que me ajudaram a compreender as fontes que consultava, as oportunidades de praticar o falar em público e o mostrar-se disponível ainda que fosse somente para me tranquilizar; só tenho a agradecer sua generosidade para comigo. Muito obrigada!

Outro agradecimento especial à Adriana Facina que com muito carinho me recebeu no mestrado quando eu, de paraquedas, pousei no PPGH. Estendo o agradecimento também à sua generosidade em continuar a me auxiliar mesmo depois de saído do programa, assim como de participar da minha banca.

Meu muito obrigada também à Leticia de Luna Freire por participar da banca, pelas dicas de leitura e pela tarde enriquecedora no LeMetro/UFRJ. Aproveito para estender o agradecimento ao professor Marco Antônio da Silva Mello pelo tanto que aprendi naquela tarde.

Um obrigado carinhoso a Lia de Mattos Rocha que, depois de me aturar como aluna na especialização ainda me aceitou como ouvinte. Seu curso, novamente, foi muito importante, não somente pelos debates e leituras indispensáveis, mas também pelas inúmeras risadas em sala de aula.

Agradeço também a professora Adriana Patricia Ronco da UNISUAM por ter me recebido com carinho e, com muita generosidade, dividir comigo a documentação que tinha em mãos sobre a FAFEG. Aproveito para estender o agradecimento ao professor Leonardo Santana da Silva e à aluna Telma Marcia Dinda, também da UNISUAM.

Meu muito obrigada ao saudoso Pedro Castro que com muito carinho me recebeu e fez uma leitura atenciosa da pesquisa quando ela ainda era um projeto.

Um obrigado com muito carinho ao meu querido professor Antonio Edmilson Martins Rodrigues, que sempre me apoia e me incentiva.

Agradeço aos funcionários das instituições de pesquisa que frequentei, em especial àqueles da Biblioteca e Arquivo Nacional, que sempre me receberam muito bem.

Pela enriquecedora troca de ideias tenho muitos a agradecer.

Marcia Niskier obrigada pelo carinho, pelas muitas (e quantas!) horas de conversa, recomendações de leitura e revisão do texto.

Juliano Tomich, obrigada pela leitura cuidadosa e pela correção dos erros de português.

Patrícia Oakim, obrigada pela tradução para o inglês.

Marco Pestana, obrigada pelos debates e pela proposta de parceria.

Fernando Fernandes de Mello, obrigada pelo carinho e por participar da banca.

Aos amigos do mestrado Ana Helena, André, Felipe, Gabriel, Marco Aurélio, Moisés e Rabello, obrigada pela troca de ideias e pelas fogueiras.

Aos amigos da vida Angélica, Carlos, Celeste, Dulce, Eduardo, Eliana, Luiz Paulo, Marina, Mário, Rodrigo e Sonia, obrigada pela atenção, carinho e interesse no trabalho.

Jeanice, Henrique e Paula, obrigada pelo carinho e pelos ouvidos.

Baiano, obrigada pelas praias de domingo e pelas recomendações de leituras aleatórias.

Finalmente, a família. Alexandre, Marcos, Patricia e Sandra, obrigada pelo carinho e apoio.

Frida, obrigada por estar sempre a meu lado enquanto escrevi.

Vlad, simplesmente, obrigada.

## LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ACO	Ação Católica Operária
AI	Ato Institucional
AN	Arquivo Nacional
AP	Ação Popular
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNH	Banco Nacional de Habitação
CCFEG	Cooperativa de Capital dos Favelados do Estado da Guanabara
CEDAG	Empresa de Águas do Estado da Guanabara
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEPE	Comissão Executiva de Política Habitacional
CHISAM	Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio
CIA	Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)
CIEX	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CODESCO	Companhia de Desenvolvimento de Comunidades
CODI	Centro de Operação e Defesa Interna
COHAB	Companhia de Habitação Popular
CTF	Coalização dos Trabalhadores Favelados
CUFA	Central Única das Favelas
DOI	Departamento de Operações e Informações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FAFEG	Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara
FAFERJ	Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
FAMERJ	Federação das Associações de Moradores e Entidades Afins do Rio de Janeiro
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GB	Guanabara

IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPEME	Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPL	Movimento Popular de Libertação
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PL	Partido Libertador
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUB-Rio	Plano Urbanístico Básico do Rio de Janeiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RA	Região Administrativa
SAGMACS	Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SERFHA	Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas
SNI	Serviço Nacional de Informações
UDN	União Democrática Nacional
UEG	Universidade do Estado da Guanabara
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNISUAM	Centro Universitário Augusto Motta
USAID	United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
UTF	União dos Trabalhadores Favelados

# ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1. Antecedentes históricos	13
1.1. As primeiras décadas.	13
1.2. A atuação de Arthur Rios.	20
Capítulo 2. A fundação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara.	31
2.1. As primeiras remoções de Lacerda.	42
2.2. O Congresso de 1964.	49
2.3. A remoção do Esqueleto e a prisão de Etevaldo Justino de Oliveira.	56
Capítulo 3. As esquerdas na Federação.	77
3.1. Uma calmaria nas remoções?	80
3.2. Uma nova investida remocionista.	96
3.3. O Congresso de 1968.	104
3.4. A remoção das favelas da Lagoa e a prisão dos dirigentes da Federação.	116
Capítulo 4. Uma nova estratégia de luta.	142
4.1. As remoções da década de 1970.	147
4.2. O Congresso de 1972.	154
4.3. O esvaziamento do programa de remoções.	159
4.4. A aproximação com o chaguismo.	162
4.5. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio e a transformação em FAFERJ	168
4.6. As esquerdas retornam à Federação	173
Conclusão	182
Referências bibliográficas	187
Anexo 1 – Mapa das remoções, urbanizações e conjuntos habitacionais.	199

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Linha do tempo com as três fases da Federação. _____	12
Figura 2 – Logomarca da Operação Mutirão (Correio da Manhã, 25/03/1962). _____	23
Figura 3 - Mapa de localização das entidades <i>filiais fundadoras</i> da FAFEG (Base: Google Earth). _____	34
Figura 4 - A Favela do Pasmado em 1960 (Relatório SAGMACS, 15/04/1960, p. 47). ____	43
Figura 5 – Moradores do Pasmado carregando seus pertences durante a remoção (Correio da Manhã, 18/01/1964). _____	45
Figura 6 – Sandra Cavalcanti fugindo da Favela da Praia do Pinto (Correio da Manhã, 24/03/1964). _____	48
Figura 7 - Propaganda do I Congresso da FAFEG (In: Gonçalves, 2013. p. 406). _____	52
Figura 8 – A Favela do Esqueleto (Jornal do Brasil, 18/10/1964). _____	57
Figura 9 – O interior da Favela do Esqueleto (Correio da Manhã, 29/06/1965). _____	57
Figura 10 – Assembleia realizada no Esqueleto (Correio da Manhã, 28/11/1964). _____	58
Figura 11 – Assembleia realizada no Esqueleto (Diário Carioca, 31/10/1964). _____	58
Figura 12 – Dona Anoelina, esposa de Etevaldo (Correio da Manhã, 11/12/1964). _____	60
Figura 13 – Moradores de Brás de Pina acampados em frente ao Palácio da Guanabara (Correio da Manhã, 20/11/1964). _____	66
Figura 14 – Moradores de Brás de Pina deixando o Palácio da Guanabara, após dois dias de espera (Correio da Manhã, 21/11/1964). _____	66
Figura 15 – Moradores de Brás de Pina em manifestação em frente ao Palácio da Guanabara (Correio da Manhã, 04/12/1964). _____	67
Figura 16 – Etevaldo Justino de Oliveira entregando o título <i>Cidadão Favelado</i> a Padre Artola (Diário de Notícias, 24/01/1965). _____	72
Figura 17 e Figura 18 – Moradores na assembleia da FAFEG no Morro do Catumbi (Correio da Manhã, 30/01/1966). _____	88
Figura 19 – Policiais cercando a favela de Vigário Geral (Correio da Manhã, 27/05/1966). _____	90

Figura 20 – Desabrigados ao final do despejo (Correio da Manhã, 27/05/1966).	90
Figura 21 - Irineu Guimarães no Congresso de 1968 como delegado da Associação de Moradores do Jacarezinho (In: Santos, 2009, p. 116).	108
Figura 22 – Vicente Mariano, Abdias dos Santos e desconhecido no Congresso de 1968 (Monteiro, 2003).	110
Figura 23 - Integrantes da chapa <i>União das Favelas</i> (Jornal O Dia, 22-23/12/1968).	116
Figura 24 - Ilha das Dragas em janeiro de 1969 (Acervo Fotográfico do Correio da Manhã).	119
Figura 25 - Remoção da Ilha das Dragas em fevereiro de 1969 (Acervo Fotográfico do Correio da Manhã).	119
Figura 26 – Carteira de filiação à Confederação Espírita Umbandista de Carlos dos Santos de Jesus (Acervo Fotográfico do Correio da Manhã).	120
Figura 27 – A remoção da Ilha das Dragas (Correio da Manhã, 22/02/1969).	124
Figura 28 - Moradores da Praia do Pinto diante das chamas (Correio da Manhã, 11/05/1969).	134
Figura 29 – Desabrigados da Praia do Pinto (Correio da Manhã, 18/05/1969).	134
Figura 30 e Figura 31 – Incêndio da favela da Praia do Pinto (Jornal O Dia, 11-12/05/1969).	135
Figura 32 e Figura 33 – Incêndio da favela da Praia do Pinto (Jornal O Dia, 11-12/05/1969).	135
Figura 34 – Morador da Praia do Pinto diante das chamas (Correio da Manhã, 11/05/1969).	135
Figura 35 – Casas destruídas pelo incêndio (Correio da Manhã, 14/05/1969).	135
Figura 36 – Anúncio da venda dos terrenos da Praia do Pinto (Correio da Manhã, 26/06/1970).	136
Figura 37 – Anúncio do concurso literário promovido por Etevaldo Justino de Oliveira (Diário de Notícias, 12/02/1970).	144

Figura 38 e 39– As concorrentes do concurso As dez mais elegantes das favelas guanabarinas (Diário de Notícias, 16/11/1972 e Acervo Fotográfico do Correio da Manhã, respectivamente). _____	146
Figura 40 - Candidatas ao concurso "As dez mais elegantes das Favelas" em dezembro de 1972. Da direita para a esquerda: Rozilda Gonçalves, Maria do Amparo e Elizabetty Prima Lessa (Acervo Fotográfico do Correio da Manhã). _____	146
Figura 41 - Remoção do Parque Proletário da Gávea (Correio da Manhã, 11/01/1970). __	147
Figura 42 e Figura 43 – A Favela da Catacumba em abril de 1970 (Correio da Manhã, 14/04/1970). _____	148
Figura 44 - Remoção da Fazenda Botafogo (Correio da Manhã, 18/08/1970). _____	148
Figura 45 – Mapa das remoções de favelas no governo Carlos Lacerda (Base: Google Earth). _____	150
Figura 46 – Mapa das remoções de favelas no governo Negrão de Lima (Base: Google Earth). _____	150
Figura 45 – Etevaldo Justino de Oliveira dá entrevista durante o III Congresso (Diário de Notícias, 04/11/1972). _____	154
Figura 46 – Reunião no III Congresso (Acervo Fotografico do Correio da Manhã). _____	157
Figura 47 - Reunião do III Congresso em dezembro de 1972 (Acervo Fotografico do Correio da Manhã). _____	157
Figura 48 - Mapa das filiadas fundadoras da FAFEG em 1963 – Base: Google Earth. _____	200
Figura 49 - Mapa das intervenções em favelas no Estado da Guanabara (1960-1975) – Base: Google Earth. _____	201
Figura 50 - Mapa das intervenções em favelas no governo Lacerda (1961-1965) – Base: Google Earth. _____	202
Figura 51 - Mapa das intervenções em favelas no governo Negrão de Lima (1966-1970) – Base: Google Earth. _____	203
Figura 52 - Mapa das intervenções em favelas no governo Ghagas Freitas (1971-1975) – Base: Google Earth. _____	204

## INTRODUÇÃO

Em 12 de junho de 1963, foi fundada a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara. Criada em um momento em que as investidas conservadoras iniciaram intenso programa de remoções, a FAFEG foi uma importante frente de articulação coletiva de reivindicação que representou os interesses da população das favelas. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi investigar como a FAFEG se inseriu nesse momento da história brasileira, como a luta dos moradores de favelas se expressou em um contexto de regime militar e dura repressão, que espaço esses atores, que não tinham grande autonomia na cidade, utilizaram para se defender das políticas de remoção e em que medida a atuação da FAFEG foi importante para a permanência das favelas no Rio de Janeiro. Ao longo destes dois anos de pesquisa, acredito ter conseguido reconstruir a trajetória da FAFEG nas décadas de 1960 e 1970, estabelecendo ligações entre sua atuação e as diferentes fases de um período crítico tanto para a história da Guanabara quanto para a história brasileira.

A grande dificuldade desta pesquisa foi a indisponibilidade de fontes institucionais da Federação. Esta dificuldade, que já era prevista desde a elaboração do projeto de pesquisa, mostrou-se um pouco mais intensa.

A FAFERJ não guardou sua memória institucional. Segundo pude constatar, a documentação, em geral, foi tratada como acervo privado e, portanto levada pelas diferentes diretorias ao final de suas gestões. Houve ainda casos de roubos na sede da Federação, além da possibilidade de que os documentos tenham sido destruídos para evitar que militantes fossem incriminados em um momento de repressão política.

Prevista no projeto de pesquisa, a consulta à coleção de recortes de jornais sobre a FAFEG publicados de 1963 a 1970 pertencente ao acervo do Arquivo Nacional (AN) também se mostrou improdutiva. Tratavam-se, apenas, de oito recortes de jornais selecionados de maneira aleatória.

Outra abordagem que propus realizar no projeto de pesquisa mostrou-se inviável. Os dois dirigentes da Federação, vivos no momento de apresentação do projeto, faleceram em 2012. Contudo, outras entrevistas e conversas se mostraram produtivas.

Em um encontro com Rossino de Castro Diniz, presidente atual da FAFERJ, em maio de 2013, consegui o contato de uma historiadora da UNISUAM responsável pela elaboração

de um livro em comemoração aos 50 anos da Federação. Em junho de 2013, fui recebida naquela Universidade pela professora Adriana Patricia Ronco.<sup>1</sup> Conversamos bastante sobre a escassez de fontes primárias e suas possíveis causas. Adriana acredita que tal fato tenha relação com disputas e divergências no interior da Federação. Na ocasião, Adriana me forneceu três importantes documentos: a relação de associações de moradores filiadas à FAFEG no momento de sua fundação, a relação dos membros da primeira diretoria eleita e o estatuto da Federação, aprovado em agosto de 1963. Tais documentos, por pertencerem ao Cartório Civil de Registro de Pessoas Jurídicas, foram preservados.

Também em junho de 2013, fui recebida por Eladir Fátima Nascimento dos Santos. Eladir foi advogada e militante da FAFERJ desde 1978 até meados da década de 2000 e, apesar de não ter vivido a luta contra as remoções das décadas de 1960 e 1970, conheceu alguns personagens dos quais trato na pesquisa e viveu a mobilização em torno da *reconstrução* da FAFERJ. A conversa com Eladir foi deveras importante: compreendi melhor a aproximação da Federação com o chaguismo e algumas posições políticas de seus militantes.

Outro caminho que se mostrava promissor era a consulta aos arquivos da polícia política. Infelizmente, não foi possível consultar o acervo do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). O pedido dos documentos foi feito em setembro de 2013, mas, até a finalização desta dissertação, ainda não havia sido processado em função da precariedade das condições de trabalho. Contudo, acredito que haja, sim, documentação sobre alguns militantes da FAFEG no acervo do DOPS – pelo menos de Etevaldo Justino de Oliveira, Abdias dos Santos e José Maria Galdeano, visto que foram presos e responderam a inquéritos.<sup>2</sup>

Surpresa oposta foi o retorno ao Arquivo Nacional. Em 2012, quando realizei a frustrante consulta à coleção FAFEG, identifiquei na base do projeto *Memórias Reveladas* um documento que tratava de movimento de favelas. Ao retornar ao AN para consultar o dito documento, fui apresentada ao acervo *Órgãos de Informação do Regime Militar*, formado principalmente por documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI). O acervo está ainda em organização, mas sua consulta me foi permitida.

---

<sup>1</sup> Também participaram do encontro o professor Leonardo Santana da Silva e a aluna Telma Marcia Dinda. Ambos fazem parte do grupo de pesquisa que está escrevendo o livro em comemoração aos 50 anos da FAFERJ.

<sup>2</sup> Mais um indício de que haja no APERJ documentação referente à FAFEG é o fato de Gonçalves (2013) ter encontrado neste arquivo um folheto de propaganda do I Congresso da Federação, reproduzido no Capítulo 2.

O SNI foi criado em 13 de junho de 1964 a fim de coordenar por todo o país as atividades de informação e contrainformação. Seguindo a lógica da Doutrina de Segurança Nacional, o SNI reprimiu violentamente os movimentos sociais e investigou e vigiou milhares de indivíduos e entidades por todo o Brasil – logo nos primeiros meses de 1964, chegaram a ser presas cerca de 50 mil pessoas nas operações *Arrastão* e *Pente Fino!*<sup>3</sup>

A partir das investigações do SNI foi montado todo o aparelho repressivo do regime militar. A ele eram subordinados outros órgãos de repressão como o CIEX, Centro de Informações do Exército (criado no governo Costa e Silva); o CENIMAR, Centro de Informações da Marinha (existente desde 1955) e o CISA, Centro de Informações da Aeronáutica (montado no governo Médici). Também eram subordinados ao SNI as polícias federal e estadual e o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Ademais, em janeiro de 1970 foram criados os DOI (Departamento de Operações e Informações) e os CODI (Centro de Operação e Defesa Interna).<sup>4</sup>

Consultei, do fundo arquivístico *Órgãos de Informação do Regime Militar*, as séries Agência Rio de Janeiro e Agência Geral, ambas do SNI. O acervo é riquíssimo. E permite o sistema de busca eletrônico por conteúdo. Como ainda está sendo organizado, são duas bases de pesquisa disponíveis: o *Dspace* e a *Sala Virtual*. Testei em ambos os mecanismos de busca os nomes de militantes mais atuantes da FAFEG, além das palavras-chave: ‘FAFEG’, ‘FAFERJ’, ‘congresso + favelas’ e ‘federação + favelas + Guanabara’.<sup>5</sup> Ademais, na série *Comissão especial de Inquérito Policial Militar*, testei também a palavra-chave ‘favela’. Alguns resultados, como ‘congresso + favelas’, ou somente ‘favelas’, geraram muitos resultados diferentes, que não tinham qualquer correspondência com a pesquisa. Contudo, a

---

<sup>3</sup> Tais prisões eram feitas por meio dos Inquéritos Policiais Militares (IPM), mecanismos legais previstos no Ato Institucional 1.

A *Operação Limpeza*, autorizada pelo AI-1 valeu-se dos IPMs para neutralizar qualquer cidadão que pretendesse opor-se organizadamente às políticas em aplicação (Alves, 2005, p. 95).

<sup>4</sup> É interessante destacar que o SNI não era uma polícia secreta, nem possuía órgãos de propaganda. Era, em realidade, um poder político quase tão importante quanto o Executivo – basta observar que dois chefes do SNI, Médici e Figueiredo, se tornaram, posteriormente, chefes do Executivo (Alves, 2005).

<sup>5</sup> Em ordem alfabética, os nomes buscados são: Abdias José dos Santos, Amaro Júlio Martins, Carlos dos Santos Jesus, Etevaldo Justino de Oliveira, Francisco Vicente de Souza, Irineu Guimarães, João José Marcolino, Jonas Rodrigues da Silva, José Maria Galdeano, Lúcio de Paula Bispo, Sebastião Alfredo dos Santos, Tupan Bento Ribeiro e Vicente Ferreira Mariano.

Apesar de não pertencentes à FAFEG, pesquisei também os nomes dos moradores da Ilha das Dragas presos durante a remoção: Laureano Marins e João Ribeiro de Almeida - além do advogado da Federação, Nicanor Rios, também preso em 1969.

busca ‘*federação + favela + Guanabara*’ gerou resultados interessantes, usados ao longo do texto desta dissertação.

Por fim, ao final do prazo para a defesa desta dissertação, encontrei, no sítio eletrônico do projeto *Brasil Nunca Mais*, documentos referentes à FAFEG (recortes de panfletos e cópia de uma carta da Federação). Feliz com a descoberta, reutilizei no mecanismo de busca do projeto as mesmas chaves de busca que havia utilizado no Arquivo Nacional. Minha grande recompensa foi encontrar o Inquérito Policial Militar (IPM) respondido por Abdias José dos Santos, militante da FAFEG preso poucos dias antes do incêndio da Praia do Pinto.

No entanto, apesar da consulta ao acervo da repressão, as principais fontes primárias utilizadas nesta pesquisa foram reportagens de jornal. Para tal, foi fundamental a consulta à Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (<http://hemerotecadigital.bn.br>). Foram pesquisados, no período compreendido entre os anos 1960 e 1975, os seguintes jornais: A Noite, Correio da Manhã, Diário Carioca, Diário da Noite, Diário de Notícias, Jornal do Brasil, Opinião e Última Hora.

Visto que a Hemeroteca permite que se façam buscas no conteúdo destes jornais, utilizei, inicialmente, *FAFEG* como palavra-chave. Uma vez que o Correio da Manhã foi o jornal que apresentou maior número de resultados para a pesquisa, optei por, neste periódico, ampliar a pesquisa, incluindo as seguintes chaves de busca: ‘*Federação + favelas*’, ‘*associação + favelas*’, ‘*Arthur Rios*’ e ‘*favelados*’.

A pesquisa por ‘*Arthur Rios*’ pretendeu investigar a relação do sociólogo com a criação da FAFEG – hipótese já descartada. Já a pesquisa ‘*favelados*’ almejou compreender os movimentos de moradores de favelas na época. Esta pesquisa foi muito importante, pois permitiu a análise das políticas para as favelas que foram implementadas no período estudado e o porquê da resposta da Federação a estas diferentes políticas.

Há ainda casos nos quais a mobilização é creditada a ‘*favelados*’, ainda que tenha sido realizada pela FAFEG. Exemplo disso é o caso da oposição à remoção da Ilha das Dragas e Praia do Pinto pela CHISAM em 1969. As reportagens encontradas não mencionam a Federação, ainda que Vicente Ferreira Mariano, presidente à época, e outras três lideranças tenham sido presas pelo DOPS por terem mobilizado a população a resistir à remoção. Outro exemplo só encontrado com a pesquisa pela palavra ‘*favelados*’ foram os três Congressos organizados pela FAFEG.

Também ampliei, no Jornal do Brasil, por ser um importante veículo da cidade, a pesquisa com os seguintes itens: ‘*Federação + favelas*’, ‘*associação + favelas*’ e ‘*líder favelado*’. E, em todos os jornais disponíveis, busquei pelos nomes das principais lideranças da Federação (os mesmos mencionados há pouco).

Por fim, ao final de 2013, o jornal O Globo disponibilizou eletronicamente seu acervo. Optei por realizar a busca somente pela palavra FAFEG.

Por tomar a produção jornalística como fonte principal da realização desta pesquisa, fez-se necessária uma reflexão acerca da posição ocupada por cada uma destas publicações no campo político brasileiro, principalmente em um momento em que os jornais ainda eram a principal fonte de comunicação. Ademais, é importante ter em mente que a imprensa jornalística atua na forma de um partido, no sentido gramsciano do termo. Em outras palavras, como um dos sujeitos coletivos organizados que disputavam a construção de uma hegemonia na sociedade brasileira.<sup>6</sup>

Em função dos resultados encontrados, as principais fontes documentais desta pesquisa foram o Jornal do Brasil e o Correio da Manhã.

Fundado em 1901, o Correio da Manhã chegou às mãos da família Bittencourt em 1929, vendido por Assis Chateaubriand, seu proprietário desde 1925. De tradição liberal, em diferentes momentos, posicionou-se em defesa da legalidade institucional e das causas do povo.<sup>7</sup> Ainda que eventualmente defensor de Jango (como na defesa de sua posse em 1961), o jornal mantinha, na década de 1960, uma postura oposicionista ao governo federal. Em 1964, o Correio da Manhã apoiou a deposição de Goulart – posição que mudou em seguida, tornando-se um dos principais veículos de imprensa de oposição ao regime militar. A partir desta decisão, o jornal passou a sofrer represálias do governo militar: retirada de anúncios e patrocínios oficiais, ou ainda, recolhimento de edições e censura.

A partir de 1969, o jornal, em meio a dívidas, foi arrendado para um grupo de empreiteiros. Em 1974, a família Bittencourt retoma o controle do jornal, mas não consegue reestruturá-lo. A última edição do Correio da Manhã foi publicada em 8 de julho de 1974 e sua falência decretada em 1975.

---

<sup>6</sup> Cf. Gramsci, 2001.

<sup>7</sup> Cf. Amoroso, 2006, p. 50.

A crise que culminou no fechamento do Correio da Manhã não foi exclusiva deste jornal: a década de 1970 assistiu ao fechamento de diversos periódicos. No caso do Correio, a falência foi consequência de ingerências de natureza política e desmandos administrativos, somados à mudança do cenário político, econômico e midiático.<sup>8</sup>

Ainda sobre este periódico, cabe acrescentar que, em 1963, o Correio da Manhã implementou mudanças administrativas, em reação ao crescimento de outros periódicos, principalmente o Jornal do Brasil. Dentre as inovações, destaca-se a valorização da fotografia nas reportagens – muitas utilizadas nesta dissertação.

Ademais, o Correio da Manhã concede em suas páginas, em função de seu projeto de defesa das causas do povo, espaço aos aspectos políticos e sociais das favelas cariocas – uma das razões de ser o periódico em que a FAFEG teve maior espaço. Além de reportagens sobre as atividades da Federação, nas suas páginas, o Correio da Manhã abria espaço para moradores de favelas expressarem-se acerca do programa de remoções. Sem dúvida, esta foi a principal fonte documental desta pesquisa.

Contudo, não se pode esquecer que, ainda que de oposição à ditadura militar e apoiador das causas sociais, o Correio da Manhã era um órgão representativo de uma elite conservadora, o que reflete uma posição em relação às favelas que pode parecer, a um olhar apressado, contraditória: ao mesmo tempo em que abre espaço para os militantes da FAFEG criticarem o governo estadual e federal, reproduz-se discursos que reforçam o estigma sobre as favelas cariocas (os mesmos que legitimam o programa de remoções).<sup>9</sup>

Comportamento semelhante teve o Jornal do Brasil, fundado em 1891 e cuja consulta também foi importante à pesquisa. O Jornal do Brasil foi o periódico carioca que liderou todo um processo de modernização dos jornais da cidade. A questão central desta mudança, iniciada na década de 1950, dizia respeito à valorização da objetividade: por meio da atribuição de uma aura de neutralidade às notícias veiculadas, o campo jornalístico se autonomizava do campo literário.<sup>10</sup>

Na década de 1960, com o golpe militar, este processo de transformação se consolidou: os jornalistas idealizam sua profissão e seu papel na sociedade, principalmente no

---

<sup>8</sup> Cf. Barbosa, 2007.

<sup>9</sup> No Capítulo 2, quando discorro acerca do uso da palavra *favelado* e do sentido negativo que possui na cidade, a aparente contradição do Correio da Manhã é evidente.

<sup>10</sup> Cf. Barbosa, 2007.

que diz respeito ao enfrentamento da censura, atribuindo a si mesmos o papel de intermediários entre um público sem voz e a sociedade política. Com a censura sobre a imprensa, os jornais abandonaram, gradativamente, o papel de protagonistas da cena política, processo que somado à entrada da televisão, refletiu no processo de fechamento de diversos periódicos na década de 1970.<sup>11</sup>

Ademais, além dos jornais pertencentes à Hemeroteca Digital Brasileira, foram consultados também os jornais O Dia e a Tribuna da Imprensa. A inclusão destes dois periódicos na pesquisa relaciona-se ao fato de cada um deles ser ligado às duas principais correntes políticas que disputavam o campo político da Guanabara: o chaguismo e o lacerdismo, respectivamente.

O Dia tem papel fundamental no funcionamento do chaguismo no estado do Rio de Janeiro.<sup>12</sup>

O Dia, pertencente a Chagas Freitas desde 1951, era o jornal de maior penetração popular e foi o mais importante instrumento de diálogo com a base eleitoral dos parlamentares integrantes da máquina chaguista.<sup>13</sup> Este diálogo era feito por meio de colunas diárias temáticas, que davam cobertura a demandas específicas das camadas populares.<sup>14</sup>

Na década de 1970, O Dia era um dos principais jornais da cidade. Veiculava, além de notícias policiais, questões ligadas a obras locais e de funcionalismo público.

Já a Tribuna da Imprensa, fundada em 1949 por Carlos Lacerda, era um jornal de oposição ao populismo de Vargas e Goulart. Seu nome é oriundo de uma coluna escrita no Correio da Manhã por Lacerda que, por divergências com a direção, funda um jornal em que pudesse se expressar livremente, assim como impulsionar sua carreira política.

A Tribuna da Imprensa era um jornal pequeno, de tiragem inexpressiva, mas que tinha papel decisivo no campo político carioca. Ao contrário do jornal O Dia, a Tribuna da Imprensa foi um jornal focado na política nacional; há pouco espaço para notícias locais em

---

<sup>11</sup> Cf. Barbosa, 2007.

Deixaram de circular na década de 1970 o Correio da Manhã, o Diário de Notícias, o Diário Carioca e O Jornal.

<sup>12</sup> Barbosa, 2007, p. 218.

<sup>13</sup> Além do jornal O Dia, Chagas Freitas também foi diretor do jornal A Notícia, outro jornal de grande penetração popular, fundado em 1894. Inicialmente, o A Notícia pertencia a Adhemar de Barros. Em 1951, quando Chagas comprou O Dia se utilizou da estrutura do A Notícia (inclusive repórteres e redatores), deixando o jornal à beira da falência.

<sup>14</sup> Diniz (1982) aponta que a estratégia de diálogo com o eleitor por meio das colunas, por se estruturar em demandas pontuais, não arriscava ampla insatisfação em caso de não atendimento.

suas páginas. Já na década de 1960, ainda que não mais pertencente a Lacerda, refletia o posicionamento político de seu fundador expressando em suas páginas sua clara oposição ao governo de João Goulart. Quando do golpe em abril de 1964, a Tribuna apoiou o regime – posição que manteve até o rompimento de Lacerda com Castelo Branco. A partir de 1967, quando foi estruturada a Frente Ampla, o jornal assumiu a franca oposição ao regime militar – fato que culminou, em outubro de 1968, na ocupação da redação por militares.

Cabe lembrar que a repressão à imprensa não foi exclusividade da Tribuna: de dezembro de 1968 a janeiro de 1969 o Jornal do Brasil foi colocado sob censura prévia e, em 1969, a proprietária do Correio da Manhã foi presa incomunicável por 23 dias.

A consulta aos jornais O Dia e Tribuna da Imprensa, por estarem disponíveis sob a forma de microfilme, seguiu uma metodologia diferente daqueles já inseridos na Hemeroteca Digital. Em ambos os jornais, foram consultados momentos-chave da política de remoções de favelas e da atuação da FAFEG. São eles: a remoção da Favela do Pasmado (de dezembro de 1963 a janeiro de 1964), I Congresso e prisão do presidente da FAFEG (de agosto a dezembro de 1964), II Congresso (de agosto a novembro de 1968), a remoção das favelas da Lagoa Rodrigo de Freitas e a prisão das lideranças da FAFEG (de janeiro a maio de 1969) e o III Congresso (de agosto a dezembro de 1972).

Em função da aproximação da Federação com a máquina chaguista na década de 1970, a pesquisa no jornal O Dia foi estendida a (a) abril de 1970 e maio de 1971, quando se realizaram edições do Festival de Música da Favela, e (b) os anos de 1973, 1974 e 1975, quando a Federação teria sido controlada por Chagas Freitas.<sup>15</sup>

A consulta ao jornal O Dia no período entre 1972 e 1973 concentrou-se na primeira página, na coluna da professora Sandra Salim, na coluna Comandos em Ação e na Coluna de Waldomiro Teixeira. Em alguns casos, como nos anos de 1964 e 1968 (quando a estrutura do jornal era um pouco diferente), consultei a primeira página, a coluna de Chagas Freitas na página 2, a coluna *O que vai pelos sindicatos* (de José Salim, pai de Sandra Salim) e a coluna *Comandos em Ação*. Para o ano de 1969, incluí a consulta à página 6, que passou a apresentar notícias sobre as remoções.

Da Tribuna da Imprensa, consultei as principais datas (já mencionadas) com foco nas seguintes seções: primeira e segunda páginas; a capa do segundo caderno; a coluna

---

<sup>15</sup> No caso do ano de 1975, interrompeu-se a consulta em março de 1975, quando ocorreu a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro e, conseqüentemente, a FAFEG foi transformada em FAFERJ.

*Sindicatos*, de Ayrton Gomes;<sup>16</sup> e, a partir de 1968, a página 7, que apresentava notícias sobre as remoções.<sup>17</sup>

Apresentadas as fontes, segue-se a estrutura da dissertação.

Tomando como horizonte o conceito de campo,<sup>18</sup> abordei o debate público sobre as favelas levando em conta tanto os aspectos internos, quanto as forças externas que influenciaram as diversas falas produzidas no período *sobre e para* as favelas. Na medida em que um campo é sempre objeto de luta, ao longo do texto, abordei a atuação de diferentes entidades coletivas que disputaram a construção do que seria adequado (ou verdadeiro) para aplicação nas favelas e, conseqüentemente, definiram os rumos das políticas urbanas para toda a cidade.

Inserem-se nesse embate fatores como a transferência do Distrito Federal para Brasília e a posterior fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, disputas partidárias (entre UDN e PSD,<sup>19</sup> em um primeiro momento, e entre MDB e ARENA, após 1966); o combate ao comunismo na América Latina liderado pela política externa norte-americana; o olhar da Escola de Serviço Social sobre as favelas e a própria conjuntura político-econômica interna, principalmente após o golpe e a supressão dos direitos políticos.

Diante desse cenário, a FAFEG destaca-se como um dos poucos atores populares a tentar modificar o equilíbrio de forças no interior de um campo de disputa pela fala legítima sobre as favelas. Contudo, como nos mostra a história, a tentativa de manipulação de um campo é tarefa extremamente difícil. Principalmente se atentarmos que as oportunidades que um agente tem de submeter as forças do campo a seus desejos são proporcionais a seu capital social e político.

É evidente que a posição ocupada pelo morador de favela na realidade social brasileira é de subordinação. Ainda que esses atores, articulados, tivessem tentado exercer autonomia em meio às disputas sobre o conceito de cidade (e, conseqüentemente, de sociedade) que estava sendo construída, sua fragilidade salta ao olhar frente à violenta repressão sofrida pela Federação durante as décadas de 1960 e 1970 com a severa política remocionista implementada.

---

<sup>16</sup> Esta coluna desaparece em 1968.

<sup>17</sup> Em alguns momentos esta seção é transferida para as páginas 5 ou 6.

<sup>18</sup> Cf. Bourdieu, 2005.

<sup>19</sup> UDN, União Democrática Nacional. PSD, Partido Social Democrático.

De modo a abordar a trajetória da FAFEG de uma maneira que permita o cruzamento dessas diferentes forças, optou-se por estruturar o texto desta dissertação da forma que segue:

No capítulo primeiro, por meio da análise dos planos urbanos, será apresentada a maneira como o Estado tratou a questão da favela durante o século XX. Serão abordadas intervenções como a Reforma Pereira Passos; o desmonte do Morro do Castelo por Carlos Sampaio; o Plano Agache e o reconhecimento oficial da favela; o projeto dos Parques Proletários; o surgimento das primeiras associações de moradores de favelas e a atuação da Igreja Católica com a criação da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião. Com este panorama, pretende-se possibilitar um melhor entendimento das condições que levaram à implementação do programa de remoções e à fundação da FAFEG.

A partir do segundo capítulo, a dissertação abordará a história da atuação da FAFEG, propriamente dita. Durante a pesquisa, foi possível identificar três diferentes fases de atuação da Federação.

- a) A primeira, que se estendeu de 1963 ao final de 1964, caracterizou-se por uma atuação moderada, voltada à construção de um debate em torno dos direitos do cidadão favelado. Neste período, destaca-se a atuação de Etevaldo Justino de Oliveira na direção da Federação.
- b) A segunda fase iniciou-se em 1965, momento de relativa calma na política de remoções. Foi neste ano que Vicente Ferreira Mariano se aproximou da diretoria da Federação, assumindo o cargo de vice-presidente. Marcado, inicialmente, pela estratégia da negociação com o governo da Guanabara, a partir de 1967, momento de intensificação da política de remoções, o posicionamento da FAFEG assume uma postura de clara oposição às políticas do governo e de uma concepção do movimento de favelados como movimento de classe.
- c) E, por fim, após o fim das remoções das favelas do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas em 1969 inicia-se a terceira e última fase, caracterizada pela adoção de uma linha voltada a políticas de valorização da cultura da favela e pela aproximação com o chaguismo, que se estende até 1978, quando as esquerdas se mobilizam para ocupar a direção da Federação, processo que culmina em uma disputa judicial e na existência concomitante de duas FAFERJs.

As distinções entre essas três fases não se limitam à atuação e posicionamento político das lideranças mencionadas, mas também se relacionam às diferentes intervenções governamentais voltadas ao desfavelamento da Guanabara. Em face dessa observação, torna-se pertinente o questionamento: seria a FAFEG uma instituição cuja atuação era norteadada pelas políticas governamentais? Em grande parte sim. E também não. Sua atuação, nas décadas de 1960-70, foi construída em torno da oposição às remoções. Contudo, essa não se trata de uma consideração diminuidora da atuação da Federação. A agenda de remoções do período foi intensa e violenta, de modo que não permitiu (com exceção do primeiro ano de atuação da Federação) a construção de um debate mais amplo.

Contudo, retornando à estrutura do texto da dissertação... No capítulo segundo serão tratadas a fundação da Federação, a luta contra as primeiras remoções, o Congresso de 1964 e a remoção da Favela do Esqueleto.

No capítulo terceiro abordarei a luta contra as remoções por meio da pressão sobre políticos, principalmente o governador Negrão de Lima, com entrega e publicação de documentos e de memoriais denunciando as ações governamentais. Também tratarei do Congresso de 1968 e das violentas remoções das favelas do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, com destaque para as remoções da Ilha das Dragas e da Praia do Pinto, momento em que a diretoria da FAFEG foi detida e desmontada.

Já no capítulo quarto, o retorno da primeira diretoria e a aproximação com a máquina chaguista. Também abordarei a implementação de políticas culturais, a realização do Congresso de 1972 e a *reconstrução* da FAFERJ – como chamada pelas esquerdas.

Finalmente, como é de praxe, na conclusão farei uma reflexão acerca da luta da Federação e da memória que se construiu (ou da memória que não se construiu) sobre sua atuação nas décadas de 1960 e 1970. Aproveitarei, ademais, para traçar um paralelo tendo como base a atualidade do debate sobre as remoções de favelas e do direito à cidade e sua relação com a *renovação* da capitalidade da cidade do Rio de Janeiro.

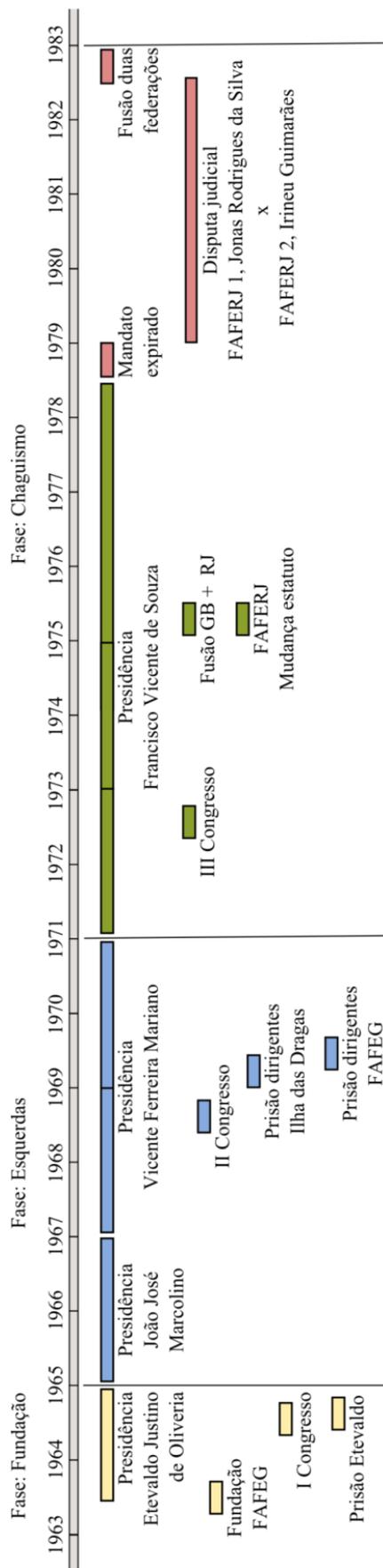


Figura 1 - Linha do tempo com as três fases da Federação.

## CAPÍTULO 1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A fundação da Federação das Associações de Favela do Estado da Guanabara na década de 1960 é fruto de um complexo processo histórico diretamente ligado à expansão das favelas na cidade do Rio de Janeiro. De modo a melhor compreender as condições históricas que permitiram a emergência de uma federação de favelas e da drástica política de remoções, optou-se por voltar o olhar às décadas anteriores.

### 1.1. As primeiras décadas.

Segundo Brum (2012), o ano de 1897 pode ser tomado como o marco zero da favela na cidade do Rio de Janeiro, momento em que o Morro da Favella e Morro de Santo Antônio já eram combatidos pela imprensa e autoridades.<sup>20</sup> É também desta época a associação entre o que passaria a se chamar favela e a ideia de atraso, fortalecida com a publicação do livro de Euclides da Cunha sobre Canudos.

A favela, desde sua origem, já possui estigmas a ela associados. Mais que isso, os estigmas são partes essenciais para a construção do conceito de favela, estando a ele associado de forma inexorável. Na sua própria essência, a favela é o estigma, pois aponta uma área urbana onde existem os sinais do que não deveria haver numa cidade que se queria moderna e/ou civilizada.<sup>21</sup>

Ao longo do século XX, este estigma foi progressivamente reforçado: tanto por meio de intervenções urbanas quanto pela política habitacional implementada. Estas diferentes medidas serão apresentadas em seguida.

Já nas primeiras décadas do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passa por duas intervenções urbanas marcadas pelo ideário de modernização e embelezamento. Ambas as intervenções, relacionadas à construção da modernidade brasileira, incorporaram como paradigma a segregação territorial da pobreza na cidade, conforme aponta Honorato (2012).

Em 1902, Rodrigues Alves torna-se presidente e nomeia à prefeitura do Distrito Federal o engenheiro Francisco Pereira Passos, a quem dá a missão de sanear o porto e embelezar a capital. As medidas de embelezamento realizadas até 1906 resultaram em uma

---

<sup>20</sup> Cabe lembrar que 1897 é o ano em que os soldados que haviam lutado em Canudos ocuparam os terrenos no que viria a ser o Morro da Providência, que já possuía terrenos alugados àqueles que haviam sido expulsos do famoso cortiço Cabeça de Porco alguns anos antes. Quanto ao Morro de Santo Antônio, há menções de que era ocupado pelo menos desde 1893, por ocasião da Revolta da Armada. (Cf. Gonçalves, 2013).

<sup>21</sup> Brum, 2012, p. 40.

valorização imobiliária e no famoso bota-abaixo para abertura de avenidas na região central – intervenção que teve como resultado a demolição de 1700 edificações (muitas casas de cômodos e cortiços) e a remoção de cerca de 20 mil pessoas.<sup>22</sup>

No que tange à política para a favela, a reforma Pereira Passos tomou um posicionamento um tanto paradoxal. De certa maneira, ao combater a moradia das camadas populares, o Estado acabou por *incentivar* que esta mesma população se deslocasse para os morros não habitados do entorno da região central. Evidência disto é o Decreto 391/1903 que proibiu a construção de *barracões toscos*, com exceção daqueles situados *nos morros que ainda não [tivessem] habitações*.<sup>23</sup>

Realizada após quase 20 anos, a intervenção executada na cidade por Carlos Sampaio foi uma espécie de finalização de um projeto de cidade iniciado com Pereira Passos. Nomeado em 1922 com a missão de concluir as obras necessárias à Exposição de Comemoração do Centenário da Independência, Carlos Sampaio promoveu intervenções de grandes dimensões na cidade. Sua principal realização – o desmonte do Morro do Castelo – também resultou na remoção de grande número de pessoas.<sup>24</sup>

Ainda na década de 1920, com a compressão de salários e expansão do trabalho informal, houve um grande aumento do déficit habitacional na cidade e, conseqüentemente, da procura pela ocupação de terrenos de propriedade desconhecida, ilegais ou de difícil acesso. Também nesta década, em função da expansão deste tipo de moradia, ocorre a popularização da palavra favela, já como substantivo comum.

Ao final da década de 1920 o urbanista francês Alfred Agache é contratado pelo prefeito Prado Junior para elaborar o primeiro plano diretor da cidade. Neste momento, coloca-se uma diferença teórica entre o que fora e o que seria idealizado para a cidade do Rio de Janeiro: antes, planos de embelezamento, agora, planos diretores.<sup>25</sup> Seguindo os preceitos do urbanismo de seu tempo, Agache pautou seu plano diretor no princípio da separação de

---

<sup>22</sup> Os dados são de Gonçalves, 2013.

<sup>23</sup> Cf. Vaz, 1994.

<sup>24</sup> Com o desmonte do Morro do Castelo, retirava-se, sob a argumentação da higiene, um território que *atrapalhava* a construção do centro financeiro do Distrito Federal.

<sup>25</sup> Um plano diretor, diferente de um plano de embelezamento, pensa a cidade de forma global. Para tal, se utiliza da seguinte metodologia: elaboração de estudo sobre o objeto de intervenção e planejamento da implementação por parte dos órgãos envolvidos, a fim de alcançar o objetivo na data esperada.

usos na cidade, à semelhança das diferentes funções dos órgãos de um corpo humano.<sup>26</sup> À separação de funções e usos, seguia-se a separação de classes sociais no espaço da cidade. Foi dentro deste paradigma que o plano abordou a questão das favelas.

Para os preceitos do embelezamento, a existência da favela é considerada desvio inadequado, que afeta a harmonia urbana. Como alternativa, Agache defendia que fosse reservado nas vilas-jardim operárias um número de habitações simples e econômicas para esta população. Gonçalves (2013) destaca que o Plano Agache foi o primeiro momento em que a favela foi tratada como coisa homogênea e que, portanto, demandava a implementação de uma política única.<sup>27</sup> Finalizado em 1928, o Plano Agache não teve chance de ser executado, visto que a chegada de Vargas à presidência em 1930 modificou o cenário político.

Em 1931, quando Pedro Ernesto assume a cadeira de interventor do Distrito Federal, há uma mudança no aparato ideológico em que se insere o problema da moradia. Dentro da perspectiva do que ficaria consolidado como a Era Vargas, Pedro Ernesto compreende a importância política das favelas e inicia um processo político de *incorporação das massas*. Para tal, utiliza-se da comunicação direta com esta população, tomando como instrumento, principalmente, os jornais e o rádio. Sua ação também se estendeu a incentivos culturais: como às escolas de samba. Para as favelas, esta mudança representou visitas oficiais, inauguração de equipamentos urbanos e mediação da prefeitura em ações de despejo; além do abandono de qualquer política de remoção.<sup>28</sup>

Também na década de 1930, ainda que de forma incipiente, começam a surgir as primeiras comissões de melhoramentos nas favelas. Datam desta década as comissões no morro de Santo Antônio, São Carlos, Mangueira e Morro do Pinto.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> A analogia do corpo humano é explícita no texto do Plano: “a cidade do Rio de Janeiro sofre atualmente de uma doença de crescimento” decorrente de “um desenvolvimento demasiadamente rápido, e cujos órgãos, que não tiveram ainda tempo de se adaptar à nova estrutura do conjunto, funcionam mal e não prestam os serviços necessários. A necessidade de um tratamento racional impõe-se”. Posteriormente, Agache afirma serem os espaços livres, avenidas, praças e jardins os pulmões da cidade; o sistema circulatório a estrutura viária; o centro da cidade seu coração e, finalmente, a rede de esgotos o aparelho digestivo.

<sup>27</sup> Para locais como Morro da Conceição, Morro da Providência e Morro do Pinto, Agache propõe a urbanização. Em realidade, esta proposta mascarava uma política de remoção, visto que estes bairros, segundo o zoneamento do plano, deveriam ser transformados em vilas residenciais para pequenos funcionários e comerciantes.

<sup>28</sup> Cf. Silva, 2005.

Na década de 1930, há considerável aumento no número de processos contra favelados movidos por proprietários das terras ou grileiros. Em diversas situações, Pedro Ernesto ficou ao lado dos favelados e evitou os despejos.

<sup>29</sup> Cf. Bitencourt (2012) e Pestana (2013).

Com o tempo, a atuação de Pedro Ernesto tornou-se ameaçadora à liderança de Vargas. Em 1935, o prefeito foi preso, acusado de conspirar com a oposição.

Em 1937, inicia-se o regime autoritário do Estado Novo. Também em 1937, é promulgado o Código de Obras da cidade (Lei 6000/1937), primeiro instrumento legal que reconhece oficialmente a existência das favelas.<sup>30</sup> No capítulo *Extinção das habitações anti-higiênicas*, o Código de Obras recomendava o *congelamento* de qualquer reforma nas edificações de favelas, de modo que, cada vez mais precários, estes espaços acabassem deixando de existir – reedição da mesma tática usada contra os cortiços no final da década de 1890.

A promulgação desta legislação no fim da década de 1930 marca a *descoberta* da favela pelo poder público, *descoberta* que se materializaria, na década seguinte, em programas de eliminação destes territórios e de construção de habitações salubres para substituí-los. Também ao final desta década, encontrava-se à frente da prefeitura do Distrito Federal o engenheiro Henrique Dodsworth. Em sua gestão, fortaleceu-se a defesa de uma administração pretensamente despolitizada, pautada sob a lógica da eficiência técnica. Neste contexto, as intervenções urbanas surgem como solução para as questões sociais, de modo que se retoma a Comissão do Plano da Cidade e é criado o Serviço Técnico do Plano da Cidade, para atualizar o Plano Agache.

A década de 1940 assistiu, com o surgimento das primeiras instituições públicas de intervenção social, à entrada de um novo ator no debate acerca das favelas. Em 1942, foi fundada a Legião Brasileira de Assistência, para atender às famílias dos soldados que lutaram na Segunda Guerra Mundial. Neste mesmo ano, Amaral Peixoto criou a Fundação Lar Operário Fluminense e a Comissão para a Organização de Plano para a Construção de Casas Populares. Em 1944, é criada a Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, atualmente faculdade de serviço social da UERJ e, em 1944, o curso de Serviço Social da PUC.<sup>31</sup>

A entrada do pensamento do Serviço Social no Brasil, não mais como um trabalho de caridade, mas como um trabalho executado por um corpo profissional que aplicava técnicas

---

<sup>30</sup> A lei 6000/1937 ficou em vigor até a década de 1970, quando foi publicado novo código.

<sup>31</sup> Cf. Honorato, 2012.

sofisticadas de pesquisa social da época,<sup>32</sup> é, em parte, reflexo do reconhecimento oficial das favelas como um problema ocorrido na década anterior.

Com forte apelo social, tal discurso se encaixava como uma luva no projeto varguista de um estado-patrão, pai dos pobres, e que exerce a democracia, não através dos canais clássicos de exercício democrático, mas da doação de benesses.<sup>33</sup>

Em reação à cada vez mais grave crise habitacional, em 1942 foi implementado, por lei, o congelamento dos aluguéis. Contrariamente ao esperado, uma medida que visava diminuir o custo de vida, acabou por agravar a crise da moradia, multiplicando as ações de despejo e aumentando a busca pela favela, visto que o aluguel informal não era controlado pelo congelamento.<sup>34</sup> Uma das consequências desta medida foi o explosivo crescimento das favelas na cidade na década de 1940.

À medida que se tornava progressivamente mais visível na paisagem urbana carioca, a cobrança por uma intervenção do Estado nas favelas fazia-se cada vez mais intensa. Em 1941, elaborou-se o projeto de construção de parques proletários, que previa o realojamento dos moradores de favelas em construções provisórias. Entre 1941 e 1943, foram removidas quatro favelas e construídos três parques proletários – Gávea, Caju e Leblon.<sup>35</sup> Cabe destacar que a política dos parques proletários continha forte componente moralizador – de modo que o projeto pretendia intervir no binômio *habitação degradada / criminalidade*, transformando-o em outro binômio: *bairros populares / trabalhadores*.<sup>36</sup>

Em reação à possível remoção para os parques, foram formadas as primeiras associações de moradores de favelas da cidade. Em 1945, criou-se a associação do Morro Pavão e Pavãozinho. Em seguida, organizaram-se associações no Cantagalo e na Babilônia. Este é um momento importante que marca o princípio da constituição dos moradores de favelas externas à região central como atores políticos.<sup>37</sup>

---

<sup>32</sup> Honorato, 2012, p. 148.

<sup>33</sup> Honorato, 2012, p. 153.

<sup>34</sup> O congelamento dos aluguéis ficou vigente até 1964.

<sup>35</sup> É curioso notar que, na década de 1960, os parques proletários foram removidos, por serem considerados favelas. No caso do Parque Proletário da Gávea, a mudança de status se deu antes, no censo de 1950.

Também não se deve esquecer que Dodsworth realizou o bota-abaixo para a abertura da Avenida Presidente Vargas, que afetou 18 mil pessoas, impulsionando ainda mais o crescimento das favelas.

<sup>36</sup> Cf. Honorato, 2012.

Cabe destacar que, para morar nos parques, era necessária a apresentação de atestado de bons antecedentes e, ao final do dia, o administrador promovia sessões de lições de moral.

<sup>37</sup> Cf. Burgos, 2004.

Em 1945 termina o Estado Novo. Com a liberação política, há uma reorganização dos movimentos sociais. Em paralelo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) intensifica sua atuação e, tem enorme sucesso nas eleições de 1946.<sup>38</sup>

Em 1946, visando fazer frente ao suposto avanço do comunismo nas favelas, em uma parceria entre a igreja católica e a prefeitura, foi criada a Fundação Leão XIII. Sua criação foi decorrência da articulação entre D. Jaime de Barros Câmara e Hildebrando de Góis, este último, prefeito do Distrito Federal. Ao longo de sua atuação, a Fundação criou centros de ação social e atuou em 34 favelas.<sup>39</sup>

Ainda em 1946, o então presidente Dutra cria a Fundação da Casa Popular, que acaba por não implantar nenhuma política concreta de habitação popular.<sup>40</sup> Em paralelo, também são criadas comissões parlamentares de inquérito para estudar as favelas. Uma destas comissões, instituída no ano seguinte por Mendes de Moraes, realizou em 1948 o primeiro recenseamento de favelas.<sup>41</sup>

Também em 1948, foram publicadas no Correio da Manhã uma série de reportagens de autoria de Carlos Lacerda sobre as favelas cariocas. As reportagens, conhecidas como a *Batalha do Rio*, inserem-se mais em um contexto de questionamento da gestão Mendes de Moraes do que a favor ou contra a permanência das favelas na cidade: a proposta de Lacerda não buscava consolidar as favelas, mas realizar algumas concessões sociais enquanto providenciava-se sua supressão definitiva. Para a realização das concessões, propunha a construção de uma parceria ampla que, curiosamente, não incluía os mais interessados, os favelados.<sup>42</sup>

---

Cabe lembrar que, já na década de 1930, algumas favelas da região central já tinham comissões pró-melhoramentos.

<sup>38</sup> Nas favelas, a atuação do PCB se dava por meio dos Comitês Democráticos Populares. Havia subcomitês no Turano, no Morro do Sampaio e na Mangueira.

Em 1947 o PCB passa à ilegalidade, em parte como reação à sua expansão.

<sup>39</sup> A atuação da Fundação Leão XIII seria modificada em 1962, quando foi integrada no aparelho de estado.

<sup>40</sup> Construiu 16.964 habitações no país inteiro, um número irrisório frente ao déficit habitacional.

<sup>41</sup> Gonçalves, 2013.

Dentre as resoluções estabelecidas nesta comissão, destaca-se a proposta do retorno dos favelados a seus estados de origem, a transferência dos favelados idosos para asilos, a expulsão das favelas das famílias mais abastadas e a intensificação da construção de habitações pelos IAPs para aqueles que eram pensionistas.

<sup>42</sup> Gonçalves, 2013.

A repercussão da Batalha fez com que a prefeitura criasse outra comissão e anunciasse a construção de 40 mil moradias como forma de enfrentamento da crise habitacional. Tais moradias nunca foram construídas: em realidade, somente 24 apartamentos foram adicionados ao Parque Proletário da Gávea.

A despeito da ausência de medidas voltadas para a erradicação em massa das favelas, durante a década de 1950, começava a se forjar a proposta de uma política de remoção, estimulada, especialmente, pela onda de ações judiciais de reintegração de posse de certas favelas da cidade. As dimensões do ‘problema favela’ e seu protagonismo já pronunciado nas arenas políticas alcançavam, então, o seu auge.<sup>43</sup>

Na década de 1950, as estatísticas já apontavam 186 favelas com 750 mil pessoas na cidade, ou seja, cerca de 25% da população carioca estava nas favelas. Também é nesta década que surge na cidade uma nova tipologia, a *favela de rua*.<sup>44</sup> Ademais, ainda que não tivesse ocorrido uma política de remoção em massa, na década de 1950, a cidade assistiu a ao menos uma grande ação estatal de remoção: o desmonte do Morro de Santo Antônio. Em paralelo, há uma intensa movimentação de associações e organizações de favelados, principalmente na luta contra despejos. Neste sentido, esta década foi fundamental para o movimento de favelas.

Em 1954, ocorre a fundação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), primeira organização supralocal que propunha uma aliança entre as diferentes favelas. Organizada durante uma mobilização para resistir a um despejo no Borel, a UTF tinha também como objetivo congregar moradores de outras favelas para lutar pela posse da terra, reforma agrária, leis de aposentadoria, salário mínimo condizente com necessidades reais, assistência pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, direito de greve, educação e urbanização de favelas. Acusada de subversiva, a UTF foi fechada em 1957.<sup>45</sup>

Em 1955, surge outra iniciativa da igreja católica para combater o avanço do comunismo nas favelas: a criação da Cruzada São Sebastião, sob a liderança de Dom Hélder Câmara. Diferentemente da Fundação Leão XIII, a Cruzada tinha sua atuação pautada na urbanização das favelas.<sup>46</sup> Até a década de 1960, realizou melhorias de serviços básicos em 12 favelas, executou 51 projetos de redes de luz, finalizou a urbanização da favela Parque

---

<sup>43</sup> Gonçalves, 2012, p. 260.

<sup>44</sup> *Favela de rua* refere-se a uma nova tipologia surgida em função da crise habitacional. Segundo Silva (2005), tratava-se de favelas localizadas em meio aos bairros como a Favela do Viaduto de Bangu, Favela do Viaduto de Madureira ou, ainda, a Favela do Esqueleto.

<sup>45</sup> A UTF chegou a atuar no Morro da Providência, Acari, Corumbá, São Carlos, Cabritos, Brás de Pina, Caju, Candelária, Céu Azul, Catumbi, João Cândido, Dendê, Esqueleto, Borel, Juramento, Jacarezinho, Parada de Lucas, Mangueira, Maré, Santa Marta, Martins, Matinha, Sereno, Parque Proletário da Penha, Pichite, Rato Molhado, Formiga, Rocinha-Laboriaux, Praia do Pinto, Salgueiro, Macedo Sobrinho, Tabajaras, Timbau, Telégrafos, Coelho Neto, Vintém e Getúlio Vargas (Cf. Bittencourt, 2012).

<sup>46</sup> A Cruzada pretendia urbanizar todas as favelas da cidade até meados da década de 1960.

Alegria (e parcialmente o Morro Azul) e construiu um conjunto habitacional na Praia do Pinto.

Em 1952, é criada a Subcomissão de Favelas da Comissão Nacional do Bem-Estar Social e, em 1956, publicada a Lei das Favelas (Lei 2875). Visando frear o agravamento da crise habitacional, esta lei autorizou o governo a destinar verbas a organizações que lidassem com as favelas, condicionou a remoção à construção de casas populares e proibiu por, dois anos, a realização de despejos, de modo a minimizar a crise habitacional.

Em 1956 é criado o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas, o primeiro organismo institucional voltado à urbanização das favelas – a criação do SERFHA era parte de uma política de diálogo, implementada por Negrão de Lima enquanto prefeito do Distrito Federal. O órgão, que teve pouca atuação na década de 1950, tornou-se importante na década seguinte, após a chegada de Arthur Rios e sua incorporação à Coordenação de Serviços Sociais.

Finalmente, em janeiro de 1957, foi realizado na cidade o primeiro Congresso dos Favelados. Organizado pela Cruzada São Sebastião, o *Congresso de Representantes de Favela* reuniu representantes de diversas favelas. Durante uma das plenárias do Congresso foi fundada a Coalização dos Trabalhadores Favelados (CTF), entidade que visava a luta por melhores condições de vida. Com o tempo, a CTF aproximou-se da política partidária e, progressivamente, esvaziou-se.

## **1.2. A atuação de Arthur Rios.**

Ao final da década de 1950 é publicado no Rio de Janeiro o famoso Relatório SAGMACS. A Sociedade de Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais foi criada em 1947 em São Paulo pelo frei dominicano Luis-Joseph Lebreton como parte do movimento Economia e Humanismo movimento que influenciou profundamente as ações de militantes católicos nas favelas cariocas. Baseado na Doutrina Social da Igreja, apresentava-se como uma alternativa ao capitalismo e ao socialismo.

Cabe, aqui, explorar um pouco a questão da atuação da igreja nas políticas públicas para as favelas cariocas. A aproximação da igreja com as questões sociais não é uma particularidade do Brasil e nem das décadas de 1940-1950, mas de uma orientação iniciada

ainda em 1891 com a publicação da encíclica *rerum novarum* pelo Papa Leão XIII.<sup>47</sup> É importante ter em mente que a atuação da igreja católica nas favelas cariocas – especificamente a atuação da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião – não se limita a uma luta contra o avanço do comunismo, mas a todo um processo de redefinição de seu papel em relação aos pobres.<sup>48</sup>

A elaboração do Relatório SAGMACS foi coordenada pelo sociólogo José Arthur Rios, convidado pelo diretor do jornal Estado de São Paulo.<sup>49</sup> Nas palavras de Rios, o objetivo era *contrastar aspirações aventureiras de JK com a brutal realidade da então capital federal, expressa nas favelas cariocas.*<sup>50</sup>

Participaram da elaboração da pesquisa o sociólogo Carlos Alberto Medina e o arquiteto Hélio Modesto, assim como estudantes de Serviço Social. A pesquisa realizada entre 1957 e 1959 produziu uma análise demográfica e histórica de 16 favelas cariocas e refletiu sobre as condições e modos de vida de sua população. No ano seguinte, o estudo foi aprofundado na Barreira do Vasco e no Parque Proletário da Gávea.

Hoje, o Relatório SAGMACS é considerado pioneiro. Por ter embasado suas reflexões no trabalho de campo, o estudo possibilitou a proposição de *uma imagem diferente desses aglomerados tidos até então como amontoado desorganizado de barracos, abrigando uma população totalmente desestruturada.*<sup>51</sup> Esta é a principal razão de, até hoje, este estudo ser utilizado como fonte de pesquisa da favela carioca da década de 1950.

Um tema importante a esta dissertação (e sobre o qual o relatório se debruça) é a *política na favela*. Ao contrário do que o senso comum declarava sob uma visão paternalista dos favelados, os pesquisadores identificaram grande número de associações e organizações religiosas, recreativas, esportivas e políticas nas favelas cariocas. Contudo, apesar da intensa atividade política, segundo a análise realizada, a favela, por ser local de importante contingente eleitoral relativamente homogêneo, usualmente é mobilizada eleitoralmente por certa categoria de problemas urbanos. Na favela, o político era aquele que conquistava toda e

---

<sup>47</sup> É interessante observar que a primeira instituição católica a lidar diretamente com as favelas, a Fundação Leão XIII, levava o nome do papa responsável pela *rerum novarum*.

<sup>48</sup> Cf. Gonçalves, Simões e Freire, 2010.

<sup>49</sup> A pesquisa da SAGMACS não foi a primeira experiência de Arthur Rios voltada à transformação social. Havia trabalhado na década de 1950 na Campanha Nacional de Educação Rural, promovida pelo Ministério da Agricultura (Cf. Freire e Lippi, 2002).

<sup>50</sup> Rios, 2012, p. 36.

<sup>51</sup> Rios, 2012, p. 45.

qualquer melhoria: casa, água, escola, documentos ou emprego – nas palavras do relatório, *quanto maior a miséria, maior a demagogia*. Desta maneira, o relatório aponta que o comportamento político do favelado permanece, por questões concretas e imediatas de sobrevivência, restrito à lógica clientelista. Esta conclusão do estudo da SAGMACS é importante, pois será a base conceitual de toda a intervenção que Arthur Rios iria realizar nos anos seguintes nas favelas cariocas.

O relatório foi publicado em 1960, quando a oposição à transferência da capital não fazia mais sentido, visto que já havia sido concretizada. Posteriormente, a Tribuna da Imprensa republicou o relatório. Foi nesta época que se iniciou a aproximação entre Rios e Lacerda e que acabou resultando na candidatura de Rios para a Assembleia pelo Partido Libertador - PL (em aliança com a UDN) e o posterior convite para assumir a Coordenação de Serviços Sociais.<sup>52</sup>

Nosso objetivo é recuperar os favelados e não destruir as favelas.<sup>53</sup>

Agora, eu me opunha tenazmente a qualquer erradicação de favela, ao contrário de alguns companheiros de governo que queriam, naturalmente, limpar o terreno. Compreende-se, afinal, eram terrenos de alto valor, abertos a empreendimentos imobiliários. E as imobiliárias pressionando muito. Eu próprio recebi propostas inacreditáveis para remover a favela tal, mas tinha uma posição radical: só removia em caso de perigo iminente como desabamento, incêndio, inundação; aí era obrigado a fazer, mas planejava para onde levar os favelados. Essa foi a minha utopia durante dois anos.<sup>54</sup>

Convidado por Lacerda, Rios assumiu em 1961 o comando da Coordenação de Serviços Sociais, que incorporou as funções do antigo SERFHA. Sob sua liderança e tendo como referência as ideias do movimento Economia e Humanismo do Padre Lebre, a Coordenação implementou na Guanabara um programa baseado em técnicas de *educação cívica que propunha a transformação da favela em comunidades proletárias com fortalecimento do espírito associativo dos moradores e pelo planejamento de sua urbanização*.<sup>55</sup> Suas recomendações também se fundamentavam em práticas elaboradas no interior da academia, em especial da Escola de Serviços Sociais.

---

<sup>52</sup> Segundo depoimento de José Arthur Rios In: Freire e Lippi, 2002, p. 68, Lacerda disse a Rios: *Você vai ser o Secretário das favelas!* Cabe destacar que o anúncio da escolha de Rios para o cargo foi anterior ao fim das eleições. Não se pode esquecer que o apoio do eleitorado das favelas era um ponto delicado para Lacerda, tradicionalmente opositor do PTB.

<sup>53</sup> Fala de Arthur Rios no II Congresso Brasileiro de Assistência Social (Correio da Manhã, 07/05/1961).

<sup>54</sup> Depoimento de José Arthur Rios In: Freire e Lippi, 2002, p. 69-70.

<sup>55</sup> Correio da Manhã, 21/05/1961.

A criação das associações estimula o espírito associativo e deve, portanto, ser encorajada.<sup>56</sup>

O *Programa de recuperação social e econômica dos favelados da Guanabara* proposto pela Coordenação de Serviços Sociais partia, inicialmente, da introdução de melhoramentos urbanos tais como vias de acesso, lixeiras, rede de água, esgotos, postos de saúde, escolas primárias e até reconstrução de casas nas favelas. Esta primeira medida seria realizada em forma do que se chamou *Operação Mutirão*: o Estado proporcionaria consultoria técnica e material de construção, enquanto os moradores forneceriam a mão-de-obra.<sup>57</sup> Com a realização das obras de melhoramentos urbanos, acreditava-se que a construção clandestina de barracos diminuiria. Peça central da política proposta, tais intervenções caminhariam sempre com a participação do morador de cada favela, constituindo um projeto que se baseava, *sobretudo, no soerguimento moral e intelectual do favelado, que cooperaria para o restabelecimento da dignidade humana e com condições de vida compatíveis com o mínimo de higiene e saneamento.*<sup>58</sup>



Figura 2 – Logomarca da Operação Mutirão (Correio da Manhã, 25/03/1962).

A política implantada para as favelas por José Arthur Rios na Coordenação de Serviços Sociais de Lacerda é motivo de polêmica entre estudiosos. Há os que o acusam de implantar um programa que, apesar do ideário democratizador, representou a subordinação política dos moradores de favelas a uma ação estatal, canalizando a política partidária e as diferenças ideológicas dos movimentos de trabalhadores favelados para o interior do Estado

---

<sup>56</sup> Correio da Manhã, 07/05/1961.

<sup>57</sup> Uma crítica pertinente à Operação Mutirão é a opção pelo uso de mão-de-obra dos moradores das favelas: mão-de-obra não remunerada pelo Estado. Moradores da Favela Getúlio Vargas no Leblon apontavam isto em 1961, destacando que, além da mão-de-obra gratuita, o morador da favela contribuía com um dia de trabalho, ao qual não compareceria por estar fazendo a urbanização de seu bairro, competência que deveria ser estatal (Correio da Manhã, 16/12/1961). Em outras palavras, o trabalhador da favela pagaria duas vezes por algo que era seu por direito.

<sup>58</sup> Correio da Manhã, 10/12/1961.

restrito.<sup>59</sup> Outros, o defendem, enfatizando que Rios não permaneceu no governo Lacerda exatamente por não aceitar servir a interesses eleitorais.

Essa polêmica quanto ao ideário democratizador (ou não) da política de Arthur Rios relaciona-se, também, a limitações intrínsecas à atuação política de associações de moradores.<sup>60</sup> Em primeiro lugar, é necessário compreender que o Estado é o interlocutor inevitável desses movimentos reivindicativos e, por conseguinte, as associações acabam por assumir papel de intermediários entre o aparelho de Estado e a população. Nesse cenário, o Estado passa a ser visto ou como antagonista principal, alvo do conflito, ou como entidade de onde devem fluir os serviços considerados concessões especiais e respostas adequadas às demandas populares.<sup>61</sup>

No caso específico da relação estabelecida entre as associações de moradores de favelas e a Coordenação de Serviços Sociais, destacava-se o forte controle exercido sobre as atividades da associação, controle fundamentado em um termo de compromisso assinado entre ambas as entidades, termo que era pré-requisito para o reconhecimento da associação pelo Estado.

Há ainda, as limitações impostas pela própria estrutura de uma mobilização em torno de reivindicação de melhorias urbanas: visto que o principal objetivo destes movimentos é a conquista de melhorias para sua região, em geral, tais mobilizações se esgotam quando a reivindicação é atendida – ponto que Moura (1993) aponta como uma das características que acaba por definir as limitações de tais modalidades de mobilização. Contudo, tal análise não exclui a possibilidade de que estes movimentos lutem por questões mais amplas – como a postura assumida pela FAFEG em 1968 durante o II Congresso, assunto que será tratado mais adiante neste texto.

Diante desta reflexão, não se pode afirmar, *a priori*, que a política implementada por Arthur Rios tenha postura conservadora ou contestatória. Ao contrário, pode ser compreendida de ambas as maneiras.

---

<sup>59</sup> Cf. Burgos, 2004.

<sup>60</sup> Cf. Oliveira (1988), Alencar Filho (1990), Lima (1986) e Moura (1993).

<sup>61</sup> Cf. Oliveira, 1988.

Apesar do pouco tempo à frente da Coordenação, a ação de Arthur Rios marcou a história das intervenções nas favelas cariocas. Talvez seu principal legado tenha sido o reconhecimento formal das associações de moradores de favelas.<sup>62</sup>

A demissão de Arthur Rios e o fim da Coordenação de Serviços Sociais em junho de 1962 marcou uma mudança drástica na política para as favelas implementada por Lacerda. Iniciava-se, naquele momento, a fase remocionista, que perduraria até 1973 e cujos rumos seriam definidos, no âmbito do governo do Estado, por três outros atores: a COHAB-GB, a Secretaria de Serviços Sociais e a Fundação Leão XIII. Foi esta guinada na política para as favelas que legou a Lacerda, na memória popular, a fama de ter sido o responsável por todas as remoções ocorridas durante a vigência do Estado da Guanabara.

Em 5 de junho de 1962, Lacerda reuniu-se com representantes de 110 associações de favelas da Guanabara para apresentar o novo plano para urbanizar, sanear e construir casas populares para moradores de favelas. Inicialmente, o novo plano previa a construção de 2.250 casas populares em terrenos já urbanizados e seria executado pela Fundação Leão XIII.

Poucos meses depois, em dezembro do mesmo ano, Lacerda criou a Companhia de Habitação Popular (COHAB-GB), cuja atribuição era solucionar o problema de moradia da população da cidade, com especial atenção para os moradores de favelas.<sup>63</sup> A COHAB deveria adquirir terrenos para onde seriam transferidos os moradores de áreas valorizadas como as favelas da zona sul e das zonas industriais. Realizaria também trabalhos de urbanização em favelas que não seriam removidas. Como parte do mesmo projeto, no início de 1963, foi criada a Secretaria de Serviços Sociais, que trataria dos aspectos sociais das remoções.<sup>64</sup> A nomeação de Sandra Cavalcanti para a chefia desta secretaria é expressão do

---

<sup>62</sup> Em 10 de dezembro de 1961, reportagem do Correio da Manhã apontava a existência de 67 associações de moradores de favelas que mantinham contato permanente com Arthur Rios. Já em abril de 1962, o mesmo jornal anunciava que a Operação Mutirão se desenvolvia em 52 favelas da Guanabara e já tinham sido organizadas 80 associações de moradores.

<sup>63</sup> A COHAB foi criada pelo artigo 155 da Lei Estadual 263, remetendo ao artigo 66 da Constituição do Estado. Trabalhava com um fundo alimentado por três fontes: 3% provinham da receita tributária e 15% de empréstimos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do AID (Agência de Desenvolvimento Internacional), enquanto o restante era responsabilidade dos futuros moradores, que comprariam a casa em 120 parcelas e receberiam, ao final dos dez anos, sua propriedade. Esta solução foi o germe do BNH, que promoveria política semelhante nos anos seguintes.

A ideia de criar a COHAB data ainda do período da presidência de Jânio Quadros, aliado político de Lacerda. Em reportagem de maio de 1961, Lacerda defendia a necessidade de cooperação entre os governos federal e estadual, dado o vulto do problema da favela. É provável que o projeto de criação da COHAB tenha sido adiado em virtude da renúncia de Jânio.

<sup>64</sup> O núcleo inicial da Secretaria constituiu-se da junção de órgãos da Secretaria de Segurança Pública (Setor de Mendicância), Secretaria Geral de Educação e Cultura (Serviço de Internamento de Menores), Secretaria Geral

significaria, para as favelas, esta mudança. De posição antagônica a de Arthur Rios, Sandra afirmava defender uma visão prática para as favelas, sem teorias ou ideologias: se a favela estava em área de risco ou se ocupava área de reserva ambiental, tinha que ser removida.<sup>65</sup>

Com a estruturação destes órgãos, a partir de 1963, iniciou-se um período no qual o eixo central da intervenção estatal nas favelas passou a ser a erradicação e o deslocamento (forçado) de seus moradores para conjuntos habitacionais localizados em subúrbios distantes.

Esta mudança drástica relacionou-se com diferentes forças internas e externas ao campo das políticas das favelas no Estado da Guanabara. No nível local e internacional, a demissão de Arthur Rios teve relação direta com a expectativa de recebimento dos recursos norte-americanos oriundos do Fundo do Trigo.<sup>66</sup> O dinheiro, que inicialmente seria empregado em obras de urbanização de favelas, atraiu interesses de políticos ligados diretamente ao governador que pretendiam utilizá-lo no ano eleitoral. Sintoma disto fora o adjetivo *penetra*, legado ao sociólogo.<sup>67</sup>

---

de Viação e Obras (Departamento de Habitação Popular) e da Secretaria Geral de Saúde e Assistência (Departamento de Assistência Social, com o Asilo São Francisco de Assis e o Albergue João XXIII), sendo ainda anexados a Fundação Leão XIII e o Instituto Oscar Clark.

<sup>65</sup> Depoimento de Sandra Cavalcanti In: Freire e Lippi, 2002.

<sup>66</sup> O acirrado anticomunismo de Lacerda favoreceu a captação de recursos por meio de empréstimos externos de outras agências internacionais de financiamento norte-americanas .

As primeiras experiências de construção de conjuntos habitacionais na Guanabara contaram com a doação de um bilhão de cruzeiros do Fundo do Trigo. Este dinheiro foi aplicado, a partir de junho de 1962, em três projetos iniciais: a construção de um conjunto residencial na Rua Álvaro Ramos em Botafogo, a urbanização da favela da Vila da Penha e a construção da Vila Aliança em Bangu. A inauguração das obras de construção da Vila Aliança chegou a contar com a presença do coordenador da Aliança para o Progresso.

Outra evidência da influência da política externa norte-americana com a inflexão na política para as favelas do governo Lacerda foi a presença do embaixador Lincoln Gordon na cerimônia de assinatura do convênio com a Fundação Leão XIII em junho de 1962.

Gordon, um dos idealizadores do programa Aliança para o Progresso, apoiou ativamente as articulações da oposição a Goulart. Documentos do Arquivo de Segurança Nacional norte-americano (National Security Archive) mostram a atuação de Gordon no apoio aos golpistas. Em 27 de março de 1964, Gordon enviou telegrama secreto ao Departamento de Estado da Casa Branca e a oficiais da CIA pressionando os EUA a se envolverem diretamente na crise política brasileira: “Se devemos trazer nossa influência para evitar um grande desastre que pode transformar o Brasil na China dos anos 1960, aqui é que eu e meus conselheiros acreditamos que o apoio deve ser colocado” (tradução livre). Gordon acreditava que, para assegurar o sucesso do golpe de Castelo Branco, providências deveriam ser tomadas para que armas fossem entregues aos golpistas em São Paulo (Telegrama do Rio de Janeiro para o Departamento de Estado dos EUA de 27 de março de 1964).

<sup>67</sup> Críticas do deputado udenista Jorge Valadão (Correio da Manhã, 24/03/1961).

Quando o boato de sua exoneração começou a correr os jornais cariocas, Arthur Rios acusou grupos que pretendiam manter as favelas como currais eleitorais. Uma das reportagens chega a acusar o deputado Amaral Neto de ser o autor dos boatos (Correio da Manhã, 17/05/1962). Isso era um dado real, visto que a estrutura de interlocução direta com as associações de moradores, montada pela Coordenação, eliminava a intermediação de políticos e cabos eleitorais nas favelas.

Rios, em entrevista, destacou que a pressão também vinha de *indivíduos atuantes no governo* como Raphael de Almeida Magalhães e Amaral Neto.

Aqui hoje começa a reforma urbana! Mas ainda mais importante, aqui hoje continua nosso esforço para que o povo saiba que tudo isso quem lhe dá é a liberdade. A liberdade que permitiu ao povo trabalhador dos Estados Unidos terem o que emprestar aos seus irmãos para a segurança de todos os homens livres, lá no seu país, aqui no nosso país.<sup>68</sup>

Havia, ademais, a pressão exercida pelo mercado imobiliário. Acredito, ainda, que a opinião pública pressionasse o governo para que o programa começasse a apresentar resultados imediatos, que não seriam obtidos pela política que vinha sendo implementada até então, de forma que a demissão de Arthur Rios abria espaço para um novo rumo para as favelas da Guanabara.

Outros fatores também influenciaram esta mudança na política para as favelas.

Uma das principais forças externas que influenciou o debate sobre a favela foi a transferência do Distrito Federal para Brasília e a criação do Estado da Guanabara. A definição do papel do novo estado da federação brasileira se inter-relacionava, ainda, com outras forças que disputavam o espaço político brasileiro: a disputa partidária entre PSD e UDN, personificada nas figuras de Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek.

A Guanabara era um espaço político ambicionado, principalmente em função de sua condição de centro político (ainda que o Distrito Federal tivesse sido transferido para Brasília, o Rio de Janeiro permanecia como capital efetiva). De modo que, a disputa pelo espaço político carioca era, de certa maneira, uma disputa pelo espaço político brasileiro. Posteriormente, esta disputa se tornaria ainda mais acirrada após Lacerda e JK anunciarem que seriam adversários nas eleições presidenciais de 1965, eleições que nunca se realizaram.<sup>69</sup>

Frente à empreitada de consolidação da nova imagem da cidade do Rio de Janeiro e de manutenção de seu papel de difusão de condutas e modos de agir, a resolução do problema

---

<sup>68</sup> Discurso de Lacerda citado em Brum, 2012, p. 58.

No discurso de Lacerda na ocasião da assinatura do convênio com o Fundo do Trigo é possível observar uma referência ao governo federal. Ao afirmar que ali se iniciava a reforma urbana da liberdade, Lacerda opunha-se ao governo federal em dois pontos: afirmava que iria realizar a verdadeira reforma urbana e ainda afirmava seu alinhamento com a política externa norte-americana.

<sup>69</sup> Em dezembro de 1962, Carlos Lacerda assumiu publicamente, em entrevista à *Tribuna da Imprensa*, sua intenção de se candidatar à presidência da República nas eleições de 1965 – cabe destacar que JK também já havia expressado sua intenção de concorrer à reeleição.

Se já estavam aglutinadas em torno de sua figura as forças conservadoras, para conquistar o eleitorado urbano Lacerda contaria com as obras realizadas na cidade, como uma espécie de **vitrine política**. “Reacionários porque fazemos escolas, porque construímos hospitais? Reacionários porque damos água que faltava? Reacionários porque, construindo esgotos, diminuimos a mortalidade infantil e as doenças infecciosas? [...] Reacionários porque não roubamos? Reacionários porque não deixamos roubar?” (Discurso de Lacerda na convenção nacional da UDN em abril de 1963, poucos meses depois do anúncio da sua candidatura à presidência apud Motta, 2000[b], p. 82).

das favelas começou a tomar vulto maior – como projeto urbano que serviria como modelo para aplicação em outras cidades brasileiras. A favelização crescente *ameaçava* o esplendor da *belacap*.<sup>70</sup> Deixava à mostra em suas vielas, barracos e valas, a miséria da sociedade brasileira. Somava-se à questão a necessidade de diminuição da autonomia e expressividade de atores políticos populares, em ascendência desde a década anterior – ponto diretamente relacionado ao projeto político udenista.<sup>71</sup>

Foi neste contexto, de soma da necessidade de manter a cidade do Rio de Janeiro na vanguarda do Brasil à necessidade de manutenção da tradição da capital e ao projeto político pessoal de Carlos Lacerda de ser tornar presidente, que se modificou drasticamente os rumos das políticas para as favelas da Guanabara.

Para além do nível local, a mudança nos rumos das políticas para as favelas teve influência da mudança dos cenários nacional e internacional. No plano nacional, com a posse de João Goulart em 1961, iniciou-se uma conjuntura de crescente instabilidade política em função das reformas de base defendidas pelo então presidente – cabe lembrar que a sua posse após a renúncia de Jânio Quadros se deu em meio a uma crise conhecida como a Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola.<sup>72</sup> Diante da falta de apoio político, o então presidente buscou força nas classes trabalhadoras, opção que gerou preocupação nas classes mais poderosas, que temiam a *cubanização* do país. Dentre as reformas urbanas defendidas por Goulart destacava-se um projeto que propunha transformações substantivas para o combate da especulação imobiliária: criação de limitações ao direito de propriedade e uso do solo, permissão da desapropriação de terras urbanas sem exigência de pagamento à vista em dinheiro, estabelecimento de uma política de locação que relacionasse o valor do aluguel à renda familiar e a criação de um imposto de habitação.

---

<sup>70</sup> Em oposição à Novacap (denominação da empresa responsável pela construção de Brasília), o Rio de Janeiro passou a ser tratado como *bela capital* (belacap).

<sup>71</sup> Liberal, a UDN era o partido das elites, o partido dos bacharéis; que se apresentava com discurso direcionado às classes médias, em defesa da ordem e promovido por *homens de bem*. O udenismo era parte de uma cultura política que compreendia que o país não se encontrava suficientemente amadurecido e que o povo, portanto, não tinha capacidade política para tomar as rédeas do processo democrático. Visão que também influenciou a política para as favelas durante o governo Lacerda. Dentre suas grandes questões político-econômicas destacavam-se o acirrado anticomunismo, alinhamento diplomático com os EUA, defesa do livre-cambismo, aversão ao movimento operário e a visão do povo como manipulado.

<sup>72</sup> Jango assumiu após o breve governo de Jânio Quadros, que renunciou em 1961, apenas sete meses depois de sua posse. A renúncia de Jânio lançou o país em uma crise-político institucional, cujo primeiro sintoma foi a tentativa de impedimento da posse de João Goulart, fracassada após a campanha da legalidade promovida por Brizola. Contudo, apesar de garantida a cadeira na presidência, Jango assume na forma do parlamentarismo, com poderes reduzidos. Tal modelo permanece até 1963, após consulta popular referendar o retorno ao presidencialismo.

Estas reformas começaram a tomar forma concreta em junho de 1962,<sup>73</sup> quando criado o Conselho Federal de Habitação, diretamente subordinado a João Goulart.<sup>74</sup> Ademais, uma das atribuições do Conselho era controlar os empréstimos contraídos pelos governos estaduais – o que atingiu diretamente o governo do estado da Guanabara onde Lacerda tinha, neste mesmo ano, a expectativa de recebimento de vultosa verba vinda do Fundo do Trigo.

Em 1963, a preocupação das classes mais altas é reforçada por duas medidas: o surgimento da Frente de Mobilização Popular, liderada por Brizola, e a apresentação do Plano Trienal, que continha a possibilidade real de realização da reforma agrária no país. Neste cenário, as direitas se mobilizavam para combater as reformas. Basta lembrar-se da articulação do complexo IPES-IBAD, responsável por campanhas que acusavam Goulart de tentar comunizar o país.<sup>75</sup>

Visto que Lacerda era opositor ferrenho ao governo de Goulart, e candidato declarado à sucessão presidencial, tal mudança na política habitacional federal não poderia passar impune. Desta maneira, a criação da COHAB, poucos meses após a publicação do decreto federal que criou o Conselho Federal de Habitação, com as mesmas competências do órgão federal, chama atenção para o tratamento da Guanabara como *vitrine política* para a obtenção da cadeira de Presidente da República.

A partir da assinatura do convênio com o Fundo do Trigo, as providências para a implementação do novo plano para as favelas se aceleraram. Em agosto já haviam sido iniciadas as obras de construção do conjunto Vila Aliança<sup>76</sup> e a Fundação Leão XIII executava obras de melhoramento em 35 favelas.<sup>77</sup> Em setembro era comprado o terreno onde seria construída a Vila Esperança, em Senador Camará.<sup>78</sup> Em outubro, Lacerda divulgava um relatório onde dizia estar construindo também a Vila Nova Holanda em Bonsucesso e a Vila

---

<sup>73</sup> O Conselho Federal de Habitação foi criado pelo Decreto Federal nº. 1.281/1962. Eram atribuições do novo órgão o acesso à moradia popular, o controle sobre recursos vindos do exterior para serem aplicados em projetos de habitação (como o Fundo do Trigo, por exemplo) e o desenvolvimento de pesquisa habitacional.

<sup>74</sup> Cf. Kowarick, 1994.

A questão habitacional também foi objeto do curto governo de Jânio Quadros, que em abril de 1961 criou o Plano de Assistência Habitacional e o Instituto Brasileiro de Habitação.

<sup>75</sup> Cf. Dreifuss, 1981 (IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

<sup>76</sup> Para a Vila Aliança (em Bangu) seriam transferidos os moradores da Favela de Bom Jesus na Avenida Brasil (Correio da Manhã, 13/08/1962).

<sup>77</sup> Correio da Manhã, 30/08/1962.

<sup>78</sup> A Vila Esperança era um conjunto com três mil casas populares em uma área de 700 mil metros quadrados e custo de 700 milhões de cruzeiros (Correio da Manhã, 11/08/1962).

da Reforma em Botafogo. Afirmava também estar urbanizando as favelas Vila do Vintém e Vila Eugênia, com mão-de-obra dos próprios moradores.<sup>79</sup> Em fevereiro de 1963, anunciava a construção de 15 blocos de apartamentos em Botafogo e em junho a construção de um conjunto na Rua Santo Amaro em Santa Teresa e outro no Jardim América em Vigário Geral.<sup>80</sup> Em julho, era anunciada a construção de um grande conjunto habitacional em Jacarepaguá<sup>81</sup> e em outubro eram inauguradas as primeiras casas da Vila Esperança.

A construção de tantos conjuntos tinha um objetivo: abrigar as famílias faveladas a serem removidas. Desta maneira, logo após este período de acelerado investimento em moradias populares, iniciaram-se as grandes remoções implementadas por Lacerda – as mesmas que ficaram marcadas na memória do carioca.

A inércia da política clientelista, que ao mesmo tempo permitia determinadas intervenções dos poderes públicos nas favelas e reforçava, paradoxalmente, a natureza provisória dessas últimas, foi finalmente rompida.<sup>82</sup>

---

<sup>79</sup> Correio da Manhã, 13/10/1962.

<sup>80</sup> Ambos seriam destinados aos moradores da Favela João Cândido, na Avenida Brasil. Correio da Manhã, 10/02/1963 e 07/06/1963.

<sup>81</sup> Correio da Manhã, 12/07/1963.

<sup>82</sup> Gonçalves, 2013, p. 218.

## CAPÍTULO 2. A FUNDAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS DO ESTADO DA GUANABARA.

Os moradores das favelas guanabarinas não assistiram passivos à preparação do cenário para o espetáculo remocionista. Ao contrário. Diante da necessidade de se organizar politicamente para resistir à anunciada política, em 12 de junho de 1963, fundam uma nova sociedade civil, a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara: ator pertencente às classes populares que tentou modificar o equilíbrio das forças no interior do campo de disputa pela fala legítima sobre as favelas. Reunindo diversas associações de favelas da Guanabara (chegou a ter filiadas 73 das 132 associações existentes na década de 1960), a FAFEG foi uma importante frente de articulação política coletiva de reivindicação. Em sua atuação, a Federação colocava-se pronta a colaborar com as autoridades, mas, ao mesmo tempo, se reservava o direito de resistir a iniciativas que julgasse inconvenientes àqueles que representava, além de promover a fiscalização do emprego de verbas públicas nos territórios de favelas.

Segundo depoimento de um militante, a FAFEG nasceu no Morro do Catumbi, em uma reunião no clube de futebol Sociedade Esportiva Caiçaras. Em seus primeiros momentos, a Federação contou com a participação de Etevaldo Justino de Oliveira do Morro do Bispo, Amaro Martins do Morro dos Telégrafos, Tupan Bento do Morro da Coroa, Silvio Alcântara Barbosa do Morro do Catumbi, Euricle Gressi da Barreira do Vasco e Amauri José Rosa, também conhecido como *professor*.<sup>83</sup>

Após a divulgação da ideia em diversas favelas, foi marcada para julho de 1963, na sede da Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, uma primeira assembleia para a constituição da comissão-diretora. Em agosto de 1963, a Federação das Associações de Favelas da Guanabara era registrada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro. Segundo documento de registro, a FAFEG já contava então com 28 associações *filiadas fundadoras* e tinha sede provisória no Centro Cívico e Recreativo Dr. Oswaldo Cruz Pró-Melhoramentos do Morro dos Telégrafos, na Rua Jupará.<sup>84</sup>

---

<sup>83</sup> Depoimento de Etevaldo Justino de Oliveira e Jonas Rodrigues da Silva (FAFERJ, 1982).

<sup>84</sup> As associações filiadas eram: Associação de Amigos do Morro dos Prazeres (Santa Teresa), Grêmio Cultural Recreativo do 117 (Morro do Bispo, Rio Comprido), União Pró-Melhoramentos do Parque Acari (Acari), Sociedade Esportiva Caiçaras (Morro dos Mineiros, Catumbi), Vila São Bartolomeu (Morro São João, Engenho

As favelas cujas associações foram *filiadas fundadoras* da FAFEG (em ordem alfabética) são: Barreira do Vasco (São Cristóvão), Cachoeirinha (Lins de Vasconcelos), Catacumba (Lagoa), Favela Céu Azul (Engenho Novo), Favela da Liberdade (Rio Comprido)<sup>85</sup>, Favela de Lucas (Vigário Geral), Favela do Barro Vermelho (Lins de Vasconcelos), Favela do Macaco (Vila Isabel), Favela do Mato (Santa Teresa), Favela do Morro Azul (Botafogo), Favela Paula Ramos (Rio Comprido), Favela Santa Teresinha (Leme), Morro Cachoeira Grande (Lins de Vasconcelos), Morro da Coroa (Santa Teresa), Morro do Bispo (Rio Comprido), Morro do Dendê (Ilha do Governador), Morro Dona Francisca (Lins de Vasconcelos), Morro dos Mineiros (Catumbi), Morro dos Prazeres (Santa Teresa), Morro dos Telégrafos (São Cristóvão), Morro São Carlos (Estácio de Sá), Morro São João (Engenho Novo), Parque Acari, Parque da Alegria (São Cristóvão) e Parque Vila Isabel (Vila Isabel).

Em um primeiro momento, imaginou-se que teriam se organizado para fazer frente à nova política de remoções somente jovens favelas, com menor força política. Ou ainda, favelas de uma mesma região da cidade. Esta expectativa não se mostrou correta. As favelas *fundadoras* da FAFEG são de idades, locais e atuação política diversas.

À título de exemplo.

O Morro de São Carlos, uma das mais antigas favelas da cidade, já era consolidada desde a década de 1920. Surgida na década de 1910, foi moradia de capoeiras, imigrantes, comerciantes e funcionários públicos, talvez pela sua proximidade com o Centro e com o

---

Novo), Sociedade de Amigos do Morro da Coroa (Santa Teresa), Associação dos Moradores Pró-Melhoramentos da Favela do Mato de Santa Teresa (Santa Teresa), Associação da Favela Céu Azul (Engenho Novo), Associação de Melhoramentos Catumbi (Morro São Carlos), União de Defesa e Melhoramentos da Barreira do Vasco (São Cristóvão), União dos Moradores de Lucas e Adjacências (Favela de Lucas, Vigário Geral), Associação dos Moradores da Favela do Macaco (Canto Alegre F. C., Vila Isabel), Associação dos Moradores do Morro Cachoeira Grande (Lins de Vasconcelos), Associação dos Moradores da Cachoeirinha (Lins de Vasconcelos), Associação dos Moradores da Favela do Morro Azul (Botafogo), Associação dos Moradores da Favela do Barro Vermelho (Lins de Vasconcelos), Associação dos Moradores da Favela Paula Ramos (Rio Comprido), Associação Pró-Melhoramentos Parque da Alegria (São Cristóvão), Sociedade Amigos Favela Santa Teresinha (Leme), Associação dos Moradores do Morro do Dendê (Ilha do Governador), Centro Pró-Melhoramentos do Morro Dona Francisca (Lins de Vasconcelos), Sociedade dos Moradores da Vila São Bartolomeu (Morro São João, Engenho Novo), Associação dos Moradores do Parque Vila Isabel (Vila Isabel), Sociedade Água e Luz – Círculo Operário (Rio Comprido), Centro Social São Sebastião (Favela da Liberdade, Rio Comprido), Centro Social D.I.M.M.O. (Morro São Carlos, Estácio de Sá), Sociedade dos Moradores e Amigos da Catacumba (Lagoa), Centro Cívico e Recreativo Dr. Oswaldo Cruz Pró-Melhoramentos do Morro dos Telégrafos (São Cristóvão). Relação das Associações de Favelas da FAFEG, Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro.

<sup>85</sup> Favela da Liberdade era o nome pelo qual o Morro do Borel também era conhecido.

porto.<sup>86</sup> Na década de 1950, vivenciou um crescimento impressionante: dos 7.561 habitantes, estima-se, no início da década de 1960, a marca de 23.000 pessoas!<sup>87</sup> Origens semelhantes tiveram o Morro dos Mineiros e a Favela do Macaco, ambas já consolidadas na década de 1920.

A Barreira do Vasco surgiu em 1939, a partir da ocupação de um terreno pertencente ao exército. Contudo, seu crescimento ocorreu na década seguinte, entre 1946 e 1947, quando recebeu grande afluxo de imigrantes de Minas Gerais, Espírito Santo e Estado do Rio de Janeiro. Na década de 1950, a favela assistiu a um crescimento populacional vertiginoso, quando sua população duplicou, chegando a 10.000 habitantes em 1957.<sup>88</sup> Uma particularidade da Barreira do Vasco: no início da década de 1960 quase toda sua extensão era servida de água e esgoto. Em outras palavras, tratava-se de uma ocupação consolidada, com pouca ameaça concreta de remoção.<sup>89</sup>

Ou ainda o Morro do Borel, ou como era chamado pelos comunistas, Favela da Liberdade, que já tinha uma larga história de mobilização contra remoções, vide a história da UTF, mencionada no Capítulo 1. Ou a Favela da Catacumba, cuja associação pró-melhoramentos foi uma das primeiras a ser fundada na cidade, ainda na década de 1940.

Há ainda a Favela de Lucas, surgida em 1946, mas que teve seu crescimento acentuado na década de 1950, quando atingiu a marca de 5.100 habitantes.<sup>90</sup> Ou o Morro São João, que em 1950 abrigava 4.753 pessoas, e a Favela da Cachoeirinha, com 5.522 habitantes.<sup>91</sup>

Havia, contudo, *filiadas fundadoras* representantes de favelas menores como o Parque Alegria, Favela Céu Azul, Morro Dona Francisca e Morro dos Prazeres, todas favelas consolidadas na década de 1950.<sup>92</sup>

---

<sup>86</sup> Cf. Relatório SAGMACS.

<sup>87</sup> Relatório SAGMACS, tabela A-8.

<sup>88</sup> Relatório SAGMACS, tabela A-8.

<sup>89</sup> Cf. Relatório SAGMACS.

<sup>90</sup> Relatório SAGMACS, tabela A-8.

<sup>91</sup> Relatório SAGMACS, tabela A-8.

<sup>92</sup> Segundo dados do Censo de 1950 reproduzidos no Relatório SAGMACS, tabela A-8, em 1950, a Favela da Alegria tinha 1.264 habitantes, a Catacumba 3.135 habitantes, a Favela do Céu 2.347 habitantes, o Morro de Dona Francisca 2.283 habitantes e o Morro dos Prazeres 1.017 habitantes.



Figura 3 - Mapa de localização das entidades *filiais fundadoras* da FAFEG (Base: Google Earth).

Quanto à distribuição geográfica das *filiais fundadoras* da FAFEG na cidade, é interessante observar que a maior parte se localizava na zona norte e subúrbio (principalmente a área do Engenho Novo / Méier e Tijuca / Catumbi), região da cidade que abrigava, desde 1949, a maior parte da população favelada da cidade, cerca de 120 mil pessoas.<sup>93</sup>

Segundo o documento do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a diretoria provisória da FAFEG era composta por: Amaro Júlio Martins do Morro do Telégrafo como presidente, Antônio Almiro de Souza do Morro do Borel como 1º vice-presidente, Etevaldo Justino de Oliveira do Morro do 117 como 2º vice-presidente, João Miguel da Silva da Favela do Jacarezinho como 1º tesoureiro, José Luiz da Silva da Favela do Jacarezinho como 2º tesoureiro, Feliciano da Silva Neves da Barreira do Vasco como 1º Secretário, Francisco

<sup>93</sup> Relatório SAGMACS, tabela A-26.

Região	População em números absolutos	População em porcentagem
Centro	5.663	3.35
Zona Sul	43.098	25.45
Zona Norte e Subúrbios	120.544	71.20

Xavier de Farias como 2º Secretário e José Maria Ventura do Morro dos Telégrafos como 3º Secretário.

O mandato desta diretoria provisória estaria, segundo o estatuto da Federação, compreendido entre 10 de agosto de 1963 e 31 de janeiro de 1965, momento em que deveriam ser convocadas eleições. Já os mandatos das diretorias eleitas após 1965 teriam duração de dois anos.<sup>94</sup>

Além da Diretoria, a FAFEG possuía também um Conselho Deliberativo, responsável pelo controle fiscal. Eram atribuições do Conselho *discutir, aprovar ou não aprovar o plano de ação para o biênio da administração, e zelar pela sua integral aplicação.*<sup>95</sup> Composto por um membro de cada favela filiada, tinha eleições separadas, realizadas dez dias após as eleições da Diretoria.

Dentre as finalidades da FAFEG definidas por seu Estatuto destacavam-se:

Congregar todas as organizações pró-melhoramentos que tenham vida nas Favelas do Estado da Guanabara

Lutar pela defesa de suas filiadas em todos os setores locais, estaduais, nacionais e internacionais.

Promover intercâmbio de experiências entre suas filiadas, para melhor entrosamento entre as mesmas.

Promover cursos sobre assuntos relacionados com a organização, direção, divulgação etc. de suas filiadas.

Apoiar e orientar as iniciativas sadias das associações filiadas.

Observar rigorosamente a Lei e os princípios da moral e compreensão que regem os deveres cívicos.

Estudar e criar projetos de lei de interesse dos favelados, de acordo com as filiadas.

Colaborar com as autoridades constituídas no desempenho de suas funções e na promoção do bem comum.<sup>96</sup>

Em outras palavras, a FAFEG pretendia tornar-se a representante de uma frente única, formada por todas as associações de favelas do Estado da Guanabara. Como tal, deveria atuar como ponto de interlocução oficial de todas as instituições de favelas, tanto com os órgãos governamentais como entre si. Contudo, não se tratava de qualquer entidade formada em

---

<sup>94</sup> Estatuto da FAFEG, Artigo 25º.

<sup>95</sup> Estatuto da FAFEG, Artigo 15º, item A.

<sup>96</sup> Estatuto da FAFEG, Artigo 2º.

favelas. Havia a preferência por associações pró-melhoramentos, visto que o foco da luta da Federação era o direito à cidade e a conquista de melhorias urbanas para as favelas.<sup>97</sup>

Interessante também é notar a compreensão de que a existência da favela nas cidades não era determinada exclusivamente por condições locais. Este ponto é expresso no estatuto ao definir que uma das finalidades da Federação era lutar pela favela em *setores locais, estaduais, nacionais e internacionais*.

Por fim, a definição dos instrumentos de luta disponíveis à Federação: estudar e criar projetos de lei de interesses dos favelados e colaborar com autoridades constituídas. De modo que, em sua fundação, ou ao menos em seu Estatuto, a FAFEG não se propunha ser uma organização revolucionária ou contestatória. Ao contrário, o próprio Estatuto previa a obediência a deveres cívicos e apoio a *iniciativas sadias e princípios da moral*. Ademais, Santos (2009) atenta para que o fato de a Federação, logo que fundada, ter realizado o registro em cartório, mostra a intenção de instituir-se sob condições legais exigidas pelo aparelho burocrático.

No dia seguinte ao golpe militar de 1º de abril de 1964, o primeiro presidente da Federação, Amaro Júlio Martins, ligado à política partidária, enviou à Federação uma carta de renúncia e desapareceu, talvez temendo represálias. Em virtude deste episódio, a partir de abril de 1964, o até então 2º vice-presidente Etevaldo Justino de Oliveira, assumiu a direção da entidade.<sup>98</sup>

Em um primeiro momento, com base nas informações coletadas nos jornais consultados, considere a hipótese de que a formação da FAFEG em 1963 fora consequência da política implementada por Arthur Rios enquanto à frente da Coordenação de Serviços Sociais. Contudo, tal relação fora negada pelo próprio sociólogo em entrevista concedida a Lima (1986). Para Rios, não havia necessidade de uma entidade de caráter federativo, visto que o governo, por meio de sua Coordenação, tratava diretamente com a associação de moradores de cada localidade da cidade.

---

<sup>97</sup> Estatuto da FAFEG, Artigo 4º.

Curiosamente, dentre as associações filiadas fundadoras estavam a Sociedade Esportiva Caiçaras, o Grêmio Cultural Recreativo do 117, o Centro Social São Sebastião, o Centro Social D.I.M.M.O e o Centro Cívico e Recreativo Dr. Oswaldo Cruz Pró-Melhoramentos do Morro dos Telégrafos, todas instituições que não se configuraram como entidades pró-melhoramentos.

<sup>98</sup> Diário Carioca, 30/11/1965 e 17/12/1964. Correio da Manhã, 17/07/1963. Ver também depoimento de Etevaldo Justino de Oliveira (FAFERJ, 1982).

Esta relação direta entre Rios e a fundação da FAFEG também é negada por ex-militantes da Federação:

Agora a organização que os favelados pleiteavam não era o projeto de Arthur Rios. O projeto dele jogava com a associação mais na linha do condomínio. [...] Agora a meta da organização era política, era a posse da terra, do direito de igualdade cidadão favelado / cidadão não favelado. [...] Na essência o que se pretendia era isso: a posse da terra, a não discriminação.<sup>99</sup>

Apesar de negada por ambas as partes, de certa maneira, a criação da FAFEG teve sim, mesmo que de maneira indireta, alguma relação com a política de fortalecimento das associações de moradores de favelas da Guanabara. Ainda que Rios não tivesse intenção declarada de criar a Federação, sua origem deve-se indiretamente a sua atuação, visto que foi durante as reuniões da Operação Mutirão que as associações de moradores começaram a travar contato entre si e construir a ideia de formação de uma entidade comum.<sup>100</sup> Nunes (1980) acrescenta, ainda, que após a demissão de Arthur Rios os moradores de favelas compreenderam que a necessidade de criação de uma federação que reunisse as associações de moradores tornava-se ainda mais premente.

Segundo depoimento de José Maria Galdeano, a fundação da Federação teve origem em uma insatisfação com a política de *curral eleitoral* existente nas favelas na década de 1950. Na medida em que os moradores compreenderam que a dependência a políticos influentes não era de todo benéfica, começaram a se organizar em entidades próprias. *Foi nesse momento que o movimento de favelas trocou a política assistencialista dos figurões do asfalto pela política de reivindicação dos moradores*, diz Galdeano.<sup>101</sup> Inicialmente, pensou-se na criação de conselhos regionais. Contudo, posteriormente, a proposta amadureceu e atingiu o modelo de uma Federação que englobaria todas as favelas.<sup>102</sup>

Contudo, apesar da posição de José Maria Galdeano de que a FAFEG teria surgido da vontade de eliminar o intermediário político da luta dos favelados, ela não foi a primeira

---

<sup>99</sup> Entrevista de Abdias José dos Santos em abril de 1986 (Lima, 1989).

<sup>100</sup> Cf. Brum, 2006.

<sup>101</sup> Entrevista de José Maria Galdeano (Monteiro, 2003).

<sup>102</sup> Monteiro, 2003.

A formação de federações não foi ideia original dos moradores de favelas da Guanabara. Grynszpan (2001), em pesquisa sobre a luta de lavradores pela posse de terras na Baixada Fluminense durante a década de 1950, destacou a formação da FALERJ (Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro) em 1959. Ameaçados por uma política de despejos análoga à vivida pelas favelas na Guanabara na década seguinte, estes lavradores, organizados politicamente, conseguiram que as disputas pela terra extrapolassem o âmbito privado, ganhando dimensão pública, contorno político e reconhecimento jurídico.

articulação política abrangente dos favelados cariocas. Na década anterior, houve a fundação da União dos Trabalhadores Favelados e do Congresso dos Trabalhadores Favelados, já mencionadas no capítulo anterior.

Alguns autores defendem que os esforços dos movimentos de favelados em direção à formação de uma nova Federação relacionavam-se ao progressivo esvaziamento da UTF e da CTF. Lima (1989) e Nunes (1980), por exemplo, acreditam que o esvaziamento do movimento no início da década de 1960, era consequência da vinculação político-partidária da UTF e da CTF com o PCB e o PTB, respectivamente.<sup>103</sup> Nunes acrescenta ainda que, em entrevistas realizadas na década de 1980 com militantes da Federação, detectou a preocupação em se criar uma entidade com nome distinto das precedentes, para não competir com o legado. Jessi dos Santos Roza, militante da FAFERJ na década de 1980, também mencionou em depoimento a importância destas entidades, anteriores à FAFEG, órgãos que trabalharam *ao nosso lado para trazer o desenvolvimento às favelas, o que realmente elas vêm tendo até a época de hoje.*<sup>104</sup> À título de curiosidade, das 25 entidades *filiadas fundadoras* da FAFEG, sete (28%) fizeram parte da UTF.

Eu fiz parte do movimento que eles chamavam rearmamento moral.<sup>105</sup>

Nosso movimento é autêntico e cristão, mas nem por isso deixará de ser enérgico, se necessário.<sup>106</sup>

Há ainda outras hipóteses para a fundação da FAFEG em 1963. Para Lima (1989), a articulação para a criação da FAFEG em 1963 resultou de uma articulação política liderada por dirigentes de associações de moradores de favelas que atuavam no movimento de Rearmamento Moral.<sup>107</sup>

Enquanto movimento anticomunista, o Rearmamento Moral, atuou em diversas favelas e conquistou influência em várias associações de moradores. Neste sentido, a aproximação de um movimento anticomunista com as associações (e com a FAFEG, é claro) pode ser

---

<sup>103</sup> Partido Trabalhista Brasileiro.

<sup>104</sup> Depoimento de Jessi dos Santos Roza (FAFERJ, 1982, p. 37).

<sup>105</sup> Declaração de Tupan Ribeiro, presidente da associação do Morro da Coroa e membro da primeira diretoria da FAFEG (Lima, 1989, p. 186).

<sup>106</sup> Declaração de Etevaldo Justino de Oliveira (Correio da Manhã, 03/10/1964).

<sup>107</sup> A campanha do Rearmamento Moral foi fundada pelo ministro luterano americano Buchman, após a Primeira Guerra Mundial. Tratava-se de um programa de reconstrução moral e espiritual que intencionava promover uma mudança na vida pública e privada das pessoas. A campanha não se restringia a nenhuma religião específica.

compreendida como uma tentativa de distanciar as populações faveladas do governo de João Goulart, articulação promovida por entidades como IPES e IBAD.<sup>108</sup>

Já Nunes (1980) aponta que o objetivo da criação da Federação era exatamente o oposto, afastar os favelados das reuniões do Rearmamento Moral. Tendo em vista que o estatuto da FAFEG não permitia, na Federação, a discussão de assuntos religiosos, tal hipótese também parece pertinente.<sup>109</sup> Por fim, Brum (2006) destaca que esta proximidade entre os primeiros momentos da FAFEG e a campanha do Rearmamento Moral não deve ser compreendida em termos de adesão ideológica ao movimento, mas como uma estratégia para conquistar espaço de articulação, o que, na prática, rendeu à Federação espaço na mídia.

Há outro indício da proximidade entre a FAFEG e o Rearmamento Moral. Por exemplo: o programa diário de rádio apresentado por Etevaldo Justino de Oliveira entre 1963 e 1965 chamado *A FAFEG marcha*, na Rádio Rio de Janeiro (veiculado pouco antes da Ave Maria e com 15 minutos de duração), era pago pela empresa de publicidade McCann Erikson (responsável pela elaboração de campanhas publicitárias contra João Goulart).<sup>110</sup> Ademais, a Rádio Rio de Janeiro é até hoje ligada à religiosidade.

A parceria com o Rearmamento Moral se estende até o final de 1964, momento em que o programa de remoções já era realidade, e se relacionava, principalmente, à presença de Etevaldo Justino de Oliveira na diretoria da Federação. Outro exemplo de proximidade com este movimento cristão ocorreu no início de dezembro, quando Etevaldo anunciava que 100 entidades associadas à FAFEG iriam realizar no dia 16 do mesmo mês a Marcha do Silêncio Contra a Carestia, quando saíam *em passeata pelas ruas da cidade com o objetivo de*

---

<sup>108</sup> Cf. Lima, 1989.

Estas duas instituições, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática, atuaram para além de setores como o empresariado e as classes médias. Às vésperas do golpe, voltaram-se aos sindicatos por meio, principalmente, de setores conservadores da Igreja Católica, como a Federação dos Círculos Operários e a Confederação dos Trabalhadores Cristãos (entidades às quais a FAFEG fora filiada).

<sup>109</sup> Estatuto da FAFEG, Artigo 7º, item E.

Ainda segundo este item do Estatuto, as associações filiadas não podiam *discutir política partidária, religião ou ideologia na FAFEG*. Em outras palavras, a Federação deveria ser uma sociedade civil apartidária.

<sup>110</sup> Cf. Lima, 1989.

Há outras versões para o patrocínio do programa. Segundo reportagem do jornal O Dia, o programa era patrocinado pelo Lions Clube, outra entidade representativa da elite carioca (Jornal O Dia, 19/09/1964.).

Em seu trabalho, Dreifuss (1981) aponta a existência de outros programas de rádio utilizados pela rede de propaganda estruturada pelo IPES. Um dos programas chamava-se *Democracia em marcha*, título muito semelhante à *FAFEG marcha*.

Ademais, é importante atentar para o fato de que, ainda na década de 1960, o rádio era um poderoso meio de doutrinação, visto que grande parte da população era analfabeta.

*contribuir para a consolidação do regime democrático e ao mesmo tempo, demonstrar que estão unidos e organizados na luta de seus interesses.*<sup>111</sup> O modelo de protesto havia sido inspirado na *Marcha sobre Washington por trabalho e liberdade* realizada em agosto de 1963 por negros norte-americanos pelo fim da segregação racial naquele país. Ademais, Etevaldo acrescentava que a marcha seria pacífica, democrática e cristã.<sup>112</sup> A escolha da data do protesto coincidia com a chegada ao Brasil de Peter Hauer, figura de destaque na Campanha do Rearmamento Moral. Posteriormente, a diretoria eleita em 1966 afirmaria publicamente que não tinha qualquer envolvimento com tal protesto.<sup>113</sup>

Contudo, qualquer que tenha sido a motivação (ou motivações) para a criação da FAFEG, é indiscutível que ela era parte de uma estratégia de construção de um instrumento de autodefesa da população favelada,<sup>114</sup> onde, *por meio de uma identidade baseada tão somente nas condições de habitação, [pretendia-se construir] uma possibilidade de incorporação política dos moradores das favelas à vida da cidade.*<sup>115</sup>

Enquanto sujeito coletivo organizado, a FAFEG pode ser compreendida como o que Gramsci denominou aparelho privado de hegemonia ou partido. Neste sentido, analisar a atuação da FAFEG segundo este paradigma também é compreender que se disputava, então, a construção de uma hegemonia alternativa. A Federação não aceitava passivamente o projeto remocionista. Ao contrário, os moradores de favelas tinham consciência de sua condição de dominados e tentavam modificá-la.

Há outro aspecto da atuação política das associações a ser considerado. A criação de associações de moradores é necessária ao Estado para atuar como interlocutor formalizado, uma espécie de ponte entre o poder público e a população, posição que pode colocar em risco sua condição como legítima representante dos interesses da população. Esta ambivalência estava presente em uma estratégia frequentemente utilizada pela Federação, a estratégia do diálogo.

---

<sup>111</sup> Jornal O Dia, 05/12/1964.

<sup>112</sup> Diário Carioca, 01/12/1964 e Correio da Manhã, 06/12/1964.

<sup>113</sup> Em abril de 1966, a FAFEG desmentia o anúncio de que faria parte de movimento Pró-Estabilidade. Em entrevista ao jornal O Globo, João José Marcolino desautorizou a fala de Etevaldo pela Federação, apontando que ele não pertencia aos seus quadros diretivos e não tinha autorização para falar em seu nome (Jornal O Globo, 15/04/1966).

<sup>114</sup> CF. Bambirra, 1985.

<sup>115</sup> Burgos, 2004, p.33.

O melhor meio de evitar um conflito entre Estado e o favelado é abrir as portas dos palácios para o diálogo.<sup>116</sup>

Ao tentar edificar um espaço de diálogo entre sociedades civil e política, a FAFEG, apesar de declaradamente *apolítica*, atuava politicamente e interferia nos rumos da política de remoção de favelas.<sup>117</sup> Interessante notar que a FAFEG, apesar de ser um movimento que se posicionava contra as políticas implementadas pelo Estado, acabava por reconhecer o poder deste mesmo Estado em definir seu futuro. Isso era transparente na maneira como a Federação se posicionava politicamente frente ao Estado, de forma basicamente reativa. Talvez isso decorresse da pressão das políticas governamentais para as favelas. Bom exemplo disto é que a organização dos três Congressos dos moradores de favelas (1964, 1968 e 1972) se deu em momentos em que as investidas remocionistas se acirravam na Guanabara.

É condição essencial para concorrer às eleições da FAFEG para a diretoria, ou ser nomeado para os departamentos, que o candidato resida efetivamente em uma favela do Estado da Guanabara, sendo destituído do cargo todo o diretor da FAFEG que deixar de residir numa favela.<sup>118</sup>

Um dos pontos centrais da atuação política da FAFEG era *a liberdade e o direito de opção do favelado no encaminhamento da solução de seus problemas*.<sup>119</sup> Em outras palavras, para os dirigentes da FAFEG, por serem conhecedores da realidade cotidiana daqueles espaços (ainda que não fossem possuidores de um saber acadêmico, eram possuidores de um saber aplicado), os moradores de favelas seriam os detentores legítimos do saber que permitiria a melhor aplicação de políticas públicas naqueles espaços. Tal posicionamento valorizava o conhecimento do morador de favela, colocando-o no mesmo patamar dos intelectuais acadêmicos (aqueles possuidores de conhecimento erudito sobre o assunto).

Também exemplo deste posicionamento é a fala de um militante que indica que a intenção de criação de uma Federação que falasse em nome das favelas surgiu *quando líderes operários católicos perceberam a necessidade de organizar os favelados, 'para que deles mesmos partisse o esforço da redenção'*.<sup>120</sup>

Este posicionamento apresentado pela Federação se aproxima da concepção gramsciana de intelectual segundo a qual este não seria definido por sua erudição, mas por sua

---

<sup>116</sup> Depoimento de Etevaldo Justino de Oliveira (Diário Carioca, 16/12/1964).

<sup>117</sup> *Apolítica* era expressão utilizada pela Federação.

<sup>118</sup> Estatuto da FAFEG, Artigo 27º, inciso 1º.

<sup>119</sup> Correio da Manhã, 15/12/1964.

<sup>120</sup> Correio da Manhã, 03/10/1964 [grifos meus].

função dirigente e organizativa. Com esta concepção, Gramsci combatia a noção aristocrática e restrita do intelectual, afirmando que a verdade não se encontrava na academia, mas nas experiências produtivas das diferentes classes sociais.

Em se tratando do tema do intelectual gramsciano, devemos atentar à atuação de Etevaldo Justino de Oliveira. Presidente da FAFEG por diversas vezes, funcionário de uma fábrica de jeans e morador de uma favela da região da Tijuca,<sup>121</sup> Etevaldo é exemplo daquele que Gramsci classificaria como um intelectual orgânico: o homem político de ação, em sintonia com uma classe social, à qual procura dar coesão e consciência. Assim como Etevaldo, o intelectual orgânico seria aquele líder que compartilharia a condição de classe (no caso, explicitada pela condição de moradia) e teria consciência de seu pertencimento àquela classe. Também se destaca como personagem importante para a história da Federação Vicente Mariano Ferreira, morador do Morro de São Carlos e presidente da FAFEG entre 1967 e 1970. Ou ainda, Abdias José dos Santos, cuja história será contada no capítulo seguinte. Apesar de figuras emblemáticas, estes não foram os únicos intelectuais orgânicos que lideraram a instituição. Ao contrário. Todos os que concorreram e assumiram o corpo da Federação o foram.

## **2.1. As primeiras remoções de Lacerda.**

A remoção do Pasmado foi apenas o sinal do ímpeto que o remocionismo tinha ganho.<sup>122</sup>

A erradicação da Favela do Pasmado, talvez por ter sido a primeira a gerar debate e contar com uma oposição organizada dos moradores da favela, apesar de não ter sido a primeira a ser levada a cabo por Lacerda no sentido cronológico, ficou marcada como tal. Foi também nesta ocasião que ocorreu a primeira manifestação da FAFEG contra a política de remoções de favelas.

---

<sup>121</sup> Até o momento, a documentação consultada diverge quanto ao local de moradia de Etevaldo. Em alguns momentos encontra-se a indicação do Morro do Borel, enquanto em outros, o Morro do Bispo.

<sup>122</sup> Brum, 2012, p. 62.

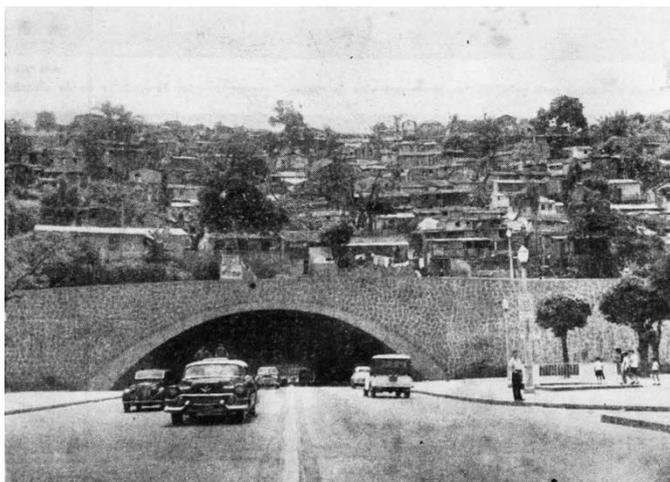


Figura 4 - A Favela do Pasmado em 1960 (Relatório SAGMACS, 15/04/1960, p. 47).

No início de dezembro de 1963 surgiram as primeiras notícias oficiais do despejo da Favela do Pasmado: segundo plano do governo da GB, acabar-se-ia, em uma primeira fase, com as favelas situadas em locais por onde percorriam turistas.<sup>123</sup> Cabe destacar que, em 1961, três anos antes de ser removida, a Favela do Pasmado recebeu melhorias implementadas pelo governo estadual.<sup>124</sup>

A mobilização contra a remoção começou ainda em dezembro de 1963. No dia 18, uma comissão representando nove mil moradores da favela esteve na Assembleia Legislativa pedindo apoio dos deputados a sua causa.<sup>125</sup> Em paralelo, a Secretaria de Serviços Sociais trabalhava no *convencimento* das famílias. Sandra Cavalcanti relata, em depoimento posterior, a estratégia adotada para convencer as famílias a aceitarem a remoção.

Fizemos uma reunião na Igreja de Santa Teresinha, ao lado do Túnel do Pasmado. Eu lhes disse: ‘Vocês só vão se quiserem. Se não quiserem, outras favelas estão querendo ir. Mas, fiquem sabendo, não vamos fazer qualquer melhoria na Favela do Pasmado. Os postes de luz dos cabos eleitorais vão ser retirados. Se vocês quiserem luz, vão ter que pedir, instalar relógio no barraco, uma complicação. Não vamos gastar dinheiro para vocês ficarem num lugar onde não têm como progredir na vida.’<sup>126</sup>

No dia 29 de dezembro iniciava-se o processo de remoção. Em paralelo, o debate entre defensores e insatisfeitos com a transferência se estendia à imprensa carioca. Dias depois, reportagem do *Correio da Manhã*, acusava a Secretária de Serviços Sociais:

---

<sup>123</sup> Apesar do acordo com o Fundo do Trigo prever remoções em áreas onde estivessem previstas obras públicas, a remoção da Favela do Pasmado, em Botafogo, foi motivada pela construção de um centro turístico pela iniciativa privada (construção que nunca foi concretizada).

<sup>124</sup> Cf. Silva, 2005.

<sup>125</sup> *Jornal do Brasil*, 18/12/1963.

<sup>126</sup> Depoimento de Sandra Cavalcanti In: Freire e Lippi, 2002, p.86.

Dona Sandra descobriu que favela enfeia a zona sul, mas confere autenticidade à zona norte, daí a mudança. Mas os favelados resolveram defender, até o último argumento, o direito de ver o mar do alto e comprar em liquidação de boutique.<sup>127</sup>

Em paralelo, a Tribuna da Imprensa, jornal partidário de Carlos Lacerda, defendia Sandra ao publicar depoimento em que afirmava que *alguns moradores, desejosos de possuir sua casa na Vila Aliança, demoliram por sua conta própria barracos, sem que tivessem autorização para mudança, causando problemas para as assistentes sociais*. A Secretaria de Serviços Sociais mencionou também a insatisfação com a remoção dos proprietários de biroschas *que chegaram a esboçar um movimento de rebeldia contra a decisão do governo, mas foram logo derrotados pela maioria dos moradores favelados*.<sup>128</sup>

Na semana seguinte, o mesmo jornal exaltava o sucesso da ação ao afirmar que *os favelados do Morro do Pasmado, cuja precariedade de habitação, condições de higiene e desajuste social constituíam o pesado tributo que pagavam pelo privilégio de ter uma das mais belas vistas da Guanabara, preferiram perder aquele único bem, pelo maior da integração na sociedade, pelo grande bem de deixarem de ser favelados, para assumirem a condição de proprietários das casas que o governo do estado a eles destinou na Vila Aliança em Bangu. O adeus ao Pasmado talvez venha a ser cantado nos versos dos sambistas daquele morro. Esses versos deverão conter, porém, uma mensagem de esperança daqueles que tiveram a ventura de conhecer o início da justiça social, através da igualdade humana*.<sup>129</sup> O repórter estava errado em suas previsões. O adeus ao Pasmado nunca foi associado a sentimentos de esperança e justiça. Ao contrário. Sua remoção e as chamas que apagaram as marcas da favela naquele morro ficaram marcadas como o princípio de uma política injusta e autoritária contra os moradores de favelas.

No dia 10 de janeiro de 1964, quando terminada a remoção, Lacerda determinou a queima dos barracos demolidos, de maneira a evitar o retorno de pessoas ao Pasmado.<sup>130</sup> Ao todo foram transferidas 189 famílias em apenas três dias. Segundo reportagem do Correio da Manhã, *não houve incidentes [na transferência dos moradores], apesar de alguns tentarem insuflar os favelados contra as autoridades da Secretaria de Serviço Social*.<sup>131</sup>

---

<sup>127</sup> Correio da Manhã, 01/01/1964.

<sup>128</sup> Tribuna da Imprensa, 02/01/1964.

<sup>129</sup> Tribuna da Imprensa, 07/01/1964.

<sup>130</sup> Jornal O Dia, 10/01/1964.

<sup>131</sup> Correio da Manhã, 29/12/1963.

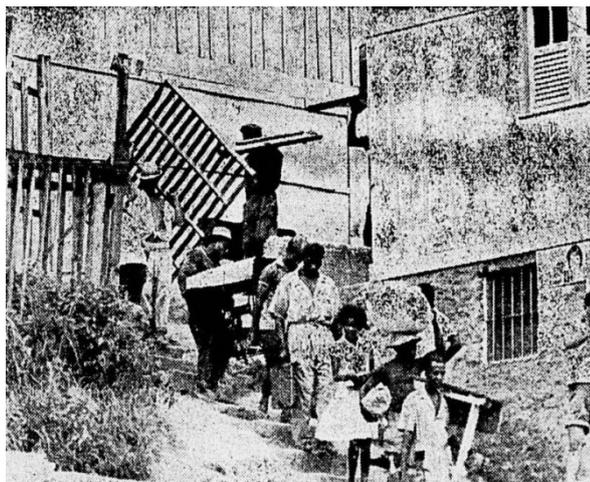


Figura 5 – Moradores do Pasmado carregando seus pertences durante a remoção (Correio da Manhã, 18/01/1964).

As notícias de insatisfação com a medida surgiram aos poucos. A mesma reportagem acima citada mostrava indícios da insatisfação ao afirmar que parte dos moradores havia se mudado contra sua vontade para Bangu. Outra reportagem destacava as reclamações quanto à distância, à falta de estrutura e o custo extra das novas moradias.<sup>132</sup> A insatisfação com a remoção aparece também na fala de uma moradora do Pasmado: *Pois é, parece que é a mesma coisa, mas tem muita diferença. Nós somos favelados igual aos outros, mas somos da zona sul. E isso também dá nome. E tem mais uma coisa: essa dona fala de Bangu com a boca tão cheia, que até parece que em Bangu tem praia!...*<sup>133</sup>

Nesta disputa simbólica, o jornal O Dia, que no início da década de 1960 ainda se permitia alguns elogios à atuação de Lacerda, afirmava que ainda que tivessem ocorrido algumas reclamações acerca da remoção, não houve tentativa de resistência: *ao contrário do que se esperava, não houve nenhuma resistência por parte dos favelados, muito embora alguns reclamassem da distância que agora ficarão da cidade, principalmente operários que trabalham na zona sul.*<sup>134</sup>

No dia 30, o mesmo jornal continuava a afirmar a ausência de resistência e o sucesso da ação ao afirmar que, na presença de Lacerda e Sandra Cavalcanti, famílias removidas mostravam-se contentes com o conforto da Vila Aliança: *o governador Carlos Lacerda foi aplaudido e cumprimentado pelos que conseguiram chegar até ele, havendo mulheres que choraram de alegria quando souberam que suas novas casas terão água corrente e os filhos*

---

<sup>132</sup> Jornal do Brasil, 29/12/1963.

<sup>133</sup> Correio da Manhã, 01/01/1964.

<sup>134</sup> Jornal O Dia, 29-30/12/1963.

*poderão estudar na própria Vila Aliança. [...] Por outro lado, ainda não fez nenhuma intervenção o choque da polícia militar que está de guarda ao pé do Morro do Pasmado. Até ontem nenhum incidente havia ocorrido, contrariando as informações de que moradores descontentes com a mudança para Bangu fossem promover manifestações de protesto.*<sup>135</sup> Apesar da exaltação do clima de tranquilidade, é importante atentar para a presença da tropa de choque, usualmente acionada em casos de confronto.

De acordo com as informações encontradas, a FAFEG manifestou-se, ainda que timidamente, contra a remoção dos moradores do Pasmado. Nunes (1980) aponta que os diretores da Federação promoveram na favela uma manifestação para atrair a atenção da opinião pública. Etevaldo Justino de Oliveira, em entrevista ao Jornal do Brasil, defendia o lema *Bangu não: urbanização das favelas, sim*.<sup>136</sup> Era o início do uso de um lema que se tornaria central na luta da FAFEG: *urbanização sim, remoção não*.

O debate acerca da remoção do Pasmado também rendeu conflitos entre os movimentos de favelas. Segundo reportagem do Jornal O Globo, em fevereiro de 1964, a Coligação dos Trabalhadores Favelados protestou contra as supostas injustiças cometidas por Lacerda na remoção das favelas. Segundo a nota divulgada, o secretário da instituição, Benedito Barreto, apontava que *a entidade denominada FAFEG [...] não [tinha] idoneidade moral para falar em nome dos trabalhadores favelados*.<sup>137</sup>

Poucas semanas após o término da remoção, as denúncias de violências praticadas começaram a surgir. Moradores transferidos para a Vila Aliança recorreram ao então presidente João Goulart acusando os policiais do governo do estado de *os terem retirado à ponta de baioneta do Pasmado, e não por vontade própria*. Denunciaram ainda que seus bens haviam sido danificados na mudança.<sup>138</sup>

Interessante notar que, ao recorrer a João Goulart, a população favelada demonstra no plano da reforma urbana na Guanabara a oposição entre os governos federal e estadual.

---

<sup>135</sup> Jornal O Dia, 31/12/1963 [grifos meus].

Há a hipótese de que a reafirmação da inexistência de resistência exista em função de um enfrentamento simbólico da insatisfação evidente.

<sup>136</sup> Correio da Manhã, 01/01/1964.

<sup>137</sup> Jornal O Globo, 21/02/1964.

<sup>138</sup> Correio da Manhã, 07/02/1964.

Contudo, poucos meses após a remoção do Pasmado, com o início do regime militar, essa possibilidade de diálogo desapareceu.<sup>139</sup>

Não obstante, com ou sem a presença da polícia, a Operação Pasmado, encerrada com um incêndio dos barracos desocupados, foi uma demonstração simbólica de uma nova era, a qual Sandra Cavalcanti chamou de *primeira revolução social realizada no Brasil*.<sup>140</sup>

A remoção da Favela do Pasmado assustou a população favelada da Guanabara. A primeira resposta da FAFEG após esta remoção veio articulada junto aos moradores da Favela da Catacumba, que estiveram na redação do Correio da Manhã em fevereiro de 1964, protestando contra uma possível remoção para a Vila Kennedy. Afirmavam, ainda, que Lacerda, em campanha para o governo, havia prometido urbanizar a favela.<sup>141</sup>

Apesar dos primeiros protestos, a agenda das remoções permanecia. Em março foi iniciada a remoção de 116 famílias da Favela Getúlio Vargas para a Vila Kennedy e para os Parques Proletários do Leblon e da Gávea.

A oposição à remoção levada a cabo pelos moradores da Favela Getúlio Vargas foi intensa e contou com a presença de Magarino Torres, advogado que havia participado do processo de regularização da posse das terras do Morro do Borel na década de 1950 e que culminou com a criação da União dos Trabalhadores Favelados.<sup>142</sup> Magarino chegou a ser retirado da favela em uma patrulha policial. Sobre o episódio, Magarino disse ter sido vítima de um plano da secretária Sandra Cavalcanti. Acusou, ainda, a Secretaria de Serviços Sociais de promover a compra de barracos em favelas da cidade para abrigar funcionários públicos, a fim de dar a impressão de que os moradores estavam de acordo com a transferência para os conjuntos. Em resposta à mobilização para o impedimento da remoção, Sandra Cavalcanti respondia que levaria à frente a mudança, mesmo que houvesse intervenção ministerial do governo de Jango.<sup>143</sup>

Ainda em março de 1964, surgem boatos do agendamento da remoção da Praia do Pinto, vizinha à já mencionada favela Getúlio Vargas. No dia 24 deste mês, Sandra Cavalcanti visitou a favela para esclarecer à população que a remoção era um mero boato. A visita foi um

---

<sup>139</sup> Cabe destacar que Lacerda fora um dos articuladores civil do golpe que derrubou João Goulart.

<sup>140</sup> Lima, 1986, p. 159.

<sup>141</sup> Correio da Manhã, 20/02/1964.

<sup>142</sup> Magarino teria ido à favela acompanhado de um juiz e do deputado Adão Pereira Nunes.

<sup>143</sup> Correio da Manhã, 13/03/1964.

fiasco e a secretária foi apedrejada por moradores, ficando com um hematoma sob o olho esquerdo. A revolta, dizia-se, era motivada pela indignação quanto ao descumprimento de uma promessa de campanha de urbanização da favela feita por Lacerda.<sup>144</sup> Em entrevista no dia seguinte, Sandra Cavalcanti culpou os comunistas pela agressão.<sup>145</sup> Durante esta visita, que contou com a presença do Ministro da Justiça Abelardo Jurema, houve choque com a Polícia de Vigilância, que chegou a lançar bombas de gás lacrimogêneo sobre os favelados que retornavam às suas casas. Policiais também agrediram os moradores com *borrachadas*, sob a alegação de que estariam fazendo arruaças e manifestações políticas. Duas pessoas foram hospitalizadas em virtude das agressões.<sup>146</sup>



Figura 6 – Sandra Cavalcanti fugindo da Favela da Praia do Pinto (Correio da Manhã, 24/03/1964).

A resistência popular não interrompeu o princípio da política remocionista. Dois meses após estes episódios de resistência às remoções, um incêndio devorou 44 barracos da Favela Getúlio Vargas<sup>147</sup> – incêndios misteriosos tornar-se-iam comuns em favelas resistentes à remoção ao longo de toda a década de 1960. Em junho, duas mil pessoas foram removidas da Favela da Praia de Ramos para a Vila Kennedy, também sob protesto. Em agosto, 600 famílias da Favela João Cândido na Avenida Brasil foram removidas para a Vila Esperança<sup>148</sup> e vinte famílias da Favela da Mãe Solteira no Porto foram removidas com violência policial.<sup>149</sup>

---

<sup>144</sup> Correio da Manhã, 24/03/1964.

<sup>145</sup> Correio da Manhã, 25/03/1964.

<sup>146</sup> Correio da Manhã, 26/03/1964.

<sup>147</sup> Correio da Manhã, 20/05/1964.

<sup>148</sup> Correio da Manhã, 08/08/1964.

<sup>149</sup> A reportagem acrescenta ainda que, durante a remoção, ocorreram duas tentativas de suicídio. Tal era o desespero da moradora Wilma Maria da Conceição que jogou querosene nas suas vestes e em seu barraco, mas foi impedida de atear fogo por policiais. Tão desesperada era a situação de outra moradora, Ivone Assis Moreira, que tentou cortar os pulsos durante o despejo (Correio da Manhã, 23/08/1964).

Durante o governo Lacerda, foram removidas 41.958 pessoas em 27 favelas, urbanizadas parcialmente Jacarezinho, Rocinha e Salgueiro, urbanizada completamente a Vila da Penha e construídos quatro conjuntos habitacionais (Vila Esperança, Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus, esta última obra somente iniciada).<sup>150</sup>

## 2.2. O Congresso de 1964.

Diante da intensificação das medidas remocionistas, os movimentos de moradores de favelas, percebendo a necessidade de uma maior organização da resistência às políticas governamentais, iniciaram as primeiras reuniões para a realização do I Congresso da FAFEG. A urgência da mobilização transparece no depoimento de Etevaldo de Oliveira: *[como] as remoções e as ameaças eram constantes, não poderíamos ficar parados. Já tinha havido a primeira remoção de grande vulto no Morro do Pasmado, onde estivemos presentes ainda na fase de organização da FAFERJ, quando tive o primeiro dissabor de descer o morro pendurado nas mãos da polícia.*<sup>151</sup>

Os Congressos da FAFEG foram importantes medidas de articulação e de construção de um discurso único dos moradores frente à política de remoções. Os três Congressos – de 1964, 1968 e 1972 – foram realizados em momentos de grande acirramento da investida remocionista. No momento de realização do I Congresso, já corriam as notícias de que duas grandes favelas, a Favela do Esqueleto e a Favela de Brás de Pina, seriam removidas em breve.

A primeira assembleia extraordinária do I Congresso foi realizada em agosto de 1964 no auditório da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos. Esta assembleia aprovou a programação do encontro, agendado para outubro.

Em agosto o I Congresso já era divulgado na imprensa carioca. Em 19 de setembro, o jornal O Dia noticiava que o Congresso de Favelados da Guanabara começaria no dia 3 de outubro no auditório do Morro da Liberdade. O Congresso tinha como objetivo debater os

---

<sup>150</sup> Cf. Valladares, 1978.

<sup>151</sup> Depoimento de Etevaldo Justino de Oliveira (FAFERJ, 1982, p. 35).

Visto que datado de 1982, o depoimento de Etevaldo se refere à FAFERJ. Em realidade, aquele momento era de organização da FAFEG, antes da mudança do nome da Federação ocorrida em 1975 com a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

problemas das favelas e trazia como temas educação, habitação, marginalidade, subsistência, trabalho, cidadão favelado e a realidade do brasileiro vista da perspectiva dos favelados.<sup>152</sup>

O então presidente da Federação, Etevaldo Justino de Oliveira, em entrevista, afirmava que a realização do Congresso marcaria *um grande passo daqueles que vivem nas mais diferentes favelas cariocas no que diz respeito ao exame dos problemas que os afligem, que é um dos mais sérios existentes no Estado.*<sup>153</sup> Em outro jornal, Etevaldo afirmava que os moradores de favelas pretendiam *contribuir para a formação de um estado de espírito, com grande firmeza de propósitos, para a solução dos grandes problemas nacionais juntando-se às forças vivas da nação nos mais altos objetivos democráticos e cristãos.*<sup>154</sup>

Etevaldo afirmava, ainda, que já havia sido feito o convite às autoridades federais e estaduais, visto que os assuntos a serem tratados no Congresso mereceriam análise dos representantes na Assembleia Legislativa ou até mesmo no Congresso Nacional.<sup>155</sup> A Federação chegou a convidar o governador Carlos Lacerda e o presidente Castelo Branco para participar do Congresso, mas não obteve resposta. Cabe destacar que o Marechal Castelo Branco chegou a ser nomeado Presidente de Honra deste I Congresso!

Outra evidência desta tentativa de aproximação com o novo poder constituído desde abril de 1964 é a publicação no jornal O Dia, declarado apoiador do regime militar, de reportagem com a seguinte manchete: *Congresso entusiasmo favelados cariocas*. A mesma reportagem mencionava a expectativa quanto ao comparecimento de Castelo Branco e Lacerda.<sup>156</sup>

De modo a compreender a homenagem ao Marechal Castelo Branco é preciso retornar às mudanças políticas ocorridas meses antes, naquele mesmo 1964. Em abril, uma junta militar, prometendo eliminar o perigo da subversão e do comunismo, destituiu o Presidente da República João Goulart e assumiu a direção do país. Poucos dias após a derrubada de Jango, no dia 9 de abril de 1964, foi assinado o Ato Institucional nº. 1 (AI-1) que limitou os poderes do Congresso Nacional, transferiu os poderes legislativos para o Executivo e delegou um

---

<sup>152</sup> Jornal O Dia, 19/09/1964.

<sup>153</sup> Diário de Notícias, 31/07/1964.

O jornal Diário da Noite do dia 03/08/1964 também noticiou a assembleia extraordinária da FAFEG.

<sup>154</sup> Jornal O Globo, 13/10/1964.

<sup>155</sup> Além das autoridades estaduais, compareceram a esta primeira reunião representantes da Campanha do Rearmamento Moral. (Jornal do Brasil, 02/08/1964).

<sup>156</sup> Jornal O Dia, 19/09/1964 e 24/09/1964.

colégio eleitoral encarregado de escolher o novo Presidente da República. Desta maneira, no dia 15 do mesmo mês, o General Humberto de Alencar Castelo Branco foi empossado, substituindo a provisória Junta Militar. Iniciava-se, a partir de então, a perseguição àqueles que representavam, aos olhos da Doutrina de Segurança Nacional, uma ameaça à democracia liberal.<sup>157</sup>

Neste novo cenário, movimentos sociais populares passaram a ser compreendidos como ameaça (o chamado inimigo interno) e, portanto, deveriam ser reprimidos. Neste contexto, deve-se compreender a homenagem a Castelo Branco como um modo de afirmar um distanciamento da FAFEG daquela concepção de movimento ameaçador ao novo regime. A distância com a esquerda brasileira também é expressa em fala de um membro da diretoria em entrevista: *Nós fizemos o primeiro Congresso em pleno ato institucional: fomos a única organização que se manifestou em pleno ato institucional, porque nós tínhamos um ponto de vista marcante: a gente não estava interessada na política deles e sim na nossa política.*<sup>158</sup>

Apesar do convite à participação de autoridades governamentais no Congresso, já havia, em 1964, um distanciamento da Federação com o governo do Estado e, portanto, a busca de uma maior autonomia – evidência disto é a própria realização do I Congresso, para organização da oposição à política estatal de remoções.

O problema dos favelados é um dos mais sérios existentes neste estado, razão porque não podemos descuidar dele, nem que para isto tenhamos que mobilizar todos os favelados que, por comodismo se mantém afastados do assunto. Isto, entretanto, não se justifica e nossa primeira tarefa é justamente esta, qual seja, a de fazer com que o favelado compreenda a necessidade de lutar por melhores condições de vida. Espero, sinceramente, que o Congresso dos Favelados venha a se constituir em êxito absoluto e que, como fruto deste nosso trabalho, esteja reservado, para o futuro, uma melhor condição de vida para os homens, mulheres e crianças que hoje vivem na condição de verdadeiros párias em muitos pontos de nossa cidade maravilhosa.<sup>159</sup>

Em outubro de 1964 era iniciado o I Congresso da FAFEG no auditório do Serviço Social São Sebastião. Contando com a participação de cem associações de moradores que representavam cerca de um milhão de moradores de favelas, seu objetivo era encontrar

---

<sup>157</sup> Baseada na obra do General Golbery do Couto e Silva, teórico mais influente da Escola Superior de Guerra, a Doutrina de Segurança Nacional justificou a imposição de um sistema de controle e dominação na qual o Estado conquistaria sua legitimidade por meio do desenvolvimento capitalista e de seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos inimigos internos. Esta teoria foi o embasamento teórico que justificou, para os militares, a intervenção na democracia brasileira (Alves, 2005).

<sup>158</sup> Entrevista com Tupã Bento in: Lima, 1986, p. 189.

<sup>159</sup> Jornal do Brasil, 02/08/1964.

soluções para os problemas das favelas e levar às autoridades as reivindicações e sugestões de seus habitantes.<sup>160</sup>



Figura 7 - Propaganda do I Congresso da FAFEG (In: Gonçalves, 2013. p. 406).

Um dos palestrantes da plenária de abertura do I Congresso foi o Sr. Hermermann, um dos grandes incentivadores do Rearmamento Moral.<sup>161</sup> A mesma reportagem menciona que, em virtude do temor da repressão, os oradores do Congresso focaram *exclusivamente o lado humano das favelas, seus sofrimentos, suas alegrias, seus anseios e o que poderia ser feito para melhorar-lhes a vida.*<sup>162</sup> Ao final da plenária de abertura do dia 3 de outubro, foi entoado o samba *Graças a Deus*, especialmente composto para o Congresso.<sup>163</sup>

Ao explicar a razão da realização do I Congresso de Favelados da Guanabara, Etevaldo afirmava: *queremos viver como gente e não como bicho.*<sup>164</sup> De modo a enfatizar o caráter apolítico (i.e. apartidário), a Federação contava com o apoio do Instituto de Formação Operária e do Serviço Social São Sebastião, onde foram realizadas as reuniões.

O programa consistia dos seguintes eventos:<sup>165</sup>

<sup>160</sup> Jornal do Brasil, 18/10/1964.

<sup>161</sup> Jornal O Globo, 05/10/1964.

<sup>162</sup> Jornal O Globo, 05/10/1964.

<sup>163</sup> Jornal O Globo, 05/10/1964.

<sup>164</sup> Jornal do Brasil, 03/10/1964.

<sup>165</sup> Correio da Manhã, 03/10/1964.

- Dia 3 de outubro: sessão solene de abertura com presença de autoridades. Tema de debate: homologação da direção de honra da Federação e homenagens especiais; discursos das autoridades e apresentação de novidades das favelas;
- Dia 10 de outubro: reunião das comissões sobre os temas marginalidade, subsistência, saúde e habitação;
- Dia 17 de outubro: reunião plenária para apreciar relatórios das comissões da reunião anterior;
- Dia 24 de outubro: reunião das comissões sobre os temas educação, trabalho, o cidadão favelado e a realidade brasileira vista pelo favelado.
- Dia 31 de outubro: plenária para discutir e apresentar relatório das comissões da reunião anterior. Encerramento solene do Congresso no ginásio do Maracanãzinho com presença de autoridades. Coroação da *Rainha do Congresso dos Favelados*, leitura da redação final das conclusões, apresentação de novidades das favelas.

As decisões das plenárias seriam levadas pela diretoria da FAFEG ao Presidente da República e a autoridades federais e estaduais, *como contribuição para a solução de um problema cuja permanência indefinida não está à altura da dignidade humana.*<sup>166</sup> Estas conclusões também deveriam ser reunidas em um livro: *A verdadeira cartilha reivindicatória dos moradores das favelas.*<sup>167</sup>

A plenária do dia 10 de outubro foi realizada na sede da Escola de Líderes Operários e foi presidida pela Associação dos Moradores e Amigos do Morro da Catacumba. O grande tema de debate desta reunião foi a marginalidade. Nesta plenária, foi aprovada a tese de que a sociedade brasileira era a principal responsável pela existência de marginais. A tese aponta ainda que era a própria imprensa a promotora desta marginalização, omitindo o esforço dos movimentos sociais para integrá-los à sociedade. Ainda no âmbito da marginalidade, defenderam a instalação de escolas públicas nas favelas, de modo que os estudantes pudessem aprender os mesmos princípios ensinados às outras crianças.<sup>168</sup>

---

<sup>166</sup> Jornal do Brasil, 03/10/1964.

<sup>167</sup> Jornal do Brasil, 18/10/1964.

<sup>168</sup> Jornal do Brasil, 18/10/1964 e Jornal O Dia, 18-19/10/1964.

A reunião do dia 10 de outubro também levantou uma proposta um tanto polêmica: a criação de uma polícia composta exclusivamente por moradores de favelas para atuar nestes territórios. Segundo Etevaldo, a criação de uma polícia própria poderia *ser de grande eficiência, diante do conhecimento que eles têm do ambiente e do pessoal que reside em favelas* (Jornal do Brasil, 11/10/1964).

Outro tema debatido nesta reunião foi habitação. A discussão levou à elaboração de um projeto de lei destinado a ser o instrumento jurídico da urbanização das favelas. Em seu artigo 3º, parágrafo único, o projeto continha texto que atendia à grande questão do momento: a oposição à política de remoções: *nenhuma favela será removida, a não ser em caso supremo, porém não ultrapassando de três quilômetros da área em que estiver localizada*.<sup>169</sup>

A oposição à remoção tornar-se-ia o ponto nodal de toda a atuação dos movimentos de moradores de favelas durante as décadas de 1960 e 1970. Não obstante, o I Congresso dos Favelados teve como tema central este debate, em todas suas reuniões. O relatório final do Congresso também materializava em seu texto esta preocupação: *em vez de remover as favelas, com os seus problemas, para lugares distantes, o governo deveria promover a urbanização e organização destes núcleos*.<sup>170</sup> Apontavam ainda que, em caso de impossibilidade de urbanização, era necessária a elaboração de estudos, com participação de moradores das favelas e da FAFEG.

No dia 17 de outubro, foi aprovado para envio a deputados federais, um anteprojeto sobre a construção de casas populares e urbanização das favelas. Este anteprojeto previa a constituição de uma comissão para realizar o levantamento topográfico das favelas para a posterior urbanização. Este anteprojeto também definiu que as favelas não poderiam ser removidas, exceção para os casos extremos, e que o BNH passaria a financiar a construção para favelados de casas com pelo menos dois quartos.<sup>171</sup> No dia 30 de outubro foi realizada uma última reunião na qual foram aprovadas as teses sobre educação, alimentação e marginalidade.

Em linhas gerais, o plano para recuperação das favelas cariocas elaborado por seus moradores durante o Congresso consistia dos seguintes pontos: construção de caminhos e valas cimentados; construção de rede de esgotos e fornecimento de água através de reservatórios; construção de creches e postos médicos e, finalmente, constituição de um plano de financiamento aos favelados para a construção de casas e solução de problemas urbanísticos.<sup>172</sup> Para viabilizar a urbanização das favelas, foi criada uma comissão composta

---

<sup>169</sup> Foram tratados ainda temas como o fortalecimento das associações de moradores e a construção de creches e postos médicos nas favelas (Jornal do Brasil, 18/10/1964).

<sup>170</sup> Correio da Manhã, 29/10/1964. Também foram elaborados relatórios sobre educação, trabalho e a relação entre o cidadão favelado e a realidade brasileira.

<sup>171</sup> Jornal O Globo, 20/10/1964.

<sup>172</sup> Última Hora, 31/10/1964 e Diário Carioca, 31/10/1964.

de um membro de cada ministério e de indicados pela FAFEG (uma pessoa de cada associação filiada).

Ainda nesta última assembleia geral, foi deliberada a filiação da FAFEG à Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos – posição que evidencia, mais uma vez, a proximidade desta primeira diretoria da Federação com a Igreja Católica.<sup>173</sup> Foi criado, ademais, o *Dia do Cidadão Favelado*, dia 31 de outubro,<sup>174</sup> e o título *Cidadão Favelado* a ser concedido àquele que mais auxiliasse na resolução dos problemas das favelas.<sup>175</sup>

O I Congresso acabou no dia 31 de outubro, com um espetáculo da caravana artística da FAFEG, uma sessão de cinema, a coroação da *Rainha do Congresso dos Favelados*, desfile de escolas de samba e uma sessão solene de encerramento realizada no Maracanãzinho.<sup>176</sup> A rainha eleita foi Maria do Socorro Lacerda, do Morro de São Carlos com 267.120 votos; enquanto a segunda colocada foi Maria das Graças Rojas, do Morro da Coroa com 137.000 votos.<sup>177</sup> Em terceiro, Norma, do Morro do Catumbi, com 20 mil votos.<sup>178</sup>

---

<sup>173</sup> Cabe lembrar que a Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos era uma das organizações utilizadas pelo IPES / IBAD para articular apoio à luta anticomunista no movimento sindical (Cf. Lima, 1986).

<sup>174</sup> É curioso notar que a CUFA – Central Única das Favelas (que compartilha com a FAFEG a intenção de falar por todas as favelas) também criou uma data comemorativa, o Dia da Favela, dia 4 de novembro.

<sup>175</sup> Diário Carioca, 01/11/1964.

<sup>176</sup> Jornal O Globo, 13/10/1964 e 27/10/1964.

Foram convidados à solenidade de encerramento autoridades das esferas federais e estaduais. Marechal Castelo Branco, como já mencionado, não compareceu. Contudo, Sandra Cavalcanti, já presidente do BNH, compareceu. A ausência de Castelo Branco foi lamentada por diversos jornais: Diário Carioca, 31/10/1964; Última Hora, 31/10/1964 e Diário Carioca, 01/11/1964.

Ao lamentar a ausência do então Presidente da República, as edições mencionadas do dia 31 de outubro informavam que o congresso dos favelados era promovido pelo Diretório Acadêmico da Escola de Serviço Social da PUC. Inicialmente, esta informação causou estranheza, pois, como já visto, havia uma proximidade entre a FAFEG e a Escola de Serviço Social da PUC. Contudo, verificando a programação do Congresso da FAFEG e do Congresso da PUC, é possível compreender que se tratavam de dois eventos distintos, porém concomitantes.

O Congresso da PUC iniciou-se com uma mesa redonda realizada no dia 13 de setembro que abriu a campanha *Você conhece o favelado?*, cujo objetivo era mostrar que o favelado não era um marginal ou um elemento desvinculado da sociedade. Participaram desta mesa representantes da Catacumba, Cantagalo, Macedo Sobrinho e da Vila Kennedy (Correio da Manhã, 13/09/1964). No dia 6 de outubro, realizou-se uma conferência sobre urbanização em favelas com participação de representantes da Vila da Penha, Parque Alegria (antigo Buraco da Lacreia), Alto Solar e Vila Aliança (Correio da Manhã, 06/10/1964). A última mesa redonda ocorreu no dia 30 de outubro e teve como participante Etevaldo Justino de Oliveira falando sobre a organização de favelas; Murilo José Rosa, representante do Morro do Catumbi; José Machado, presidente da associação do Morro do Barro Vermelho e o gerente da Companhia Industrial de Parada de Lucas, uma empresa gerida por moradores de favelas (Correio da Manhã de 29/10/1964, 30/10/1964, 01/11/1964. Jornal do Brasil de 29/10/1964 e 31/10/1964).

<sup>177</sup> Diário Carioca, 01/11/1964.

<sup>178</sup> Jornal O Dia, 25-26/10/1964.

### **2.3. A remoção do Esqueleto e a prisão de Etevaldo Justino de Oliveira.**

A luta pela permanência e urbanização da Favela do Esqueleto (ocorrida em 1964), assim como a luta pela urbanização das favelas da bacia da Lagoa Rodrigo de Freitas (em 1968-1969), foram as mais trágicas lutas organizadas pela FAFEG: em ambos os casos, os moradores das favelas foram derrotados pelas autoridades governamentais e transferidos, contra sua vontade, para conjuntos habitacionais distantes.

A favela do Esqueleto, surgida em 1930 quando foram interrompidas as obras para a construção do Hospital das Clínicas (o famoso esqueleto), teve sua população aumentada consideravelmente ao longo da década de 1940 com as obras de abertura da Avenida Presidente Vargas e a consequente demolição de casas – chegou a ter, no início da década de 1950, 5.808 habitantes. Na década seguinte, manteve o crescimento acentuado, chegando em 1960 a abrigar 12.000 habitantes.

A primeira remoção desta favela por Lacerda ocorrera em função da abertura da Avenida Radial-Oeste, em dezembro de 1960.<sup>179</sup> No ano seguinte, a favela chegou a receber melhorias implementadas pelo governo estadual – em comemoração às obras, parte da favela mudou seu nome para Vila São Jorge.<sup>180</sup>

Em outubro de 1964, a Favela do Esqueleto se viu novamente ameaçada de remoção, mas agora de uma remoção completa: seus moradores seriam transferidos para Vila Kennedy, para dar lugar à construção da Universidade da Guanabara (UEG).<sup>181</sup> Neste mesmo mês, a COHAB já havia iniciado reuniões com os moradores para preparação da transferência.

---

<sup>179</sup> Correio da Manhã, 20/12/1960.

<sup>180</sup> Cf. Silva, 2005.

<sup>181</sup> Jornal do Brasil, 18/10/1964.

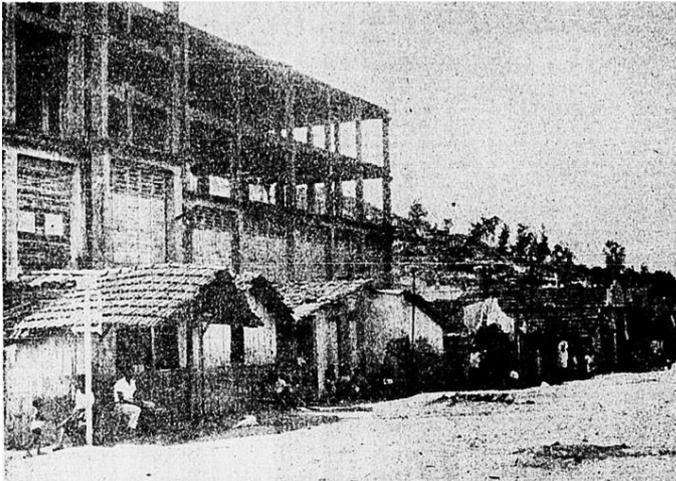


Figura 8 – A Favela do Esqueleto (Jornal do Brasil, 18/10/1964).



Figura 9 – O interior da Favela do Esqueleto (Correio da Manhã, 29/06/1965).

Em novembro de 1964, a Secretaria de Serviços Sociais iniciava o levantamento socioeconômico da favela. Segundo reportagem do *O Dia*, *os próprios moradores, interessados na aquisição de uma casa própria, estão cooperando com as autoridades da Secretaria no levantamento da favela. Assim, os dirigentes da associação dos moradores da Vila Jorge colocaram a disposição dos assistentes sociais a [ilegível] da entidade, situada no primeiro andar do Esqueleto.*<sup>182</sup>

Motivados pelos debates realizados no I Congresso, os moradores do Esqueleto começaram a organizar a resistência à remoção. No dia 24 de novembro, uma delegação de moradores da favela esteve na redação do *Jornal do Brasil* apelando ao Governo do Estado que não efetuasse sua remoção para a Vila Kennedy. Comunicaram, ainda, que haviam marcado para o dia 27 do mesmo mês uma assembleia geral para decidir se o pedido de permanência (que já continha três mil assinaturas), seria enviado a Lacerda por uma comissão ou por todos os moradores da favela.<sup>183</sup> Além das assinaturas dos moradores do Esqueleto, o manifesto exigia do governador o cumprimento da promessa de urbanização feita durante a inauguração da Avenida Radial-Oeste. Os moradores, também, reivindicavam a construção de conjuntos residenciais na própria área, visto que a futura universidade ocuparia somente um terço da área da favela.<sup>184</sup>

Um dia após a data programada, em 28 de novembro de 1964, foi realizada uma reunião promovida pela FAFEG e pela Associação dos Amigos da Vila São Jorge em uma

---

<sup>182</sup> *Jornal O Dia*, 15-16/11/1964. É provável que a palavra ilegível seja *sede*.

<sup>183</sup> *Jornal do Brasil*, 24/11/1964.

<sup>184</sup> *Correio da Manhã*. 25/11/1964.

laje do Esqueleto do Hospital das Clínicas. Com presença de cerca de duas mil pessoas, os moradores decidiram lutar pela permanência da favela.



Figura 10 – Assembleia realizada no Esqueleto (Correio da Manhã, 28/11/1964).



Figura 11 – Assembleia realizada no Esqueleto (Diário Carioca, 31/10/1964).

Mobilizados a permanecer no local, os moradores e a FAFEG marcaram, para o dia 5 de dezembro, uma reunião no Esqueleto com várias agremiações de favelas com o objetivo de discutir uma forma de levar a Lacerda o dito memorial. Na mesma reportagem, Etevaldo Justino de Oliveira, presidente da FAFEG, apontava o objetivo da elaboração do documento: *queremos lembrar-lhe ainda que, na sua posse ao Governo do Estado, o Sr. Carlos Lacerda promoveu uma reunião com os favelados no Palácio da Guanabara apresentando seus planos governamentais com referência às favelas, afirmando que nesses planos estavam a urbanização da atual Vila São Jorge, antiga Favela do Esqueleto.*<sup>185</sup>

Contraditoriamente, em entrevista ao jornal O Dia, Etevaldo afirmava que *com referência à Favela do Esqueleto, posso afirmar que ali tudo vem correndo normalmente. Os entendimentos entre os favelados e o governo estão se processando num clima de tranquilidade e compreensão. Acreditamos que tudo findará bem, pois o diálogo está sendo feito e isso é essencial em qualquer questão.*<sup>186</sup>

No dia da assembleia, Etevaldo, em entrevista para o Correio da Manhã e para o Diário de Notícias, afirmava que a remoção deveria ser *o último dos recursos, pois é muito mais prejudicial que benéfica ao favelado*. Também criticava o elevado preço das prestações das casas da COHAB, reajustadas de acordo com o aumento do salário mínimo. Ademais,

---

<sup>185</sup> Diário Carioca, 01/12/1964.

<sup>186</sup> Jornal O Dia, 05/12/1964.

afirmava estar *entrosado* com moradores do Esqueleto e que havia verificado pessoalmente que eles não poderiam arcar com as prestações das casas da Vila Kennedy.<sup>187</sup>

A assembleia do dia 5, realizada na primeira laje da construção do Hospital das Clínicas, decidiu que o memorial (que já continha oito mil assinaturas!) seria entregue ao governador por meio da FAFEG. Com este documento, os moradores comunicavam oficialmente a Lacerda que eram contrários à remoção e cobravam o cumprimento da promessa de urbanização. Ademais, ficou definido que uma comissão de onze moradores do Esqueleto estaria encarregada de preparar a documentação a ser levada para o governador.<sup>188</sup>

Nesta mesma assembleia definiu-se a realização de uma ação que acabou por desencadear uma intensa repressão ao movimento pela urbanização do Esqueleto. Com o intuito de consultar a posição dos moradores que não participavam das reuniões – e de dar legitimidade ao documento que seria enviado a Lacerda, é claro – os moradores decidiram pela realização de uma consulta destinada a apurar quantas pessoas realmente desejavam permanecer na favela. O plebiscito, como foi chamado por seus organizadores, ficou agendado para o dia 13 de dezembro.<sup>189</sup>

Poucos dias depois da decisão de realizar um plebiscito no Esqueleto, Etevaldo foi convidado a participar de uma reunião na Secretaria de Serviços Sociais. Etevaldo conta, em depoimento prestado em 1982, que se sentou junto a 20 pessoas, todos técnicos. Relata ter ouvido ameaças: *“você é um rapaz inteligente, não faça o plebiscito.”*<sup>190</sup> Nenhum acordo foi realizado nesta reunião.

A resposta repressora à *insistência* em realizar o plebiscito foi rápida. Diz-se que Lacerda, irritado com a agitação política do Esqueleto, solicitou a seu amigo de longa data, o diretor do DOPS Cecil Borer, que o assunto fosse resolvido.<sup>191</sup> Na noite do dia 9 de dezembro

---

<sup>187</sup> Correio da Manhã e Diário Carioca, 05/12/1964.

<sup>188</sup> A comissão era composta por Sebastião Carneiro, Álvaro Rosa Ribeiro, Pedro Feitosa, Francisco Mariano, Odair Farias Nascimento, José Raimundo, Enedino Matias de Almeida, Etelvina dos Santos Cunha, Maria José de Souza, Gilda da Silva Peçanha e Maria José da Silva, todos moradores do Esqueleto escolhidos por votação.

<sup>189</sup> Correio da Manhã, 09/12/1964.

<sup>190</sup> Depoimento de Etevaldo Justino de Oliveira (FAFERJ, 1982, p. 36).

<sup>191</sup> Cecil de Macedo Borer, policial, fez longa carreira na polícia política do antigo Distrito Federal. Foi agente do serviço secreto de 1932 a 1965, quando se aposentou como diretor do DOPS da Guanabara. Nos seus últimos anos na polícia, foi o comandante da caçada a militantes de esquerda e partidários do governo João Goulart. Declarado anticomunista, fora conhecido torturador de presos durante três décadas: já era denunciado em jornais por abuso de força em abril de 1948. (Reznik, 2004).

Posteriormente, em entrevista ao Correio da Manhã, Etevaldo confirmou ter sido trancafiado por ordem do Sr. Cecil Borer (Correio da Manhã, 16/12/1964).

de 1964, Etevaldo Justino de Oliveira apresentava na Rádio Rio de Janeiro o já mencionado programa *A FAFEG marcha* quando percebeu que pela janela do estúdio dois cidadãos fortíssimos o observavam. *Aí pensei: meu deus do céu, já entrei! Terminei o meu papo com os favelados, com os ouvintes em geral, e quando eu ia saindo, eles já me anteciparam: ‘o senhor não está preso, o senhor está convidado a prestar algumas declarações lá no DOPS’. Acontece que eu saí para prestar declarações e passei o meu aniversário no DOPS. Fiquei preso durante nove dias seguidos. A imprensa me procurando, minha esposa me procurando.*<sup>192</sup>

Membros da FAFEG suspeitavam, com toda a razão, de que sua prisão tivesse relação com sua liderança no movimento da Favela do Esqueleto e com a realização do plebiscito. Preso para averiguações, Etevaldo sequer foi interrogado. Em entrevista ao *Correio da Manhã* de 11 de dezembro de 1964, Dona Anoelina (esposa de Etevaldo) disse que temia pela vida do esposo *porque ele sempre quis dizer a verdade sobre a favela, o que fez com que tenha muitos inimigos, principalmente dentro do governo, pois quem defende favelado fica sempre contra o governo.* Na noite do dia 10, Etevaldo foi localizado no DOPS. A prisão do líder do movimento foi a forma encontrada pelo governo estadual para impedir o pronunciamento dos moradores do Esqueleto, já que a previsão era de que a maioria absoluta estaria contra a mudança. Esta foi a primeira de uma prática que se repetiria durante a implementação da política remocionista na Guanabara: a detenção no DOPS de dirigentes das associações de moradores e de lideranças da FAFEG antes da realização de remoções.



Figura 12 – Dona Anoelina, esposa de Etevaldo (*Correio da Manhã*, 11/12/1964).

---

<sup>192</sup> Depoimento de Etevaldo Justino de Oliveira (FAFERJ, 1982, p. 36).

A prisão de Etevaldo foi mais uma das cerca de 50 mil prisões e detenções para averiguações realizadas nos primeiros meses do golpe. Tais prisões eram feitas por meio dos Inquéritos Policiais Militares (IPM), mecanismos legais previstos no AI-1 e criados para promover a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do *inimigo interno*, definido segundo a Doutrina de Segurança Nacional. Tais detenções temporárias eram parte de uma estratégia de intimidação que visava principalmente os movimentos sociais.<sup>193</sup>

O ataque ao movimento do Esqueleto se estendeu a outras frentes como a difamação da Federação das Associações de Favelas e de seus representantes. No dia 12 de dezembro, o Secretário de Serviços Sociais Luís Carlos Vidal acusava Etevaldo de ser *um falso presidente de uma falsa entidade*. Dizia ainda não concordar com a realização do plebiscito, uma vez que considerava que os moradores *não [estavam] devidamente preparados*.<sup>194</sup> Em entrevista a outro jornal, o Secretário afirmava que a FAFEG não representava a totalidade das favelas da Guanabara e que Etevaldo *havia assumido indevidamente o cargo de presidente com o movimento revolucionário de 1º de abril, aproveitando-se do desaparecimento de seu presidente legal*.<sup>195</sup> O jornal O Dia referendou as acusações a Etevaldo. Em entrevista, Luiz Carlos Vital ressaltou *que o Sr. Etevaldo é um falso líder, que indevidamente ocupou a presidência da Federação e que não representa em nada o pensamento dos favelados do Esqueleto*.<sup>196</sup>

No dia 12, agentes do DOPS transmitiram a ordem de proibição aos dirigentes da associação de moradores do Esqueleto. Usaram como argumento o fato de que os moradores não teriam feito a solicitação para autorização de realização do plebiscito em tempo hábil e, portanto, o plebiscito havia sido considerado ilegal. Dois agentes do DOPS visitaram a favela no dia 13 *para repetir que a votação não sairia porque se tratava de movimento de agitação social*.<sup>197</sup> Ademais, a polícia da Guanabara, usando os poderes concedidos pelo golpe militar, fez saber aos dirigentes da FAFEG que seriam todos presos se tentassem realizar a consulta.<sup>198</sup>

---

<sup>193</sup> Cf. Alves, 2005.

<sup>194</sup> Correio da Manhã, 12/12/1964.

<sup>195</sup> Diário Carioca, 12/12/1964.

Esta crítica refere-se ao episódio relatado anteriormente do abandono do cargo do primeiro presidente da FAFEG por conta do golpe militar.

<sup>196</sup> Jornal O Dia, 12/12/1964.

<sup>197</sup> Jornal do Brasil, 15/12/1964.

<sup>198</sup> Diário Carioca, 14/12/1964.

A reportagem do Última Hora de 12 de dezembro afirmava que a iniciativa do plebiscito *teria contrariado o governador do Estado, o qual, através dos seus auxiliares, exigiu o cancelamento do referendun, no que não foi atendido.*<sup>199</sup> Ainda que impedidos de realizar a consulta, os membros da associação de moradores do Esqueleto decidiram continuar a coleta de assinaturas, que seriam enviadas no manifesto a Lacerda.<sup>200</sup>

No dia 15 de dezembro, a FAFEG lançou um manifesto protestando contra a *covarde, arbitrária e infundada agressão* a Etevaldo Justino. Segundo texto do manifesto, sua prisão relacionava-se *aos recentes acontecimentos que empanaram o pensamento, a liberdade e o direito de opção do favelado no encaminhamento da solução de seus problemas, quando os moradores da Favela do Esqueleto, com a assessoria da FAFEG, pretenderam realizar uma consulta geral que apontaria, com fidelidade e sem coação de qualquer espécie, a vontade dos mesmos em relação à urbanização e permanência no local ou remoção para a Vila Kennedy.* A diretoria da FAFEG compreendia que *tal procedimento desgostou as autoridades da Secretaria de Serviços Sociais, pois no dia 9 do corrente, o presidente da FAFEG, Sr. Etevaldo Justino de Oliveira, em reunião da COHAB, rechaçou a proposta no sentido de adiamento da consulta popular, sendo posteriormente preso por agentes do DOPS.*<sup>201</sup>

Continuava o manifesto. *No sentido de esclarecer a opinião pública e desagravar o nosso honesto e honrado companheiro desta covarde e arbitrária agressão seus pares de diretoria declaram que **não somos subversivos nem agitadores. A nossa linha de luta e ação se fundamenta nos altruísticos princípios de uma justiça social inspirada nos preceitos da Doutrina Social Cristã.***<sup>202</sup> A menção ao distanciamento entre a FAFEG e aqueles considerados subversivos e agitadores reforça, mais uma vez, a compreensão de que pelo menos esta primeira diretoria da Federação não tinha qualquer vínculo com os movimentos sociais de esquerda.

---

<sup>199</sup> Última Hora, 12/12/1964.

<sup>200</sup> Jornal do Brasil, 13/12/1964. Na mesma reportagem, Pedro Oliveira, presidente da associação de moradores, afirmava acreditar que em alguns dias sua entidade seria fechada e seu funcionamento proibido por autoridades da IX Região Administrativa.

<sup>201</sup> Correio da Manhã, 15/12/1964.

<sup>202</sup> Correio da Manhã, 15/12/1964 [grifos meus].

Em seguida, o manifesto explicava o porquê da oposição à remoção. *Porque não nos é dado o direito de livre opção e porque vemos naquela medida um processo de segregação social e uma forma de paternalismo incoerente com os nossos princípios.*<sup>203</sup>

Por fim, o manifesto pedia a liberdade de Etevaldo. *Exigimos que os senhores que detêm os poderes e a lei reflitam, sejam humanos um só instante, devolvam a liberdade ao companheiro Etevaldo Justino de Oliveira, encarem os cidadãos honestos e humildes com um pouco de justiça e humanidade, pouco nos resta, tudo nos é tomado, até nosso pensamento sofre pressões, e ainda privam-nos da liberdade. [...] Senhores, libertem já o companheiro Etevaldo, preso incomunicável no DOPS. Este homem é trabalhador e íntegro, é um democrata por índole e não merece tamanha covardia pela vossa vontade anticristã, antidemocrática e arbitrária.*<sup>204</sup>

O manifesto indica um ponto central da atuação política da FAFEG: *a liberdade e o direito de opção do favelado no encaminhamento da solução de seus problemas.* Tal posicionamento valorizava o conhecimento do morador de favela, colocando-o no mesmo patamar dos intelectuais acadêmicos (possuidores de conhecimento dito erudito).

No mesmo dia 15 de dezembro, dois dias após a data definida para a realização do plebiscito e cinco dias após sua prisão, Etevaldo foi libertado, após negociação conduzida pelo Padre Veloso e pelo Padre Pancrácio Dutra, este último, presidente da Escola de Líderes Operários da PUC. Perguntado sobre o episódio, Etevaldo disse que não sofreu tortura física, mas reclamou da alimentação.<sup>205</sup>

---

<sup>203</sup> Jornal do Brasil, 15/12/1964 [grifos meus].

<sup>204</sup> Diário Carioca, 15/12/1964 [grifos meus].

O jornal O Globo publicou, na íntegra, o memorial divulgado pela FAFEG. “Defendemos e exigimos respeito à nossa dignidade como pessoa humana, sublimada e dignificada por Jesus Cristo. Defendemos a urbanização da favela, porque esta medida atende de fato à vontade de todos os favelados. Repudiamos a remoção para áreas rurais, porque não nos é dado o direito de livre opção e porque vemos na mesma um processo de segregação social e uma forma de paternalismo incoerente com os nossos princípios. [...] Não queremos favores; queremos, sim, uma solução para os nossos problemas. Não somos marginalizados em favelas porque assim queiramos. Desmentimos que o companheiro Etevaldo Justino de Oliveira esteja ilegalmente investido do cargo de presidente da FAFEG, bem com seja ele um falso líder. Declaramos ser o companheiro, operário, íntegro chefe de família, pai de quatro filhos menores, sendo um recém-nascido. Na oportunidade em que lhe cerceiam a liberdade, e de modo injustificável, declaramos que a única motivação foi o impedimento da realização do plebiscito na Favela do Esqueleto. [...] Protestamos com a mais profunda veemência, contra a covarde, arbitraria e infundada agressão ao nosso companheiro. Exigimos que os senhores, que detêm os poderes e a lei, reflitam, sejam humanos só um instante, devolvam a liberdade ao companheiro Etevaldo Justino de Oliveira. Senhores, libertem já o companheiro Etevaldo, preso incomunicável no DOPS. Esse homem é trabalhador e íntegro, é um democrata por índole e não merece esse tratamento anticristão, antidemocrático e arbitrário” (Jornal O Globo, 15/12/1964).

<sup>205</sup> Diário Carioca, 16/12/1964.

Sobre como se sentia, Etevaldo disse: *Minha autenticidade não foi abalada, e a prova está nas solidariedades que recebi: Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, Escola de Líderes Operários, Movimento de Orientação Sindicalista, Rearmamento Moral e principalmente das Associações de Favelas. [...] Sendo um líder favelado que tenho em mira defender o que é certo, continuarei defendendo as mesmas teses.*<sup>206</sup>

Contou ainda que a polícia o ameaçou de nova prisão e processo, caso continuasse seu trabalho de liderar os favelados.<sup>207</sup> Além da coação e vigilância policial que não se encerraram com a prisão, Etevaldo foi convidado a se retirar da firma Wilson Jeans, onde trabalhou por quatorze anos, por *seus problemas com a polícia.*<sup>208</sup> No dia 17 de dezembro, Etevaldo sofreu outra tentativa de prisão, novamente na saída da Rádio Rio de Janeiro. Contudo, auxiliado por funcionários que o acompanharam, conseguiu retornar a sua casa.<sup>209</sup>

No dia 18 de dezembro, a Associação de Amigos da Vila São Jorge anunciava o cancelamento oficial do plebiscito e do memorial que seria levado ao governador Carlos Lacerda. Em virtude da proibição policial à consulta e as ameaças àqueles que se opunham à transferência, a Associação entendia que a iniciativa acarretava perigo e de nada valeria face à intransigência policial. Moradores que pediram que seus nomes não fossem divulgados, lembraram a visita do Secretário Luís Carlos Vidal à favela acompanhado de 60 policiais. Afirmavam ainda que *não há ambiente para qualquer movimento de opinião ou de reivindicação* e *que como lado mais fraco, têm mesmo que se sujeitarem à força e fazer a vontade do governo, que não admite sequer ouvi-los.* Acrescentaram, por fim, que *a técnica policial, agora, é apontar como 'elemento comunista' quem quer se ouse criticar a decisão do Executivo. [...] As ameaças são de que será preso como subversivo quem não quiser se mudar.*<sup>210</sup>

Padre Pancrácio Dutra, aquele que negociou a libertação de Etevaldo, também tocou no assunto da presença dos comunistas. Em entrevista afirmou ser o plebiscito uma norma perfeitamente democrática. Contudo, enfatizou que era *preciso ter o máximo de cuidado para que os esquerdistas não se aproveitem da prática da democracia, tentando agitar para*

---

<sup>206</sup> Diário Carioca, 16/12/1964.

<sup>207</sup> Correio da Manhã, 17/12/1964.

<sup>208</sup> Cf. The Robinson Rojas Archive.

<sup>208</sup> Etevaldo passou a ser seguido por policiais após ser posto em liberdade. Segundo reportagem do Diário Carioca de 17/12/1964, Etevaldo chegou a deixar de ir a seu programa de rádio por temer novas represálias.

<sup>209</sup> Cf. The Robinson Rojas Archive.

<sup>210</sup> Correio da Manhã, 18/12/1964.

*confundir os menos esclarecidos. Fui informado que, no caso do Esqueleto, os comunistas estiveram na favela, tentando confundir os moradores, a fim de transformar o plebiscito numa manifestação governamental.*<sup>211</sup>

Para compreender melhor a intensidade da repressão ao movimento pela urbanização do Esqueleto, é necessário relacioná-lo também a outra oposição à remoção que ocorria em paralelo na Guanabara, e que também teve grande repercussão: o movimento dos moradores de Brás de Pina que, ao contrário dos do Esqueleto, saíram vitoriosos.

A remoção dos moradores da Favela de Brás de Pina para a Vila Kennedy foi anunciada em setembro de 1964. Como contraproposta à extinção da favela, aqueles que lá moravam há 20 anos, se propuseram a realizar a urbanização da área. Eram cerca de 10 mil moradores contrários à mudança. De maneira a agilizar a remoção, a COHAB realizava uma *guerra de nervos aos favelados, através de informações desencontradas* e ameaças de que perderiam tudo. Durante a luta dos moradores pela permanência, destacaram-se as figuras do padre católico José Sanz Artola e de um estudante de arquitetura, Carlos Nelson Ferreira dos Santos.

Carlos Nelson, junto a colegas da Faculdade de Arquitetura, buscava, em meados da década de 1960, *cavar um campo novo para o exercício da profissão.*<sup>212</sup> Uma das consequências desta busca foi o convite recebido, quando ainda estudante, para assessorar a população favelada de Brás de Pina. Carlos Nelson chegou àquela favela em 1965 e trabalhou pela sua urbanização até 1971. A assessoria do profissional de arquitetura e urbanismo foi fundamental para a defesa da permanência da favela, visto que sua presença proporcionava uma resposta *autorizada* à questão técnica da urbanização.

A escalada da tensão da luta dos moradores de Brás de Pina começou ao final de novembro e se estendeu ao longo do mês de dezembro, com a prisão de moradores pelo DOPS e manifestações públicas em frente ao Palácio da Guanabara por um posicionamento do Presidente da República.

A disputa sobre o destino da Favela de Brás de Pina se estendeu ao campo jornalístico. Ao final de novembro, o jornal O Dia noticiava que a *Favela em pânico [marchava] pela liberdade de mudar*. Segundo a reportagem, 365 famílias realizaram uma *marcha dos favelados com deus pela liberdade de mudar*, conduzindo cartazes pedindo a mudança ao

---

<sup>211</sup> Jornal do Brasil, 17/12/1964.

<sup>212</sup> Santos, 1980, p. 39.

governador e agradecendo o apoio dos jornais O Dia e A Notícia na defesa da remoção. Ainda segundo o texto, uma líder dos favelados entregou ao repórter uma carta (de conteúdo um tanto surpreendente!) em que afirmava ser *uma das muitas que desejam sair o mais depressa possível deste chiqueiro e nele deixar os porcos que desejarem ficar. O senhor, que tantas obras vêm realizando com êxito no Estado não pode, agora, recuar ante a ameaça de uma minoria de maus homens que desejam tão somente enriquecer na lama a custa de nossa desgraça. [...]. Já removeu tanta gente e não pode interromper seus planos para atender aos caprichos dos maus. [...] Queremos ir para a Vila Aliança como é plano da Secretaria de Serviços Sociais. Isso é justo, possível e humano. [...] tire-nos desta desgraça, pelo amor de deus, senhor governador. Somos como filhos seus que clamam pela atenção do bom pai, iludido pelos acenos criminosos e falsos dos maus vizinhos. Como homem e como cristão, tire-nos desta desgraça, pelo amor de deus.*<sup>213</sup>



Figura 13 – Moradores de Brás de Pina acampados em frente ao Palácio da Guanabara (Correio da Manhã, 20/11/1964).



Figura 14 – Moradores de Brás de Pina deixando o Palácio da Guanabara, após dois dias de espera (Correio da Manhã, 21/11/1964).

---

<sup>213</sup> Jornal O Dia, 27/11/1964.



Figura 15 – Moradores de Brás de Pina em manifestação em frente ao Palácio da Guanabara (Correio da Manhã, 04/12/1964).

No dia 26 de novembro, cinquenta padres católicos lançaram um manifesto em que analisavam a situação das favelas e denunciavam a falta de ética profissional dos assistentes sociais em Brás de Pina.

Denunciamos, no caso específico de Brás de Pina a falta de ética profissional com que se tem conduzido os assistentes sociais do Estado, criando clima emocional, procurando arrancar do favelado a aceitação espontânea da remoção. Isto torna falsas as estatísticas da COHAB. Denunciamos a predeterminação em remover-se sob o pretexto de que o saneamento é difícil. Se não o é para a empresa a qual será vendido o terreno, não o pode ser para o Estado ajudado pelos moradores. Mesmo no caso de ser mais dispendiosa a urbanização, julgamos como dever do Estado estancar o surto de obras suntuárias e adiáveis para atender ao gravíssimo problema da urbanização das favelas. Do contrário o Rio será uma cidade sepulcro calado, hipócrita, vestida de jardins, levando nas entranhas a podridão das favelas.<sup>214</sup>

Os ânimos se exaltam. Por volta do dia 15 surgem denúncias de que os funcionários da COHAB ameaçaram queimar barracos e remover a favela à força.<sup>215</sup> No dia 22, Lacerda visitou a favela de Brás de Pina. Neste dia houve bate-boca e troca de empurrões entre o governador e Padre Artola. Foi também, neste dia, que Lacerda, após a confusão, se retirou da favela esbravejando a famosa frase: *se os moradores preferiam viver na lama, seriam tratados como porcos.*<sup>216</sup>

Não podemos continuar brigando e eu não posso acabar a favela pela metade, deixando uns e retirando outros. A solução é a remoção total dessas famílias para Vila Kennedy em Bangu, mandando para a cadeia quem vem

---

<sup>214</sup> Correio da Manhã, 26/11/1964.

<sup>215</sup> Correio da Manhã, 15/12/1964.

<sup>216</sup> Santos, 1981, p. 34.

fazer demagogia, como o Padre Artola, que explora as famílias. Lugar de padre é na igreja.<sup>217</sup>

Sobre o atrito entre Padre Artola e Lacerda na véspera de Natal, o Jornal O Dia dizia que *sem argumentos para contestar o governador, o padre José Sanz Artola passou ao desacato, chegando mesmo a desafiar o Sr. Carlos Lacerda. O governador advertiu-o de que estava ali como chefe de estado e que não permitiria qualquer diminuição de sua autoridade. O padre voltou aos ataques e o chefe do governo estadual repeliu-os energicamente.*<sup>218</sup>

Apesar da resistência, a remoção de algumas famílias foi iniciada no dia 24 de dezembro.<sup>219</sup> No dia 26, a pressão sobre os moradores aumentou ainda mais: casas foram invadidas pela COHAB para forçar moradores a aceitar o cartão de transferência, ameaças de incêndio dos barracos, ordem de retirada de faixas de protesto, proibição da venda (na favela) dos jornais que estavam denunciando o processo e até ameaças de fuzilamento foram proferidas.<sup>220</sup>

A mudança para Bangu se não ocorrer por bem, será feita de qualquer maneira: esta é a última oportunidade de obterem casa em Bangu, senão vem o despejo e poderão ir para onde quiserem.<sup>221</sup>

É importante notar que o período em que se intensifica a luta dos moradores de Brás de Pina, novembro / dezembro de 1964, é o mesmo período em que se intensifica a luta dos moradores do Esqueleto. Neste sentido, é possível compreender que a repressão violenta e enérgica da manifestação democrática organizada pelos moradores da Favela do Esqueleto, de certa forma, servia como exemplo também para os moradores de Brás de Pina, assim como para todos os moradores de favelas da Guanabara.

A despeito da importância da luta pela urbanização de Brás de Pina, a FAFEG, inicialmente, manteve distância do movimento, chegando até mesmo a criticá-lo – não que a Federação defendesse a remoção daquela favela, mas tinha duras críticas à forma de organização da luta, liderada por um não-favelado. Sobre a remoção de Brás de Pina, no início de dezembro Etevaldo afirmava que a FAFEG ainda não havia sido procurada por nenhuma das partes, mas que *esteve no local ouvindo favelados e chegou à conclusão que a maioria dos moradores deseja realmente se mudar para a Vila Aliança, conforme é o desejo*

---

<sup>217</sup> Correio da Manhã, 23/12/1964.

<sup>218</sup> Jornal O Dia, 24/12/1964.

<sup>219</sup> Correio da Manhã, 25/12/1964.

<sup>220</sup> Correio da Manhã, 27/12/1964 e 30/12/1964.

<sup>221</sup> Fala das assistentes sociais segundo moradores da favela (Correio da Manhã, 29/12/1964).

da Secretaria de Serviços Sociais da GB através de seu órgão a COHAB. Ainda sobre a resistência à remoção naquela favela, afirmou *nossa posição no caso é a do bom senso. Não participamos nem participaremos de qualquer agitação, conforme foi deliberado em nosso Congresso realizado em outubro último, que foi uma prova da nossa capacidade e autenticidade, perfeitamente identificadas com os anseios dos que moram em favelas.*<sup>222</sup>

Já Nunes (1980) defende uma posição um pouco diferente. Segundo a autora, a FAFEG não aparecia em Brás de Pina para não ser acusada de luta ideológica, entretanto, apoiava, nos bastidores, o movimento.

Um tanto contraditória às evidências de conflito entre Artola e Etevaldo era a reportagem do Jornal O Globo de novembro de 1964. Segundo entrevista de Etevaldo, a FAFEG queria *a união e não a divisão, dando inteiro apoio à liderança do Padre Artola e desejando colaborar com ele no caso da urbanização da favela de Brás de Pina.*<sup>223</sup>

No dia 28 de novembro, pouco antes dos ânimos se exaltarem, Etevaldo fez uma diferenciação entre a reunião realizada pela FAFEG na Favela do Esqueleto (aquela que deliberou pela realização do plebiscito) e a mobilização que havia ocorrido em Brás de Pina. Já no dia 6 de dezembro, as críticas foram mais duras: Etevaldo, em entrevista ao Jornal do Brasil afirmava que faltou **autenticidade** ao movimento orientado pelo Padre Artola (em referência à manifestação dos moradores no Palácio das Laranjeiras com o objetivo de tratar com o Presidente da República). Assinalava, ainda que, *se o sacerdote estivesse entrosado com a FAFEG, a luta seria mais autêntica.*<sup>224</sup>

A defesa da **autenticidade** daquele que lutava pelo direito da população favelada era uma expressão comumente utilizada por membros da primeira diretoria da Federação. O uso da categoria autenticidade refere-se a uma virtude do militante das favelas, de modo que sua falta é usada como acusação. Por autenticidade, deve-se entender, a importância de que o próprio morador de favela se representasse, como um intelectual orgânico.<sup>225</sup>

Há algumas hipóteses acerca da motivação para o acionamento desta distinção entre *autênticos* e *não autênticos*. Em que medida a afirmação de que somente o favelado poderia

---

<sup>222</sup> Jornal O Dia, 05/12/1964.

<sup>223</sup> Jornal O Globo, 27/11/1964.

<sup>224</sup> Correio da Manhã, 28/11/1964 e Jornal do Brasil, 06/12/1964 (grifos meus).

<sup>225</sup> Cf. Gramsci, 2001.

Cabe destacar que, ainda que se utilizando de terminologia diferente, a acusação de falta de autenticidade é até hoje ponto polêmico nos movimentos de favelas.

lutar, sem interesses outros, pela defesa de seus interesses pode ser uma maneira de evitar a aproximação daqueles que mantiveram a favela dentro da lógica clientelista e que no Relatório SAGMACS foram chamados *políticos demagogos*,?

Ou ainda, em que medida a defesa da autenticidade poderia ser uma forma de oposição a militantes de movimentos de favelas que também atuassem na política ampla (sindicatos, partidos etc.) e que buscassem *dirigir* ou *cooptar* a Federação? Quiçá era uma maneira de se diferenciar daqueles que, na década anterior, haviam atuado na UTF ou na CTF (movimentos ligados ao PCB e ao PTB, respectivamente)? Ou, simplesmente, um conflito interno por poder dentro da Federação entre o grupo de Etevaldo, ligado ao Rearmamento Moral, e o grupo da chapa vencedora da eleição para o biênio seguinte, ligada aos sindicatos.

No penúltimo dia do ano, após a aceitação da derrota da luta na Favela do Esqueleto, a FAFEG novamente se manifestou elogiosa à luta de Brás de Pina. No dia 30 de dezembro, a Federação divulgou manifesto no qual dizia que a *Igreja Católica pode se orgulhar de ter padres como este, verdadeiro representante de Cristo aqui na Terra. [...] Brás de Pina se tornou um problema de todos os favelados. É hoje um problema nacional, pela imperícia do próprio governador da Guanabara e de seus assessores que, ao invés de aceitar o diálogo sempre reclamado, preferiu ficar num campo sistemático, negando sempre a possibilidade de um entendimento franco e leal das partes interessadas.*<sup>226</sup>

No início de janeiro de 1965, Lacerda passou a atacar os sacerdotes que apoiavam o Padre Artola. Em meio aos ataques, Padre Mário Prigol (da Igreja de Nossa Senhora da Salete, no Catumbi) reclamava uma posição da FAFEG, que nada teria feito a favor do Padre Artola desde que Lacerda mandou prender Etevaldo Justino de Oliveira no DOPS. Contudo, em seguida, o mesmo Padre Mário anunciava a divulgação de um manifesto elaborado pela FAFEG que *finalmente consistiria em uma tomada de posição* face à luta dos moradores de Brás de Pina.<sup>227</sup> Não se sabe se por consequência da cobrança de Padre Mário ou por coincidência, no dia 2 de janeiro, Etevaldo foi visto visitando Padre Artola em Brás de Pina. Na ocasião, declarou: *aconteça o que acontecer, a favela de Brás de Pina está vitoriosa, pois abriu um caminho para que outros favelados possam também lutar.*<sup>228</sup>

---

<sup>226</sup> Correio da Manhã, 30/12/1964 (grifos meus).

No mesmo documento, foi anunciada a concessão ao Padre Artola do título “Cidadão Favelado”, homenagem em virtude de seu apoio à luta dos moradores de Brás de Pina.

<sup>227</sup> Correio da Manhã, 01/01/1965.

<sup>228</sup> Diário Carioca, 03/01/1965.

É também em janeiro de 1965, que Lacerda desiste de remover a favela à força. A vitória dos moradores de Brás de Pina reanimou os ânimos dos moradores do Esqueleto, que decidiram encaminhar a Lacerda um abaixo-assinado com cerca de duas mil assinaturas cobrando a promessa de urbanização da favela e propondo a construção de conjuntos residenciais no local.<sup>229</sup>

Este último grito dos moradores do Esqueleto não rendeu frutos e a remoção da favela ocorreu em julho de 1965 quando três mil famílias foram removidas sob forte dispositivo policial, para evitar qualquer manifestação de resistência. Em apenas 90 dias, todas foram levadas para a Vila Kennedy.<sup>230</sup>

Dentre as últimas atividades da diretoria de Etevaldo Justino, destaca-se a entrega a Padre Artola, no dia 23 de janeiro, na Igreja Nossa Senhora da Salete, do título *Cidadão Favelado*, como reconhecimento por *sua luta autêntica e desinteressada em defesa dos favelados de Brás de Pina*.<sup>231</sup> A mesma FAFEG que outrora acusara a luta dos moradores de Brás de Pina de não ser *autêntica*, agora premiava o líder desta luta, por sua atuação *autêntica*. Na mesma ocasião, foram entregues o título *Favelado do Ano* ao casal Edson e Jandira Sena pela liderança dos moradores de Brás de Pina contra a remoção.<sup>232</sup> Também estiveram presentes na solenidade representantes de favelas e as chapas que disputariam as eleições do dia 30.

Em comentário à cerimônia, Etevaldo ressaltou a *brilhante causa que o sacerdote espontaneamente abraçou*.<sup>233</sup> E prosseguiu.

A vitória ficará para sempre no espírito de todos, porque simboliza a vontade dos favelados [e que] o movimento favelado vive agora um momento histórico, [visto que] Brás de Pina ficará na história como um grupo de pessoas humildes que se levantou contra as violências do Estado, que queria removê-los para subúrbios longínquos, desconhecendo os transtornos que causaria para a vida de cada favelado.<sup>234</sup>

---

<sup>229</sup> Correio da Manhã, 08/01/1965.

<sup>230</sup> Correio da Manhã, 29/06/1965.

Assim como em outros casos (o mais famoso da Praia do Pinto em 1969), um incêndio atingiu os barracos da favela do Esqueleto na noite do dia 21 de setembro, durante a remoção. Não foi identificada a causa do incêndio, mas o engenheiro responsável pela transferência dos moradores para Vila Kennedy acusou três estranhos que haviam sido vistos *em atitude suspeita* (Correio da Manhã, 22/09/1965).

<sup>231</sup> Correio da Manhã, 14/01/1965, 23/01/1965, 24/01/1965 [grifos meus].

<sup>232</sup> Diário Carioca, 16/01/1965.

<sup>233</sup> Diário de Notícias, 24/01/1965.

<sup>234</sup> Diário Carioca, 26/01/1965.

A luta de Brás de Pina assume uma importância maior no momento em que define a consciência do favelado para com seus próprios problemas. [...] O que levará o governo a reconhecer que não será expulsando favelados que se irá resolver o problema das favelas da Guanabara.<sup>235</sup>

Em discurso de recebimento do título, Artola declarou que *se a igreja quiser ser fiel a si mesma, deverá ficar sempre ao lado dos pobres.*<sup>236</sup> Acrescentou ainda que queria aproveitar para levar a todos uma mensagem de confiança. *Confiança nos outros, mas também em vós mesmos, pois sois vós que possuís a melhor contribuição para a solução do problema da favela. Ninguém deve desanimar, pois o sofrimento, a miséria e a incerteza duram mais para o favelado e desse sofrimento é que se deve partir para a reivindicação e solução dos problemas. [...] Não será altíssima missão espiritual abrir os olhos da sociedade cristã para as profundezas dos problemas humanos e estimular a todos para uma urgente tarefa?.*<sup>237</sup>



Figura 16 – Etevaldo Justino de Oliveira entregando o título *Cidadão Favelado* a Padre Artola (Diário de Notícias, 24/01/1965).

Os títulos com os quais foram premiados Artola, Edson e Jandira remetem a uma característica interessante da atuação da FAFEG durante esta sua primeira diretoria: a organização da luta em torno do eixo da luta pelo direito do **favelado**, termo usualmente atrelado a um sentido negativo. São vários os exemplos utilizados pela Federação: os prêmios *Rainha dos Favelados*, *Cidadão Favelado* e *Favelado do Ano* e a criação do *Dia do Cidadão Favelado*. Em outras palavras, a marca comum ou *marca de distinção*<sup>238</sup> daqueles pertencentes à Federação, que os distinguia dos *de fora*, era a condição de **favelado**. Com este

---

<sup>235</sup> Correio da Manhã, 26/01/1965.

<sup>236</sup> Diário de Notícias, 24/01/1965.

<sup>237</sup> Correio da Manhã, 26/01/1965.

<sup>238</sup> Cf. Bourdieu, 2005.

mecanismo, estes atores tomavam diferenças de origem econômica e moral e as potencializavam ao relacioná-las a uma distinção simbólica ligada à condição de moradia.

O uso da categoria *favelado* como elemento agregador não foi acionado somente pela FAFEG. Em 1954, quando criada a UTF, a mesma categoria era utilizada, mas de uma maneira um pouco diferente. Enquanto a FAFEG utilizava *favelado* como condição de moradia, a UTF trabalhava com uma noção baseada no entendimento de que a situação social dos moradores de favelas ultrapassava a condição de moradia – basta observar que *trabalhadores* também era categoria que compunha o nome da UTF. Neste sentido, a UTF, ao contrário da FAFEG, propunha uma luta coletiva em que o morar na favela não se configurava como traço definidor da posição social, mas como contingência.<sup>239</sup>

A constituição dos conceitos de *favela* e, conseqüentemente, de *favelado* foi amplo objeto de estudo das ciências sociais. Visto que *favela* não se trata de uma realidade homogênea (tanto nos sentidos econômico, social e cultural, quanto no sentido territorial), *favelado* também não pode ser tomado como tal.

Frente à heterogeneidade da realidade da favela, como ela se constituiu homogeneamente enquanto estigma?

Machado da Silva (1967) destaca que a construção da identidade do favelado utilizou como referência não a pobreza, nem o trabalho, mas a dimensão físico-espacial, mais do que as características de seus moradores. Neste sentido, favelado é uma categoria social construída sem a participação do próprio favelado. O autor se questiona se este mecanismo é a origem da proposta de ação de acabar com as favelas. *Assim é que, em sua origem como representação coletiva, a favela era um ‘problema’ que precisava ser superado, mas isso estava longe de implicar algum plano de negociação com os moradores.*

Em outro texto, Machado da Silva (2002) desenvolve um pouco mais esta discussão. Destaca que a favela, apesar de possuir um grau de especificidade, não é um grupo dentro de um estrato social: *qualquer análise do processo político nas favelas e das atitudes e comportamentos dos favelados que se pretenda objetiva deve partir da noção de que a favela é uma organização transversal, isto é, tem uma base geográfica em geral bastante definida que envolve uma extensa gama de atividades e situações e apresenta profundas conexões com*

---

<sup>239</sup> Para uma melhor compreensão da atuação da UTF como processo amplo de conscientização da classe trabalhadora como um todo, ver a dissertação de Pestana (2013).

*outras organizações e atividade, em uma extensão territorial mais ampla.*<sup>240</sup> Embora favelado não seja um tipo único, identificável na sociedade por sua classe social, a necessidade de união entre favelas para a resolução de problemas comuns foi constantemente defendida por líderes políticos. Segundo este discurso, a favela não seria definida apenas pelas condições locais de habitação e, portanto, deveria lutar por seus direitos na cidade.

Qual seja seu processo de constituição, o termo favelado era (e ainda é) uma das designações mais segregadoras da cidade do Rio de Janeiro.

Diferentes exemplos na documentação consultada apresentam tal sentido atribuído ao termo. Para os detentores do saber técnico favelado era expressão que remetia à inadequação à vida na cidade. Em reportagem do Correio da Manhã de 18 de março de 1960, o Diretor do Departamento de Higiene da Secretaria de Saúde e Assistência define os favelados como *gente cheia de complexos, que necessita ser esclarecida sobre os problemas que os atingem: ignorantes, despreparados para a vida na cidade, precisando de tratamento diferenciado.*<sup>241</sup>

Outro modo de marcar o despreparo dos moradores de favelas era enfatizar que não eram portadores de saber acadêmico e, portanto, incapazes, *por falta de urbanismo*, de ultrapassar sua condição de miséria e ter um *barraco razoável*, visto que o urbanismo requeria *planificação, técnica de engenharia e observação das condições e recursos econômicos.*<sup>242</sup>

Discurso semelhante era acionado por Sandra Cavalcanti, onde o morador de favela era apresentado como inadequado à realidade urbana: necessitado de educação e de orientação por indivíduos esclarecidos, que o preparariam para a vida na cidade.

Era uma realidade extremamente agressiva, impiedosa. Era preciso tirar as pessoas daquela realidade. É por isso que até hoje sou desconfiada em relação aos projetos que pretendem cuidar das favelas, mas que, pela vitória esmagadora dessa filosofia que se instalou, acham que as favelas devem continuar a existir e apenas devem ser urbanizadas. **Eu achava, e acho ainda, que não é a favela que tem que ser urbanizada. Quem tem que ser urbanizado é o favelado.** Uma das condições para um favelado se urbanizar, para se desfavelizar, é sair daquela paisagem e daquele entorno. Exatamente como uma pessoa que, saindo do interior, vem para a cidade grande. Chega ali e encontra outra realidade. **Se ele sai daquele fim de mundo, sem água, sem luz, sem nada, ele vai querer mudar. Vai querer se incorporar ao progresso.**<sup>243</sup>

---

<sup>240</sup> Machado da Silva, 2002, p. 701.

<sup>241</sup> Grifos meus.

<sup>242</sup> Fala do Chefe do Setor de Saúde do Ambiente do Ministério da Saúde (Correio da Manhã, 06/09/1962).

<sup>243</sup> Depoimento de Sandra Cavalcanti (Freire, 2002, p. 88). Grifos meus.

Perlman (2012), em artigo que retoma seu importante trabalho de crítica à teoria da marginalidade, destaca como este tipo de discurso utilizado por Sandra Cavalcanti aciona um mecanismo que culpabiliza os migrantes vindos do campo pela própria pobreza, tratada como consequência da sua inadaptação à vida da cidade. A autora destaca, ademais, que esta *ideologia da marginalidade* foi a justificativa da política de remoção de favelas.

O termo favelado, apesar de remeter a uma inadaptação da vida na cidade, era condição considerada superável por alguns saberes técnicos como, por exemplo, a educação. Exemplo disso é dado no depoimento de uma professora norte-americana que havia fundado uma escola para crianças da favela do Rio Comprido: *o primeiro dia que estas crianças chegaram foi uma confusão absoluta. Eram como pequenos animais – brigando, empurrando, gritando, correndo por todo o edifício. Mas, dentro de uma ou duas semanas, já se encontravam mais calmos.*<sup>244</sup>

Também central na acepção negativa da palavra favelado era a noção de inferioridade psíquica, análise afirmada *cientificamente* por instituições como o Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado (IPEME). Segundo o estudo desenvolvido pelo IPEME, o *baixo grau de alfabetização e cultura* resultava numa *vida intelectual e imaginativa fraca*. Esta mesma pesquisa encontra uma justificativa assustadora para a distância entre moradia e trabalho: *a herança subconsciente não lhe basta para resolver os problemas imprevistos que lhe suscita o novo ambiente urbano, e o seu nível psíquico não lhe permite encontrar saídas originais. [...] Daí, por exemplo, morarem numa zona e trabalharem noutra extremo da cidade.*<sup>245</sup>

Outra maneira de marcar, de maneira negativa, a diferença entre favelados e cidadãos era afirmar a diferença de valores morais: *favelado nunca é contra favelado, mas se sente injustiçado, porque sua noção de justiça é diferente e sua ideia de ‘direito’ é a do que se consegue de qualquer jeito. A favela é, sobretudo, um problema de formação.*<sup>246</sup>

Ainda em reportagem do Correio da Manhã do dia 24 de março de 1961, sócios do clube Piraquê (localizado em uma pequena ilha na Lagoa Rodrigo de Freitas e vizinhos da Favela do Piraquê) pediam *o fechamento do Clube, alegando a impossibilidade de se frequentar um local infestado por favelados, criações de porcos, montões de lixo, águas*

---

<sup>244</sup> Correio da Manhã, 18/05/1960.

<sup>245</sup> Correio da Manhã, 21/04/1963 [grifos meus].

<sup>246</sup> Correio da Manhã, 01/02/1963 [grifos meus].

*estagnadas e outros fatores razoavelmente desagradáveis.*<sup>247</sup> Cabe atentar para o uso do termo *infestados*, que compara as favelas a uma espécie de praga ou doença na cidade.

Ou, finalmente, uma população tomada como interesseira, que se aproveitava de lugares privilegiados da cidade, como mostra a coluna do Gerico publicada no Correio da Manhã de 26 de novembro de 1961: *Não podemos admitir estes abusos. As favelas alastram-se assustadoramente. Tantos lugares servem para isso, mas os **favelados preferem locais privilegiados, ainda que estejam prejudicando a vida da cidade e arruinando recantos de turismo.***<sup>248</sup>

Donde surge uma característica interessante da luta liderada pela FAFEG em seus primeiros anos: o termo favelado, considerado agressivo e poucas vezes acionado, era a marca de distinção que estas pessoas acionavam para lutar por seus direitos. São diversos os exemplos utilizados pela FAFEG: o título *Cidadão Favelado* e *Favelado do Ano*, a criação do *Dia do Cidadão Favelado*, o *Congresso dos Favelados*, o concurso *Rainha dos Favelados*, dentre outros. Com tal ação, tentavam reverter o sentido pejorativo atribuído ao termo e o transformavam na motivação de sua mobilização e luta.<sup>249</sup>

Ao tomar o termo *favelado* como sua marca de distinção, os militantes da FAFEG executavam um processo de ressignificação de seu sentido. Não mais como grupo social frágil ou incivilizado, mas como portadores de direitos civis e políticos a serem respeitados. Desta maneira, modificava-se o significado de uma das designações mais segregadoras da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, apesar do sentido positivo que tal luta apresentava, esta mesma estratégia simbólica acabava, também, por reiterar o sentido prévio da diferença.

Posteriormente, em 1967, após a chegada da chapa de Vicente Ferreira Mariano à diretoria da FAFEG, este uso do termo *favelado* é substituído por *morador de favela*.

---

<sup>247</sup> Grifos meus.

<sup>248</sup> Idem.

<sup>249</sup> Cabe destacar que a FAFEG não foi a primeira entidade a trabalhar tal ressignificação do termo. Basta lembrarmos de importantes movimentos de favelas da década de 1950 como a União dos Trabalhadores Favelados e o Congresso dos Trabalhadores Favelados.

### CAPÍTULO 3. AS ESQUERDAS NA FEDERAÇÃO.

As eleições para a nova mesa diretora da FAFEG foram agendadas para janeiro de 1965, conforme previsto pelo estatuto. Fora uma campanha conturbada, com denúncias de que o Departamento de Recuperação de Favelas recomendara aos moradores das favelas um boicote à eleição.<sup>250</sup> Esta eleição tinha grande importância, visto que a Federação vivia um momento decisivo no qual a luta dos moradores de favelas contra as remoções monopolizava a atenção da mídia, devido principalmente à luta de Brás de Pina.

Três chapas se candidataram à mesa diretora da Federação. A chapa *Ideal*, de situação, do presidente Etevaldo Justino de Oliveira. A chapa *Autêntica*, liderada por João José Marcolino (liderança do Morro do Catumbi), que fazia o papel de oposição.<sup>251</sup> E, finalmente, a chapa *Esperança*, liderada por Tupan Ribeiro (do Morro da Coroa), pertencente a uma ala dissidente da situação.<sup>252</sup>

Esperava-se que 80 associações de moradores participassem da eleição para a nova diretoria.<sup>253</sup> Contudo, participaram do pleito somente 54 associações. Foi vitoriosa a chapa *Autêntica*, de João José Marcolino, pela diferença de um voto sobre a chapa *Ideal*.<sup>254</sup> Compunha a diretoria eleita: João José Marcolino (Morro do Catumbi), João Pereira da Silva (Morro do Pavão), Vicente Ferreira Mariano (Morro do São Carlos), Valdevino do Nascimento (Morro do Querosene), Jamildo Mendonça (Morro da Formiga), José Maria Galdeano (Morro do 117), Almir Ricardo (Morro dos Prazeres) e Lázaro Franco (Morro do Salgueiro). Com programa de ação se dirigia a um maior entendimento com o governo, a chapa *Autêntica* assumiu a direção da Federação no dia 14 de janeiro.

Após a vitória da chapa *Autêntica*, o Correio da Manhã publicou reportagem criticando uma chapa cuja campanha teria contado com participação de cabos eleitorais. A reportagem rogava que o principal dever da diretoria eleita deveria ser para com os favelados e não com

---

<sup>250</sup> Diário Carioca, 19/01/1965.

<sup>251</sup> Esta chapa tinha como integrante Vicente Ferreira Mariano, personagem que se tornaria emblemático na luta da FAFEG contra as remoções das favelas do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas.

<sup>252</sup> Cabe lembrar que Tupan Bento Ribeiro era vice-presidente de Etevaldo na gestão do ano de 1964.

<sup>253</sup> O sistema de voto na eleição era o representativo e cada associação de moradores de favelas possuía direito a um voto. Apesar da sede da FAFEG estar, naquele momento, no edifício da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Católicos, a eleição se deu na Rua Marechal Floriano, 207, no Círculo Operário da Light (Correio da Manhã, 27/01/1965 e Diário de Notícias, 30/01/1965).

<sup>254</sup> A chapa Autêntica recebeu 20 votos, a Ideal 19 e a Esperança 15 votos (Correio da Manhã, 02/02/1965).

política partidária: *criada com admirável energia e espírito de luta, a FAFEG se transformará em sigla morta se seguir mais o governo do que a favela.*<sup>255</sup>

Deixada a presidência da Federação, Etevaldo Justino de Oliveira fora a uma viagem ao sul do país, como participante da campanha do Rearmamento Moral.<sup>256</sup> Lá, teve contato com outras propostas de urbanização de favelas e se surpreendeu com o entendimento da população de fora da Guanabara de que Lacerda teria erradicado todas as favelas do Estado. Cabe lembrar que, a proximidade da FAFEG com a igreja católica era uma particularidade da gestão de Etevaldo. Com a eleição da diretoria do biênio 1965-1966, a dimensão espiritual da luta perde força e a FAFEG se torna, cada vez mais, uma entidade de negociação política – era o princípio de uma segunda fase da FAFEG, caracterizada por uma luta mais próxima da política partidária e das estratégias tradicionais da luta sindical.

Dentre as primeiras atividades da diretoria de Marcolino destaca-se a aproximação em janeiro com os arquitetos do IAB, o Instituto de Arquitetos do Brasil, e o Clube de Engenharia. Tal medida era parte de uma estratégia da FAFEG de convencer o governo do Estado de que, com auxílio de técnicos, os moradores de favelas poderiam participar das discussões de planejamento urbano.

Neste ponto, cabe retornar a uma discussão do capítulo anterior acerca da função do intelectual. Inicialmente, a FAFEG se forma com uma proposta de luta, nas palavras de seus militantes, *autêntica*, ou seja, uma luta levada à frente pelos moradores de favelas, por intelectuais orgânicos.<sup>257</sup> A partir da aproximação com o IAB, a FAFEG agrega a sua militância outro tipo de intelectual, detentor do saber técnico. Curiosamente, a chapa vitoriosa na eleição de 1965 chamava-se *Autêntica*, ainda que não defendesse uma luta realizada exclusivamente por moradores de favelas.

Contudo, ainda que contrária à própria posição da Federação em seus primeiros anos, a opção pela aproximação com intelectuais acadêmicos visava reverter ao isolamento gerado pela opção pela luta *autêntica*, posição que, de certa maneira, levou a um isolamento frente à dura investida remocionista – é importante lembrar que o único caso de favela que resistiu a remoção durante o governo Lacerda, a favela de Brás de Pina, teve à frente da mobilização não um favelado, mas um padre católico e um estudante de arquitetura e urbanismo.

---

<sup>255</sup> Correio da Manhã, 02/02/1965.

<sup>256</sup> Correio da Manhã, 14/02/1965 e Diário Carioca, 11/02/1965.

<sup>257</sup> Cf. Gramsci, 2001.

Como parte da nova estratégia de aproximação com arquitetos e engenheiros, no dia 29 de janeiro, no Catumbi, sessenta representantes de associações de favelas e membros do IAB se reuniram para discutir a posição do Governo do Estado frente ao problema das favelas. A comissão, que também contava com o apoio do Clube de Engenharia, tomou como lema a defesa da urbanização quando possível e, quando não o fosse, que se construíssem moradias próximas aos locais de trabalho.<sup>258</sup>

As reuniões prosseguiram em fevereiro e a FAFEG, na figura de seu presidente Marcolino, elogiava a atuação do governo estadual, que vinha construindo diálogo com as associações de moradores. Elogiava também o IAB e o Clube de Engenharia, que prestavam auxílio gratuito aos favelados para o escoramento de barreiras e pedras. Acrescentava ainda que, em cooperação com as ditas instituições, a FAFEG estava produzindo um levantamento socioeconômico dos moradores de favelas do Rio, para encaminhar ao governo.<sup>259</sup>

Durante o ano de 1965, último ano de Lacerda no governo do estado, só foram identificados quatro episódios de remoção ou despejo nas favelas e conjuntos da Guanabara: Favela do Esqueleto, conjunto do IAPTEC,<sup>260</sup> derrubada de barracos em Santa Teresa e no Morro João Goulart.<sup>261</sup> Assim como são escassas as medidas remocionistas, são escassas as notícias sobre a FAFEG – talvez por ser a ação da Federação usualmente reativa às propostas governamentais.

Ao final de 1965, Lacerda deixa o governo do Estado. Sua política para as favelas ficou marcada pelas remoções, ainda que não tenha se restringido a elas. Em 1977, quando escreve suas memórias, Lacerda defende-se, dizendo que as remoções não eram sistemáticas e destaca que foram urbanizadas favelas em seu governo.<sup>262</sup> Sobre a necessidade de deslocar a população removida para áreas distantes, Lacerda era enfático, a justificativa era econômica: *por que você estará diminuindo a receita do estado em impostos se fizer pseudobairros*

---

<sup>258</sup> Jornal do Brasil, 30/01/1965.

<sup>259</sup> Correio da Manhã, 14/02/1965.

<sup>260</sup> Em julho de 1965, funcionários e segurados do IAPTEC ocuparam dois blocos residenciais, em construção pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões há oito anos, em Bonsucesso. Poucos dias após a ocupação, os moradores foram retirados dos edifícios com a presença da polícia, que deu prazo de dez minutos para o esvaziamento do local (Correio da Manhã, 27/06/1965 e 30/06/1965).

<sup>261</sup> Em outubro de 1965, líderes da FAFEG, se mostraram revoltados com a derrubada de casas e barracos em Santa Teresa e no Morro João Goulart realizadas por policiais e um indivíduo não identificado, que se dizia juiz e que ofereceu dinheiro em troca da saída dos moradores. Diante da recusa, 70 pessoas foram despejadas sem intimação ou notificação judicial. Sobre o episódio, a diretoria da FAFEG declarou publicamente que iria apurar judicialmente a responsabilidade pelo ato (Última Hora, 26/10/1965).

<sup>262</sup> Segundo Santos (2009), foram urbanizadas favelas cujas associações apoiavam a UDN: Vila da Penha, Jacarezinho, Salgueiro e Rocinha.

*populares na zona mais valorizada da cidade, estará diminuindo a capacidade que o governo tem de fazer coisas, inclusive em benefício do próprio pobre.*<sup>263</sup> E, mais importante, diz Lacerda, a motivação para a política remocionista era a preocupação com a saúde da população. Sandra Cavalcanti destaca o mesmo ponto: nunca houve diretriz única para as favelas no governo Lacerda.

### **3.1. Uma calmaria nas remoções?**

Sucessor de Lacerda na cadeira de governador da Guanabara, o mandato de Negrão de Lima foi marcado, em um primeiro momento, por uma relativa calmaria na política remocionista. Negrão, candidato de oposição, fora eleito com apoio das camadas populares, que rejeitaram o candidato indicado por Lacerda: a ideia de que o governador *não gostava de pobres*, vinda desde a época em que o político se opunha a Vargas, havia sido reforçada pela chacina de mendigos, ocorrida em 1962, e pelas remoções executadas durante seu governo. Contudo, contrariando as expectativas, foram, durante o governo Negrão de Lima, realizadas as maiores (e mais violentas) remoções de favelas da história da cidade.

De modo a melhor compreender o posicionamento ambíguo de Negrão em relação à política nacional e às remoções, é necessário retornar à implantação do bipartidarismo no Brasil.<sup>264</sup>

Conforme previsto pela Constituição de 1946, em outubro de 1965 deveriam ser realizadas eleições para governadores. Visto que a oposição aos militares acumulava força eleitoral suficiente para derrotá-los nas urnas (e as eleições começavam a tomar um caráter de plebiscito sobre diretrizes econômicas, sociais e políticas do Estado de Segurança Nacional), setores da chamada linha dura começaram a pressionar Castelo Branco pelo seu cancelamento.

Em meio ao clima de plebiscito, a oposição apresentou três candidaturas para governador, todas consideradas inadequadas pela linha dura e rejeitadas segundo os termos da Lei de Inelegibilidade. Eram elas: a) Marechal Lott, candidato do PTB rejeitado por residir em outra cidade; b) Hélio de Almeida, que fora Ministro dos Transportes de Goulart e c) Sebastião Paes de Almeida, deputado do PSD, acusado de subversivo. Finalmente, após três

---

<sup>263</sup> Texto de Lacerda em Depoimento (1977). Citado por Silva, 2013, p.90.

<sup>264</sup> Cf. Diniz (1982) e Alves (2005).

tentativas, foi aprovada a candidatura de Negrão de Lima que, apesar de ser político próximo a JK, não representava uma oposição tão forte quanto os nomes apresentados anteriormente.

Conforme programado, em 3 de outubro de 1965, foram realizadas as eleições para o governo do Estado. Na Guanabara, Negrão (em uma coalização entre PSD e PTB) venceu o candidato de Lacerda, Flexa Ribeiro, com 52% dos votos. Neste mesmo pleito, a oposição obteve maioria absoluta em outro importante estado: Minas Gerais, com o candidato Israel Pinheiro. Tal vitória da oposição causou preocupação e os setores da linha dura passaram a insistir em uma intervenção nestes estados, com o cancelamento das eleições.

Desta pressão surgiu, poucos dias após a eleição, em 17 de outubro, o Ato Institucional nº.2 que aumentou o controle sobre o Congresso Nacional e instaurou medidas para controlar a representação política no país, dentre as quais a extinção dos partidos políticos. Sua existência só retornaria em 20 de novembro, com a publicação do Ato Institucional nº4, que dividiu a representação política no Brasil em dois partidos: o MDB, Movimento Democrático Brasileiro, oposição, e a ARENA, Aliança Renovadora Nacional, situação.

A modificação das regras do jogo da política partidária desarticulou a oposição ao aproximar, em um mesmo partido, diferentes correntes. Para o MDB foram deslocados setores radicais e moderados, setores amaralistas e chaguistas, além de lideranças do PTB, PSD, PSP e PSB. Neste novo cenário, o termo *oposição* tomava outro sentido, sentido definido pelas regras impostas pelo sistema bipartidário.

É sob este sentido que se deve compreender o posicionamento de Negrão de Lima enquanto *oposição* no governo da Guanabara. Negrão, candidato que fora considerado *aceitável* pelos militares da linha dura para concorrer nas eleições por não representar uma oposição tão ferrenha, teve sua área de atuação limitada pelas novas regras criadas em 1965. É também neste sentido que é possível compreender porque a eleição de Negrão de Lima não representou uma interrupção real no projeto de estratificação social da cidade. Alavancada pela nova política econômica do governo militar, a cidade do Rio de Janeiro assistiu, a partir de 1968, a um processo ainda mais intenso de concentração de renda nas mãos das classes privilegiadas, processo este que também teve sua dimensão espacial.<sup>265</sup> Mas isso é assunto a ser tratado mais à frente.

---

<sup>265</sup> Abreu, 2008.

Visto que a eleição de Negrão de Lima representou uma interrupção temporária na agenda remocionista (e que, enquanto governo de *oposição* permitiu maior espaço para o diálogo com setores populares), a FAFEG optou, neste momento, por uma nova estratégia de luta: a entrega e divulgação de memoriais a autoridades estatais.

Tal estratégia havia sido iniciada já durante a campanha para governador, quando se reivindicou dos candidatos o compromisso de não mais remover as favelas da Guanabara. Negrão de Lima, ainda candidato, assinou memorial elaborado pela Federação como símbolo do compromisso que assumia caso fosse eleito.

O encontro foi registrado em reportagem do Diário de Notícias e do Jornal do Brasil. No dia 28 de janeiro, o candidato a governador convidou a FAFEG para participar de uma reunião sobre a política de desfavelamento.<sup>266</sup> Lá, os representantes da Federação receberam do próprio governador a promessa de que as favelas não mais seriam removidas. Na ocasião, o presidente da Federação João José Marcolino disse que o encontro *trouxe novas esperanças para os favelados, que estão dispostos a se unirem para mostrar ao povo que a solução do problema das favelas está na urbanização. [...] Chegou a nossa hora. Há dois anos tentamos chamar a atenção dos favelados para um problema que é deles. Hoje, depois da enchente, as 200 favelas do Rio de Janeiro conseguiram alertar a população da Guanabara e agora pedem uma solução, sendo que se propõem a trabalhar com o governo e lembrar sempre que não poderão jamais serem esquecidas.*<sup>267</sup>

Esta última frase se refere a uma grande tragédia que atingiu a cidade. No dia 12 de janeiro de 1966, um forte temporal deixou 50 mil desabrigados e 250 mortos. A tempestade, com duração de mais de 72 horas (e cujas águas demoraram cerca de três dias para baixar), deixara a cidade completamente paralisada. O temporal atingiu, principalmente, a zona da Leopoldina e os subúrbios da Central do Brasil. Também foram atingidos bairros como Madureira, Jacarepaguá, Botafogo, Tijuca, Praça da Bandeira e Jardim Botânico.

Grande número de barracos desabara em toda a cidade. A tragédia fora tamanha que os desabamentos não se limitaram às favelas da Guanabara e edifícios de apartamentos foram condenados pela Defesa Civil.<sup>268</sup> A cidade chegou a sofrer com escassez de alimentos e água

---

<sup>266</sup> Diário de Notícias, 28/01/1965.

<sup>267</sup> Jornal do Brasil, 30/01/1965.

<sup>268</sup> Nove mil habitações foram abandonadas em toda a cidade (2.466 totalmente destruídas, 1.808 destruídas parcialmente, 3.423 ameaçadas de desabamento e 993 inundadas). Apesar de ter atingido toda a população

e o governo federal passou a enquadrar na Lei de Segurança Nacional aqueles estabelecimentos que elevaram os preços das mercadorias, valendo-se da calamidade para aumentar seus lucros.

Grande parte dos desabrigados, cerca de 50 mil pessoas, foi levada para o Estádio do Maracanã, onde foi improvisado um alojamento. Um Shopping Center em Copacabana também foi transformado em abrigo para flagelados das favelas da zona sul, cerca de 1.000 pessoas, enquanto as escolas públicas da cidade abrigavam 38 mil pessoas. Por alguns dias, pessoas chegaram a ser abrigadas em navios.

A falta de espaço fez com que os desabrigados começassem a ser levados para os conjuntos habitacionais onde havia apartamentos disponíveis. Ao final de janeiro já haviam sido transferidos para a Vila Kennedy 2.000 desabrigados. As outras cinco mil pessoas que permaneciam no Estádio do Maracanã aguardavam o fim das obras da Cidade de Deus para serem transferidas.<sup>269</sup> Finalmente, no início de fevereiro, o conjunto começava a receber as primeiras famílias sem ter concluído sequer as instalações de água e esgoto!<sup>270</sup>

O número de desabrigados e desabrigados em toda a cidade trouxe à pauta do dia, novamente, o debate sobre o que fazer a respeito das favelas e fortaleceu, na opinião pública, a tese da remoção. Profissionais de diferentes áreas começam a se manifestar publicamente.<sup>271</sup>

De Sérgio Bernardes surgiu um plano de urbanização das favelas cariocas – o próprio arquiteto defendia a importância de se aproveitar psicologicamente o momento dos

---

carioca, o temporal foi mais destrutivo nas favelas: das nove mil residências abandonadas, 83% se localizavam em favelas (Correio da Manhã, 30/01/1966).

Nem mesmo as casas dos conjuntos habitacionais construídos por Lacerda resistiram à ação das águas: na Vila Aliança 27 foram interditadas (Correio da Manhã, 02/02/1966).

<sup>269</sup> Correio da Manhã, 30/01/1966.

A Secretaria de Serviços Sociais havia anunciado a construção de 1.200 casas na Cidade de Deus para abrigar os flagelados. Também foram construídas casas de madeira, em caráter emergencial, em Acari.

<sup>270</sup> Correio da Manhã, 11/02/1966.

A falta de água e luz se prolongou pelo menos até dezembro de 1966 (Correio da Manhã, 10/12/1966). O conjunto residencial Cidade de Deus só foi inaugurado (desta vez com instalações de água potável, escolas primárias e energia elétrica) ao final de março de 1967: um ano depois de receber as primeiras famílias! (Correio da Manhã, 28/03/1967). Cabe lembrar que a construção do conjunto começou em março de 1965.

<sup>271</sup> Ainda em janeiro de 1966, poucas semanas após as chuvas, o Governo do Estado promoveu um encontro na PUC para definir onde poderiam ser construídas as novas residências para os desabrigados. No mesmo mês, o Ministério da Educação, junto à UEG, começou a estruturar um Seminário Interuniversitário sobre as enchentes da região leste, que reunindo profissionais de diversas áreas (geólogos, economistas, ecologistas, arquitetos e biólogos). Este seminário somente se realizaria em 1967.

desabamentos, para evitar novas catástrofes: *Depois de uma semana de sol, o governo esquece o que aconteceu nas favelas e limpa apenas a cidade em baixo.*<sup>272</sup>

Os arquitetos do IAB também se manifestaram favoráveis à urbanização: mais aconselhável do que construir novas casas nos arredores da cidade. Também se afirmavam contra soluções únicas para todas as favelas (como a apresentada por Bernardes) e defendiam que as medidas só teriam validade se os favelados fossem ouvidos – reflexo de sua aproximação com a FAFEG desde o ano de 1965.<sup>273</sup>

Etevaldo, ex-presidente da FAFEG, também se manifestou criticando o uso da violência nas remoções e o sistema de financiamento das casas dos conjuntos habitacionais. De modo que defendia, portanto, o diálogo com as autoridades e a participação de representantes dos favelados na solução do problema. *Chega de politiqueros que se aproveitam da favela sem querer que ela desapareça, para não esgotar um campo para a demagogia à custa do sofrimento dos que nelas habitam! Não queremos assistência paternal. O que buscamos é a integração desta vasta população na sociedade, um direito de todos. Estamos ávidos pelo diálogo construtivo com as autoridades, na busca de soluções humanas para a favela, com escolas, hospitais, assistência médica e condições humanas de vida para todos.*<sup>274</sup>

Aqueles favoráveis às remoções também aproveitaram o momento para se manifestar. Luís Carlos Vital, ex-secretário de Serviços Sociais do governo Lacerda, afirmava: *esta situação [...], infelizmente dolorosa, só serviu para provar que estávamos certos quando sustentávamos que a única solução para o problema dos favelados era a sua remoção para as Vilas urbanizadas, onde nenhum deles morreu ou foi atingido pelas enchentes.*<sup>275</sup>

Ou ainda Floriano de Lemos,<sup>276</sup> declarando sua insatisfação: *o favelado é assim uma espécie de intocável, ou de privilegiado para não deixar nunca de ser favelado. Quem tem a desventura de ter favela nas proximidades de sua moradia, tem que suportar tudo de ruim que os favelados lhe fizerem, sem ter a quem reclamar. Porque não há serviço público que*

---

<sup>272</sup> Correio da Manhã, 15/01/1966.

<sup>273</sup> Correio da Manhã, 30/01/1966.

<sup>274</sup> Jornal do Brasil, 16/01/1966.

<sup>275</sup> Correio da Manhã, 23/01/1966.

Sabemos, contudo, que isso não era verdade: casas na Vila Aliança foram interditadas por apresentarem rachaduras.

<sup>276</sup> Médico carioca higienista. Fez excursões ao sertão para levar preceitos médicos a pessoas afastadas das capitais. Trabalhava com valores ligados ao cientificismo, evolucionismo do Spencer e positivismo.

*funcione para corrigir favelados em suas favelas. [...] As proporções do problema tornam difíceis a solução. O político caçador de voto das favelas precisa que elas existam para continuar a explorá-las. Já se inventou até um biombo para esconder a doutrina de sua continuação: a urbanização. Passado o impacto emocional produzido pela catástrofe, aos poucos tudo vai serenando e, em pouco tempo, ninguém mais se lembrará do acontecido. Tudo voltará ao que era: barracos serão reconstruídos, novos barracos surgirão e a cidade continuará a existir com esses focos de pestilência, cada vez mais numerosos e cada vez mais pestilentos: os favelados votam...*<sup>277</sup>

A FAFEG não se omitiu perante a tragédia que atingiu as favelas da Guanabara no verão de 1966. Em 19 de janeiro entregava ao governador manifesto que reivindicava a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico para a Guanabara que fosse capaz de promover uma solução definitiva para as favelas. O manifesto apontava que o afastamento forçado de 30 mil pessoas acarretava desemprego, ou ainda, o retorno dos moradores removidos a outras favelas, em condições piores. A FAFEG exigia, também, participação no desenvolvimento de tal plano.<sup>278</sup>

No dia 25 de janeiro, a Federação convocou todas as associações de moradores de favelas pra uma reunião geral que seria realizada no dia 29 na sede do Morro do Catumbi. O objetivo da plenária era avaliar a situação de cada favela em relação aos temporais, além da elaboração de um programa que seria apresentado às autoridades. Na ocasião da convocação, foi reproduzido novamente o manifesto entregue a Negrão na semana anterior.

A Federação das Associações em Favelas do Estado da Guanabara, FAFEG, órgão representativo e de Coordenação de todas as associações de moradores destas localidades, em reunião realizada no último dia 20 de janeiro, em sua sede no morro do Catumbi, leva ao conhecimento público sua posição sobre o discutido problema das favelas, problema esse que se tornou mais grave em virtude das enchentes que causaram mortes e centenas de desabrigados.

Unimo-nos, neste momento, aos sentimentos de centenas de companheiros e amigos que perderam seus parentes e conhecidos nos desabamentos de casas e barreiras provocados pelo temporal, num dos acontecimentos mais trágicos da GB. **Queremos unir-nos também aos que tiveram danos materiais muitas vezes irrecuperáveis, pois os que foram mais duramente atingidos são assalariados que não vivem de juros ou rendas sobre o capital e sim de rendas sobre o trabalho.**

---

<sup>277</sup> Correio da Manhã, 23/01/1966.

O médico higienista chega a sugerir, como solução para a extinção da relação perniciosa entre o político caçador de votos e o favelado, a obrigatoriedade de apresentação, na hora da eleição, de recibo de imposto de renda e comprovante de residência!

<sup>278</sup> Jornal do Brasil, 22/01/1966.

**Queremos também tornar público que nós que vivemos nas favelas não o fazemos por poesia, como dizem alguns poetas, e sim por necessidade. E nenhuma Maria leva lata de água na cabeça por prazer e sim porque nem sempre os canos de água da cidade chegam aos morros. E que só vivem em casas de estuque e zinco como grande parte da população do nosso país porque não têm meios de melhorar as condições mínimas de conforto, higiene e segurança de suas habitações.**

Queremos levar ao conhecimento do povo do nosso Estado a preocupação desta Federação, órgão representativo de centenas de moradores de favelas que por sua vez representam, segundo dados oficiais, aproximadamente 900 mil pessoas, ou seja, quase um quarto da população carioca. Em vista desta realidade, a Federação elaborou um documento de reivindicações aos candidatos ao Governo do Estado, documento este que aprovado pelas associações de moradores numa reunião geral realizada no dia 11 de setembro do ano passado e que foi elogiado e assinado por quase todos os candidatos na época, inclusive pelo atual governador Negrão de Lima. Através do documento reivindicamos, entre outras coisas, o seguinte:

a) que em todos os assuntos referentes a favelas, como planejamento de melhorias, fosse ouvida a FAFEG – reconhecida como representante autêntica dos moradores em favelas do Estado da Guanabara;

**b) que fosse estabelecido um plano de desenvolvimento econômico para o Estado que promovesse a solução do problema Favela, dando-se preferência à urbanização no local**, bem como: criação de oportunidades de novos empregos, financiamento habitacional com posse da propriedade e outras medidas de caráter social e humano que evite que seja o trabalhador obrigado a recorrer a moradias tipo favela;

c) que na solução dos problemas de cada favela seja sempre considerada a possibilidade de urbanização da mesma em primeiro lugar e no caso de sua absoluta impossibilidade, a mudança para outra área seja sempre precedida de uma discussão com a FAFEG e a Associação representativa dos moradores da respectiva favela;

**d) igualmente seja enviada a esta Federação relação das verbas para aplicação nas favelas**, recebidas pelo Estado de entidades governamentais ou não, bem assim de outras nações e também o fim a que se destinam estas verbas;

**e) que o governo prestigie e garanta de fato o direito de existência e de reunião das associações de moradores em favelas, entidades que muito têm feito pelo fortalecimento do espírito associativo e comunicativo destas localidades.**

**E por que reivindicamos isto? Primeiro porque só acreditamos na solução do problema favela a partir dos que vivem nela, com a participação de técnicos, autoridades e pessoas interessadas.** Segundo, a remoção forçada de trinta mil pessoas só teve como consequência o afastamento de toda essa população do seu mercado de trabalho, acarretando por isto mesmo o desemprego e o retorno de alguns a outras favelas e em piores condições.

Diante de tudo o que narramos, neste manifesto elaborado por homens que vivem em favelas, esperamos que o governo se integre na nossa luta pela urbanização das mesmas.

**Companheiros: Fiquemos alerta contra as promessas demagógicas e interesseiras, e unidos em torno de nossas associações de Moradores para a defesa dos interesses comuns.**

Pela diretoria da FAFEG. João José Marcolino – Presidente.<sup>279</sup>

O manifesto publicado em janeiro de 1966 nos dá evidências de algumas modificações no posicionamento político da FAFEG. A primeira e mais imediata diferença se encontra na influência do pensamento marxista, presente em expressões que diferenciam aqueles que sobrevivem da venda da sua força de trabalho dos detentores do grande capital – *os que foram mais duramente atingidos são assalariados que não vivem de juros ou rendas sobre o capital e sim de rendas sobre o trabalho.*<sup>280</sup> Ou ainda, o entendimento de que morar em favela não se tratava de uma opção *poética*, afinal *nenhuma Maria leva lata de água na cabeça por prazer*<sup>281</sup>, mas como resultado da exploração da força de trabalho em uma sociedade estratificada.

Outro ponto importante do manifesto é a defesa da liberdade de associativismo nas favelas: *que o governo prestigie e garanta de fato o direito de existência e de reunião das associações de moradores em favelas, entidades que muito têm feito pelo fortalecimento do espírito associativo e comunicativo destas localidades.*<sup>282</sup> Cabe lembrar que, em 1966, ainda não haviam sido publicados os famosos decretos que restringiram a atuação das associações de moradores.<sup>283</sup> Este mesmo trecho do manifesto – *fiquemos alerta contra as promessas demagógicas e interesseiras*<sup>284</sup> – faz um alerta aos perigos do clientelismo, mecanismo de controle social que substituiu a luta política democrática pela troca de favores: ponto, mencionado no capítulo anterior, ao citar o depoimento de José Maria Galdeano que apontava como uma das motivações para a fundação da FAFEG o distanciamento da política assistencialista dos figurões do asfalto.

---

<sup>279</sup> Manifesto publicado pela FAFEG em janeiro de 1966. Correio da Manhã, 25/01/1966. O jornal O Globo de 22/01/1966 também mencionou o manifesto.

<sup>280</sup> Manifesto publicado pela FAFEG em janeiro de 1966. Op. Cit.

<sup>281</sup> Manifesto publicado pela FAFEG em janeiro de 1966. Op. Cit.

<sup>282</sup> Manifesto publicado pela FAFEG em janeiro de 1966. Op. Cit.

<sup>283</sup> Decreto E 870 de 1967 e Decreto 3300 de 1968.

<sup>284</sup> Manifesto publicado pela FAFEG em janeiro de 1966. Op. Cit.

A reunião convocada pela FAFEG ocorreu no dia 29, como previsto, e contou com a presença de representantes de 60 associações filiadas, além de arquitetos membros do IAB. Os debates da plenária reiteravam que qualquer solução para o problema de moradia nas favelas só teria validade se levada em consideração a posição de seus moradores como principais interessados.<sup>285</sup> De posse de estudos elaborados por técnicos do IAB (que demonstravam que urbanizar a favela era mais barato do que removê-la), a FAFEG pretendia desenvolver a questão da política para as favelas dentro do binômio homem-trabalho, lutando para que o morador de favela não fosse afastado do local de seu emprego.



Figura 17 e Figura 18 – Moradores na assembleia da FAFEG no Morro do Catumbi (Correio da Manhã, 30/01/1966).

Alguns dias depois, a FAFEG obteve uma resposta de Negrão de Lima a suas reivindicações: o governador concordara com a participação direta das entidades representantes de moradores de favelas nas deliberações das medidas a serem adotadas. Fora conquistado, neste momento, o espaço formal de oposição à política de remoção.

Negrão de Lima parece, cada vez mais, se comprometer com a tese da urbanização como medida ampla para as favelas da Guanabara. Em fevereiro de 1966, aprova o plano elaborado por Sérgio Bernardes, determinando que o Morro da Catacumba fosse o núcleo-piloto do projeto.<sup>286</sup> Acrescenta, ainda, novos parâmetros: nenhum morador de favela deveria

---

<sup>285</sup> Correio da Manhã, 30/01/1966 e Jornal O Globo, 31/01/1966 e 19/01/1966.

<sup>286</sup> O projeto de Sérgio Bernardes tinha como elemento central a construção de uma pilastra nos barracos que funcionaria como encapsuladora de tubulação de água, esgoto e elétrica, possibilitando a distribuição da infraestrutura urbana sem necessidade de reorganização das casas na favela.

ficar a mais de quatro quilômetros de seu emprego e a atuação do Estado deveria ater-se ao fornecimento de infraestrutura urbana (e não à construção de moradias).<sup>287</sup>

A aprovação do projeto de Sérgio Bernardes pelo governador gerou indignação entre os membros do IAB, que chegaram a publicar um comunicado oficial afirmando que não havia participado na elaboração do projeto. Cabe lembrar que o IAB vinha elaborando, em colaboração com a FAFEG, um estudo para as favelas da cidade, estudo que não comportaria solução única, do tipo apresentada por Bernardes.<sup>288</sup> À título de curiosidade: Etevaldo Justino de Oliveira (não mais na mesa diretora da Federação) apoiava o plano de Sérgio Bernardes como *único capaz de atender, ao mesmo tempo, os interesses da cidade, do morador e das classes que com ele vierem a colaborar*.<sup>289</sup>

As chuvas também renderam um maior número de filiações de associações de moradores à FAFEG. Ao final do mês de fevereiro, em reunião convocada pela Federação na Escola Nossa Senhora das Graças no Morro do Catumbi, eram 72 associações filiadas (em 1965, somente 54 haviam participado da eleição para a diretoria).<sup>290</sup>

Em março de 1966, foi marcada uma assembleia para discutir as medidas para auxiliar aqueles que haviam perdido tudo com as águas, assim como para debater um novo estatuto. Contudo, em virtude da falta de quórum, nada foi definido naquela assembleia.<sup>291</sup>

No dia 30 de abril, a FAFEG divulga um documento assinado em conjunto com o IAB, Associação Comercial e Clube de Engenharia. O documento encaminhado a Negrão de Lima continha estudo detalhado da situação das favelas da Guanabara e apresentava soluções a serem adotadas – ponto importante do estudo era a recomendação de que fosse adotada uma solução específica para cada favela.

---

<sup>287</sup> Correio da Manhã, 03/02/1966.

<sup>288</sup> Correio da Manhã, 04/02/1966.

<sup>289</sup> Correio da Manhã, 05/02/1966 e Jornal do Brasil, 05/02/1966.

Conflitos entre Etevaldo Justino de Oliveira e a diretoria de Vicente Ferreira Mariano ocorreram em outros momentos, principalmente em decorrência do hábito de Etevaldo de falar em nome da Federação, ainda que não ocupasse qualquer cadeira na diretoria.

Por exemplo, em março de 1967, Etevaldo Justino de Oliveira – que se apresentava como um dos fundadores da FAFEG – anunciava em entrevista que os *favelados do Rio mandaram rezar missa em ação de graças pela posse do presidente Costa e Silva e a nomeação de seu ministério* (Jornal O Globo, 30/03/1967).

<sup>290</sup> Correio da Manhã, 25/02/1966.

O objetivo da reunião era a realização de um balanço das providências que a Federação vinha tomando junto às autoridades estaduais.

<sup>291</sup> Jornal O Globo, 07/03/1966.

Em maio de 1966, a FAFEG agendou assembleia para debater o documento enviado ao governador. Também foram discutidos assuntos como reforma do estatuto da Federação e fixação de taxas de inclusão e mensalidade. Ainda naquele mês, a FAFEG promoveu uma conferência sobre as favelas que contou com a participação de professores, sociólogos, engenheiros e juristas; além de cursos de conhecimentos úteis como sindicalismo, leis trabalhistas, previdência social, formação sociopolítica e artesanato.<sup>292</sup>

Ainda em maio de 1966, ocorre no Jardim América, em Vigário Geral, um violento despejo de 300 famílias, avisadas somente na véspera. O despejo, motivado por uma ação de reintegração de posse movida pelo proprietário das terras, contou com a participação maciça de policiais. Durante a operação, houve forte resistência dos moradores e um adolescente de 16 anos que protestava no local foi baleado e teve sua perna amputada. Apesar dos pedidos da Secretaria de Serviços Sociais, a ação foi levada à frente pela Justiça e as famílias ficaram ao relento. Posteriormente, a Secretaria conseguiu transporte para que os pertences destas famílias fossem levados a outras favelas, onde foram reconstruídos os barracos.



Figura 19 – Policiais cercando a favela de Vigário Geral (Correio da Manhã, 27/05/1966).



Figura 20 – Desabrigados ao final do despejo (Correio da Manhã, 27/05/1966).

Ao final da transferência, uma família foi deixada para trás e passou a habitar um matagal às margens da Avenida Brasil. O esquecimento desta família motivou (finalmente!) uma manifestação da FAFEG em relação ao despejo em Vigário Geral: a Federação pedia a intervenção do governador na reconstrução dos barracos e que *jamais [fossem] permitidas as*

---

<sup>292</sup> Correio da Manhã, 30/04/1966.

A presença do artesanato ao lado de assuntos relacionados a direitos do trabalhador é deveras estranha.

*violências de que foram vítimas os moradores de Jardim América, pois apesar de pobres, [eram] também serem humanos.*<sup>293</sup>

A pequena participação da FAFEG no violento despejo ocorrido no Jardim América era reflexo do enfraquecimento do debate sobre as políticas para as favelas, que havia sido impulsionado pelas enchentes de janeiro, mas que em junho perdia sua força. Frente à relativa calma, em julho de 1966, a FAFEG começava os preparativos para uma festa de aniversário de três anos da fundação da Federação no Centro Social São Pedro, no Morro do Pavão – Pavãozinho.<sup>294</sup> Ainda em julho, a FAFEG participou de uma mesa redonda sobre política habitacional promovida pelo IAB<sup>295</sup> e em agosto, Vicente Ferreira Mariano declarava ao Correio da Manhã que iria protestar junto ao governador contra a sucessão de despejos na cidade. Em dezembro, a Federação iniciou os preparativos para a eleição da nova diretoria, que assumiria o mandato do biênio 1967-1968. E, finalmente, nas últimas semanas do ano, a Federação estava ocupada em enviar cartões de boas festas à redação de jornais.<sup>296</sup>

Em janeiro de 1967, a FAFEG recebia na Sede da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos a inscrição de duas chapas para a eleição da nova diretoria: a chapa *Unidade e Ação*, que tinha Vicente Ferreira Mariano como presidente, e a chapa *Bons Tempos*, que tinha Etevaldo Justino de Oliveira na liderança.<sup>297</sup> A campanha foi tumultuada, chegando a ter acusações por parte de Etevaldo de que o ex-diretor do Departamento de Recuperação de Favelas Garibaldi Varela estaria usando dinheiro desviado do órgão na campanha do candidato da situação.<sup>298</sup> Esta acusação foi registrada, também, em investigação do SNI que em documento de 1970, aponta que o valor desviado teria sido parte da verba de 300 milhões de cruzeiros destinada ao referido Departamento.<sup>299</sup>

O pleito, ocorrido em 28 de janeiro de 1967,<sup>300</sup> elegeu para a diretoria da Federação Vicente Ferreira Mariano, presidente, vice-presidente Amilton Marcolino, 2º vice-presidente Antônio Cavalcante, 1º secretário José Maria Galdeano, 2º secretário Reinaldo Rufino, 3º Secretário Marcolino Luís da Silva, 1º tesoureiro Maurílio José Rosa, 2º tesoureiro Jamildo

---

<sup>293</sup> Correio da Manhã, 31/05/1966.

<sup>294</sup> Diário de Notícias, 09/07/1966.

<sup>295</sup> Correio da Manhã, 27/07/1966.

<sup>296</sup> Correio da Manhã, 23/12/1966.

<sup>297</sup> Correio da Manhã, 27/01/1967 Jornal O Globo, 12/01/1968.

<sup>298</sup> Jornal do Brasil, 27/01/1967.

<sup>299</sup> Documento do SNI: Informação n. 45/SNI/ARJ/70. Situação política da Guanabara de 26/06/1970.

<sup>300</sup> Correio da Manhã, 21/12/1966.

Mendonça, além de Abdias José dos Santos e Ary Marques da Oliveira.<sup>301</sup> Empossada em 18 de fevereiro, a diretoria ficou à frente da Federação no biênio 1967-1968. Neste momento, chegava formalmente à presidência da FAFEG Vicente Ferreira Mariano, importante militante e *homem-chave no processo de resistência contra as remoções*.<sup>302</sup>

O Vicente teve uma importância decisiva na organização do movimento de favelas. Tinha entrada em todos os morros da cidade e uma visão social muito avançada. Era calmo, articulado e muito equilibrado, mesmo nos discursos.<sup>303</sup>

Lima (1986) e Brum (2006) apontam que a diretoria eleita em 1967 assumiu uma postura mais combativa do que as diretorias anteriores. Segundo estes autores, esta diretoria defendia o entendimento de que os problemas das favelas somente poderiam ser resolvidos por meio da luta política. A chapa presidida por Vicente Mariano – dirigente da Associação de Moradores do Morro de São Carlos, que havia militado na antiga CTF até 1963 e era filiado ao Partido Comunista – também possuía em seu corpo militantes da Ação Popular (AP),<sup>304</sup> do PCB, da Juventude Operária Católica (JOC)<sup>305</sup> e políticos tradicionais, todos com propostas de oposição ao regime militar.<sup>306</sup> Durante este período, a FAFEG manifestou seu entendimento da política de remoção como uma manifestação da luta de classes e passou a questionar a segregação social do espaço da cidade e a guetificação da população pobre nos conjuntos habitacionais. Estima-se que, à época, 72 das 132 associações existentes estivessem filiadas à Federação.

É importante observar que muitos favelados trabalhavam em setores de intensa atividade sindical, de modo que a proximidade entre movimentos de favelas e sindicatos não deveria ser tratada como algo surpreendente. Efeito da aproximação com militantes de entidades sindicais, foi a mudança drástica no conteúdo dos textos veiculados pela Federação, que abandonou os argumentos cristãos. Também é interessante notar que, ainda que mantida uma proximidade com movimentos católicos, a partir de 1967, tratavam-se de movimentos

---

<sup>301</sup> Correio da Manhã, 25/08/1968.

<sup>302</sup> Entrevista de Abdias dos Santos In: Monteiro, 2003.

<sup>303</sup> Entrevista de Abdias dos Santos In: Monteiro, 2003.

<sup>304</sup> Uma das mais importantes organizações clandestinas de enfrentamento não armado da ditadura. Com origem na ala radical da Juventude Universitária Católica (JUC), a organização surgiu em 1962 com grande força no movimento estudantil. Posteriormente, aproximou-se da linha maoísta.

<sup>305</sup> Jonas Rodrigues da Silva, em depoimento em 1983, afirmou que Vicente Ferreira Mariano, Abdias Nascimento e José Maria Galdeano eram membros da JOC (FAFERJ, 1983).

<sup>306</sup> Lima (1989) acrescentava, ainda, que Mariano fora membro do PCB.

completamente diferentes do Rearmamento Moral. A JOC e AP, por exemplo, eram movimentos de esquerda e de contestação do regime militar.

Companheiros! É árdua, não resta dúvida, a nossa luta. Mas ela é válida e é necessária que seja travada, pois não é mais possível que nas grandes cidades de nosso país, os que com o suor do seu rosto, constroem as riquezas desta grande nação, ainda continuem vivendo em condições indignas de pessoas humanas.

Não nos desanimemos! Um dia isto tudo terminará. De cada um de nós que vivemos nessas localidades, depende que esse dia chegue mais rápido.<sup>307</sup>

A diretoria eleita em 1967 estendeu sua ação de politização da questão urbana à luta pela deslegitimação do regime militar. Exemplo disso foi sua participação em grandes manifestações de repúdio ao regime como o comício de 1º de maio de 1968 no Campo de São Cristóvão.<sup>308</sup>

Contudo, não se deve restringir esta inflexão na luta política da FAFEG a uma particularidade dos membros da Diretoria de 1967-68. Em 1967, a conjuntura política brasileira se modificava quando o Marechal Arthur da Costa e Silva assumia a presidência e prometia reestabelecer os processos políticos-representativos e as regras democráticas. Iniciava-se, então, uma política de liberalização controlada.<sup>309</sup>

Como parte das medidas necessárias para a *liberalização*, iniciou-se a elaboração de uma nova Constituição. Ainda que o discurso fosse de liberação, a Constituição de 1967 incorporou as medidas incluídas nos atos institucionais, tornando-as legais; manteve a centralização do poder no Executivo e a vigência dos mecanismos repressores. Apesar da clara contradição, o debate gerado construiu um ambiente que permitiu que movimentos sociais de oposição se reorganizassem. Neste momento, três grandes setores conquistaram força para se manifestar: o movimento estudantil, os trabalhadores (com a reorganização dos sindicatos) e a Frente Ampla.<sup>310</sup>

---

<sup>307</sup> Cf. Publicação da CSB – Secretariado Nacional – Rio GB – Ano IV, n. 18, 1967. In: Projeto Brasil Nunca Mais.

<sup>308</sup> Cf. Nunes, 1980.

<sup>309</sup> Cf. Alves, 2005.

<sup>310</sup> A Frente Ampla foi uma mobilização de oposição ao regime militar formada por antigos partidários, que haviam apoiado diretamente o golpe como, por exemplo, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, ambos governadores à época. A partir de 1965, com as restrições impostas ao Congresso e à vida política, estas lideranças começaram a organizar uma frente de oposição. O programa, que contou com a adesão de JK e Jango, reivindicava a redemocratização do país, a revogação de toda a legislação de controle, o fim das diretrizes salariais, a realização das eleições e o retorno aos direitos dos trabalhadores (Alves, 2005, p. 155).

Como forma de luta política, o movimento estudantil começou a promover grandes passeatas nas ruas das cidades brasileiras para atrair o apoio da população. Em uma destas passeatas, em março de 1968, no Centro da Guanabara, o estudante Edson Luís foi morto pela repressão policial. Sua morte catalisou a indignação reprimida, resultando em grandes demonstrações de repúdio. O episódio também atraiu apoio de outros setores ao movimento estudantil: a igreja católica, a imprensa e as classes médias, que inicialmente apoiaram o regime militar, passavam agora à oposição. Posteriormente, as manifestações ganharam ainda mais força com a participação do movimento sindical e da Frente Ampla.

A FAFEG também aderiu às manifestações de oposição ao regime militar. Todavia, foi este um período curto, em virtude da dura repressão sofrida, principalmente após o princípio das remoções das favelas do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas. Por conseguinte, de certa maneira, a FAFEG esteve, ainda que por um curto período, envolvida na luta contra a ditadura. Contudo, nunca no que diz respeito à luta armada, mas sim à luta pelo retorno da democracia – e, por conseguinte, pelo fim das intervenções autoritárias nas favelas.

Segundo depoimento de antigos militantes da Federação, a aproximação entre a luta dos moradores de favelas e a luta contra a ditadura era consequência da dura repressão aplicada nos outros espaços tradicionais de manifestação política, como sindicatos. Em meio às restrições, a FAFEG proporcionava uma espécie de espaço de militância política alternativo.

Na gestão de Mariano, era estudante, tecelão, construção civil, todo mundo vinha pra nossa sombra. A gente tava assim como uma confederação dando cobertura a todo tipo de movimento.<sup>311</sup>

Depois de 64 os membros do Partido Comunista perceberam que não podiam atuar no asfalto e correram para a favela. Eles infiltraram pessoas nos morros e fizeram contato com as principais lideranças. Na hora do aperto eles pediam ajuda para abrigar algumas pessoas. A igreja fazia isso também.<sup>312</sup>

Muita gente da classe média que não tinha como agir no asfalto acabou subindo o morro para fazer política.<sup>313</sup>

---

A Frente Ampla foi proibida pelo Ministério da Justiça por meio da portaria nº. 177 de 5 de abril de 1968. No mesmo ano, em 30 de dezembro, Lacerda, o único ainda com direitos políticos, era cassado por um decreto do General Costa e Silva, em reunião do Conselho de Segurança Nacional.

<sup>311</sup> Entrevista com Lúcio de Paula Bispo em setembro de 1986 In: Lima, 1986, p. 203.

<sup>312</sup> Entrevista de Lúcio Bispo In: Monteiro, 2004.

<sup>313</sup> Entrevista de Gilberto Palmares In: Monteiro, 2004.

O *Partidão* ia muito nas obras recrutar novos integrantes para tentar fazer uma mudança na política sindical. Nessa época, os operários eram quase escravizados, todo mundo estava revoltado com salários e horários. Por isso muita gente nos morros passou a apoiar os partidos de esquerda.<sup>314</sup>

O pessoal da esquerda conhecia as principais lideranças comunitárias das reuniões de sindicatos.<sup>315</sup>

Em abril de 1968, a FAFEG participava das reuniões de organização do comício em comemoração ao Dia do Trabalho, no qual os moradores de favelas foram responsáveis pela leitura do manifesto elaborado pela Comissão Organizadora.<sup>316</sup> Ao longo do mês, a diretoria da FAFEG distribuiu manifesto próprio conclamando os favelados a comparecerem ao comício: *considerando que foi nesse dia que sofreram perseguições e até foram mortos em defesa de seus direitos e pelo respeito ao valor da pessoa humana e considerando que os favelados são acima de tudo trabalhadores, conclamamos os favelados a participarem de todos os atos organizados pelas direções sindicais.*<sup>317</sup>

No dia do protesto, os sindicatos conclamaram sua união na luta contra as leis salariais, a favor do direito de greve e pela concessão de anistia ampla aos cassados. Participaram da manifestação parlamentares, estudantes, moradores de favelas e dirigentes sindicais. O panfleto distribuído chamava *todos os trabalhadores para que lutem sem desfalecimento pela obtenção do regime democrático, pelo desarmamento dos espíritos, pela participação de seus representantes em todos os atos e fatos que digam respeito aos seus interesses, inclusive no planejamento da reforma agrária, a fim de obtermos o caminho para eliminação dos desníveis sociais e para que sejam reconhecidos os valores inseparáveis da dignidade humana.*<sup>318</sup>

Apesar da aproximação com uma luta mais ampla, pelo retorno à democracia, a atuação dos movimentos de moradores de favelas teve que, logo após estas manifestações, se voltar à luta contra a remoção: era o princípio da segunda investida remocionista, que vinha sendo organizada desde o final de 1966.

---

<sup>314</sup> Entrevista de Lúcio Bispo In: Monteiro, 2004.

<sup>315</sup> Entrevista de Padre Mário Prigol da Paróquia Nossa Senhora da Salette e integrante da JOC (Juventude Operária Católica) In: Monteiro, 2004.

<sup>316</sup> Correio da Manhã, 30/04/1968.

Um dos organizadores da reunião fora o padre Pancrácio Dutra, aquele que intermediou a libertação de Etevaldo Justino de Oliveira em 1964 no episódio do plebiscito da Favela do Esqueleto.

<sup>317</sup> Correio da Manhã, 01/05/1968.

<sup>318</sup> Correio da Manhã, 01/05/1968.

### 3.2. Uma nova investida remocionista.

A calma nas políticas remocionistas durou pouco tempo. Em setembro de 1966, o BNH constituiu um grupo de trabalho encarregado de elaborar o Plano Habitacional Integrado da Guanabara. Faziam parte deste grupo de trabalho os antigos Institutos de Previdência e a COHAB-GB.

Criado em 1964, o Banco Nacional de Habitação (BNH) era o agente executivo do Sistema Financeiro de Habitação, ou seja, o principal agente do governo em uma área social fundamental: a habitação popular. A criação do BNH revelava a proximidade entre os governos federal e estadual no que tangia a habitação popular. Tal proximidade foi reforçada, ademais, pela nomeação de Sandra Cavalcanti, aquela que havia sido a primeira secretária de Serviços Sociais de Lacerda e que comandara as remoções realizadas de 1962 a 1965, como sua primeira presidenta.<sup>319</sup>

Zaluar (1994) aponta que a pretensão inicial da criação do banco seria diminuir o *perigo do inconformismo das massas* e sua oposição ao regime militar por meio da eliminação das favelas, focos de tensão social. Segundo esta lógica, a habitação popular funcionaria como uma compensação às medidas impopulares implantadas para a contenção da inflação que atingiram o poder aquisitivo dos salários. Portes (1977) acrescenta, ainda, que a realização de investimentos massivos em saúde pública, previdência social e habitação foi a forma do regime militar demonstrar que, ao impor a ordem, atendia a necessidades básicas da população com maior eficiência do que os governos democráticos.

Contudo, visto que se tratava de um banco e, portanto, deveria seguir a lógica capitalista de ampliação do lucro, o BNH não conseguira realizar grandes investimentos no setor habitacional durante seus primeiros anos por carecer de fôlego financeiro. Todavia, em setembro de 1966, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o

---

<sup>319</sup> Sobre a criação do BNH ver Portes (1977), Alves (2005), Leeds (1978), Zaluar (1994) e Lagsten (1973).

Ademais, Zaluar (1994) destaca que a criação do BNH fora sugerida, por meio de carta enviada ao Marechal Castelo Branco, por Sandra Cavalcanti: “Prezado amigo presidente Castelo, aqui vai o trabalho sobre o qual estivemos conversando. Estava destinado à campanha presidencial do Carlos, mas nós achamos que a Revolução vai necessitar agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter que nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívicas” (Zaluar, 1994, p. 68).

O trecho final da carta evidencia um importante aspecto da política habitacional: com a construção dos conjuntos habitacionais, o governo federal difundia entre as classes carentes a propriedade privada enquanto elemento pedagógico que asseguraria maior estabilidade social (Cf. Gonçalves, 2013).

banco, com acesso ao dinheiro das poupanças compulsórias, pôde ampliar substancialmente sua atuação.<sup>320</sup>

A formação do grupo de trabalho liderado pelo BNH para elaborar um Plano Habitacional para toda a Guanabara representou o fim do período de populismo moderado implantado por Negrão de Lima nos primeiros meses de seu governo. Este grupo, com verba de 100 bilhões de cruzeiros, passou a coordenar as providências necessárias para a construção de 20 mil unidades residenciais no Estado até o final de 1967.<sup>321</sup> Contraditoriamente, Negrão de Lima, ao anunciar os preparativos para o plano (e a construção de casas em conjuntos habitacionais) afirmava que a *urbanização das favelas [estava] à tona das cogitações prioritárias do governo, pois [era], antes de tudo, questão de integração da população marginalizada do Rio.*<sup>322</sup>

Por vezes tolerada pelo estado e até mesmo recebendo obras pontuais de urbanização, com a criação da CHISAM, há uma mudança de qualidade significativa na postura do estado diante das favelas, em que o sentido é eliminá-las da paisagem urbana.<sup>323</sup>

A implantação do Plano Habitacional Integrado, sob a Coordenação do BNH, foi a primeira tentativa do governo federal de tomar as rédeas da política habitacional da Guanabara – a segunda tentativa, mais eficaz, foi iniciada com a criação da CHISAM em 1967. Sua criação teria sido uma reação conservadora dos mesmos grupos que, em 1963, haviam liderado o plano de remoção do governo Lacerda.<sup>324</sup> Ademais, a centralização da política remocionista trazia implícita o poder de utilização das forças armadas na implementação do programa.<sup>325</sup>

Todavia, mesmo antes da criação do Plano Habitacional Integrado, os despejos de moradores de favelas já vinham se tornando mais comuns. O primeiro destes despejos ocorreu

---

<sup>320</sup> O FGTS foi criado em substituição às normas de estabilidade no emprego da legislação trabalhista anterior (Alves, 2005).

<sup>321</sup> O convênio do governo federal com a Guanabara concedeu verba para a construção de residências na Cidade de Deus em Jacarepaguá, no Parque Proletário da Avenida Marquês de São Vicente na Gávea, no Parque Santa Luzia em Bonsucesso, na Cidade Nova (próximo ao Catumbi) e no Barro Vermelho em Vila Isabel.

<sup>322</sup> Correio da Manhã, 25/09/1966.

Na esfera estadual, a criação do grupo de trabalho liderado pelo BNH foi acompanhada pela constituição do CEPE (Comissão Executiva de Política Habitacional): órgão estadual encarregado de trabalhar em um plano de erradicação das favelas, visando à transferência de sua população para habitações higiênicas localizadas próximas a locais com oferta de emprego (Correio da Manhã, 21/12/1966).

<sup>323</sup> Brum, 2012, p. 90.

<sup>324</sup> Cf. Portes, 1977.

<sup>325</sup> Cf. Perlman, 1977.

no Jardim América em maio quando a polícia chegou à favela às sete da manhã para enfrentar cerca de 2000 pessoas, aterrorizadas, avisadas na véspera de sua remoção.<sup>326</sup> Em agosto, cinco famílias foram despejadas do Morro dos Telégrafos e, em dezembro, a Estrada de Ferro Central do Brasil despejou 26 famílias da Favela do Trajano.<sup>327</sup>

Mantendo a estratégia de negociação com aquele que parecia ser um grande aliado, no início de janeiro de 1967, a recém-eleita diretoria da FAFEG reuniu-se com o governador Negrão de Lima para tentar a suspensão do despejo das favelas da Guanabara, principalmente Santo Amaro, Jardim América, Marcílio Dias, Euclides da Rocha e Dendê; todos em andamento.<sup>328</sup>

As negociações não surtiram efeito e, ao final de janeiro, 40 famílias foram despejadas da Favela do Andaraí por ordem do Instituto de Geotécnica; iniciou-se a programação de remoções na Favela Alto Solar, em função da abertura do Túnel Dois Irmãos e a derrubada de 200 casas na região do Mangue, em função do novo traçado urbano do bairro.<sup>329</sup> Em fevereiro, 20 pessoas eram retiradas pela polícia de casas que ocupavam na Vila Kennedy<sup>330</sup> e, na Vila Vintém, moradores estavam ameaçados de despejo em função da expiração do decreto de desapropriação.<sup>331</sup>

Em fevereiro e março de 1967, as tradicionais chuvas de verão deixaram treze mil pessoas desabrigadas (cinco mil recolhidas ao Estádio do Maracanãzinho).<sup>332</sup> Em meio às enchentes e à intensificação das ações de despejo, o debate remoção x urbanização retornou com toda força na sociedade carioca.

Ao mesmo tempo, começaram a ser tomadas medidas para a redução da força política das associações de moradores de favelas. Entre maio e junho de 1967, a Secretaria Estadual de Serviços Sociais começou a realizar reuniões diretamente com as associações de moradores, desconsiderando a representatividade federativa da FAFEG.<sup>333</sup> Segundo o

---

<sup>326</sup> Cf. Perlman, 1977.

<sup>327</sup> Correio da Manhã, 07/08/1966 e Correio da Manhã, 06/12/1966.

<sup>328</sup> Correio da Manhã, 11/01/1967 e Jornal do Brasil, 11/01/1967. Foram à reunião Vicente Mariano e João Marcolino, acompanhados de representantes de outras associações de moradores de favelas. Levaram ao governador informações sobre os trabalhos elaborados pelo arquiteto Sergio Bernardes e pelo IAB.

<sup>329</sup> Correio da Manhã, 29/01/1967 e 10/02/1967.

<sup>330</sup> Correio da Manhã, 15/02/1967 e 16/02/1967.

<sup>331</sup> Correio da Manhã, 24/02/1967 e 19/03/1967.

<sup>332</sup> Correio da Manhã, 21/02/1967, 14/04/1967 e 29/04/1967 e Jornal do Brasil, 22/02/0967.

<sup>333</sup> Participaram destas reuniões representantes de 230 favelas (Correio da Manhã, 23/05/1967, 24/05/1967, 30/05/1967, 31/05/1967, 01/06/1967 e 10/06/1967).

governo, o objetivo destas reuniões era *debater problemas específicos destas comunidades, visando a obter maior integração dos favelados no plano de obras da Secretaria*.<sup>334</sup> Na prática, estas reuniões em separado com cada associação representavam a diminuição da força de articulação política dos favelados.

O cerco se fechava cada vez mais. Em 15 de junho de 1967, Negrão de Lima assinou o conhecido Decreto E 870, que normatizou as atribuições das associações de moradores e as colocou sob o controle direto da Secretaria de Serviços Sociais, ampliando a capacidade estatal de dominação ideológica, jurídica, política e policial sobre os moradores de favelas.

Dois anos depois, o cerco se fecharia ainda mais, com a publicação do Decreto 3.300/1969 que consolidou os dispositivos do Decreto 870/1967 e reduziu o percentual de moradores necessários à validação da representatividade de uma associação de 50% para 30%.

Com tais medidas, as associações deixaram de atuar como representantes dos moradores e passaram a fazer o papel de poder público na favela, tornando-se responsáveis pelo controle de reformas e consertos nas moradias, além da repressão à construção de novas casas. Em outras palavras, na favela, a redução da liberdade política foi implementada antes da decretação do AI-5.

Posteriormente, com os poderes atribuídos pelo Decreto E 870, diretorias de associações de moradores foram dissolvidas e chegaram a ser substituídas por juntas governamentais compostas de membros da Secretaria de Serviços Sociais – a possibilidade de intervenção era prevista no artigo 3º segundo o qual o Secretário poderia realizar novas eleições caso não fosse cumprido o estatuto da associação, ou caso fosse apurado ato que desvirtuasse a finalidade da associação.<sup>335</sup>

Nunes (1980) relata que a FAFEG realizou uma assembleia para debater as restrições impostas pela publicação do decreto E 870. Contudo, publicamente (e diplomaticamente), a Federação elogiava o reconhecimento de apenas uma associação por favela, *isto porque em algumas delas são tantas as associações que muitas vezes visam a um interesse pessoal. Além disso, isso faz com que seja criada uma mentalidade de verdadeira comunidade, com apenas um chefe em cada família que é a favela*. Entretanto, mesmo nos jornais uma crítica era feita ao artigo que determinava que a Secretaria de Serviços Sociais pudesse nomear uma junta

---

<sup>334</sup> Correio da Manhã, 21/05/1967.

<sup>335</sup> Cf. Valla (1986), Valladares (1978), Diniz (1981) e Brum (2006).

governativa para substituir qualquer diretoria de associação que se indispusesse com o governo.<sup>336</sup>

O debate acerca da legislação controladora das atividades políticas das associações de moradores não se limitou ao ano de publicação do decreto. Em 18 de julho de 1968, a Federação, por carta, respondia a comunicado do presidente da Fundação Leão XIII Délio dos Santos que informava sobre a ordem de serviço que regularia as eleições para associações de moradores. A minuta foi levada a uma reunião do Conselho de Representantes da FAFEG, realizada no dia 13. Segundo resposta estabelecida nesta reunião, os conselheiros afirmam (ironicamente) que a minuta poderia vir a ser útil a associações de moradores futuras, visto que as existentes já possuíam estatutos registrados e, portanto, regulações para a realização de eleições – o que tornava a minuta desnecessária.

Pois considerando, que todas as associações existentes já preveem em seus estatutos normas que dão disciplina às eleições de seus dirigentes. Normas essas que correspondem a uma necessidade [ilegível] dessas localidades e são autênticas dessas próprias comunidades [ilegível] baseado em sua realidade local.<sup>337</sup>

De maneira contraditória, em março de 1968, Negrão de Lima formava a equipe que constituiria a CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades), composta por sociólogos, economistas e arquitetos. Com projeto pioneiro e uma concepção humanística da intervenção na favela (defendendo a urbanização e a participação dos moradores), a nova companhia pretendia estudar e urbanizar três favelas da Guanabara: Mata Machado, Morro União e Brás de Pina. A criação da CODESCO materializou, no âmbito das políticas para as favelas, a oposição entre o projeto populista de Negrão de Lima e o projeto tecnocrático do governo federal. Sua criação pode ser compreendida como uma tentativa do governo do Estado da Guanabara de manter certa independência às políticas urbanas federais.

Em meio ao acirramento das tensões, a FAFEG mantém sua prática de negociação com Negrão de Lima (talvez a única possível naquele momento): que mesmo levando à frente as medidas remocionistas, dizia defender a urbanização das favelas. Em maio de 1967, a Federação pediu ao governador a conclusão das obras da Vila Proletária Nossa Senhora da Penha, a cessão de uma área em Manguinhos para abrigar 200 famílias que teriam que deixar

---

<sup>336</sup> Jornal do Brasil, 21/06/1967.

<sup>337</sup> Carta da FAFEG à Fundação Leão XIII de 18 de julho de 1968. In: IPM de Abdias José dos Santos, p. 2362.

Esta carta encontra-se anexada ao IPM em atendimento ao pedido de Abdias que, por meio de seu advogado, Lysâneas Maciel, anexou documentos que mostravam que era integrante de órgãos oficiais das favelas, e não de movimentos subversivos.

residências em função da construção de um trevo rodoviário e a cessão de um imóvel estadual para sede da FAFEG.<sup>338</sup>

Em dezembro de 1967, o cenário que vinha se construindo desde o anúncio da criação do Plano Habitacional Integrado da Guanabara se apresenta em sua completude: o mesmo governador que afirmara desde a campanha que não realizaria remoções em favelas anuncia sua retomada. Por meio da Secretaria de Serviços Sociais, o Governo do Estado apresentou o *Plano de Erradicação das Favelas e Urbanização do Rio de Janeiro*, que seria iniciado nas favelas do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas e atingiria cerca de 35 mil pessoas.<sup>339</sup> Estavam na lista de remoção as seguintes favelas: Cantagalo, Rocinha, Catacumba, Pavãozinho, Ilha das Dragas, Piraquê, Pedra do Baiano, Sossego e Praia do Pinto. Seus moradores seriam transferidos para o Centro Comunitário Sul, um grande conjunto habitacional que seria construído em São Conrado a partir de março de 1968 com recursos obtidos da venda dos terrenos da Praia do Pinto e da Catacumba. Segundo a análise da Secretaria, todas estas favelas eram impossíveis de serem urbanizadas.<sup>340</sup>

O anúncio gerou grande insatisfação entre os moradores de favelas, que cobravam do governador o cumprimento de suas promessas de campanha: *o governador está esquecendo o que afirmou como candidato, quando dizia que remoção não é solução para a favela. [...] Vão nos tirar daqui por um problema social e até mesmo racial, pois nos consideram o erro da zona sul*, dizia Henrique Monteiro da Silva, representante da Associação de Moradores da Praia do Pinto. Acrescentava ainda: *A Praia do Pinto é dos terrenos 'mais visados', e por trás da nossa mudança pode estar algum golpe imobiliário.*<sup>341</sup>

Em paralelo ao anúncio das remoções das favelas da bacia da Lagoa, a COHAB fazia os preparativos para a construção de três mil unidades residenciais na Cidade de Deus; 2.320 apartamentos no conjunto de Cordovil e novos conjuntos com mais 2.880 unidades residenciais. A programação da construção de grande quantidade de casas mostra a demanda por habitações populares para abrigar populações removidas, demanda que aumentou

---

<sup>338</sup> Correio da Manhã, 20/05/1967 e Jornal do Brasil, 20/05/1967.

<sup>339</sup> Segundo Brum (2006), o programa de remoções da Lagoa era chamado *Programa Sete de Setembro*.

<sup>340</sup> Correio da Manhã, 17/02/1967 e 19/12/1967.

O anúncio da remoção das favelas do entorno da Lagoa fez surgir, na cidade, um boato de que o governador havia decidido remover as favelas vizinhas a sua casa. A ponto de Vitor Pinheiro (secretário de Serviços Sociais) dar à imprensa a seguinte declaração: *Estas favelas serão removidas com o início de um plano que visa a acabar com o problema da favela na Guanabara e não porque estão situadas próximas de onde mora o governador Negrão de Lima.*

<sup>341</sup> Correio da Manhã, 20/12/1967.

drasticamente com o anúncio da remoção de 35 mil pessoas. Há de se notar que fora anunciada a construção de um total de 8.200 unidades residenciais (para cerca de oito mil famílias de quatro pessoas), número próximo à marca de 35 mil pessoas que habitavam as favelas da Lagoa.

Em paralelo, a FAFEG continuava seu trabalho de negociação direta com o governador. Ao final de janeiro de 1968, Vicente Mariano apresentou, em audiência no Palácio da Guanabara, memorial reivindicando providências quanto ao despejo de moradores das favelas do Vintém e Vidigal, iluminação da Favela Paula Ramos, urbanização da Favela de Brás de Pina, construção da sede da associação de moradores da Favela Mata Machado, além do problema de policiamento em diversos locais.<sup>342</sup>

Em junho de 1968 outro memorial fora entregue, agora ao governo federal, por meio da Comissão de Favelados. Esta comissão, ainda que não ligada diretamente à FAFEG, era liderada por seu antigo presidente, Etevaldo Justino de Oliveira. O documento defendia a tese de que nenhuma remoção poderia ser feita para uma distância superior a três quilômetros do local de origem, conforme deliberado no I Congresso, em 1964.<sup>343</sup> Em setembro, a FAFEG se reunia com Negrão de Lima para pedir que o governador não autorizasse a remoção de favelas da zona sul para subúrbios ou para zonas rurais. O memorial manifestava o temor de que se retornasse à *era dos despejos à força, sob pretexto de livrar a zona sul das favelas*.<sup>344</sup> Infelizmente, o temor não era sem propósito.

A entrega de memoriais a autoridades governamentais é parte de uma estratégia de luta política firmada sobre a lógica da *moeda de troca*: pressionavam-se os candidatos a atender demandas das favelas em troca de apoio político nas eleições.<sup>345</sup> Contudo, desde 1964, com o esvaziamento das instituições democráticas, o papel político-eleitoral das favelas foi reduzido de modo que, em 1967, tal moeda não tinha mais valor e o uso de memoriais já era um instrumento ineficaz.<sup>346</sup>

Em maio de 1968 entrou em cena o último ator necessário à retomada da investida remocionista. Criou-se, então, a CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio), órgão subordinado ao Ministério do Interior, que

---

<sup>342</sup> Correio da Manhã, 25/01/1968.

<sup>343</sup> Correio da Manhã, 16/06/1968.

<sup>344</sup> Correio da Manhã, 04/09/1968.

<sup>345</sup> Cf. Kowarick e Bonduki, 1994.

<sup>346</sup> Cf. Valladares, 1978.

coordenou, a partir de então, os esforços de combate às favelas da Guanabara e dos municípios limítrofes.<sup>347</sup> A CHISAM era, na prática, um órgão federal sob controle do BNH.<sup>348</sup>

Enquanto importante instrumento de controle do governo federal e de aplicação dos recursos e ideais do BNH, a CHISAM foi o órgão responsável pelas grandes remoções das favelas da Guanabara até o ano de 1973 (quando foi extinta). Sua criação viabilizou a aplicação da política habitacional concebida pelo BNH na Guanabara.

Baseada em uma visão das favelas como *espaço urbano deformado*, habitado por *população alienada da sociedade por causa da habitação*,<sup>349</sup> a Coordenação tinha como objetivo remover 92 mil pessoas por ano entre 1971 e 1976, de modo a acabar completamente com as favelas do Rio. Sua atuação na área do Grande Rio como coordenadora de outras entidades como a Secretaria de Serviços Sociais, a COHAB, a Secretaria de Trabalho, a Ação Comunitária do Brasil, a CODESCO e a Fundação Leão XIII,<sup>350</sup> configurava-se como o primeiro passo para uma política nacional para as favelas de todo o Brasil, uma espécie de projeto piloto que tinha a Guanabara como palco.

A determinação de que a política para as favelas da Guanabara seria coordenada por um órgão federal representou uma intervenção do governo federal nos rumos da política urbana estadual.<sup>351</sup> Justificava-se a criação da Coordenação com o argumento de que era necessário tratar as favelas como problema nacional e que, portanto, os órgãos do governo estaduais não tinham condições de abordar a questão em sua completude. Contudo, apesar do

---

<sup>347</sup> A CHISAM foi criada pelo Decreto Federal 62.654 de 3 de maio de 1968.

Lagsten (1973) relata que sua criação foi originada de um estudo realizado por três técnicos da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) em 1966. Tal estudo encorajava a urbanização das favelas e a formação de uma agência coordenadora que proporcionasse orientação a todas as entidades interessadas em trabalhar nas favelas. Contudo, a CHISAM nunca funcionou em favor da urbanização.

<sup>348</sup> Cf. Leeds, 1978.

Os dois órgãos chegaram a compartilhar membros de sua diretoria. Em 1968, Ministro do Interior General Afonso de Albuquerque Lima (uma possibilidade presidencial em 1969) era diretor da Coordenação e do Banco. Assim como Gilberto Coufal, diretor superintendente do BNH e também diretor da CHISAM.

<sup>349</sup> Burgos, 2004, p. 36.

<sup>350</sup> A parceria com órgãos estaduais foi definida por meio da publicação de um decreto estadual que determinava que a política habitacional da Guanabara deveria ser compatível com o Sistema Nacional de Habitação.

<sup>351</sup> Valladares (1978) aponta que a criação da CHISAM visava concretizar um programa de remoções que a COHAB não tinha condições de realizar por falta de recursos financeiros e falta de força política. Já Valla (1986) compreende sua fundação como uma reação à criação da CODESCO. Por fim, Perlman (1977) e Lagsten (1973) apontam como função da CHISAM compensar a falta de coordenação entre as COHABs do Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro.

argumento nacionalizante, não foram criados mecanismos semelhantes em outras cidades brasileiras onde as favelas também eram numerosas.

Apesar de Negrão de Lima aprovar publicamente o projeto ao declarar que *o governo do estado recebeu com grande alegria a criação de um grande programa para erradicação das favelas da GB*, a medida não foi bem aceita na Câmara dos Deputados e fora classificada como uma *intervenção branca no estado que [era] o grande bastião da democracia brasileira*.<sup>352</sup>

Já o Secretário de Serviços Sociais Vitor Pinheiro, personagem importante na articulação entre as esferas federal e estadual, manifestou-se a favor da criação da nova Coordenação. Defendendo que as favelas cariocas eram um problema federal, já que a grande maioria de seus habitantes era imigrante de outros estados, acreditava que a criação da CHISAM não tinha implicações políticas e que o governo federal não estava criando um órgão destinado a impedir a propagação da subversão nas favelas – *não temos conhecimento de qualquer movimento subversivo nas favelas cariocas, nem muito menos da constituição de células comunistas entre os favelados. Se houvesse alguma coisa neste sentido estaríamos informados pelos serviços sociais das regiões administrativas que pertencem à Secretaria*.<sup>353</sup>

A FAFEG não deixou de se manifestar contra a criação da CHISAM. O presidente da associação dos moradores da Favela do Catumbi e membro da diretoria da Federação Maurílio José Rosa declarou não acreditar que o governo conseguisse resolver o problema das favelas com a construção de casas, *ele dá as casas, mas a ferida continua latente. [...] Além do mais, o que adianta dar casas para todos? O que vai acontecer é que depois que todos nós tivermos residências dadas pelo governo ele vai ter que começar tudo de novo, porque até isso acontecer a Guanabara, em vez de ter 800 mil favelados, terá o dobro*. Acrescentava, ainda, que o governo não conseguiria uma solução *se não [promovesse] um diálogo com os favelados*.<sup>354</sup>

### **3.3. O Congresso de 1968.**

Assim como em 1964 (quando a política remocionista se intensificou na Guanabara), também em 1968, frente à criação da CHISAM e ao anúncio da remoção de todas as favelas

---

<sup>352</sup> Fala de Valdir Simões, presidente do MDB carioca (Correio da Manhã, 08/05/1968).

<sup>353</sup> Correio da Manhã, 12/05/1968.

<sup>354</sup> Jornal do Brasil, 11/05/1968.

do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, a FAFEG iniciou os preparativos para a organização de um novo congresso de moradores de favelas para que a população, de forma unida, pudesse resistir às medidas propostas pelo governo federal.

O II Congresso, uma das principais realizações da diretoria de Vicente Ferreira Mariano, ficou registrada na memória dos militantes como um momento importante, de forte articulação das associações de moradores de favelas em defesa de seus direitos.

Realizado em um momento de escalada das tensões – não se pode esquecer que se trata de agosto de 1968, poucos meses antes da promulgação do AI-5 – a participação às reuniões preparatórias do II Congresso não foram abertas ao público. Segundo Nunes (1980), cada favela enviou às reuniões preliminares, realizadas na Igreja de N. S. da Salette no Catumbi, três pessoas indicadas por sua associação de moradores e duas representando a comunidade.

Em 17 de agosto, foi realizada outra reunião preparatória, ainda a portas fechadas, na sede da associação de moradores do Morro de São Carlos.<sup>355</sup> Neste encontro, decidiu-se por uma convocação pública para uma nova reunião, que seria realizada no dia 24 para tratar, principalmente, do estabelecimento de um maior diálogo entre a FAFEG e os órgãos que interviam nas favelas – aquele era um momento particularmente desfavorável à Federação: além de passar por dificuldades financeiras, encontrava-se fragilizada com a entrada efetiva do governo federal militar no campo das políticas para as favelas. Nesta reunião, seriam tratados assuntos como aprovação da ata anterior, leitura de expediente da Diretoria ao Conselho, assuntos de interesse geral e apresentação, discussão e aprovação do temário do II Congresso Estadual das Associações de Moradores de Favelas e Morros. O encontro do dia 24 contou com inscrição de 80 representantes de associações de moradores de favelas.<sup>356</sup> Este encontro também foi divulgado na coluna *O que vai pelos sindicatos* do Jornal O Dia.<sup>357</sup>

A influência marxista, ou da *fala das esquerdas*, era uma realidade da diretoria da FAFEG no biênio 1967-1968. Brum (2006) acrescenta que o Congresso de 1968 apresentou uma linha de oposição à ditadura militar ao trabalhar com a ideia de participação do favelado na *grande política*. Outra peculiaridade apontada pelo mesmo autor a respeito desta diretoria

---

<sup>355</sup> Jornal do Brasil, 18/08/1968.

<sup>356</sup> Jornal do Brasil, 18/08/1968.

<sup>357</sup> Jornal O Dia, 24/08/1969.

era a compreensão da Federação como uma organização classista, onde o favelado era compreendido como um operário.

Esse encontro dos favelados durante todo o mês é bastante significativo, pois vai permitir o estudo do porquê da existência das favelas, suas origens, aspectos humanos, a favela como consequência e suas causas, participação na sociedade e as condições de vida condigna indispensáveis à existência humana. [...] Já é tempo de você lutar pela estabilidade de seu lar, transformando a favela em verdadeira comunidade dentro dos princípios humanos e sociais. [...] **Com o trabalho do homem, a cidade cresce, o progresso aproxima-se das áreas onde você habita, crescendo a cobiça desses lugares, já valorizados** [grifos meus]. Embora a lei seja **igual** para todos [grifo no original], sempre vence o mais forte, e surgem as remoções para lugares longínquos, trazendo vários transtornos para o homem que vive de salário. **O que será do trabalhador quando a cidade chegar em Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus? Para onde você vai?** [grifos meus].<sup>358</sup>

[...] Os habitantes de favelas afirmam que são os governos os responsáveis pelo aparecimento dos problemas sociais que criaram a favela. Sempre fomos fiéis às nossas obrigações, ao cumprimento dos nossos deveres para com a Pátria, pois, como trabalhadores, nunca deixamos de produzir, colaborando com o nosso trabalho para a construção e manutenção deste Estado. Como trabalhadores, nunca remetemos lucros para os nossos estados. **Nunca investimos capitais em moedas estrangeiras e nem temos somas acumuladas em bancos, embora as somas acumuladas sejam frutos de nosso trabalho, da nossa miséria.**<sup>359</sup>

[...] Se o governo não nos ouvir e não levar em consideração nossas decisões, que são baseadas no nosso sofrimento do dia a dia, nos dará a entender que **teremos de nos organizar e lutar contra qualquer plano que nos queira impor.**<sup>360</sup>

Interessante observar, destacado no texto da convocatória para o Congresso de 1968, o entendimento de que aquilo que mobilizava as remoções era o aumento do valor da terra, determinado tanto pela especulação imobiliária quanto por medidas governamentais de expansão da cidade.

Kowarick (1979) no clássico *Espoliação Urbana* destaca que, quando a valorização da terra torna-se incompatível com a presença da população de renda baixa, o poder público impõe reformas, forçando sua transferência para as áreas da periferia. Segundo o autor, o processo de limpeza urbana é sempre regido pela lógica do mercado, que define em que lugar

---

<sup>358</sup> Trecho do texto da convocatória do II Congresso (Jornal do Brasil, 03/11/1968).

<sup>359</sup> Correio da Manhã, 26/11/1968.

<sup>360</sup> Advertência divulgada pelo II Congresso, em sua reta final (Correio da Manhã, 26/11/1968).

da cidade o pobre pode morar - *O que será do trabalhador quando a cidade chegar em Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus? Para onde você vai?*<sup>361</sup>

Ou ainda, o entendimento de que a favela é resultado da exploração capitalista da força de trabalho – *embora as somas acumuladas sejam frutos de nosso trabalho, da nossa miséria.*<sup>362</sup> Este posicionamento da FAFEG perante as remoções tinha relação direta com a história de militância daqueles que, em 1968, ocupavam a direção da Federação: militantes de sindicatos, do PCB e de outras entidades. Neste momento, acionava-se como bandeira para luta dos favelados não o argumento da justiça cristã, mas sim o do direito à cidade.

A questão da favela é uma questão essencialmente política. Terrenos da zona sul ocupados pelo homem trabalhador de baixa renda... Diante da burguesia. Imagina só... A ocupação de uma área supervalorizada por um biscateiro.<sup>363</sup>

Só somos reconhecidos na época da eleição, depois somos considerados objetos. [...] Favela não é submundo e favelado não é subgente.<sup>364</sup>

Em entrevistas dadas aos jornais durante o período das reuniões preparatórias para o Congresso, os membros da FAFEG pediam uma definição clara das autoridades federais e estaduais quanto à política de remoção.<sup>365</sup> Destacava-se, ainda, a *má intenção* do governo com os moradores de favelas, que somente os respeitava durante os períodos de eleição: o tom do diálogo havia subido, não somente por parte do governo federal, mas também dos moradores de favelas, que se organizavam novamente para resistir às remoções.

Em entrevista ao Diário de Notícias, Vicente Ferreira Mariano afirmava que *a luta para unir todos os favelados da Guanabara tinha como objetivo lutar contra o que [queria] a CHISAM, ou seja, o desfavelamento*<sup>366</sup> (ainda que não dito expressamente, tratava-se do desfavelamento da Lagoa Rodrigo de Freitas). Apesar de ter como objetivo imediato a

---

<sup>361</sup> Trecho do texto da convocatória do II Congresso (Jornal do Brasil, 03/11/1968).

<sup>362</sup> Correio da Manhã, 26/11/1968.

A continuação deste texto evidencia ainda mais a referência teórica marxista ao mencionar a concentração dos meios de produção nas mãos de poucos: “Afirmam os moradores de favelas que a tecnologia pode dar uma interpretação diferente às teses aprovadas, mas estamos prontos para rechaçá-las. Os moradores em favelas já estão cansados de ser enganados e seu maior problema, hoje, consiste em saber em quem confiar. Para nós, o abandono dos governantes aos problemas sociais da nação levaram os trabalhadores à condição de subgente, vivendo no submundo. Foi a tecnologia que evoluiu e deu aos patrões todo o poder de usufruírem sozinhos o produto dos seus empregados. Como consequência, está aí o resultado”.

<sup>363</sup> Entrevista de Abdias dos Santos em abril de 1986 In: Lima, 1986, p. 195.

<sup>364</sup> Fala de um membro da diretoria da Federação em reunião preparatória para o II Congresso (Correio da Manhã, 25/08/1968).

<sup>365</sup> Cabe lembrar que a linha norteadora das políticas para as favelas foi modificada com frequência durante a existência do Estado da Guanabara.

<sup>366</sup> Diário de Notícias, 02/11/1968.

interrupção das remoções, a aspiração maior do II Congresso era o estabelecimento de um espaço de diálogo com as autoridades federais e estaduais, conquistando, ao menos, a chance de negociação.

Há necessidade de um diálogo bilateral, e não como vem acontecendo ultimamente quando nós, favelados, falamos, mas não somos ouvidos.<sup>367</sup>

No dia 1º de novembro de 1968 foi iniciado o *II Congresso Estadual das associações de moradores em favelas e morros do Estado da Guanabara* na sede do Sindicato dos Motoristas Autônomos. Ao contrário do I Congresso, participaram da abertura tanto associações filiadas quanto não filiadas à FAFEG.



Figura 21 - Irineu Guimarães no Congresso de 1968 como delegado da Associação de Moradores do Jacarezinho (In: Santos, 2009, p. 116).

Outra distinção interessante de se notar em relação ao I Congresso é que, em 1968, o Congresso não era mais dos *favelados*, mas de *moradores em favelas e morros*. Não mais se usava o termo *favelado* como marca de distinção a ser ressignificada. Tal diferenciação entre o morador de favela e o favelado perdura até hoje.<sup>368</sup>

O Congresso de 1968 foi baseado nos seguintes temas:

- Origem, causas e aspectos da favela;
- A Federação como órgão mandante ou mandatário da classe favelada;
- Como se constitui e em que consiste a Federação;

---

<sup>367</sup> Fala de Abdias José dos Santos (Jornal do Brasil, 18/08/968).

<sup>368</sup> Leeds (1978) aponta uma distinção entre os termos *favelado* e *morador de favela*. O primeiro teria um sentido de estado permanente, enquanto o segundo, um sentido temporário.

- Como funcionar a Federação face às organizações que atuam nas favelas no plano religioso e social;
- Como as organizações concessionárias atuam nas favelas;
- Como funcionar a Federação, face às Regiões Administrativas;
- Como funcionar face ao Poder Legislativo federal e estadual (no caso de favelas em terrenos públicos)
- Como funcionar face ao governo nos órgãos executivos do Estado como a Fundação Leão XIII;
- Quais as condições normativas e formas de funcionamento interno da FAFEG.<sup>369</sup>

Tendo em vista o temário do II Congresso, torna-se claro seu eixo central: como a Federação iria se relacionar com os outros órgãos, sintoma claro da avaliação de que, após a criação da CHISAM, estavam isolados politicamente. Também eram importantes temas como o controle das associações de moradores, a política de remoções e a posse dos terrenos onde se situavam as favelas.

Lima (1986) aponta que a organização do II Congresso, ao contrário do de 1964, não solicitou a presença de autoridades. Tratava-se de um momento de enfrentamento, visto que o espaço de negociação com as autoridades governamentais era praticamente inexistente desde a criação da CHISAM. A síntese deste posicionamento estava contida em uma frase escrita em um cartaz afixado no local de realização da assembleia do Congresso: *As pessoas que vivem nos palácios não podem raciocinar como as pessoas que vivem nas favelas.*<sup>370</sup>

Contudo, apesar da ausência de convite, compareceram a algumas sessões o presidente da Fundação Leão XIII e dois agentes do DOPS<sup>371</sup> – estes últimos, não necessariamente para discutir a organização do movimento dos moradores de favelas. A presença do DOPS na abertura do Congresso foi noticiada na imprensa. O jornal Diário de Notícias informou que um representante do Secretário de Segurança Pública participou do primeiro dia de reuniões do Congresso, mas que ao se retirar do local, deixou dois agentes do DOPS, *para representá-*

---

<sup>369</sup> Correio da Manhã, 25/08/1968 e Jornal do Brasil, 03/11/1968.

<sup>370</sup> Diário de Notícias, 02/11/1968.

Nunes (1980) destaca que na festa de encerramento do Congresso de 1968 foram permitidos discursos de representantes do governador Negrão de Lima e de representantes da Assembleia Legislativa.

O discurso de autoridades do governo só foi permitido na festa de encerramento do II Congresso.

<sup>371</sup> Correio da Manhã, 05/11/1968.

lo. Já o Jornal do Brasil abriu a reportagem com a seguinte manchete: *Congresso de favelado tem DOPS na mesa.*<sup>372</sup> Ao longo da reportagem, o mesmo jornal informava que dois agentes do DOPS teriam ido ao local para conhecer o programa e as teses e que acabaram por participar da mesa diretora na instalação do Congresso.



Figura 22 – Vicente Mariano, Abdias dos Santos e desconhecido no Congresso de 1968 (Monteiro, 2003).

O Congresso foi dividido em quatro sessões (todas realizadas aos sábados), em diferentes regiões da cidade e, segundo Nunes (1980), contaram com a participação de duas mil pessoas. A primeira reunião ocorreu no Parque União e contou com a participação de moradores das favelas da zona da Leopoldina. A segunda sessão foi no Morro do Borel, para as favelas do Centro e zona norte. Já a terceira reunião foi na Favela da Catacumba, para os moradores da zona sul, e, por fim, a quarta reunião, no Centro, para moradores da zona central. Após as quatro reuniões locais, foi realizada uma plenária estadual no dia 30 de novembro, novamente na sede do Sindicato dos Motoristas Autônomos, para debater todas as teses apresentadas até então.<sup>373</sup>

A grande bandeira do II Congresso – *Urbanização sim, remoção não!* – foi levantada logo no primeiro dia de reunião pelo representante da favela Ilha das Dragas e acabou tornando-se o principal tema debatido no Congresso.<sup>374</sup>

No seu II Congresso, a FAFEG já apontava o risco com o afastamento dos trabalhadores do grande centro e com a formação de cinturões de miséria na periferia do Rio. No Congresso, aprovou-se de não aceitar a remoção. [...] Que foi acontecendo? A gente defendia a urbanização no local para manter o trabalhador próximo ao mercado de trabalho. E o problema da ociosidade da juventude? O garoto que morava na Praia do Pinto engraxava um sapato,

<sup>372</sup> Jornal do Brasil, 02/11/1968.

<sup>373</sup> Jornal do Brasil, 02/11/1968.

<sup>374</sup> Correio da Manhã, 05/11/1968.

fazia um ‘mandado’, enfim. Na Vila Kennedy, ele fugia de lá e ficava perambulando pelas ruas.<sup>375</sup>

Na reunião da semana seguinte, os participantes do Congresso decidiram lutar contra qualquer tipo de remoção, considerando que dentro da realidade atual, a urbanização [era] a única forma de atenuar as condições de vida de quem recorre à favela para morar.<sup>376</sup> Já a Sociedade de Amigos do Morro dos Prazeres, de Santa Teresa defendeu tese contrária à remoção, sugerindo que a urbanização fosse feita com o dinheiro que o governo empregava para construir casas para favelados nos *cafundós do Judas*. Ou ainda a associação de moradores da Favela do Jacarezinho que propôs que governo concedesse verba para que as próprias associações de moradores promovessem a urbanização. Aprovaram, ainda, a proposta da associação de moradores da Favela da Catacumba que defendia a união de todos os moradores de favelas, não somente contra as políticas de remoção, mas contra todos os problemas que pudessem surgir, desde catástrofes a incêndios. Ou, por fim, a tese apresentada pelo Conselho de Representantes da FAFEG que pedia *a expulsão de todos os políticos profissionais que [aparecessem] na favela com objetivos eleitoreiros, desenvolvendo uma ação pessoal que deturpa o sentido da verdadeira causa do favelado*.<sup>377</sup>

Se o governo não nos ouvir e não levar em consideração nossas decisões, que são baseadas no nosso sofrimento cotidiano, nos dará a entender que devemos nos organizar e lutar contra qualquer plano que nos queira impor. [...] Para a maioria dos favelados, o êxito obtido com a realização do II Congresso, será, inevitavelmente, a resposta que há muito eles queriam dar às atividades paliativas do governo que jamais deixou de pretender removê-los de suas favelas, para os longínquos subúrbios da cidade, retirando-lhes o mercado de trabalho e obrigando-os a pagar ‘taxas fantasmas’ por pequenas habitações.<sup>378</sup>

Após o encerramento da fase de estudos e votação de relatórios, os participantes do II Congresso decidiram, por unanimidade, que deveriam ter a posse das terras ocupadas por seus barracos. Outras teses aprovadas pelo II Congresso foram: a extinção da Comissão de Luz enquanto personalidade jurídica e sua transformação em um departamento de cada associação

---

<sup>375</sup> Entrevista de Abdias dos Santos em abril de 1986 In: Lima, 1986, p. 180.

<sup>376</sup> Citação de documento do Congresso de 1968 In: Tribuna da Imprensa, 18/11/1968 e Correio da Manhã, 17/11/1968.

<sup>377</sup> Tribuna da Imprensa, 18/11/1968 e Correio da Manhã, 17/11/1968 [grifos meus].

Curiosamente, apesar de a reportagem da Tribuna da Imprensa dar espaço às teses defendidas no Congresso, em nenhum momento menciona que ele foi organizado pela FAFEG.

<sup>378</sup> Tribuna da Imprensa, 29/11/1968.

de moradores;<sup>379</sup> a urbanização com mão-de-obra e recursos do Estado;<sup>380</sup> a revogação do decreto E 870; a dotação de verbas para associações e expansão do ensino; um pacto de união e solidariedade entre todas as favelas e a necessidade da reforma agrária.<sup>381</sup>

Não nos propormos a dar solução para o problema, porque o Estado dispõe de tecnologia e dos recursos, e já contribuimos com os impostos e nossa mão-de-obra. Para nós é importante saber que não estamos pedindo coisas absurdas, mas reivindicando direitos. [...] A terra de fato é nossa, resta-nos que seja de direito, para que possamos resolver definitivamente nossos problemas de moradia, passando a construir nossas residências dentro de condições dignas para seres humanos.<sup>382</sup>

A defesa da posse definitiva da terra nas áreas ocupadas pelas favelas foi, segundo Lima (1986), a tese mais polêmica do II Congresso – tese que não era unanimidade entre as delegações participantes. Enquanto a maioria defendia a desapropriação da terra pelo poder público, a delegação do Morro do Catumbi defendia que os favelados comprassem, por meio de financiamento, os terrenos que habitavam. Por fim, fundamentada nos pontos abaixo listados, prevaleceu a tese de que a terra já pertencia aos moradores.

- a. A grande concentração de trabalhadores que contribuem com a maior parcela da mão-de-obra do estado;
- b. O homem da favela já teria construído com o seu salário um patrimônio para si e sua família e ali fixado sua moradia;
- c. Necessidade de legalização das terras para a penetração de serviços públicos;
- d. Necessidade de integração social, econômica e política da população urbana;
- e. Direito que o homem tem de moradia, alimento e vida condigna que a Constituição vigente assegura.<sup>383</sup>

E, finalmente, na plenária do dia 7 de novembro, a associação de moradores da Praia do Pinto apresentou uma tese inesperada: a criação de uma entidade jurídica de capital

---

<sup>379</sup> As Comissões de Luz eram entidades um tanto controversas: aquele que era *dono de um poste da Light* tinha em suas mãos um importante instrumento para a negociação clientelista (Cf. Depoimento de Sandra Cavalcanti In: Freire e Lippi, 2002). Em 1967 existiam 81 Comissões de Luz, que possuíam grande força política e rivalizavam com as associações de moradores – razão de um congresso de associações de moradores pedir o encerramento das atividades destas comissões.

<sup>380</sup> Referência ao modelo de trabalho implementado desde a *Operação Mutirão* de Arthur Rios.

<sup>381</sup> Correio da Manhã, 01/12/1968.

<sup>382</sup> Jornal do Brasil, 26/11/1968.

<sup>383</sup> Lima, 1986, p. 197-198.

A autora não identifica a origem da citação. Contudo, dá a entender que se trata de transcrição de documento pertencente ao II Congresso. Leeds (1978) também menciona a existência de um relatório final do II Congresso. Infelizmente, tal documento desapareceu.

privado que se destinaria a solucionar o problema habitacional das favelas; a Cooperativa de Capital dos Favelados do Estado da Guanabara (CCFEG), cuja direção deveria ser exercida pelos próprios moradores das favelas. Funcionando como uma espécie de BNH dos pobres, a CCFEG captaria recursos por meio de uma taxa, de pagamento obrigatório a todos os moradores de favelas. A cooperativa propiciaria:

Capital privado sem limite e capaz de resolver o problema de habitação para todos os favelados do Estado da Guanabara, sem depender do governo e sem sobrecarregar quem quer que seja. [...] A primeira medida a ser tomada pelo governo [seria] eliminar por completo todos os interesses imobiliários em torno das áreas ocupadas pelos favelados, desapropriando estas terras em favor dos mesmos. [...]

Quando tratar-se de terras particulares, uma vez que os mesmos provem a legalidade de seus domínios, os favelados [indenizariam] os proprietários de acordo com o valor dos terrenos, baseados nos impostos exigidos por lei. [...]

Acreditam os trabalhadores que vivem nestas terras que o governo da República, reconhecendo a situação em que vivem os favelados da Guanabara, tem plenos poderes para desapropriar estas terras em favor dos mesmos, para que nós, favelados, possamos fazer a urbanização do local.<sup>384</sup>

O II Congresso foi encerrado no dia 14 de dezembro, com assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos. A cerimônia de encerramento contou com show com passistas e cantores, além de baile com a bateria da Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense.<sup>385</sup> Na ocasião, foi realizado um concurso para a escolha da melhor fotografia, pintura e trabalho manual ou artesanal elaborado por moradores de favelas. Ademais, no encerramento do Congresso, houve uma feira de variedades que contou com apresentação de músicos, cantores e passistas e exibição de conjuntos folclóricos, além de barracas de quitutes.<sup>386</sup>

Logo após a sessão de encerramento do II Congresso, Vicente Mariano convocou os membros de associações de moradores de favelas para votarem nas eleições para a diretoria que exerceria o mandato no biênio seguinte, 1969-1970. Em paralelo, ao final do II Congresso, o jornal O Dia começou a abrir espaço em suas páginas para Etevaldo Justino de Oliveira, candidato à diretoria da FAFEG nas eleições previstas para o dia 29 de dezembro de 1968.

---

<sup>384</sup> Trechos do documento apresentado pela Associação de Moradores da Praia do Pinto na reunião do dia 7 de novembro (Correio da Manhã, 08/12/1968).

<sup>385</sup> Correio da Manhã, 13/12/1968.

A renda obtida com a venda de ingressos para o show de encerramento seria convertida em benefício da compra de uma sede própria para a FAFEG.

<sup>386</sup> Jornal O Globo, 03/12/1968.

No dia 14 de dezembro, Etevaldo dava entrevista cobrando das autoridades estaduais recursos para os órgãos de classe. Aproveitou para denunciar as arbitrariedades cometidas em nome da Portaria 11 da Secretaria de Serviços Sociais que fez com que a Fundação Leão XIII passasse a exercer *total e absoluta influência nas eleições de associações de favelados* como, por exemplo, o ocorrido na Associação de Moradores do Catumbi, cujas eleições foram embargadas pela Fundação, que passou a dirigir o órgão com uma junta governativa.<sup>387</sup>

No dia 17, o mesmo jornal publicava matéria com a manchete *Oposição prepara chapa para eleições da FAFEG*. Segundo a reportagem, a chapa encabeçada por Etevaldo tinha dentre suas reivindicações: evitar que se concretizassem remoções, a realização de urbanização, a posse definitiva da terra e o diálogo permanente com as autoridades.<sup>388</sup> No dia 20, nova reportagem, agora com a definição do nome da chapa: *Progressistas*. Os outros integrantes eram Benedito Francisco da Silva da Favela Cruzeiro, Francisco Vicente de Souza do Parque União, Euclides Henrique da Silva de Parada de Lucas, Antônio Cavalcanti da Euclides da Rocha, João José Valdevino da Catacumba e Carlos dos Santos de Jesus da Ilha das Dragas.<sup>389</sup>

O apoio de Chagas à chapa de Etevaldo era evidente. Dois dias depois, nova reportagem no jornal O Dia com a transcrição de um decálogo de reivindicações elaborado pela chapa, cujo nome foi modificado para *União das Favelas*.

- 1 – urbanização das favelas, posse do terreno onde estão os barracos, água, esgoto, igrejas, escolas e policiamento eficiente para todas elas;
- 2 – aumento do número de diretores da FAFEG que necessita de maior representação de associações de favelados;
- 3 – criação de uma assessoria técnica, com a inclusão de representantes dos órgãos de classe de todas as favelas;
- 4 – criação de novas seções na FAFEG, entre as quais as de procuradoria, planejamento, patrimônio, departamento feminino e conselho fiscal;
- 5 – construção da sede própria da FAFEG com o levantamento imediato de fundos;
- 6 – concurso para a escolha da ‘rainha dos favelados da Guanabara’ anualmente, entre as candidatas apresentadas pelas associações;

---

<sup>387</sup> Jornal O Dia, 14/12/1968. Trata-se da medida implantada pela Fundação Leão XIII que havia sido ironizada em carta da FAFEG de 18 de julho de 1968.

<sup>388</sup> Jornal O Dia, 17/12/1968.

<sup>389</sup> Jornal O Dia, 20/12/1968.

7 – desenvolvimento de todas as atividades da FAFEG, inclusive as sociais, esportivas, de recreação e culturais;

8 – estabelecimento de um plano para aprimorar a educação escolar dos favelados, principalmente as crianças;

9 – anistia para todas as associações da FAFEG em atraso e possibilidade efetiva para que as associações que ainda não estejam filiadas à FAFEG possam fazê-lo até o próximo dia 23 sem maiores dificuldades;<sup>390</sup>

10 – melhorar as condições de vida dos favelados com a criação de cursos de aprendizagem profissional e técnica.<sup>391</sup>

Ao final da entrevista, os integrantes da chapa *União das Favelas* fizeram críticas severas à diretoria de Vicente Mariano, que convocou tardiamente as eleições, sem tempo hábil para que a oposição se organizasse.

No dia 27, dois dias antes da realização do pleito, O Dia publicou uma última reportagem relatando que um grupo de moradores de favelas havia comparecido à redação para afirmar seu *apoio incondicional à chapa União das Favelas*.<sup>392</sup>

Finalmente, no dia 29 de dezembro foram realizadas as eleições e a chapa diretora com Vicente Ferreira Mariano como presidente é reeleita.<sup>393</sup>

É interessante observar a mudança repentina de posicionamento de uma importante peça da máquina chaguista frente à FAFEG. De uma relação de certo distanciamento, na qual a Federação tinha pouco espaço no jornal O Dia, no mês de dezembro de 1968 a chapa de oposição à diretoria tem conquista amplo espaço (inclusive com fotografias). Acredito que esta tenha sido a primeira tentativa de aproximação entre o chaguismo e a FAFEG, frustrada em virtude da derrota da chapa *União das Favelas*.

---

<sup>390</sup> A anistia (perdão das dívidas com a Federação) era importante moeda de troca, visto que somente associações em dia com as mensalidades tinham direito a voto no Conselho de Representantes.

<sup>391</sup> Jornal O Dia, 22-23/12/1968.

<sup>392</sup> Jornal O Dia, 27/12/1968.

<sup>393</sup> Correio da Manhã, 14/12/1968, Diário de Notícias, 10/12/1968 e Jornal do Brasil, 14/12/1968.

As eleições de 1968 para a diretoria da FAFEG já vinham sendo objeto de disputa desde o início do ano. Em fevereiro de 1968, o então Administrador Regional Vilmar Pális (que posteriormente tornar-se-ia deputado estadual) explicava que não pretendia intervir na autonomia política das favelas, mas *evitar que a eleição da nova diretoria da FAFEG fosse privilégio de uma pequena minoria incrustrada há muitos anos na associação e disposta agora a impedir a apresentação de outras chapas da livre escolha dos moradores* (Jornal O Globo, 02/02/1968).



Figura 23 - Integrantes da chapa *União das Favelas* (Jornal O Dia, 22-23/12/1968).

Findo o II Congresso e a eleição para a nova diretoria em dezembro de 1968, os moradores das favelas da Guanabara iriam enfrentar a concretização das remoções anunciadas desde 1967, processo que se iniciou em janeiro de 1969 com as remoções das favelas da bacia da Lagoa Rodrigo de Freitas.

### **3.4. A remoção das favelas da Lagoa e a prisão dos dirigentes da Federação.**

O II Congresso da FAFEG terminou às vésperas de uma importante mudança na conjuntura política nacional brasileira, momento marcado pelo aumento da repressão aos setores de oposição ao regime. De modo a entender este incremento na violência de estado, é importante recordar que o ano de 1968 fora marcado por ampla mobilização social, com grandes manifestações públicas nas ruas pelo retorno à democracia. A resposta à mobilização social veio na forma de mais um Ato Institucional, o famoso AI-5. Apesar de promulgado somente em dezembro de 1968, o Ato estava pronto desde julho, em resposta ao crescente apoio às manifestações de oposição ao regime.<sup>394</sup>

O AI-5 marcou o início de uma nova onda de repressão: fechou novamente o Congresso Nacional e suspendeu as garantias constitucionais e individuais da população por tempo indeterminado. Além do mais famoso dos atos institucionais, foram implementadas pelo regime militar outras medidas, ainda mais duras, que aumentaram o aparato repressor: o AI-14 e a Lei de Segurança Nacional, promulgados em setembro de 1969 (em reação ao

---

<sup>394</sup> Após sua publicação, o Congresso Nacional ficou fechado até outubro de 1969, período em que foram promulgados 13 atos institucionais, 40 atos complementares e 20 decretos-lei, inclusive a Lei de Segurança Nacional (Alves, 2005).

sequestro do embaixador americano) e que criaram no Brasil a prisão perpétua, a pena de morte e o banimento.<sup>395</sup>

Com estes instrumentos legais foram realizadas operações de detenção em massa, foi generalizado e institucionalizado o uso da tortura e foram efetivadas milhares de prisões de opositores ao regime, levando à punição de mais de 1.607 pessoas entre os anos de 1969 e 1974.<sup>396</sup>

A remoção das favelas da bacia da Lagoa Rodrigo de Freitas, começou a ser realizada em janeiro 1969, em meio ao cenário de acirramento de tensões em todo o país. Frente à escalada de violência, estas remoções culminaram com a prisão dos dirigentes da FAFEG e marcaram o início daquilo que Valla (1986) denominou momento de repressão aberta aos movimentos de favelados.

As três grandes favelas da região – Praia do Pinto, Ilha das Dragas e Catacumba – totalizavam cerca de 27 mil habitantes. O programa iniciou-se, entretanto, com uma favela relativamente pequena: a Ilha das Dragas, com cerca de 2.500 habitantes. Contudo, apesar da aparente pequena importância, a favela possuía associação de moradores ativa e com grande popularidade, além de manter relações com políticos influentes e ter recebido de Negrão de Lima, alguns anos antes, promessa de urbanização.<sup>397</sup>

As primeiras medidas concretas para a realização da remoção da favela da Ilha das Dragas começaram a aparecer em setembro de 1968 – a remoção era justificada, neste caso, pela execução das obras de duplicação da Avenida Epitácio Pessoa.<sup>398</sup> Em setembro de 1968, moradores da Ilha das Dragas, publicamente, afirmavam que iriam resistir ao plano da CHISAM de removê-los para a Cidade de Deus. O Superintendente da Coordenação, Gilberto Coufal, também publicamente, ameaçava os moradores da favela: *enquanto eu estiver aqui*

---

<sup>395</sup> A Lei de Segurança Nacional veio na forma do Decreto-Lei 898 de 29 de setembro de 1969. Esta lei tornou-se a base do poder de Estado e o principal instrumento de repressão política (Alves, 2005, p. 192).

<sup>396</sup> Alves, 2005.

<sup>397</sup> Cf. Valladares, 1978.

<sup>398</sup> Poucos meses antes do início das remoções, em agosto de 1968, ocorreu um episódio curioso na Cidade de Deus. Como foi dito anteriormente, o conjunto habitacional, ainda em construção, havia recebido boa parte dos flagelados da enchente de janeiro de 1966. Em agosto de 1968, surgiu na imprensa carioca um boato de que havia um surto de hepatite no conjunto e que famílias haviam sido despejadas dos apartamentos em virtude da doença. Marcelo Alencar, na época suplente da cadeira de senador, dizia haver *motivos inconfessáveis para tal despejo* (Correio da Manhã, 23/08/1968).

O jornal O Dia também menciona o despejo, dá outra versão. Para ele, a COHAB havia despejado 330 *invasores* das casas de triagem da Cidade de Deus em função da ameaça de contaminação por hepatite (Jornal O Dia, 21/08/1969). Talvez este despejo fosse uma forma de ampliar o número de apartamentos disponíveis para abrigar os removidos da bacia da Lagoa Rodrigo de Freitas.

*eles não sofrerão tal tipo de pressões. O que poderá ocorrer é o seguinte: se não saírem agora, pelas condições que estamos oferecendo, é possível que o meu sucessor os obrigue em outra forma. Não estamos gerando frustrações e sim condições dignas de habitação.*<sup>399</sup> Em outra entrevista, Coufal desmentia a notícia de que a Ilha das Dragas seria a primeira favela da Lagoa a ser removida e afirmava que não seria feita *nenhuma remoção de favela, enquanto seus moradores com ela não concordarem.*<sup>400</sup>

Na primeira semana de janeiro de 1969, o governador Negrão de Lima, em reunião com a diretoria da FAFEG assegurou que *desconhecia qualquer movimento para despejo dos moradores*. Na ocasião, o governador apoiou a recomendação de transformar os barracos em casas de alvenaria e reiterou que a política de seu governo era urbanizar as favelas.<sup>401</sup> Apesar das promessas, a CHISAM (em operação conjunta com a Secretaria de Serviços Sociais e a Região Administrativa da Lagoa) agendou, para o dia 31 de janeiro, a remoção das primeiras 36 famílias para a Cidade de Deus.<sup>402</sup> Ao final de janeiro, os moradores da favela ainda cobravam do governador a promessa de que não haveria remoção à força.<sup>403</sup>

No dia 1º de fevereiro, moradores de uma pequena favela vizinha à Ilha das Dragas, a Vila Cristo foram acordados às três horas da madrugada pelos funcionários responsáveis pela remoção. Trinta e uma famílias, totalizando 170 pessoas, foram levadas no mesmo dia para a Cidade de Deus. Os moradores que não aceitaram a transferência se juntaram aos da Ilha das Dragas.<sup>404</sup> No dia 7 de fevereiro, o jornal O Dia noticiava que as famílias haviam sido removidas *sem registrar-se nenhum problema para as assistentes sociais.*<sup>405</sup>

---

<sup>399</sup> Correio da Manhã, 04/19/1968.

<sup>400</sup> Jornal O Dia, 04/09/1968.

<sup>401</sup> Correio da Manhã, 09/01/1969 e Jornal do Brasil, 09/01/1969.

<sup>402</sup> Correio da Manhã, 31/01/1969.

<sup>403</sup> Correio da Manhã, 28/01/1969. Título da reportagem: “Favelado da Lagoa diz que Negrão não o expulsa de lá”.

Nunes (1980) diz que, segundo depoimentos coletados em sua pesquisa, os moradores acreditavam que Negrão de Lima havia negociado com o governo federal a remoção das favelas da Lagoa em troca da urbanização de Brás de Pina.

<sup>404</sup> Correio da Manhã, 02/02/1969.

Na ocasião, uma moradora, Dona Francisca Correia, que aceitou a transferência para a Cidade de Deus, deu uma declaração que mostra a pressão da política remocionista sobre o cotidiano do morador de favela: *sei que o transporte [para o trabalho] é caro, mas pelo menos vou descansar de ser todo dia despejada* [grifos meus].

<sup>405</sup> Jornal O Dia, 07/02/1969.

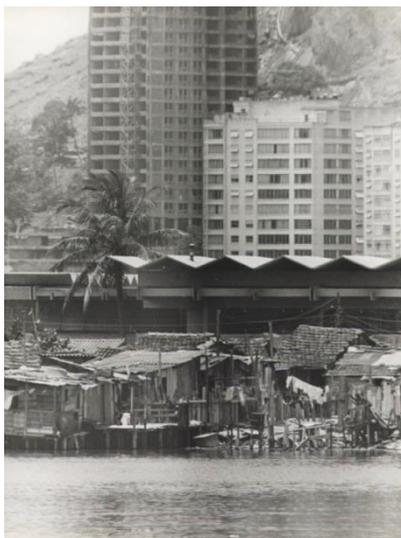


Figura 24 - Ilha das Dragas em janeiro de 1969 (Acervo Fotográfico do Correio da Manhã).



Figura 25 - Remoção da Ilha das Dragas em fevereiro de 1969 (Acervo Fotográfico do Correio da Manhã).

Primeiro as assistentes sociais fizeram um trabalho de convencer os moradores de trocar a Ilha das Dragas pela Cidade de Deus. Fizeram uma assembleia para optar pela remoção pacífica. Fizeram uns stands na Cidade de Deus muito bem montados... com água... mostraram a vantagem que tinha de trocar uma palafita na favela por aquela residência luxuosa. [...] O presidente da associação chamou a Federação. Quando chegamos lá, eu não aguentei a demagogia. Eu e Vicente descemos a ripa. Ilha das Dragas decidiu não fazer a remoção. No dia da remoção fecharam a Ilha, sequestram o presidente da associação.<sup>406</sup>

A mobilização dos moradores para resistir à remoção preocupava as autoridades federais e estaduais. No dia 6 de fevereiro, a FAFEG realizou, na Ilha das Dragas, uma reunião na qual os moradores votaram pela defesa da urbanização da favela. Como forma de

---

<sup>406</sup> Abdias José dos Santos, entrevista em abril de 1986 In: Lima (1986), p. 203.

resistência à remoção, a Federação recomendava aos moradores a recusa a fornecer dados para o levantamento socioeconômico.<sup>407</sup>

De maneira a desmobilizar a resistência, no dia 7 de fevereiro, Carlos dos Santos Jesus e Laureano Marins, dirigentes da associação de moradores da Ilha das Dragas, foram abordados em frente a suas casas e sequestrados. No mesmo dia, João Ribeiro de Almeida e Nicanor Rios, vice-presidente e secretário da associação, foram raptados em seus locais de trabalho.<sup>408</sup>



Figura 26 – Carteira de filiação à Confederação Espírita Umbandista de Carlos dos Santos de Jesus (Acervo Fotográfico do Correio da Manhã).

No acervo fotográfico do Correio da Manhã há a imagem da carteira de membro da Confederação Espírita Umbandista de Carlos dos Santos Jesus, um dos dirigentes sequestrados. Por razões desconhecidas, a veiculação da fotografia nunca ocorreu. Amoroso (2006) em sua pesquisa acerca da cobertura fotojornalística deste periódico acredita que, se publicada, a fotografia *traria um componente simbólico de crítica muito mais sólido, uma vez que daria um rosto ao nome Carlos Santos de Jesus, humanizando ainda mais a situação para além de um nome escrito no jornal.*<sup>409</sup>

---

<sup>407</sup> Valladares, 1978.

<sup>408</sup> Correio da Manhã, 08/02/1969.

Pouco se sabe acerca dos dirigentes da associação de moradores da Ilha das Dragas presos em 1968. Consegui identificar vestígios somente de João Ribeiro de Almeida, que, na década de 1980, foi candidato a vereador no município de Itaboraí pelo PMDB, eleição em que recebeu somente 89 votos (Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro).

De Carlos dos Santos de Jesus só identifiquei a participação na chapa candidata à diretoria da FAFEG em 1968, aquela que fora apoiada por Chagas Freitas. Em 1969, era conselheiro da FAFEG.

<sup>409</sup> Amoroso, 2006, p. 159.

No dia 9 de fevereiro, a Tribuna da Imprensa noticiava na primeira página o sequestro dos dirigentes da associação de moradores da Ilha das Dragas. Segundo a reportagem,

Um auto de chapa n. 30-9230 parou na favela da Ilha das Dragas. Dois homens armados desceram e imobilizaram o Sr. Carlos dos Santos Jesus, presidente da associação dos moradores. Em seguida foram na casa do Sr. Laureano Martins e o arrastaram. Dois outros dirigentes da entidade, os Srs. João Ribeiro de Almeida, vice-presidente, e Nicanor Rios, 1º secretário, foram presos em seus locais de trabalho. Os moradores atribuem o sequestro à posição assumida por seus líderes contra a remoção para a Cidade de Deus, transformada em uma macrofavela do outro lado do Rio, segundo declaração do deputado Mauro Werneck. Há um clima de tensão e tristeza na Ilha das Dragas, enquanto na Cidade de Deus os moradores se queixam de tudo, como se estivessem vivendo no inferno.<sup>410</sup>

A mesma reportagem informa que *dois indivíduos estranhos rondavam a favela distribuindo panfletos mimeografados com a frase 'a favela é nossa'*. A reportagem sugere que os sequestradores seriam pessoas com a intenção de envolver politicamente os favelados.<sup>411</sup> Em outra oportunidade, o jornal enfatiza a versão de que os quatro foram sequestrados por pessoas que *incitavam os moradores a permanecer na favela*.<sup>412</sup>

Aqui cabe uma pequena reflexão acerca do posicionamento político da Tribuna da Imprensa.

A Tribuna da Imprensa, jornal que apoiou desde 1962 a política de remoções, em 1968, momento em que a oposição na figura de Negrão de Lima ocupava o governo do Estado da Guanabara (e em que Lacerda já havia rompido com os militares golpistas), abre espaço em suas páginas para os movimentos de favelas. Além de noticiar a realização do II Congresso da FAFEG em 1968, o jornal deu ampla cobertura à remoção das favelas da Lagoa Rodrigo de Freitas em 1969, em especial ao desaparecimento dos dirigentes da associação de moradores da Ilha das Dragas e à prisão dos dirigentes da FAFEG durante a remoção da Praia do Pinto. É interessante notar também que, apesar de em 1968 a Tribuna da Imprensa opor-se ao programa de remoções conforme executado por Negrão de Lima, era claramente contra a politização dos moradores das favelas.

Após o sumiço das lideranças da favela da Ilha das Dragas, os dirigentes da FAFEG iniciaram as buscas para localizá-los. Diante do insucesso da empreitada, convocou-se uma assembleia extraordinária com presença de 50 pessoas para decidir as ações subsequentes.

---

<sup>410</sup> Tribuna da Imprensa, 08-09/02/1969.

<sup>411</sup> Tribuna da Imprensa, 08-09/02/1969.

<sup>412</sup> Tribuna da Imprensa, 10/02/1969.

Dentre as ideias apresentadas – realização de passeatas e publicação de manifestos – ganhou força uma proposta mais radical: sequestrar, em retorno, seis autoridades governamentais.<sup>413</sup> A proposta foi aprovada em assembleia e uma reunião foi agendada para traçar os planos da operação. A esta reunião de preparação da ação compareceram apenas 30 pessoas e, no momento de discussão da ação de sequestro, somente treze permaneceram. Apesar da desistência de alguns membros da Federação, a proposta da ação foi mantida. Mais uma reunião foi marcada, no mesmo dia, à meia noite, no Morro dos Prazeres. A este encontro compareceram apenas dois militantes e a ideia foi, enfim, abandonada.<sup>414</sup>

Em 9 de fevereiro, a FAFEG lançou nota de protesto contra o que classificou como *injustiça que se pratica com os favelados*. Ademais, acrescentava que Carlos dos Santos Jesus era *um autêntico presidente de associação, homem sensato e fiel aos deveres*.<sup>415</sup>

O movimento então crescia como uma bola de neve. Por exemplo, para evitar a remoção da Praia do Pinto, a FAFEG marcou uma audiência com o governador Negrão de Lima. Depois de esperarmos bastante antes de entrarmos na sala, ele nos recebeu, mas, não demonstrou grandes interesses pelas nossas conversas. Inclusive, em boa parte da reunião, enquanto a comissão falava, ele fechou os olhos e eu percebi que ele cochilava. No final da audiência, falou que ia pensar. Disse que ia estudar o caso, mas que o terreno onde era a Praia do Pinto, era valiosíssimo e que os favelados daquela favela estavam, na realidade, ‘morando em cima de ouro’. E nós havíamos ido bem preparados para aquela audiência. Levamos uma proposta que era a utilização de um terreno, que depois o Estado deu para o Clube Caiçara dos ricos aterrarem e aumentar seu patrimônio, para que o Estado construísse um conjunto de apartamentos com blocos de três andares cada um deles para alocar parte do pessoal da Praia do Pinto e da favela da Ilha das Dragas.<sup>416</sup>

Visto que a proposta do sequestro não foi adiante, a Federação tentou, novamente, negociar com o governador Negrão de Lima. No dia 10, os dirigentes da FAFEG, acompanhados das esposas dos desaparecidos, foram recebidos pelo governador, que prometeu empregar todos os esforços para localizar os líderes do movimento de resistência à remoção da Ilha das Dragas. Na ocasião, Vicente Ferreira Mariano entregou ao governador um abaixo-assinado no qual destacava que *a razão dos raptos [estava] ligada à defesa dos dirigentes dos interesses de milhares de habitantes da Ilha das Dragas, comunidade que, há vários meses, sofre ameaça persistente de remoção total, para lugares distantes*. Prosseguia o

---

<sup>413</sup> A sugestão de realização de uma ação deste tipo relaciona-se ao fortalecimento, após a promulgação do AI-5, dos setores de oposição que defendiam a opção pela luta armada.

<sup>414</sup> Cf. Nunes (1980) e Monteiro (2003).

<sup>415</sup> Correio da Manhã, 09/02/1969.

<sup>416</sup> Entrevista com Lucio de Paula Bispo realizada por Santos (2009) em 2007, p. 115.

documento afirmando que os detidos nada mais haviam feito do que *lutar para que se [respeitasse] a decisão soberana daqueles que os elegeram para representá-los e defendê-los junto a quem de direito em todos os interesses coletivos da comunidade.*<sup>417</sup>

No dia 12 de fevereiro, as esposas dos detidos afirmavam acreditar que seus maridos estivessem presos na cadeia da Praça XV. Amedrontadas, estas mulheres afirmavam que sairiam de imediato da favela caso seus companheiros fossem libertados.

Em paralelo à prisão dos dirigentes da associação, assistentes sociais prosseguiram na realização do levantamento socioeconômico das 300 famílias que sairiam da favela *a ferro e fogo, até com polícia, para a Cidade de Deus.*<sup>418</sup> Posteriormente, os quatro dirigentes foram soltos. Segundo Monteiro (2003), o episódio amedrontou muitos militantes, que se afastaram da política.

Na semana seguinte, Negrão de Lima – apesar de ter declarado diversas vezes que não haveria remoção na favela da Ilha das Dragas – inaugurava, na Cidade de Deus, os apartamentos que seriam destinados aos moradores removidos.<sup>419</sup> *Em nome do progresso,*<sup>420</sup> a remoção prosseguiu interruptamente durante o mês de fevereiro e acabou no dia 25, com a transferência de um total de 435 famílias.<sup>421</sup>

Sobre a remoção na Favela da Ilha das Dragas, a Secretaria de Serviços Sociais afirmaria, posteriormente, que ocorreu com *cauteloso planejamento, a que não faltou uma preparação pedagógica dos favelados sobre os objetivos da transferência e o que isso representava para melhorar-lhes o nível de vida. Assim, ao contrário de alguns exemplos do passado, a remoção se executou sem qualquer demonstração de força por parte da autoridade pública e encontrando o mínimo de recalcitrância por parte dos moradores.*<sup>422</sup> A declaração da Secretaria de Serviços Sociais parece, ao mínimo, desconsiderar o desaparecimento das lideranças da oposição à remoção da favela.<sup>423</sup>

---

<sup>417</sup> Correio da Manhã, 11/02/1969 Tribuna da Imprensa, 11/02/1969.

<sup>418</sup> Correio da Manhã, 12/02/1969.

<sup>419</sup> Correio da Manhã, 14/02/1969.

<sup>420</sup> Declaração do chefe do serviço social da Região Administrativa da Lagoa (Correio da Manhã, 15/02/1969).

<sup>421</sup> Correio da Manhã, 25/02/1969.

<sup>422</sup> Guanabara, 1969, p.6.

<sup>423</sup> A remoção da Ilha das Dragas alarmou a população das favelas do entorno da Lagoa. Em março, pescadores da Favela do Piraquê já tomavam sua remoção como certa e negociavam com a Secretaria de Serviços Sociais a construção de um galpão, às margens da Lagoa, para guardar seu material de trabalho (Correio da Manhã, 04/03/1969 e 11/03/1969). Em maio de 1969, os pescadores conseguiram de Vítor Pinheiro a promessa de construção do galpão (Correio da Manhã, 15/05/1969).

A afirmação da ausência de reclamações por parte dos favelados não foi privilégio desta remoção. Brum (2012) destaca o mesmo *comportamento autista*<sup>424</sup> da CHISAM em 1968 ao afirmar, às vésperas do II Congresso, a inexistência de reclamações e protestos por parte dos favelados quanto ao programa de remoções.



Figura 27 – A remoção da Ilha das Dragas (Correio da Manhã, 22/02/1969).

Mal terminada a remoção da Ilha das Dragas, a Secretaria de Serviços Sociais anunciava a erradicação das favelas da Catacumba e da Praia do Pinto.<sup>425</sup> Para tal, aguardava somente a inauguração do conjunto Cidade Alta, em Cordovil.<sup>426</sup>

A favela da Praia do Pinto existia desde a década de 1920, surgida da expulsão dos moradores das extintas favelas da Chácara do Céu, Niemeyer e Colonial (também no Leblon). Na década de 1960, era considerada a maior favela da cidade.<sup>427</sup>

Fruto de quatro décadas de existência e da alta densidade da favela que aglomerava cerca de 18 mil habitantes em pouco menos de 110 mil metros quadrados de área, a Favela da Praia do Pinto era o símbolo vivo da descrença na feliz solução do problema de habitação de interesse social. Enquistada no coração do Leblon, foco de preocupação permanente, em resultado das péssimas condições sanitárias em que vegetavam seus moradores e dos aspectos sociais que o problema acarretava, a erradicação

---

A remoção da Favela do Piraquê ocorreu somente em setembro de 1969 (Correio da Manhã, 24/09/1969). A colônia de pescadores permanece no local até hoje.

<sup>424</sup> Brum, 2012, p. 71.

<sup>425</sup> Correio da Manhã, 21/02/1969.

<sup>426</sup> Tribuna da Imprensa, 01-02/03/1969.

A mesma reportagem informa que a transferência dos moradores do Parque Proletário da Gávea para a Cidade de Deus já estava em andamento.

<sup>427</sup> Cf. Relatório SAGMACS.

dessa favela assinalou um verdadeiro acontecimento da população da zona sul.<sup>428</sup>

A remoção dos primeiros nove mil moradores da Praia do Pinto para o conjunto Cidade Alta, em Cordovil, foi agendada para 28 de março. O aparato mobilizado para a realização da remoção da favela (programada para durar cerca de dois meses) é impressionante! Participavam da operação, além dos órgãos usualmente envolvidos, a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Administração, a Secretaria de Obras, a Secretaria de Governo e a Secretaria de Justiça!

De modo a minimizar a resistência dos moradores, a Secretaria de Serviços Sociais convocou representantes da associação de moradores para discutir os preparativos para a remoção. Nesta reunião, técnicos da Secretaria apresentaram às lideranças as razões da impossibilidade de urbanização da Praia do Pinto: (1) a área da favela era alagadiça, e portanto portadora de dejetos e matérias em decomposição por ocasião das chuvas; (2) a não existência de esgotos sanitários e pluviais, tornando o *local intolerável para a habitação humana, mas propício à criação de suínos*; e (3) seria impossível a integração da comunidade com o bairro do Leblon, face à enorme diferença dos padrões socioeconômicos.<sup>429</sup>

A reunião com representantes da associação de moradores não foi a única medida tomada pelas autoridades para evitar conflitos na remoção da Praia do Pinto.

[...] aos quatorze dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e nove, o marginado [Abdias José dos Santos], exercendo o cargo de tesoureiro da Federação das Associações das Favelas do Estado da Guanabara, foi preso, juntamente com José Maria Galdeano, presidente, Vicente Ferreira Mariano, diretor (elemento estruturado na ex-célula comunista “Capitão Medeiros”, inscrito no ex-PCB por intermédio do falecido Dr. Campos da Paz, frequentava o Comitê Distrital Centro Sul), e Ary Marques de Oliveira, advogado, todos pertencentes aquela agremiação, sob acusação de estarem há vários dias se reunindo, com o propósito de armar um esquema de resistência ao plano governamental de mudança das famílias faveladas, que também prevê para breve a extinção das favelas que não oferecem segurança aos seus moradores. Desse modo os detidos insuflavam os favelados a reagir contra a mudança para a Cidade de Deus, sob a alegação de que a distância é muito grande de lá até a cidade.<sup>430</sup>

---

<sup>428</sup> Texto da COHAB citado por Brum, 2012, p. 102-103.

<sup>429</sup> Correio da Manhã, 15/03/1969 [grifos meus].

A mesma expressão, *intolerável à habitação humana e propício à criação de suínos*, foi utilizada no jornal O Dia de 15/03/1969 e na Tribuna da Imprensa de 15-16/03/1969.

<sup>430</sup> Relatório referente à Juventude Operaria Católica de 15 de setembro de 1970. Documento da Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social, Seção de Buscas Especiais. Documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI-MJ).

No dia 14 de março, três diretores da FAFEG – José Maria Galdeano, Vicente Ferreira Mariano e Abdias José Santos, além do advogado Ary Marques de Oliveira – foram presos na sede da entidade por agentes do DOPS sob a alegação de incentivarem os favelados a reagir contra a ordem de mudança. Os quatro membros da Federação foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional por subversão da ordem pública e ficaram detidos no CENIMAR.

Segundo reportagem da Tribuna da Imprensa,

Denúncias levaram as autoridades do DOPS a colocar olheiros nas favelas e estes indicaram os nomes dos quatro líderes favelados, como os das pessoas que instigavam os moradores a reagirem contra as transferências para a Cidade de Deus. Segundo os informantes, os elementos usavam argumentos da grande distância que separa a Cidade de Deus do Centro da cidade, os elevados preços das passagens, a falta de escolas e outros inconvenientes como falta de água, luz e comércios regulares para as compras essenciais. Embora as declarações tenham sido mantidas em sigilo, sabem que as autoridades resolveram enquadrar os citados elementos na Lei de Segurança, podendo até enviá-los para o presídio Colônia da Ilha Grande, como incursos no Ato Institucional n.º 5.<sup>431</sup>

Enquanto os principais dirigentes da Federação permaneciam na prisão, agentes do DOPS investigavam aqueles em liberdade. De modo a despistar os agentes da repressão, decidiu-se por forjar livros de atas das assembleias. *O DOPS depois começou a procurar os livros de atas. Aí eu e M. durante três dias montamos o livro no sereno e no sol. Então, a linguagem ficou dentro do sistema deles.*<sup>432</sup> Talvez, uma das razões pelas quais não tenha sobrevivido até os dias de hoje praticamente nenhuma documentação produzida pela FAFEG, seja a perseguição sofrida por seus membros pelo regime militar e a consequente necessidade de eliminação de vestígios que pudessem levar a outra detenção. Bittencourt (2012) reforça esta tese ao relatar que documentos da Federação guardados por Abdias dos Santos desapareceram quando foi preciso fugir do Morro São Carlos devido à perseguição militar. Segundo sua viúva Noêmia dos Santos, uma pessoa foi a sua residência e recolheu a documentação, para a segurança do próprio Abdias.<sup>433</sup>

Os moradores da Praia do Pinto não se intimidaram com a prisão dos dirigentes da FAFEG e mantiveram-se resistentes à remoção. No dia 21 de março, um assistente social que realizava o levantamento socioeconômico na favela foi espancado por moradores.<sup>434</sup>

---

<sup>431</sup> Tribuna da Imprensa, 15-16/03/1969.

<sup>432</sup> Lima, 1986, p. 206. Entrevista não identificada.

<sup>433</sup> Bittencourt, 2012, p. 134.

<sup>434</sup> Correio da Manhã, 22/03/1969.

No dia 25 de março, mesmo dia em que foi iniciada a remoção de 25 famílias do Parque Proletário do Leblon (vizinho à Praia do Pinto) para a Cidade de Deus, um rapaz que protestava contra o plano de erradicação de favelas foi preso.<sup>435</sup>

Ficamos vinte dias presos no Dops. Foi uma maneira também de pressionar outras lideranças. Os militares criaram o terror. As remoções só terminaram porque o custo era altíssimo e houve um desgaste com a opinião pública.<sup>436</sup>

Viram que não podem se meter com favela? Então, voltem para suas casas.<sup>437</sup>

Após 12 dias de prisão, os dirigentes iniciaram uma greve de fome em protesto contra as condições precárias da prisão.<sup>438</sup> Com exceção de Abdias, foram libertados 20 dias depois (no início de abril), após a interferência e pressão do setor progressista da Igreja Católica.<sup>439</sup>

A definição daqueles que seriam presos não foi aleatória. Os investigadores do SNI tinham informações sobre a atuação política de Vicente Ferreira Mariano, Abdias José dos Santos e José Maria Galdeano.

Como já dito, Vicente Ferreira Mariano era membro do antigo PCB, mais especificamente, da antiga célula comunista Capitão Medeiros, e frequentador do Comitê Distrital Centro Sul daquele partido.<sup>440</sup>

Já José Maria Galdeano (codinome Juca) era operário metalúrgico. Galdeano iniciou sua militância na JOC em 1950, onde chegou a ser presidente da seção de seu bairro. Em 1958, ingressou na Ação Católica Operária (ACO)<sup>441</sup> e começou a militar no Sindicato dos Comerciantes. Em 1960, tornou-se tesoureiro da ACO e entrou para a associação de moradores do Morro do 117, onde foi presidente. Em 1960 participou de um congresso de trabalhadores, mas posicionou-se contrário às propostas dos comunistas. Em 1962 participou

---

As circunstâncias específicas do episódio não foram noticiadas.

<sup>435</sup> Correio da Manhã, 26/03/1969.

<sup>436</sup> Entrevista de Abdias dos Santos In: Monteiro, 2003.

<sup>437</sup> Ameaças ouvidas pelos dirigentes da FAFEG quando libertados da prisão (Nunes, 2005, p. 89).

<sup>438</sup> Correio da Manhã, 15/03/1969 e 25/03/1969.

<sup>439</sup> Cf. Brum, 2006.

Cabe destacar que vinte dias era o prazo de detenção preventiva estabelecido pela Lei de Segurança Nacional.

<sup>440</sup> Relatório referente à Juventude Operária Católica de 15 de setembro de 1970. Documento da Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social, Seção de Buscas Especiais. Documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI-MJ).

<sup>441</sup> A Ação Católica Operária (ACO) foi criada por membros da JOC em 1948. Inicialmente chamada Liga Operária Católica, passou a se chamar Ação Católica Operária em 1962.

de um curso do Círculo Operário e em 1964 foi eleito secretário de administração da FAFEG.<sup>442</sup>

Finalmente, o alagoano Abdias José dos Santos, de codinome *Zé*, militante da Ação Popular.<sup>443</sup> Segundo panfleto assinado pela *Frente de estudantes por grupos*, quando preso, Abdias foi levado para a Ilha das Flores, onde foi posto em um banheiro úmido, incomunicável por 10 dias.<sup>444</sup> Nunes (1980) afirma que Abdias, após 26 dias de detenção, ficou na clandestinidade por quase três anos, escondido no interior da Bahia.

Dos três dirigentes da FAFEG presos, somente Abdias foi denunciado, em virtude de sua atividade na Ação Popular.<sup>445</sup>

Abdias José dos Santos encontra-se denunciado perante a 1ª Auditoria de Aeronáutica sobre as atividades da organização subversiva Ação Popular, de onde é integrante de organismo para-partidário destinado ao trabalho nas favelas, tendo participado das reuniões do movimento de favelas, responsável pela coleta de dados no conjunto residencial denominado “Cidade de Deus” que originaram matéria publicada no jornal “A Voz do Morro”.<sup>446</sup>

Mesmo foragido, Abdias foi indiciado em 1969 em IPM instalado no Destacamento Especial de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores para apurar seu envolvimento em *atividades subversivas da organização subversiva Ação Popular (AP)*. Segundo o relatório do encarregado do referido IPM, Abdias foi

---

<sup>442</sup> Posteriormente, na década de 1970, Galdeano ligou-se ao MPL. Em virtude de sua atuação no Movimento Popular de Libertação (MPL), foi preso em seu local de trabalho no dia 8 de fevereiro de 1974.

Após sua prisão, foi interrogado no DOI IEX no dia 12 de fevereiro. No dia 13, foi transferido para o 32º BI e no dia 18 reconduzido ao DOI, quando foi novamente interrogado. Em março de 1974, Galdeano foi inquirido, como testemunha no IPM que apurou as atividades do MPL. Ainda que não tivesse sido indiciado, foi apurado na ocasião o envolvimento de Galdeano com a organização. Curiosamente, ao longo do depoimento prestado por Galdeano, a FAFEG não é sequer mencionada. (Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro).

Em dezembro de 1977, passou a integrar a oposição no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. Informação 083/116/ARJ/79 de 21 de junho de 1979). Na década de 1980, Galdeano ingressa no PT.

<sup>443</sup> Relatório referente à Juventude Operária Católica de 15 de setembro de 1970. Documento da Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social, Seção de Buscas Especiais. Documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI-MJ).

Originada na JUC, a Ação Popular era uma organização política desvinculada da igreja. Em 1971, aderiu à luta armada e passou a chamar-se Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil.

<sup>444</sup> Panfleto anexo ao IPM respondido por Abdias José dos Santos In: Projeto Brasil Nunca Mais Digital.

<sup>445</sup> Não há evidências de que outros militantes da Federação estivessem envolvidos com a AP – exceção é o militante do Morro de São Carlos, de codinome Ferreira (talvez Vicente Ferreira Mariano... ou simplesmente coincidência?).

<sup>446</sup> Relatório referente à Juventude Operária Católica de 15 de setembro de 1970. Documento da Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social, Seção de Buscas Especiais. Documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI-MJ).

Enquadrado nos dispositivos do Decreto-Lei 314/67 (Lei de Segurança Nacional) e nas modificações do Decreto-Lei 510/69 (que alterou a Lei de Segurança Nacional), tendo os autos sido remetidos ao Exmo. Senhor Chefe do Estado Maior da Armada. [...] Em agosto, o Ministério Público Militar apresentou denúncia contra o marginado com base nos artigos 21, 23, 33, incisos I, II e IV e artigos 36, 37 e 39, incisos I e II e artigo 41 do Decreto-Lei 314/67 com as modificações introduzidas pelo Decreto-Lei 510/69. [...] No decorrer do julgamento o Conselho Especial de Justiça da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM absolveu o nominado dos crimes que lhe foram imputados.<sup>447</sup>

O processo contra Abdias correu junto com 64 pessoas e se iniciou com a prisão em 31 de outubro de 1969 de militantes da Ação Popular. Acredito que, quando correu este processo, Abdias já estivesse foragido, visto que não é interrogado nem comparece ao julgamento.

Segundo informações do IPM, os investigadores estavam interessados nas atividades da Ação Popular nas favelas, especialmente na publicação de um jornal clandestino: *A Voz do Morro*, um jornal que *atendesse os objetivos de conscientização dos favelados contra as desvantagens das remoções*.<sup>448</sup> Segundo informações do inquérito, Abdias teria assessorado militantes da AP ao realizar um levantamento das condições de vida da Cidade de Deus, para a publicação de uma reportagem no referido jornal.

*A Voz do Morro* teve somente duas edições, visto que foi interrompida após a prisão dos militantes da AP. O primeiro número tinha seis páginas e uma tiragem de 50 exemplares, enquanto o segundo, entre 80 e 100 exemplares, tinha quatro páginas. A referida reportagem sobre a Cidade de Deus foi publicada no primeiro número. Seu título fora *Cidade de Deus, a vida não melhorou*. Na mesma edição também foi publicada matéria intitulada *O governo cria polícia de favelados para forçar a remoção*, provavelmente sobre a guarda noturna composta por favelados que havia sido criada na Favela da Catacumba para coibir a construção de novos barracos.<sup>449</sup>

É provável que a ideia de execução do jornal tenha partido de Abdias em uma das reuniões da AP, realizada no Colégio Sion no Cosme Velho: *melhor fórmula para impedir futuras remoções deviam-se propagar aos favelados, através de um jornal clandestino*

---

<sup>447</sup> Documento do SNI, Agência Central. Documento do Ministério da Marinha, Centro de Informações da Marinha. Resumo de prontuário de Abdias José dos Santos – carpinteiro.

<sup>448</sup> Auto de perguntas à indiciada Priscila Melillo de Magalhães Bredariol realizado em 19/11/1969. IPM respondido por Abdias José dos Santos In: Projeto Brasil Nunca Mais Digital.

<sup>449</sup> Correio da Manhã, 18/05/1969.

*informações que os levasse a colaborar, de forma prática, com a ideia de impedir as remoções tida pelo grupo ali reunido.*<sup>450</sup>

Ao que parece, a repercussão do jornal mimeografado, ainda que pequena, preocupou os militares. Segundo auto de perguntas do referido IPM, uma das indiciadas foi interrogada acerca do significado da palavra *atrapalhar*, utilizada em uma das reportagens: *para evitar que outras favelas cheguem a essa situação, devemos nos preparar para **atrapalhar** os planos de remoção nas nossas favelas, fazer melhoramento e exigir urbanização.*<sup>451</sup>

Em 24 de junho de 1970, foi pedida a prisão preventiva de Abdias. Em 16 de setembro, o advogado Lysâneas Maciel<sup>452</sup> pediu a revogação da medida, pedido negado em 19 de janeiro de 1971 em face da não apresentação do réu à Justiça. Todo o julgamento, iniciado em 19 de agosto de 1970, correu na 1ª Auditoria da Aeronáutica, sem a presença de Abdias. Em 8 de março de 1972, Abdias José dos Santos foi absolvido por unanimidade das acusações.<sup>453</sup>

Cabe aqui uma reflexão acerca da relação entre FAFEG e os movimentos de oposição à ditadura civil-militar. Com exceção do comício de 1º de maio de 1968, ao longo da pesquisa, não encontrei documentação que relacionasse a FAFEG a um discurso direto de oposição ao regime autoritário – considerando a limitação das fontes utilizadas nesta pesquisa, é claro. Identifiquei, sim, o envolvimento de membros da Federação com organizações voltadas ao questionamento do regime militar. Ademais, os próprios integrantes da Federação enfatizavam a separação entre estas duas frentes (movimento de favelas e oposição ao regime). Em depoimento prestado em dezembro de 1969, Abdias José dos Santos teria enfatizado que nenhuma das reuniões da AP ocorreu na sede da FAFEG e que nunca uma reunião da Federação foi interrompida pela polícia.<sup>454</sup>

Neste sentido, a luta da FAFEG travava-se em um âmbito de implementação de políticas urbanas na Guanabara e, somente em um sentido amplo, se pretendia questionadora

---

<sup>450</sup> Auto de perguntas ao indiciado Geraldo Azevedo de Amorim realizado em 25/11/1969. IPM respondido por Abdias José dos Santos In: Projeto Brasil Nunca Mais Digital.

<sup>451</sup> Auto de perguntas à indiciada Vitória Lúcia Martins Pamplona Monteiro realizado em 25/11/1969. IPM respondido por Abdias José dos Santos In: Projeto Brasil Nunca Mais Digital [grifos meus].

<sup>452</sup> Lysâneas Dias Maciel foi advogado, jornalista e parlamentar da ala autêntica do MDB. Foi atuante na luta pela redemocratização e na defesa dos direitos humanos.

<sup>453</sup> IPM respondido por Abdias José dos Santos In: Projeto Brasil Nunca Mais Digital.

<sup>454</sup> Extrato de depoimento de Abdias José dos Santos realizado em 08/12/1969. IPM respondido por Abdias José dos Santos In: Projeto Brasil Nunca Mais Digital.

do regime. Tal opção de atuação não é exclusiva da FAFEG, mas uma característica comum dos chamados movimentos de bairro, que, na década seguinte, explodiriam no cenário nacional.

Há ainda algumas considerações a serem feitas acerca da relação entre as favelas e as chamadas *organizações subversivas*. Um de seus dirigentes, Lucio de Paula Bispo, em entrevista, afirma que os aparelhos de repressão não acreditavam que as favelas fossem capazes de organizar-se para lutar contra a ditadura.<sup>455</sup>

A favela não era vigiada pelos militares porque eles achavam que a nossa luta era só por infraestrutura. Eles não desconfiavam, mas tinha muita gente consciente e politizada que também discutia questões ideológicas nas favelas.<sup>456</sup>

Tal hipótese levantada pelo entrevistado não foi confirmada pela consulta ao acervo dos Órgãos de Informação do Regime Militar. Neste acervo, há grande quantidade de relatórios de investigações realizadas em favelas. Ademais, é apressado afirmar que o Estado não acreditava na capacidade de organização dos moradores de favelas quando, desde 1947, a Fundação Leão XIII atuava nestes territórios de modo a diminuir a influência comunista.

Mas retornemos à remoção das favelas da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Em paralelo aos protestos e prisões, a remoção dos moradores da Praia do Pinto prosseguia com uma média de 50 famílias transferidas por dia, até o famoso incêndio que destruiu grande parte da favela.

Isto era uma favela. Ela acabou antes da hora marcada.<sup>457</sup>

Foi uma covardia. Idosos chorando na calçada, crianças perdidas no meio da multidão, pais de famílias tentando salvar móveis. Os bombeiros alegaram que não tinham água para apagar o fogo. Isso com toda aquela Lagoa ali na frente. No dia seguinte, alguns companheiros ainda tentaram reconstruir os barracos, mas a polícia impediu.<sup>458</sup>

No dia 10 de maio, madrugada do Dia das Mães, a Favela da Praia do Pinto foi incendiada. As chamas queimaram um terço da favela, cerca de 800 barracos, deixando quatro mil pessoas desabrigadas. Bombeiros demoraram a ser chamados (ou impedidos de atender à

---

<sup>455</sup> Entrevista com Lucio de Paula Bispo realizada por Santos (2009) em 2007, p. 120-121.

Presidente da associação de moradores do Morro Chapéu Mangueira, Lucio Bispo, além de dirigente da FAFEG, era filiado ao PCB (Monteiro, 2004).

<sup>456</sup> Entrevista de Abdias dos Santos In: Monteiro (2003).

<sup>457</sup> Tribuna da Imprensa, 12/05/1969.

<sup>458</sup> Entrevista de José Maria Galdeano In: Monteiro (2003).

emergência) e, quando chegaram, tiveram que enfrentar a falta de água. O fogo permaneceu consumindo barracos até a manhã do dia seguinte. Cabe lembrar que outros incêndios *misteriosos* já haviam atingido favelas da Guanabara onde havia resistência dos moradores às medidas remocionistas.<sup>459</sup>

As chamas que consumiram a Praia do Pinto eram tamanhas que podiam ser vistas de Ipanema. Segundo jornais, o fogo deixou 32 feridos. Já antigos moradores falam em mortos, nunca quantificados ou identificados.<sup>460</sup>

Os dados apresentados pela imprensa não são precisos. Segundo o jornal O Dia, as chamas destruíram 1.700 barracos em 7 horas. Ainda segundo este jornal, o único a noticiar feridos e mortos, uma criança recém-nascida sofreu graves queimaduras, assim como fora retirado dos escombros o corpo de outra criança, de oito meses de idade.<sup>461</sup> A Tribuna da Imprensa dá um balanço de 5 mil desalojados, 32 feridos e mil barracos destruídos.<sup>462</sup>

A FAFEG, por meio de seu único dirigente em liberdade, Lucio Bispo, ainda tentou se manifestar frente à tragédia. No dia seguinte ao fogo, Lúcio dirigiu-se à favela e discursou sobre um caixote velho. *Não deu nem tempo de engrenar. O pessoal do DOPS chegou logo em seguida. Por sorte eu consegui fugir. Depois ainda me procuraram no Chapéu Mangueira e no São Carlos. E eu rodando pelo Catumbi. Ficava sempre na casa de pessoas conhecidas. Cruzava a Mineira, Querosene, saía na Rua Itapiru, sempre usando um casacão e um chapéu de palha.*<sup>463</sup>

Rapidamente as acusações de que o incêndio fora criminoso tomaram a cidade. Moradores afirmavam que o fogo teria começado simultaneamente em diversos pontos da favela e, portanto, teria sido proposital. Vitor Pinheiro afirmava o contrário e reiterava que não haveria necessidade de um incêndio criminoso, já que a favela já estava sendo removida. De qualquer maneira, um inquérito policial foi aberto na 14ª Delegacia Distrital para apurar as causas da tragédia.<sup>464</sup>

---

<sup>459</sup> Correio da Manhã, 11/05/1969. Este não foi o primeiro incêndio na Favela da Praia do Pinto após o anúncio da remoção em 1967. No dia 30 de dezembro de 1968, moradores da Praia do Pinto ameaçaram incendiar um depósito de gás no Leblon caso o governo levasse a cabo a remoção da favela. Estranhamente, no dia anterior 46 barracos foram incendiados nesta mesma favela (Correio da Manhã, 30/12/1967).

<sup>460</sup> Cf. Brum, 2012.

<sup>461</sup> Jornal O Dia 11-12/05/1969.

<sup>462</sup> Tribuna da Imprensa, 12/05/1969.

<sup>463</sup> Entrevista de Lucio Bispo In: Monteiro, 2004.

<sup>464</sup> Correio da Manhã, 13/05/1969.

Há outras versões para a causa do fogo: alguns moradores diziam que restos de madeira das casas que já haviam sido destruídas pela remoção foram incendiados e as chamas se propagaram com ajuda do vento. Outros afirmavam que um grupo de desocupados entrou na favela de madrugada e, no barraco antes habitado pelo senhor Pompeu, em um jogo de cartas sob luz de velas, iniciou o incêndio.<sup>465</sup>

Já a Tribuna da Imprensa é enfática na afirmação de que o incêndio fora criminoso. Chega a citar o secretário Vitor Pinheiro como a fonte que afirmou que o fogo teria partido de vários pontos.<sup>466</sup> Na mesma entrevista, o secretário também destaca a possibilidade de que o incêndio poderia ter sido vingança por parte de famílias cadastradas para morar em conjuntos residenciais.<sup>467</sup> Ou ainda, iniciado com a queima do lixo ou de uma vela caída durante uma sessão de macumba.<sup>468</sup>

Depoimentos de moradores relatam a demora e o descuido no enfrentamento do fogo: diz-se que os carros de bombeiro que chegaram para prestar socorro não tinham água e que somente quando as chamas tinham atingido a parte central da favela o verdadeiro socorro chegou.<sup>469</sup>

Ali era uma grande favela que tacaram fogo e outra coisa, incendiaram a favela e os helicópteros que sobrevoavam a favela pra... que pareciam jogar água em cima pra... pra apagar o fogo, ao contrário, combustível pra queimar mais barracos ainda.<sup>470</sup>

Até mesmo Sandra Cavalcanti, defensora da política de remoções, afirma que o episódio se tratou de um incêndio criminoso: *está provado que tocaram fogo, tiraram os moradores de lá, em plena madrugada, e depois entregaram toda a área para cinco cooperativas de militares, que construíram a Selva de Pedra.*<sup>471</sup>

Se criminoso o incêndio, resta, até hoje, o mistério sobre qual teria sido a motivação para iniciá-lo. Há duas versões mais comuns. A primeira afirma que havia moradores que

---

A mesma reportagem relata um incêndio, ocorrido no dia anterior, na favela Parque Alegria, na Avenida Brasil, que destruiu dez barracos e desabrigou 40 pessoas.

<sup>465</sup> Jornal O Dia 11-12/05/1969.

<sup>466</sup> Tribuna da Imprensa, 13/05/1969.

<sup>467</sup> Segundo o depoimento de Vitor Pinheiro, 232 famílias teriam se mudado para a favela somente para serem inseridas no cadastro da remoção e terem direito a um apartamento da COHAB (Tribuna da Imprensa, 13/05/1969).

<sup>468</sup> Tribuna da Imprensa, 13/05/1969.

<sup>469</sup> Tribuna da Imprensa, 13/05/1969.

<sup>470</sup> Depoimento de Alberto Jacob In: Amoroso, 2012, p. 205.

<sup>471</sup> Cf. Depoimento de Sandra Cavalcanti In: Freire e Lippi, 2002.

praticavam uma *resistência passiva* à remoção, permanecendo na favela em meio ao desmonte de barracos e ao trabalho dos tratores.<sup>472</sup> Outra, teria relação com a prática comum de venda de parte do barraco de modo a adquirir uma vaga em conjunto da COHAB. De modo que, cada vez que as assistentes sociais voltavam à favela sua população era maior.<sup>473</sup> Brum (2012) levanta a possibilidade de que o governo estadual teria optado por uma medida drástica para interromper tal prática.

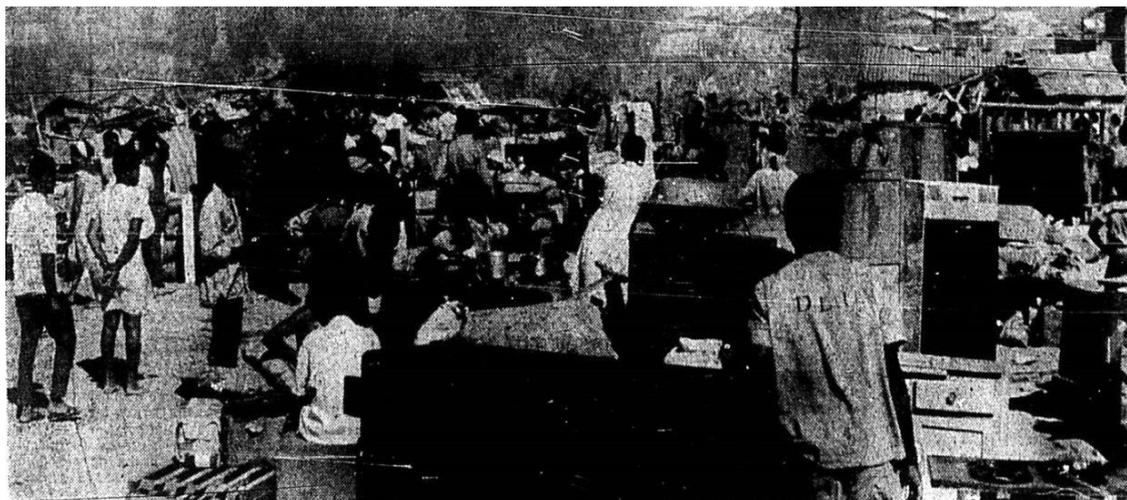


Figura 28 - Moradores da Praia do Pinto diante das chamas (Correio da Manhã, 11/05/1969).



Figura 29 – Desabrigados da Praia do Pinto (Correio da Manhã, 18/05/1969).

---

<sup>472</sup> Cf. Perlman (1977) e Brum (2013).

<sup>473</sup> Cf. Valladares, 1978.



Figura 30 e Figura 31 – Incêndio da favela da Praia do Pinto (Jornal O Dia, 11-12/05/1969).



Figura 32 e Figura 33 – Incêndio da favela da Praia do Pinto (Jornal O Dia, 11-12/05/1969).



Figura 34 – Morador da Praia do Pinto diante das chamas (Correio da Manhã, 11/05/1969).



Figura 35 – Casas destruídas pelo incêndio (Correio da Manhã, 14/05/1969).

Sobre a cobertura fotojornalística do incêndio da Praia do Pinto realizada pelo Correio da Manhã, Amoroso (2012) aponta como a abordagem reforçou a imagem de fragilidade dos moradores da favela ao relacioná-los à incapacidade de superação da tragédia. Tal posicionamento é, segundo o autor, expresso na fotografia reproduzida aqui (Figura 34), que retrata um homem, em meio às chamas, segurando um cavaquinho, como se o instrumento satisfizesse a perda causada pelas chamas.

Dois dias após a tragédia, mal apagadas as chamas, o Governo do Estado anunciava que a área destruída da favela seria urbanizada e posta à venda – a mesma área considerada inurbanizável poucas semanas antes!<sup>474</sup>



Figura 36 – Anúncio da venda dos terrenos da Praia do Pinto (Correio da Manhã, 26/06/1970).

No dia 13 de maio, a polícia militar interrompeu um protesto dos moradores da Praia do Pinto que, segundo a própria polícia, motivados pela demora do governo em encontrar solução para as duas mil pessoas que permaneciam desabrigadas, pretendiam incendiar um templo da Assembleia de Deus.<sup>475</sup>

Ao mesmo tempo, os jornais questionavam o Governo do Estado quanto à demora em atender os desabrigados: *Se a remoção da Praia do Pinto já havia sido iniciada antes do incêndio, como não há local para abrigar as vítimas após o incêndio? Para onde seriam levadas estas pessoas?*<sup>476</sup> Frente às críticas, Vitor Pinheiro assumiu que não havia unidades habitacionais suficientes.<sup>477</sup>

<sup>474</sup> Correio da Manhã, 13/05/1969.

<sup>475</sup> Correio da Manhã, 14/05/1969.

<sup>476</sup> Correio da Manhã, 15/05/1969.

<sup>477</sup> Segundo publicação do Estado da Guanabara, cerca de 7 mil favelados já haviam sido transferidos quando ocorreu o incêndio que deixou desabrigadas 5 mil pessoas. Contudo, em uma semana, o governo do estado teria levado a maior parte dos flagelados para os conjuntos de Cordovil, Cidade de Deus, Parque Proletário da Gávea, Nova Holanda e abrigos (Guanabara, 1969).

Uma vez que os apartamentos da Cidade de Deus não ficariam prontos até agosto, decidiu-se por, no início de junho, levar os 685 moradores restantes da favela para locais diversos: *provavelmente ficarão no seu canto certo, ou em local provisório fora daqui, para depois, irem em definitivo, numa operação de remanejamento*, dizia Vitor Pinheiro.<sup>478</sup> No dia 6 de junho foram removidas as últimas 75 famílias da Praia do Pinto e no dia 11 foi iniciada a remoção das últimas 226 famílias do Parque Proletário do Leblon para a Cidade de Deus e para o Conjunto de Cordovil.<sup>479</sup> Ao final de julho, 400 moradores da Pedra do Baiano foram removidos para a Cidade de Deus.<sup>480</sup>

Em 22 de julho de 1969 dava-se por encerrada a remoção da Praia do Pinto.

Cumpria-se uma etapa de extrema relevância na nova política habitacional do Estado da Guanabara. Uma comunidade de 17 mil pessoas fizera sua escala para padrões mais dignos de vida.<sup>481</sup>

A liberação da valorizadíssima área onde existiu a favela da Praia do Pinto permitiu que o Governo pusesse à venda os lotes de terreno ao público e esteja auferindo recursos para a construção de novos núcleos habitacionais populares. É a bola de neve que irá crescendo com a adoção de fórmulas semelhantes e que, até o final do governo Negrão de Lima, terá deixado em sua trajetória as marcas indelévels de uma cidade mais humana.<sup>482</sup>

Apesar da tentativa de resistência dos moradores da Ilha das Dragas e da Praia do Pinto, as remoções das outras favelas do entorno da Lagoa ocorreram praticamente sem oposição. Frente à violência empregada pelas autoridades governamentais, os moradores não tiveram opção senão submeter-se às determinações oficiais. Em um país voltado ao progresso, que ninguém poderia segurar ou atrasar, não havia espaço para ouvir os moradores de favelas.<sup>483</sup> Ademais, mesmo após a libertação da diretoria da FAFEG, a Federação teve que abandonar o caráter classista e combativo que havia incorporado e atuar nos *limites da legalidade imposta*.<sup>484</sup>

Depois do Pasmado e do incêndio da Praia do Pinto, todas as outras remoções foram pacíficas. Nessa época a ditadura já estava estabelecida e os militares tinham muita força.<sup>485</sup>

---

<sup>478</sup> Correio da Manhã, 01/06/1969.

<sup>479</sup> Correio da Manhã, 07/06/1969 e 10/07/1969.

<sup>480</sup> Correio da Manhã, 30/07/1969.

<sup>481</sup> Guanabara, 1969, p. 71 e 74.

<sup>482</sup> Guanabara, 1969, p. 6.

<sup>483</sup> Cf. Valla, 1986.

<sup>484</sup> Cf. Brum, 2006.

<sup>485</sup> Depoimento de Abdias José dos Santos (Monteiro, 2003).

Depois do incêndio da Praia do Pinto todas as outras remoções foram pacíficas. A ditadura já estava estabelecida e a gente não tinha como reagir. As lideranças mais combativas ficaram impossibilitadas de manter contato. Os militares criaram o terror. [...] Eles queriam a gente fora de circulação para facilitar as remoções. O motivo oficial era desvio de verbas. Imagina! Nem verba nós tínhamos. Depois inventaram que tinham encontrado armas nas favelas. Tudo desculpa.<sup>486</sup>

Exemplo da nova situação foi a remoção da Favela da Catacumba. Apesar de inicialmente programada para ocorrer junto com as remoções da Ilha das Dragas, Praia do Pinto e Piraquê, sua remoção só foi efetivada no ano seguinte, em outubro de 1970,<sup>487</sup> o que não impediu que a favela passasse por diversas intervenções estatais a fim de garantir um maior controle de sua população e, portanto, menor possibilidade de conflito no momento da transferência dos moradores. Uma destas primeiras medidas foi, em abril de 1969, a criação de um policiamento especial no morro, logo após os episódios de conflito registrados nas outras remoções da Lagoa, para *dar maior tranquilidade e segurança à família favelada e evitar a proliferação de novos barracos*.<sup>488</sup>

---

Cabe apontar que existe uma confusão corriqueira na memória das remoções que aproxima dois eventos ocorridos com cinco anos de distância: a remoção do Pasmado em 1964 e a remoção da Praia do Pinto em 1969. Acredito que este pequeno erro tenha relação com o fato de ambas as remoções terem sido emblemáticas – além de terem se encerrado com um simbólico incêndio. Cabe destacar que a associação das grandes remoções ao governo de Carlos Lacerda é efeito do papel central do antigo governador na construção da memória política carioca (Cf. Motta).

<sup>486</sup> Fala de José Maria Galdeano (Monteiro, 2003).

<sup>487</sup> A data prevista para a remoção da Favela da Catacumba era abril de 1969 (Correio da Manhã, 25/04/1969). Posteriormente, a remoção dos 15 mil moradores foi reagendada para março de 1970 (Correio da Manhã, 13/02/1970), mas, em função de atraso na construção do Conjunto Guaporé (em Brás de Pina), somente ocorreu em outubro de 1970 e durou cerca de dois meses.

É difícil avaliar se o adiamento da remoção da Favela da Catacumba decorreu de uma má avaliação da capacidade do Estado de construir conjuntos habitacionais para abrigar todos os removidos, do receio da escalada de violência na reação que a população favelada vinha tendo perante as remoções, ou ainda, de uma negociação dos próprios moradores da Catacumba por uma remoção mais tranquila e para um conjunto em melhores condições. Contudo, não se pode negar que o grande incêndio da Praia do Pinto paralisou os trabalhos de cadastramento da população da Catacumba pela Secretaria de Serviços Sociais (Correio da Manhã, 13/05/1969).

<sup>488</sup> Correio da Manhã, 24/04/1969.

O próprio presidente da associação de moradores, José João Valdevino – também dirigente da FAFEG – anunciou que faria parte da guarda-noturna destinada a controlar a construção de novos barracos: *a gente vai ser guarda noturno porque os barracos nascem de noite, na secreta, meu amigo* (Correio da Manhã, 18/05/1969).

A associação de moradores da Catacumba participou ativamente da negociação da remoção, apoiando a medida e ajudando o Estado. Com a negociação, birosqueiros receberam apartamentos no térreo, para instalação do comércio; foram construídas sedes de cinco clubes e um grêmio recreativo, além de dez templos religiosos (Correio da Manhã, 24/09/1970) e os dirigentes da associação de moradores foram os primeiros a serem transferidos (Correio da Manhã, 02/10/1969).

Mesmo com toda a negociação, durante a operação de remoção, policiais montaram um esquema especial para evitar que ocorressem comícios políticos de candidatos a deputados e de protestos de descontentes com a mudança (Correio da Manhã, 03/10/1970).

Após a prisão de seus dirigentes, a FAFEG se distancia do debate político sobre o programa de remoções, exatamente no período em que elas se intensificam. Não que as atividades da Federação tivessem cessado completamente, somente perderam o caráter de mobilização e denúncia da política de remoções como decorrência dos interesses econômicos das classes dominantes.<sup>489</sup>

Uma atuação efetiva era cobrada da Federação até mesmo pelos seus ex-dirigentes, como Etevaldo Justino de Oliveira que, em novembro de 1969, denunciava ao Correio da Manhã que o órgão se encontrava sem liderança. Apontava, ademais, que a Federação sequer acompanhava a agenda do programa de remoções e os moradores das favelas atingidas eram avisados da mudança por meio do noticiário, *enquanto a FAFEG, que teria o dever de tomar as primeiras providências, fica omissa*.<sup>490</sup> A cobrança de Etevaldo, apesar de legítima, era, de certa maneira, um tanto injusta. Basta lembrar que, poucos meses antes, a diretoria da FAFEG fora presa por tentar articular com os moradores do entorno da Lagoa uma resistência ao programa de remoções. Cabe destacar, ademais, que após este episódio, a FAFEG passou a sofrer forte vigilância, diminuindo drasticamente sua autonomia.

Quando saiu a conclusão do II Congresso veio uma perseguição muito grande sobre nós... A igreja sempre nos ajudou muito. Prendeu toda a diretoria da FAFEG... Estavam me procurando no Catumbi. Duas horas da manhã vieram aqui. Estão te procurando... Depois disseram que a prisão era apenas disciplinar.<sup>491</sup>

A repressão governamental às atividades da FAFEG também repercutiu no cotidiano da atuação dos dirigentes de associações de moradores, inclusive em situações que não se relacionavam a remoções. Lima (1986) destaca que durante seu trabalho de campo, mais de um entrevistado relatou ameaças de delação ao DOPS como resultado de desentendimentos corriqueiros em suas relações de vizinhança na favela.<sup>492</sup> Carlos Nelson Ferreira dos Santos também relatou ameaças semelhantes: *os líderes principais e mais atuantes eram, de certa forma, manobrados por políticos que lhes prometiam 'limpar sua ficha' no DOPS quando queriam cooptá-los, ou os ameaçavam com as mesmas fichas quando queriam 'pô-los em seus lugares'*.<sup>493</sup>

---

<sup>489</sup> Cf. Lima, 1986.

<sup>490</sup> Correio da Manhã, 26/11/1969.

<sup>491</sup> Entrevista não identificada In: Lima, 1986, p. 204.

<sup>492</sup> Lima, 1986, p. 204.

<sup>493</sup> Santos, 1981, p. 44.

Apesar de ter perdido sua força, a FAFEG não deixou de existir formalmente, nem foi destituída sua diretoria. Em junho de 1970, Vicente Ferreira Mariano, ainda presidente da FAFEG, aparecia em entrevista no Correio da Manhã tratando da luta por melhorias no Morro São Carlos.<sup>494</sup>

A FAFEG reaparece, ainda que timidamente, em fevereiro de 1970, ao entregar ao então presidente Médici um memorial no qual manifestava a esperança de que se encontrasse para as favelas cariocas *uma solução através de um programa flexível e dinâmico levando em conta [suas] condições geológica, técnica, urbanística, econômica e social.*<sup>495</sup> O texto do memorial prosseguia, em seu corpo, fazendo uma crítica (delicada) ao programa coordenado pela CHISAM.

[A remoção] é um problema social dos mais graves, que deve ser enfrentado com bastante cuidado e atenção. [O morador de favela é] um assalariado, com problemas morais e emocionais dos mais sérios. Onde ele está já fez seu ambiente, conhece todo mundo. Quando é retirado do seu local e levado para mais longe, enfrenta a indiferença dos outros moradores. Surge daí o problema da adaptação social, que se torna mais difícil, porque a maioria dos vizinhos foi dispersada para outros locais.<sup>496</sup>

Em abril de 1970, a FAFEG apresentava a Negrão de Lima memorial no qual pedia a solução para os problemas de higiene e saúde das favelas; a criação de centros de recreação e iniciação profissional; a instalação de iluminação elétrica e abastecimento d'água; a manutenção da ordem e segurança das barreiras; além da organização das eleições para os órgãos dirigentes das associações de favelados. O documento fora elaborado em reunião extraordinária do Conselho da Federação.<sup>497</sup>

Em julho de 1970, a Federação organizou, em conjunto com a Fundação Leão XIII, o *1º Encontro de Desenvolvimento*: seminário que tinha como objetivo tratar de aspectos do treinamento de liderança e técnicas de administração para associação de moradores.<sup>498</sup> A conferência de abertura do encontro contou com a participação de Arthur Rios, que falou sobre *A contribuição das associações de moradores no processo de desenvolvimento do*

---

<sup>494</sup> Correio da Manhã, 22/06/1970.

Mariano era vice-presidente da associação de moradores daquela favela.

<sup>495</sup> Correio da Manhã, 06/02/1970.

<sup>496</sup> Correio da Manhã, 07/02/1970.

<sup>497</sup> Correio da Manhã, 19/04/1970.

<sup>498</sup> A reaproximação com a Fundação Leão XIII prosseguiu no ano de 1972. Em fevereiro, a Fundação designava representantes, dentre eles Etevaldo, para constituir uma comissão eleitoral que promoveria a eleição para a diretoria da associação de moradores do Jacarezinho (Diário de Notícias, 27/02/1972).

*Estado*. No dia seguinte, 28 de julho, Vicente Ferreira Mariano falou sobre *A posição da FAFEG como órgão normativo*.<sup>499</sup> A cooperação da FAFEG com o projeto elaborado pela Fundação não se tratava simplesmente de cooptação da Federação, mas sim da necessidade de adaptar-se a uma nova realidade política na qual não havia espaço para uma atuação de enfrentamento.<sup>500</sup>

1970 foi o último ano de Vicente Ferreira Mariano à frente da FAFEG. Foi também o último ano em que a luta da FAFEG assumiu um caráter classista. Pouco tempo após deixar a presidência da Federação, em abril de 1971, Vicente Ferreira Mariano faleceu em uma festa promovida pela associação de moradores do Morro São Carlos. Diz-se que morreu de problemas cardíacos, agravados pela grande tensão que sofreu após a prisão de 1969. No ano seguinte, a FAFEG iniciaria outra fase, com uma estratégia de luta mais voltada a políticas culturais. Seria também, na década de 1970, que a Federação se aproximaria da política clientelista chaguista, mas isso é assunto a ser tratado no capítulo seguinte.

---

<sup>499</sup> Correio da Manhã, 28/07/1970 e Jornal do Brasil, 28/07/1970.

<sup>500</sup> Cf. Brum, 2012.

Lima destaca a mudança do posicionamento da Federação ao citar que, durante o Encontro, o Decreto 870 era tratado apenas como dispositivo que “deu novo reconhecimento às associações de moradores e o encontro apresentado como tentativa de exame da maneira de atuar das lideranças, incluindo entre seus objetivos centrais a incorporação aos planos do governo” (Lima, 1986, p. 206).

## CAPÍTULO 4. UMA NOVA ESTRATÉGIA DE LUTA.

Em 28 de janeiro de 1971, a FAFEG realizou eleições para renovação da sua diretoria. Concorreu ao pleito somente uma chapa, a *União das favelas*, com Francisco Vicente de Souza<sup>501</sup> do Parque União como candidato à presidência e Etevaldo Justino de Oliveira à vice-presidência.<sup>502</sup> A existência de apenas uma chapa concorrendo à diretoria era sintoma direto da repressão após as remoções das favelas da bacia da Lagoa.

Somavam-se ao medo de represálias novas medidas de controle: as eleições eram acompanhadas e dirigidas por uma comissão composta pelo Secretário de Serviço Social, quatro sócios da associação escolhidos em assembleia, representantes da FAFEG e representantes da Administração Regional. A seleção dos nomes dos candidatos era previamente avaliada pela Secretaria de Segurança e, aqueles considerados perigosos segundo a doutrina de Segurança Nacional, eram vetados.<sup>503</sup>

A diretoria empossada em 13 de fevereiro de 1971<sup>504</sup> pautou sua atuação pela reconstrução de um espaço de diálogo e negociação com o governo estadual. Esta posição orientaria a atuação da Federação até 1978 quando ocorreu o movimento que culminou com a eleição de duas diretorias que disputavam a representação da entidade.

Em entrevista ao jornal O Globo logo após assumir a presidência da FAFEG, Francisco Vicente de Souza afirmava-se contrário à remoção e à manutenção da favela como local de precariedade: *as favelas precisam acabar, não resta dúvida, mas é preciso estudar como realizar esta meta. Não defendemos a perpetuação das favelas e colaboramos com todos os setores do governo que trabalham no assunto; achamos que ao tirar o favelado do ambiente em que vive, trabalha e criou raízes, deve-se oferecer algo em troca que não seja só a casa*. Em seguida, Francisco destaca que iria fazer o necessário para que as associações de favelados se integrassem em programas de bem-estar, dentro de uma política de cooperação com o governo, ainda que sem subserviência.<sup>505</sup> A ênfase à necessidade da negociação com o

---

<sup>501</sup> Jornal O Globo, 15/02/1971.

Francisco Vicente de Souza era sargento reformado do exército.

<sup>502</sup> Correio da Manhã, 23/01/1971.

<sup>503</sup> Burgos (2004) e Fortuna (1974).

<sup>504</sup> Diário de Notícias, 11/02/1971 e Correio da Manhã, 12/02/1971.

<sup>505</sup> Jornal O Globo, 15/02/1971.

governo é facilmente compreensível em um cenário em que a máquina chaguista já era hegemônica na política local da Guanabara.

No dia 23 de março, a nova diretoria convocou as associações de moradores filiadas a uma reunião geral para: (1) organização das eleições para o Conselho de Representantes, (2) estudo de uma medida de anistia para todas as associações de moradores<sup>506</sup> e (3) organização do II Festival de Música da Favela.<sup>507</sup>

A realização de um Festival de Música da Favela tem relação com o retorno de Etevaldo Justino de Oliveira à diretoria da FAFEG. Segundo depoimento do próprio Etevaldo, este tipo de política cultural era importante por *divulgar o lado bom do favelado, pois o negativo [estava] por demais explorado*.<sup>508</sup>

Meu objetivo foi, principalmente, mostrar os valores que a favela tem e também melhorar o conceito que a opinião pública faz do favelado, vendo-o quase sempre como um marginal. Moro em favela desde pequeno e sempre me interessei em mostrar o outro lado do favelado.<sup>509</sup>

Cabe destacar que a realização de atividades culturais nas favelas não foi inaugurada por Etevaldo. Já na década de 1950, por exemplo, a UTF mantinha atividades recreativas e culturais.<sup>510</sup> Ou ainda, os antigos campeonatos de futebol das favelas promovidos pelo Jornal dos Sports. Posteriormente, a partir da década de 1990, a estratégia de luta política por meio de atividades culturais tornou-se prática comum no Rio de Janeiro.

Rocha (2011), em estudo sobre projetos culturais em favela, aponta que a temática da autorrepresentação busca articular a lógica que vê a favela como lócus do risco com outro repertório que identifica na favela uma cultura local que precisa ser valorizada como forma de garantir a seus moradores o direito de cidadania. Tais iniciativas de produção de imagens positivas sobre a favela, como as promovidas por Etevaldo, inserem-se em uma disputa simbólica na qual os favelados apresentam-se, publicamente, como portadores de valor e, em paralelo, combate a imagem estigmatizada das favelas. Hoje, um dos maiores enfrentamentos desta disputa simbólica é protagonizado pelo funk, afirmado como expressão cultural popular

---

<sup>506</sup> Tratava-se do cancelamento das dívidas destas associações, como estratégia para agregar forças à FAFEG.

<sup>507</sup> Correio da Manhã, 27/03/1971.

<sup>508</sup> Diário de Notícias, 05/11/1972.

<sup>509</sup> Correio da Manhã, 24/03/1970.

<sup>510</sup> Cf. Pestana, 2013.

que dá visibilidade às favelas no território urbano<sup>511</sup> – estratégia semelhante à acionada por Etevaldo na década de 1970.

As primeiras experiências de Etevaldo com políticas culturais remetem ao ano de 1965, quando anunciou que iria escrever uma peça teatral narrando a vida de um morador de favela a fim de mostrar ao público a realidade da pobreza.<sup>512</sup>

Ademais, em 1969, quando esteve internado no Hospital de Curicica – Etevaldo sofria de doenças pulmonares – organizou um concurso literário cujo tema era o fumo. Posteriormente, o concurso voltou-se à população das favelas e contou com o apoio da Sociedade de Amigos do Morro da Coroa e da Associação de Moradores do Morro do Catumbi. Lançado no dia 5 de fevereiro de 1970, no conhecido programa de televisão *A grande chance*, tinha uma obrigatoriedade: todos os concorrentes deveriam ser moradores de favelas. A avaliação dos 611 trabalhos inscritos, também no programa de Flavio Cavalcanti, ocorreu no dia 26 de março.<sup>513</sup>

#### Favelados Promovem Concurso Literário



Figura 37 – Anúncio do concurso literário promovido por Etevaldo Justino de Oliveira (Diário de Notícias, 12/02/1970).

Outra incursão de Etevaldo na área da produção cultural foi o I Festival de Música da Favela, ocorrido em abril de 1970. A justificativa apresentada por Etevaldo permanecia a

---

<sup>511</sup> Cf. Lopes e Facina, 2012.

<sup>512</sup> Diário Carioca, 11/02/1965.

<sup>513</sup> Os trabalhos apresentados foram os mais variados possíveis. Alguns candidatos fizeram pesquisas sobre o fumo, outros dissertações, histórias e até poesias. Talvez o mais curioso dos textos fora o do candidato *Ele & Eu*, que apresentou uma história sobre a invasão de habitantes de Vênus à Terra, que são expulsos graças à intervenção de Zé Pretinho, um fumante de charuto.

Correio da Manhã, 10/11/1969, 13/01/1970, 05/02/1970, 04/03/1970 e 24/03/1970. Diário de Notícias, 11/11/1969 e 12/02/1970.

ressignificação do favelado por meio da cultura: *a nova iniciativa tinha por objetivo dar continuidade à campanha que as associações de favelados vêm lançando com a finalidade de mostrar os valores existentes nas favelas, quer no campo da cultura, quer no campo da música.* A abertura do festival realizada no Centro Social São Sebastião, no Morro do Borel, contou com a participação de sambistas da Escola de Samba Unidos de São Carlos, do bloco Carnavalesco Cometa do Bispo e da Escola de Samba Império da Tijuca.<sup>514</sup> O vencedor foi Sidnei da Conceição, morador do Morro de São Carlos, que apresentou a música *Construção de barracão*.<sup>515</sup>

Após seu retorno à diretoria da FAFEG, o primeiro projeto cultural levado à frente por Etevaldo foi a organização do II Festival de Música das Favelas, anunciada desde a reunião de março de 1971. No dia 30 de abril de 1971 encerraram-se as inscrições das melodias concorrentes. Ao todo, foram finalizadas 180 inscrições. As eliminatórias do concurso foram realizadas em quatro locais: no Serviço Social São Sebastião, na Quadra da Unidos da Tijuca, no Clube dos Cariocas e em um programa de rádio. A final da competição ocorreu em junho na Praça General Osório e contou com apoio da Secretaria de Turismo.<sup>516</sup> Finalmente, no encerramento do concurso, o vencedor, Haroldo dos Santos apresentou uma música em homenagem aos garis e recebeu como prêmio o Troféu Radialista Anderson Alves.<sup>517</sup>

Nos anos seguintes, foram realizadas outras edições. O III Festival ocorreu em julho de 1972, às vésperas do III Congresso, e teve como vencedor Miro Silva.<sup>518</sup> Já o IV Festival ocorreu em maio de 1973.<sup>519</sup> Posteriormente, já na década de 1980, Etevaldo prosseguiu colaborando com a FAFERJ e promovendo eventos culturais ligados à favela.

Etevaldo também era o responsável pela organização dos concursos misses das Favelas (realizados junto ao I e II Congresso). Em janeiro de 1973, ao final do III Congresso, promoveu o concurso *As dez mais elegantes das favelas*, cujas inscrições haviam sido abertas em novembro de 1972. Em janeiro de 1973, a organização do concurso apresentou, no

---

<sup>514</sup> Correio da Manhã, 27/04/1970, 30/04/1970, 04/05/1970 e 08/08/1970.

<sup>515</sup> Correio da Manhã, 30/04/1970, 04/05/1970 e 08/08/1970.

<sup>516</sup> Jornal do Brasil, 10/07/1971.

<sup>517</sup> Diário de Notícias, 04/05/1973 e Jornal O Dia, 01/05/1971.

<sup>518</sup> Correio da Manhã, 07/07/1972.

<sup>519</sup> Jornal do Brasil 27/05/1973 e Diário de Notícias 13/04/1973.

Monumento dos Pracinhos, algumas das participantes. Com inscrições encerradas, o concurso continha 30 participantes, todas residentes em favelas da Guanabara.<sup>520</sup>

As dez selecionadas foram apresentadas em um majestoso baile realizado em fevereiro na sede do Clube Social Ouro Negro, na Refinaria de Mangueiras.<sup>521</sup>



Figura 38 e 39– As concorrentes do concurso As dez mais elegantes das favelas guanabarinas (Diário de Notícias, 16/11/1972 e Acervo Fotográfico do Correio da Manhã, respectivamente).



Figura 40 - Candidatas ao concurso "As dez mais elegantes das Favelas" em dezembro de 1972. Da direita para a esquerda: Rozilda Gonçalves, Maria do Amparo e Elizabetty Prima Lessa (Acervo Fotográfico do Correio da Manhã).

Apesar da FAFEG ter se voltado no início da década de 1970 às políticas culturais, a luta contra as remoções não foi abandonada, visto que as transferências forçadas prosseguiram por toda a cidade.

---

<sup>520</sup> Jornal O Globo, 14/01/1973.

<sup>521</sup> Diário de Notícias, 15/02/1973.

Não se pode esquecer que os concursos de beleza faziam grande sucesso nas décadas de 1960 e 1970.

#### 4.1. As remoções da década de 1970.

Negrão ganhou. Negrão de Lima tapeou todo mundo. A única coisa que ele fez foi aquela área de Brás de Pina, para urbanizar. A única favela que ele fez urbanização foi a de Brás de Pina.<sup>522</sup>

Após o fim da transferência dos moradores da Praia do Pinto, as remoções continuaram por toda a cidade. Em agosto de 1969, moradores da Favela da Guarda (no Humaitá) foram transferidos para a Cidade de Deus. Em setembro, foi removida a Favela do Piraquê, em outubro a Favela Mata Machado e em novembro foi iniciada a remoção do Parque Proletário da Gávea para a construção do Planetário (esta remoção se estendeu até abril de 1970). Em 1970, as remoções começaram em fevereiro, com a transferência da Favela Alto Solar para a construção do túnel Dois Irmãos. Em março, moradores do Parque Arará foram levados para o conjunto de Cordovil e em abril foi a vez da Favela da Restinga (na Barra da Tijuca). Em julho iniciou-se a remoção da Favela da Babilônia para o Conjunto da Penha, da Favela da Fazenda Botafogo para o Conjunto da Água Branca e das favelas do Complexo do Caju. Em outubro ocorreu a remoção da Favela da Catacumba para o Conjunto Guaporé-Quitungo e, finalmente, em dezembro, moradores das Favelas da Babilônia e Santa Teresinha foram levados para a Cidade de Deus. Em 1971, pouco antes de deixar o cargo de governador, Negrão de Lima ainda removeu a Favela do Corcovado e a Favela Macedo Sobrinho (ambas no Humaitá) para a Cidade de Deus.



Figura 41 - Remoção do Parque Proletário da Gávea (Correio da Manhã, 11/01/1970).

---

<sup>522</sup> Entrevista não identificada (Lima, 1986).

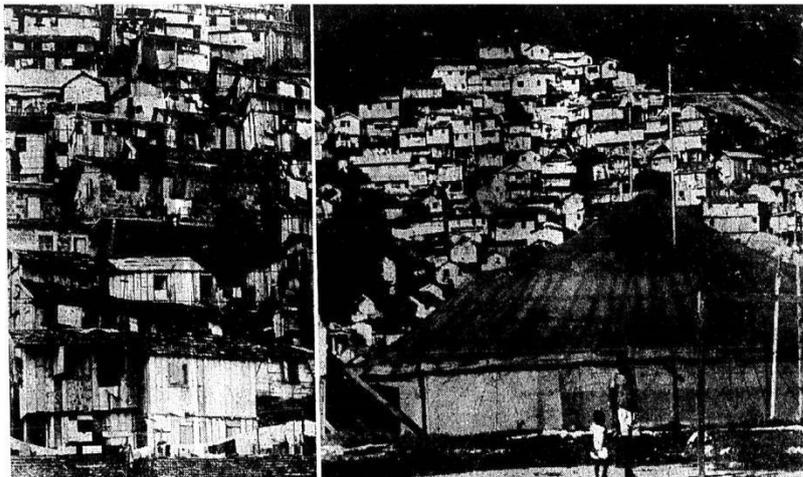


Figura 42 e Figura 43 – A Favela da Catacumba em abril de 1970 (Correio da Manhã, 14/04/1970).

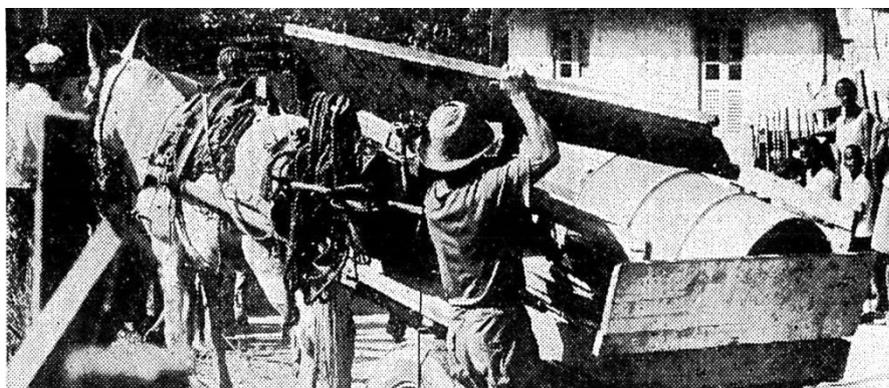


Figura 44 - Remoção da Fazenda Botafogo (Correio da Manhã, 18/08/1970).

O balanço das remoções realizadas nos últimos anos do governo de Negrão de Lima é impressionante. Foram transferidas, desde 1966 até abril de 1970 cerca de 30 favelas totalizando 70.595 pessoas.<sup>523</sup> A velocidade e intensidade das remoções eram tantas que, em dezembro do mesmo ano, o número de favelas atingidas pelo programa de remoções (ainda que parcialmente) já atingia a marca de trinta e oito!<sup>524</sup>

O posicionamento de Negrão em relação às remoções é um tanto nebuloso. De opositor de sua implantação e defensor da urbanização durante as eleições e o início de seu mandato, foi durante sua gestão que foram realizadas as maiores remoções da história desta cidade. O comportamento ambíguo do governo estadual pode, em parte, ser compreendido a partir das medidas interventoras de um governo federal que se assumia cada vez mais

---

<sup>523</sup> Cf. Valladares, 1978.

Apesar do foco das remoções ter sido a zona sul (60% das remoções se deram nesta região da cidade), a política remocionista se estendeu por toda a cidade.

<sup>524</sup> Correio da Manhã, 05/12/1970.

Destas trinta e oito favelas, somente onze foram removidas completamente. Eram elas: Praia do Pinto, Babilônia, Ilha das Dragas, Pedra do Baiano, Mata Machado, Alto Solar, Túnel Niemeyer, Parque do Caju, Parque Alegria, Fazenda Botafogo, Catacumba e Parque Proletário (Correio da Manhã, 18/01/1970).

repressor. Contudo, há indícios de que o próprio Negrão passou a apoiar a política de remoções.

Brum (2012), em sua pesquisa sobre o conjunto habitacional Cidade Alta, entrevistou Giuseppe Badolato, arquiteto da COHAB responsável pelos projetos dos conjuntos habitacionais. Segundo Badolato, a partir do momento que Negrão se mostrou favorável às remoções, a CHISAM propôs que a COHAB passasse à liderança do programa: *Aí então, a CHISAM, vendo que o Negrão de Lima começou a dar apoio à política de habitação, houve uma proposta pela CHISAM da COHAB assumir o programa que ele havia criado. O Negrão deu todo apoio e aí se fundiu. Na verdade, quem realizou as obras da CHISAM foi a COHAB.*<sup>525</sup> Tal afirmação explica o anúncio do Programa Sete de Setembro (de remoções das favelas da Lagoa Rodrigo de Freitas) como de autoria estadual. Ainda segundo o arquiteto, a sintonia entre as esferas foi interrompida por divergências internas, onde cada uma das partes culpava a outra pelas falhas do programa.

Ademais, Gonçalves (2013) destaca que a mudança de orientação política para as favelas de Negrão de Lima também deve ser compreendida no âmbito das campanhas midiáticas realizadas após os desabamentos decorrentes das enchentes de 1966 e 1967, assim como pelo lobby de poderosos grupos imobiliários e da construção civil.

Uma observação atenta aos dados estatísticos das remoções mostra resultados surpreendentes. Apesar da memória do carioca apontar que Lacerda foi o governador responsável pelas maiores remoções ocorridas, a história não ocorreu exatamente desta maneira. Se tomarmos como referência o número de habitantes removidos, por exemplo, podemos ver que, do total de pessoas removidas entre 1962 e 1974, Lacerda foi responsável somente por 30%; enquanto no governo Negrão de Lima, candidato de oposição ao regime militar, foram removidos 50% de um total de 140 mil pessoas!<sup>526</sup>

Uma análise geográfica das remoções realizadas durante estes dois governos também mostra resultados surpreendentes. Ao contrário do que usualmente se acredita, a maioria das

---

<sup>525</sup> Depoimento de Giuseppe Badolato In: Brum, 2012, p. 78.

<sup>526</sup> Cf. Valladares (1978). Os dados detalhados encontram-se na tabela abaixo.

<b>Governo</b>	<b>Favelas atingidas</b>	<b>Barracos removidos</b>	<b>Habitantes removidos</b>
Carlos Lacerda	27	8.078	41.958
Negrão de Lima (1966 a 1967)	?	?	6.685
Negrão de Lima (1968 a 1971)	33	12.782	63.910
Chagas Freitas	20	5.333	26.665
Total	80	26.193	139.218

remoções levadas a cabo durante o governo de Carlos Lacerda atingiram favelas próximas à Avenida Brasil. O programa de remoções passou a atingir amplamente a zona sul somente em dezembro de 1967, após o anúncio das remoções das favelas do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, já no governo Negrão de Lima.

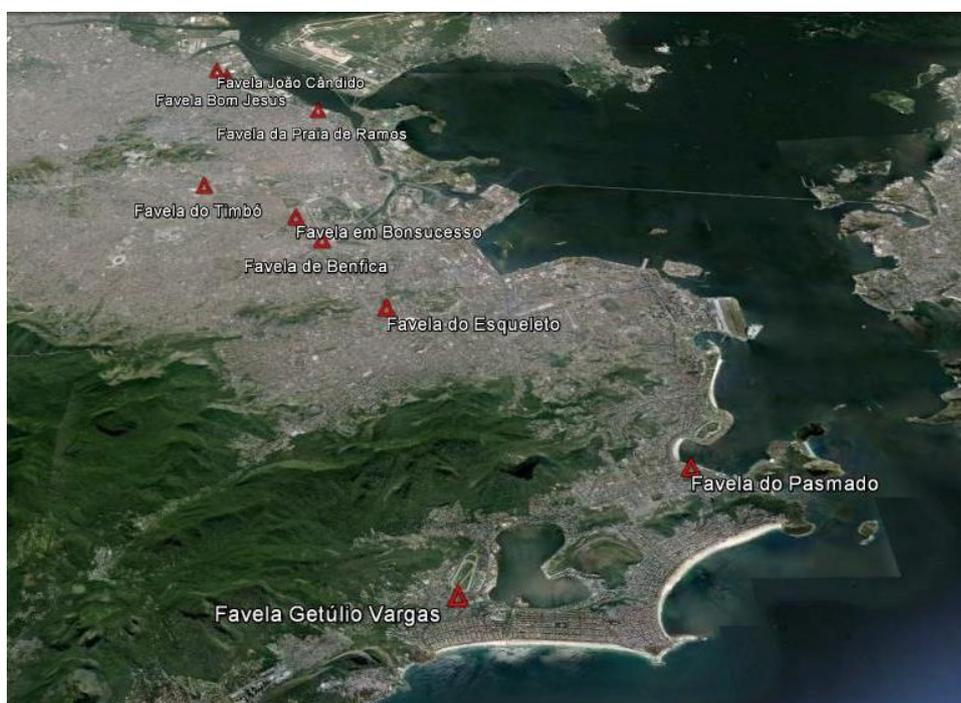


Figura 45 – Mapa das remoções de favelas no governo Carlos Lacerda (Base: Google Earth).

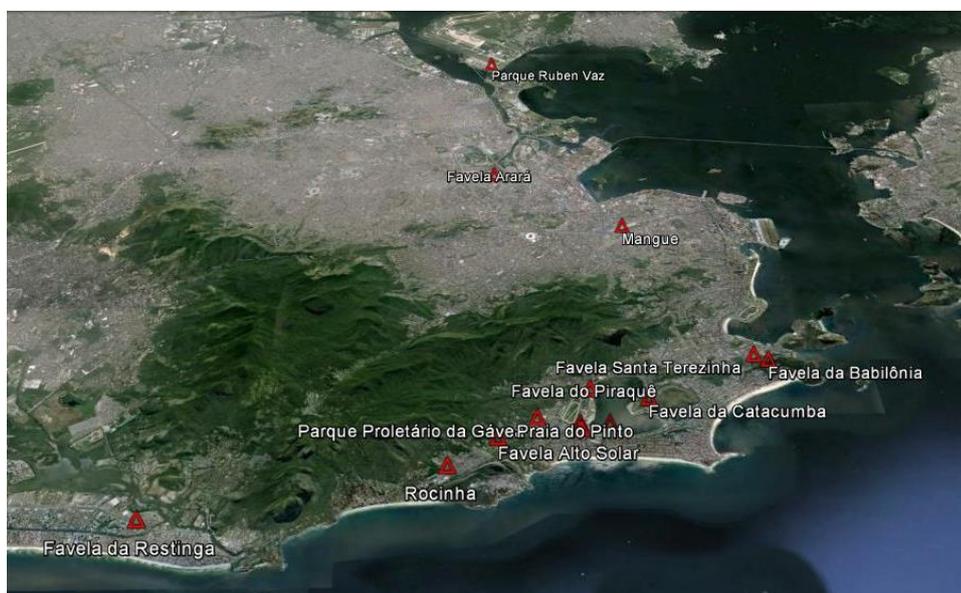


Figura 46 – Mapa das remoções de favelas no governo Negrão de Lima (Base: Google Earth).

A saída de Negrão de Lima do governo da Guanabara não representou, imediatamente, uma interrupção no programa remocionista. Em abril de 1971, assume o governo do Estado Chagas Freitas, eleito por maioria indireta em outubro de 1970. Opositor de Negrão de Lima, Chagas sobe ao governo com o projeto de executar a *estadualização da Guanabara*, em

outras palavras, consolidar a Guanabara como unidade autônoma da federação, projeto que respondia às expectativas militares.<sup>527</sup>

De modo a compreender o que significa a ascensão de Chagas Freitas é necessário retornar ao ano de 1965, quando da implantação do bipartidarismo e da cassação dos parlamentares de oposição.<sup>528</sup>

Desde a criação do bipartidarismo no Brasil, o MDB guanabarinu viu-se dividido entre duas alas: a ala governista e os opositores ao governo federal. Posteriormente, a partir de 1968 e 1969, com a decretação do AI-5 e da Lei de Segurança Nacional, aqueles integrantes da oposição, os ditos parlamentares *autênticos*, tiveram seus direitos políticos cassados. Este espaço vago foi ocupado por Chagas Freitas até que, já na década de 1970, a corrente chaguista controlasse o MDB-GB, situação que se perdurou até o fim do bipartidarismo em 1979.<sup>529</sup>

Apesar de a corrente chaguista ter começado a se formar em 1964, Chagas Freitas não debutou na política naquele ano. Começou duas décadas antes, em 1946, no PSP (Partido Social Progressista) de Adhemar de Barros. Até a implantação do bipartidarismo, havia sido eleito três vezes deputado federal.

Ao ocupar o MDB em 1966, Chagas Freitas envolveu a legenda em uma complexa estrutura clientelista, suplantando as diferentes correntes que haviam se abrigado dentro da sigla na implementação do bipartidarismo. Tal estrutura clientelista, que ficou conhecida como chaguismo, não se tratava de uma doutrina ideológica, mas de uma complexa máquina político-partidária, manifestação aguda da prática do favor na esfera política.

O chaguismo fazia parte da lógica do regime militar ao manter paralisadas as reivindicações populares. Tal alinhamento com o governo federal transparecia em fala do próprio Chagas que, em 1972, declarou que *se considerava um homem do MDB a serviço da Revolução de 1964*.<sup>530</sup> Ademais, diz-se que sua escolha para governador teria contado com

---

<sup>527</sup> Motta, 2000. Em 1968, com o fechamento do regime, já estavam delineada a direção de estadualização da Guanabara, auxiliada pelo projeto de esvaziamento da capitalidade carioca para uma futura fusão com o Estado do Rio de Janeiro.

<sup>528</sup> Cf. Diniz (1981) e Motta (2000).

<sup>529</sup> Foi na eleição de 1970 que a corrente chaguista conquistou maior número de eleitos ocupando 85% das cadeiras na Assembleia Estadual.

<sup>530</sup> Diniz, 1981, p. 56.

apoio direto do então Ministro do Exército, e posterior presidente, Ernesto Geisel, além do general Adalberto Pereira dos Santos.<sup>531</sup>

Ainda que não fosse restrita a estes setores, a máquina chaguista continha fortes vínculos políticos-eleitorais com os estratos populares urbanos. No caso das favelas da Guanabara, esta proximidade representou o atendimento de algumas demandas em troca de apoio eleitoral. Foi neste cenário que o chaguismo tornou-se uma das principais forças a influenciar o enfraquecimento da política remocionista.

Associado à imagem de político local, a atuação de Chagas Freitas no governo do estado promoveu o isolamento entre as esferas política e administrativa, transformando o governador na única ligação entre elas. Com esta separação, estruturou-se uma rede clientelista na qual o deputado atuava como mediador entre atores locais (moradores de bairros, grupos religiosos, escolas de samba etc.) e a máquina governamental. Contudo, não se deve esquecer que, da mesma maneira que tinha clientes no Estado da Guanabara, Chagas era cliente do governo federal. Ademais, Chagas não foi o responsável pela invenção do clientelismo.

Contudo, apesar da nova dinâmica implantada na Guanabara com a consolidação da máquina chaguista, Chagas Freitas não acabou, em um primeiro momento, com as remoções. Em maio de 1971, foram removidas quatro favelas no Caju, no local onde seria construído o acesso à futura Ponte Rio-Niterói.<sup>532</sup> Em abril, era a vez das favelas Faria-Timbó, Fazenda Botafogo, Favela do Sapo e parte do Santa Marta, todas para o conjunto de Senador Camará. Em junho, foram transferidas as famílias da Favela Cachoeirinha. Em setembro, a Vila Tostão e o restante do Parque Arará. Em outubro, foram removidas as favelas São Miguel, Favela da Fábrica de Cartuchos e Favela Roquete Pinto para o conjunto de Realengo. Finalmente, em novembro, moradores de uma área condenada da Rocinha foram transferidos para o conjunto de Oswaldo Cruz. Em paralelo, melhorias urbanas, ainda que pontuais, foram realizadas nas favelas.

Apesar do ritmo acelerado do programa de remoções entre os anos de 1969 e 1971, as instituições governamentais federais tinham ambições ainda maiores. Para o ano de 1972, a CHISAM pretendia ampliar o programa de remoções para outras cidades e realizar a extinção

---

<sup>531</sup> A indicação de Chagas Freitas como candidato do MDB guanabarino não foi consensual. Ao contrário, Chagas enfrentou obstáculos complicados como a possibilidade concreta de interferência do então presidente Médici na sucessão e a campanha interna pela indicação de Eduardo Portela.

<sup>532</sup> As favelas chamavam-se Parque Arará, Pau Rolou, Pau Fincado e Parque Proletário do Caju.

de quarenta e cinco favelas como parte de um objetivo maior: erradicar todas as favelas da Guanabara até o ano de 1976.<sup>533</sup>

**A nossa política, em tese, é a da erradicação das favelas. Assim já fizemos com centenas de milhares de favelados aqui da Guanabara e do Estado do Rio. Favelas que antes nunca se imaginava que fossem erradicadas, hoje, já não existem mais.** Os favelados vivem agora em apartamentos decentes, dignos, com água, com esgoto, com luz elétrica. **É claro que em outras áreas do estado que não na zona sul, por exemplo.** Essa política será mantida e o processo de erradicação das favelas não sofrerá solução de continuidade. Entretanto, posso adiantar que há alguns estudos relacionados com uma ou outra experiência que se possa fazer de urbanização de favelas. **Mas não mais se discute a tese de qual deve ser fundamental e qual deve ser o acessório em matéria de política de desfavelamento. O fundamental, o certo, é a verdadeira erradicação. [...]** Mas repito, o que queremos é acabar com as favelas da Guanabara e do Estado do Rio e já estamos pensando em programas semelhantes para São Paulo. Sabemos que não é fácil a execução dessa política, porque é muito grande o número de pessoas que chegam anualmente no Rio, sem condições de adquirir uma moradia. E a tendência desta população é de aglomerar-se em alguns núcleos de sub-habitação, dando origem às favelas. A atração que as grandes cidades oferece é um fato. Mas eu considero positivo o trabalho que vem sendo executado pela CHISAM, que já erradicou mais de 50 favelas em três anos, proporcionando moradia condigna a 30 mil famílias, o que equivale a 150 mil favelados. E ela espera, em cinco anos, erradicar as 600 favelas restantes, beneficiando mais 450 mil pessoas. **E a política da CHISAM, repito, de erradicação de favelas, será mantida.**<sup>534</sup>

Enquanto o Ministro Costa Cavalcanti defendia publicamente não haver mais espaço para discussão da tese fundamental para as favelas (urbanização ou remoção), seus habitantes se permitiam discordar. Desta maneira, assim como ocorreu em 1964 e 1968, em 1972, frente à proposta de intensificação das remoções na Guanabara (e, neste caso, expansão da política para outras capitais) a FAFEG organizou junto às associações de moradores um novo Congresso, de modo a criar um espaço de diálogo que permitisse a organização de uma resistência a esta nova investida remocionista.

---

<sup>533</sup> Correio da Manhã, 26/01/1971, 05/01/1972 e 16/07/1971.

<sup>534</sup> Discurso do Ministro do Interior José Costa Cavalcanti (Correio da Manhã, 04/11/1971). Grifos meus.

## 4.2. O Congresso de 1972.

O III Congresso foi iniciado em outubro de 1972. Sua abertura, presidida por Francisco Vicente de Souza no dia 15 de outubro, contou com uma festa de comemoração do Dia da Criança na quadra da Escola de Samba Unidos da Tijuca.<sup>535</sup>

O Congresso de 1972 discutiu temas como saúde, problema habitacional, subsistência, marginalidade e educação. Uma pauta inovadora era o debate sobre a necessidade de mapeamento das favelas, de modo a facilitar a localização dos barracos e a contratação de serviços diversos.<sup>536</sup> Outra pauta importante era a promoção de uma maior integração do ex-favelado nos conjuntos residenciais, as frequentes oscilações de renda e a consequente falta de pagamento das prestações dos apartamentos da COHAB.<sup>537</sup>



Figura 47 – Etevaldo Justino de Oliveira dá entrevista durante o III Congresso (Diário de Notícias, 04/11/1972).

O Congresso de 1972 teve repercussão internacional. Segundo o jornal chileno *Lucha Democrática*, o Congresso representou um passo à frente na tomada de consciência coletiva sobre os problemas comuns dos moradores de favelas e a unificação de suas reivindicações.<sup>538</sup>

Assim como na edição de 1964, o III Congresso contou com a presença e participação de autoridades governamentais como o parlamentar do MDB Edson Khair que, em companhia de outros deputados e do Secretário de Serviços Sociais, defendeu abertamente, na plenária, a tese da urbanização.<sup>539</sup>

---

<sup>535</sup> Diário de Notícias, 30/08/1972 e 15/10/1972.

<sup>536</sup> Correio da Manhã, 15/09/1972.

<sup>537</sup> Jornal do Brasil, 15/10/1972.

<sup>538</sup> Jornal *Lucha Democrática*, n.4, Chile, janeiro de 1973 (In: Documento confidencial do SNI - Centro de Informações do Exterior).

<sup>539</sup> A realização do Congresso de 1972 aparece timidamente nas páginas da Tribuna da Imprensa, em geral associada à atuação de Edson Khair. Desde outubro o jornal dava espaço ao parlamentar emedebista e à defesa da urbanização das favelas. Utilizava a atuação do parlamentar, principalmente, para destacar as deficiências do

E nesses quatro ou cinco anos em que se tem executado essa política mostrou-se ela, pergunto, eficiente? Deu resultados, do ponto de vista econômico, sociológico e humano positivos? A resposta é indubitavelmente um não. [...] É o fracasso desse tipo de política. Por que o que vemos é o favelado transportado para o conjunto, lá chegando, ele não dispõe dos mínimos meios infraestruturais capazes de assegurar a ele e sua família uma vida com os resquícios mínimos compatíveis com a dignidade do ser humano. Não tem escolas para os filhos, não tem facilidade para o seu acesso ao trabalho, não tem condição de divertir-se, portanto, não pode gozar de suas horas de lazer.<sup>540</sup>

Nos primeiros anos da década de 1970, a constatação das péssimas condições de vida dos conjuntos habitacionais, exatamente aqueles que deveriam substituir as condições precárias das favelas, toma o debate público por meio de diversas reportagens de jornais. Naquele momento um novo argumento se soma à luta contra as remoções: não somente o direito de permanecer na favela urbanizada, mas a própria ineficiência da política de remoções em promover o tão divulgado *ambiente salubre*. Neste sentido, a defesa da urbanização e uma revisão ampla da política habitacional promovida na Guanabara tornavam-se novamente ponto central do Congresso da FAFEG. Francisco Vicente de Souza somava força ao coro pela urbanização:

Queremos a urbanização e não a remoção, pois os terrenos aqui em geral são planos e se prestam a isso. Estamos integrados firmemente no mercado de trabalho da região e qualquer transferência para áreas longínquas seria desastrosa.<sup>541</sup>

Etevaldo Justino de Oliveira também se manifestava contra a remoção e pedia maior apoio de entidades semelhantes à FAFEG:

Urge, portanto, que surja uma nova fórmula, mais palpável, real e humana, por parte de nossos governantes que, inclusive poderiam dispensar maior atenção a nossas entidades, que necessitam de maior incentivo para expansão e integração dos favelados.<sup>542</sup>

As reuniões do III Congresso foram realizadas aos domingos, de modo a permitir a participação de trabalhadores. No dia 5 de novembro, foi realizada no Morro do Borel, reunião na qual 19 associações de moradores encaminharam teses à mesa coordenadora.<sup>543</sup> No

---

governo de Chagas Freitas, opositor tradicional do lacerdismo. No ataque ao chaguismo, o jornal também dava espaço a parlamentares da ARENA como Vilmar Pális.

<sup>540</sup> Diário de Notícias, 17/10/1972.

<sup>541</sup> Jornal do Brasil, 30/10/1972.

Francisco Vicente se referia aos terrenos da Avenida Brasil.

<sup>542</sup> Diário de Notícias, 04/11/1972.

<sup>543</sup> As associações participantes eram: Associação de Moradores do Morro do Catumbi, Centro Social dos Moradores do Morro de São Carlos, Sociedade de Amigos do Morro do Escondidinho, Associação Cultural e

dia 12 foram realizadas duas reuniões: pela manhã, 21 associações se reuniram na favela Nova Brasília, enquanto à tarde, 60 moradores do Morro do Bispo discutiram com representantes da FAFEG questões relativas à iluminação das favelas.<sup>544</sup> No dia 19, quinze associações de favelas da zona sul se reuniram na capela da Associação do Morro Azul.<sup>545</sup>

A falência do programa de remoções e a compra de apartamentos em conjuntos habitacionais também foram temas do Congresso. Em entrevista, Francisco Vicente de Souza, apontava que o cálculo das prestações pelo BNH não leva em conta que os favelados não são assalariados, o que acabava por gerar inadimplência nas prestações e até expulsão das famílias removidas dos conjuntos habitacionais. O III Congresso também tratou da necessidade de construção de escolas para as crianças faveladas: estimava-se a existência de um milhão e meio de favelados para um número irrisório de escolas.

No dia 17 terminou o III Congresso dos Favelados com assembleia no Sindicato dos Condutores de Veículos. Segundo a programação, neste dia foi encaminhado às autoridades federais e estaduais um relatório conclusivo, que expunha as reivindicações coletivas e ressaltava o desejo dos favelados de apresentarem candidatos à assembleia legislativa. *Estamos cansados de ser cabo eleitoral e de não possuímos uma representação de fato,* declarava Etevaldo Justino de Oliveira.<sup>546</sup>

---

Recreativa José de Anchieta, Associação dos Moradores de Santa Alexandrina, Associação de Auxílios do Morro de Paula Ramos, Associação dos Moradores do Morro do Querosene, Associação dos Moradores de Azevedo Lima, Associação dos Moradores do 117, Associação dos Moradores da Matinha, Sociedade de Água e Luz Morro da Liberdades, Associação Progressista do Morro da Chacrinha, Associação dos Moradores do Salgueiro, Associação dos Moradores do Morro da Formiga, União dos Moradores do Morro do Borel, Associação dos Moradores do Parque Vila Isabel, Associação dos Moradores da Barreira do Andaraí e Associação dos Moradores da Vila Cachoeira (Diário de Notícias, 04/11/1972).

<sup>544</sup> Diário de Notícias, 10/11/1972.

<sup>545</sup> Diário de Notícias 19/11/1972 e Jornal do Brasil, 20/11/1972.

<sup>546</sup> Tribuna da Imprensa, 12/12/1972.

Na ocasião, Etevaldo chegou a sugerir a criação de uma legenda das favelas.



Figura 48 – Reunião no III Congresso (Acervo Fotográfico do Correio da Manhã).



Figura 49 - Reunião do III Congresso em dezembro de 1972 (Acervo Fotográfico do Correio da Manhã).

Dentre as principais reivindicações III Congresso do destacavam-se a defesa da urbanização e a suspensão, pelo prazo mínimo de dois anos, de todas as remoções na Guanabara.<sup>547</sup> As reivindicações aprovadas foram resumidas em 10 teses que visavam *encontrar soluções para o problema habitacional a médio prazo, assegurando, de imediato, paz social nas comunidades.*<sup>548</sup> Eram elas:

1. Desapropriação por interesse social de todas as áreas de favelas;
2. URBANIZAÇÃO NO LOCAL das localidades sólidas, com a participação direta da Associação Local;
3. Sustação de toda e qualquer remoção no período de dois anos, salvos os casos calamitosos;
4. Criação de um GRUPO DE TRABALHO MISTO para estudar as favelas removíveis prioritariamente levantando-se em conta o LADO HUMANO – GEOTÉCNICO – OBRAS PÚBLICAS e PAISAGÍSTICO;

---

<sup>547</sup> Correio da Manhã, 20/12/1972.

<sup>548</sup> Diário de Notícias, 04/11/1972.

5. Financiamento para a construção de casas a quem possua terreno próprio;
6. Estímulo ao COOPERATIVISMO nas Associações de Favelados;
7. Maior apoio à CODESCO para que se possa ampliar seu raio de ação;
8. Maior apoio à COHAB no sentido de que possa desenvolver-se e atender os casos prioritários mencionados nos itens 3 e 4, olhando principalmente o lado humano da questão, até então totalmente ignorado;
9. Participação direta da FAFEG nos órgãos que tratam das soluções dos problemas afetos aos favelados;
10. Fortalecimento das Associações de Moradores e conseqüentemente da FAFEG, para que possam colaborar decisivamente com o Governo no que tange ao relacionamento GOVERNO-FAVELA.<sup>549</sup>

Em uma análise das teses defendidas no Congresso de 1972 é possível perceber algumas mudanças em relação àquele realizado em 1968. Há, por exemplo, a surpreendente sugestão de apoio à atuação da COHAB, ou ainda a retomada da defesa do aspecto humano do favelado, em outras palavras, a urbanização não era mais compreendida em termos de direito político, mas em termos de justiça social cristã. Acredito que esta inflexão tenha sido influenciada pelo retorno de Etevaldo de Oliveira à diretoria da Federação.

O documento final elaborado no III Congresso continha 330 teses, todas aprovadas nas plenárias realizadas. Uma das reivindicações diz respeito à fixação das mensalidades dos apartamentos dos conjuntos habitacionais que, durante a realização do levantamento socioeconômico, leva em conta toda a renda familiar, sem contemplar a realidade em que, depois de transferidos, muitos perdem o emprego. No que tange o tema educação, a principal reivindicação pedia escolas para crianças. O documento também recomendava a desapropriação de todas as áreas ocupadas por favelas e, por conseguinte, a execução de um plano urbanístico com financiamento do BNH.<sup>550</sup> Ademais, os participantes pediam, além da urbanização de todas as favelas, a *moralização* das Comissões de Luz, famosas pelos desvios de verba.<sup>551</sup>

A cerimônia de encerramento do III Congresso ocorreu em janeiro de 1973 e contou com lançamento do já mencionado concurso *As dez mais elegantes das favelas guanabarinhas*

---

<sup>549</sup> Diário de Notícias, 04/11/1972 [grifos no original].

<sup>550</sup> Jornal O Globo, 18/12/1972.

<sup>551</sup> Tribuna da Imprensa, 12/12/1972.

e a *Rainha do Carnaval*. O relatório final do III Congresso foi entregue a Chagas Freitas em fevereiro de 1973.<sup>552</sup>

#### **4.3. O esvaziamento do programa de remoções.**

Em 1972, a política habitacional coordenada pela CHISAM e com participação da COHAB, BNH e Secretaria de Serviços Sociais começava a dar sinais de falência. A falta de integração dos órgãos estaduais e federais acarretava entraves e retardava o andamento do programa de erradicação das favelas: casas de triagem não eram liberadas pela Secretaria de Serviços Sociais, obras dos conjuntos habitacionais da COHAB atrasavam, investimentos financeiros federais diminuía e remoções eram realizadas pela metade por falta de alojamento.

O declínio do programa de remoções também tinha relação com forças de âmbito nacional: o fim do governo Geisel em 1973 coincidiu com os primeiros sinais de fracasso do milagre econômico, fato que abalou o apoio ao regime por aquelas classes que mais se beneficiavam com o crescimento econômico. Esta insatisfação se manifestou na forma de uma esmagadora vitória do MDB nas eleições de 1974. É também da década de 1970 a teoria da distensão segundo a qual, por meio de uma abertura lenta, controlada pelo governo federal, seriam afrouxadas as tensões sociopolíticas.<sup>553</sup>

Contudo, apesar da situação de fracasso, para os setores da construção civil, os resultados do programa foram satisfatórios, visto que o mercado, relativamente estagnado desde o final da década de 1950, fora intensamente impulsionado não somente pelas obras de construção dos conjuntos habitacionais, mas também pela liberação de terrenos valiosos da zona sul, outrora ocupados por favelas.<sup>554</sup>

Em pouco tempo, os conjuntos habitacionais construídos para *civilizar* o morador das favelas da Guanabara, em virtude do abandono e da miséria, passavam a se tornar novas favelas de alvenaria e concreto. Agravava a situação o grande número de inadimplentes: transferidos contra sua vontade, os moradores dos apartamentos da COHAB não conseguiam

---

<sup>552</sup> Jornal do Brasil, 22/02/1973.

<sup>553</sup> Cf. Alves, 2005.

<sup>554</sup> Cf. Valla, 1986.

pagar as prestações, que eram corrigidas segundo os índices da inflação, o que não ocorria com os salários.<sup>555</sup>

A crítica aos conjuntos habitacionais permeava as páginas do jornal O Dia. A partir de setembro de 1973, começam a aparecer, na coluna *Comandos em ação* reportagens denunciando as péssimas condições das edificações, até mesmo as recém-inauguradas. Em outubro do mesmo ano, são liberados recursos do BNH para realização de obras complementares nos conjuntos da COHAB.<sup>556</sup> Em outubro de 1974, o deputado Waldomiro Teixeira em sua coluna diária criticava publicamente a política implementada pelo BNH e defendia a urbanização total das favelas cariocas. Na ocasião, apresentou um plano para impedir as remoções já previstas.<sup>557</sup> Em novembro, Sandra Salim afirmava em sua coluna que *até hoje a sociedade não pensou nos favelados como cidadãos, não planejou fixá-los.*<sup>558</sup>

Ademais, em abril de 1974, Chagas Freitas proibiu a cobrança de taxa de água nas favelas, tornando sem efeito os convênios entre a CEDAG<sup>559</sup> e as associações de moradores<sup>560</sup> – este é um evidente exemplo do retorno da dinâmica clientelista, onde favores são trocados por votos.

Esta situação, que não tinha causas exclusivamente internas à política estadual, foi rapidamente relacionada à atuação de Chagas Freitas que subordinou boa parte da ação social de sua administração ao apoio eleitoral.

As críticas a Chagas Freitas eram amplas. Em reportagem de dezembro de 1972 com a manchete *Governo eleitoreiro freia a desfavelização*, o Correio da Manhã apontava que após a posse do novo governador, a política habitacional da Guanabara entrara em *ponto morto*. Na mesma matéria, o deputado da ARENA Carlos de Brito afirmava que Chagas Freitas tinha

---

<sup>555</sup> Para uma compreensão do fracasso do programa de construção de conjuntos habitacionais é importante o clássico trabalho de Valladares (1978) sobre como os moradores de favelas usaram brechas do programa como uma forma de distorção de um sistema impróprio àquela população de baixa renda: a mudança para um apartamento da COHAB representava um meio de possuir, durante um período, uma habitação enquanto buscavam-se outras soluções, daí a grande inadimplência.

<sup>556</sup> Jornal O Dia, 17/10/1973.

A série de reportagens sobre as condições dos conjuntos habitacionais se estende até dezembro de 1974.

Ao final deste ano, a coluna *Comandos em ação* começa a visitar locais fora da Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro. Esta mudança é provável efeito da preocupação de Chagas Freitas em interiorizar sua base eleitoral, face à fusão entre os estados, que se realizaria em pouco mais de um ano.

<sup>557</sup> Jornal O Dia, 22/10/1974.

<sup>558</sup> Jornal O Dia, 06/11/1974.

<sup>559</sup> Empresa de Águas do Estado da Guanabara.

<sup>560</sup> Jornal O Dia, 06/04/1974.

*medo de desagradar camadas de favelados e, dessa forma, perder seus votos. Apontava ainda que essa era a única maneira de ser explicada a inação estadual.*<sup>561</sup>

O mesmo jornal publicava, em março de 1973, carta de uma leitora que dizia que *depois que o governador Chagas Freitas tomou posse terminaram as remoções dos favelados. [...] Parece que o Sr. Chagas Freitas odeia esta cidade. Ao que o colunista do jornal acrescentou: É isso aí.*<sup>562</sup> De certa maneira, a leitora do Correio da Manhã estava certa. Chagas Freitas também era um crítico da remoção e os moradores de favelas conseguiram seu apoio.

O fato é que diversos fatores interferiram no andamento do programa de erradicação das favelas da Guanabara. Sem dúvida, a posse de Chagas Freitas influenciou a modificação do plano, visto que, com grande apoio popular, o governador não queria perder seu eleitorado e, portanto, não pressionava a Secretaria de Serviços Sociais a construir novas casas de triagem, para onde seriam levados aqueles moradores das favelas que não tinham renda para pagar as prestações dos apartamentos da COHAB.<sup>563</sup>

Há ainda o impacto do planejamento da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro (que se concretizaria em março de 1975). Com o processo de estadualização da cidade, o poder executivo passou a priorizar assuntos administrativos. Ademais, em 1976 iniciaram-se os estudos para a preparação de um novo plano diretor para a cidade, o Plano Urbanístico Básico (PUB-Rio), um plano de desenvolvimento urbano progressivo, que não contemplava intervenções drásticas como aquelas realizadas na década anterior. Este tema será desenvolvido mais à frente.

Outro ponto importante que não pode ser desconsiderado é o fato de que a luta dos moradores de favelas contra a remoção havia rendido frutos. Tanto que a própria CHISAM (que tinha como objetivo erradicar as favelas) começou a realizar suas primeiras experiências de urbanização destes territórios. Também importantes foram as diversas denúncias de

---

<sup>561</sup> Correio da Manhã, 30/12/1972.

<sup>562</sup> Correio da Manhã, 23/02/1973.

As pressões da construção civil para a liberação de terrenos era um dado real. Após a década de 1970, o crescimento urbano do Rio de Janeiro se direciona para a Barra da Tijuca. Na década seguinte, o bairro (já medianamente ocupado) promove uma forte campanha pela remoção das suas favelas (Cf. Brum, 2012).

<sup>563</sup> Em agosto de 1971, a agenda de remoções chegou a ser suspensa até que fossem construídas novas casas de triagem, visto que 80% dos moradores de favelas não se enquadravam na faixa de renda necessária para habitar os conjuntos da COHAB (Correio da Manhã, 21/08/1971).

corrupção na venda dos apartamentos dos conjuntos habitacionais.<sup>564</sup> Todos estes fatores culminaram, em maio de 1973, na extinção da CHISAM.

Interior extingue CHISAM por causa da COHAB.<sup>565</sup>

Estou informado e em condições de revelar que a CHISAM vai ser extinta por determinação do Ministro do Interior, a fim de que o programa federal de desfavelização do Grande Rio seja completamente desvinculado do plano da Guanabara, que foi comprometido pelas irregularidades evidenciadas na COHAB e por um critério básico que não se ajusta ao daquele ministério. Com a extinção da CHISAM, suas atribuições serão absorvidas pelo BNH.<sup>566</sup>

O fim da CHISAM representou a paralisação no programa de desfavelamento e o retorno à política habitacional de praxe. Paralelamente, o BNH voltou sua atuação à construção de moradia para as classes médias.<sup>567</sup> Ao final do ano de 1973, Chagas Freitas anunciou a criação de um Programa de Habitação do Governo do Estado para promover a desfavelização do estado em 10 anos.<sup>568</sup> Contudo, pelas diversas razões já abordadas, o programa não avançou em sua proposta de erradicar as favelas da Guanabara e as remoções foram interrompidas na Guanabara.

#### 4.4. A aproximação com o chaguismo.

Embora tenha feito apenas pequenas obras de beneficiamento das grandes favelas, [Chagas Freitas] logrou cooptar uma quantidade bastante significativa de líderes locais através de concessões e favores pessoais.<sup>569</sup>

A literatura que trata das favelas nas décadas de 1960 e 1970 aponta para a proximidade entre a Federação e a máquina chaguista como a tônica da sua atuação a partir da década de 1970. Tal entendimento relaciona-se, diretamente, ao fato de que na década de 1970 a máquina chaguista torna-se hegemônica na Guanabara.

---

<sup>564</sup> Em maio de 1973 surgiram denúncias sobre a existência de corrupção e favorecimento político na COHAB. Segundo as denúncias, os beneficiários do esquema estavam sendo escolhidos pelo próprio gabinete do governador e pelo deputado Waldomiro Teixeira. Acreditava-se que 800 apartamentos do conjunto de Padre Miguel haviam sido ocupados por meio do esquema (Correio da Manhã, 17/05/1973).

<sup>565</sup> Correio da Manhã, 28/05/1973.

<sup>566</sup> Fala do deputado Vilmar Pális (Correio da Manhã, 28/05/1973).

<sup>567</sup> Antes de modificar o público-alvo do programa, o BNH ainda tentou ampliar o prazo de quitação para 25 anos e reduzir as prestações dos apartamentos (Jornal O Dia, 05/04/1973).

<sup>568</sup> Correio da Manhã, 24/12/1973 e 31/12/1973.

Segundo reportagem do Jornal O Dia de 10 de março de 1973, o governo estadual iria construir uma nova cidade com capacidade para 250 mil habitantes entre Campo Grande e Santa Cruz para abrigar 50 mil famílias faveladas.

<sup>569</sup> Bambirra, 1985, p. 248.

A fim de investigar a proximidade entre FAFEG e chaguismo, foi realizada consulta ao jornal O Dia, um dos principais instrumentos de diálogo dos parlamentares chaguistas com a sua base eleitoral. Foram pesquisadas todas as edições do período compreendido entre agosto de 1972 e março de 1975. A definição destas datas limites teve em mente que em agosto de 1972 começaram os preparativos para o III Congresso e que em março de 1975 ocorreu a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, momento em que a FAFEG torna-se FAFERJ, portanto, data limite da proposta da presente pesquisa.

Ao longo destas edições, foram consultadas a primeira página, a coluna de Sandra Salim, a coluna *O que vai pelos sindicatos*, a coluna *Comandos em ação* e a coluna de Waldomiro Teixeira. Optei por estas seções do jornal em função delas serem o canal de diálogo com a população das favelas, principalmente a coluna *Comandos em ação*, que contava com relatórios de visitas dos citados parlamentares a áreas que necessitavam de investimento em infraestrutura urbana.

Praticamente não foram encontradas reportagens sobre a FAFEG (o Congresso de 1972 não é sequer mencionado!), com exceção de uma, que não dizia respeito à Federação, mas mencionava um personagem ligado à sua história: Francisco Vicente de Souza.<sup>570</sup>

No dia 7 de novembro, Sandra Salim reuniu-se com moradores de favelas para tratar de escrituras dos imóveis. Estiveram presentes na reunião representantes do Morro do Dendê, do Parque Alegria, da Vila Nova, do Jacarezinho, da Nova Brasília e do Parque União, este último, Francisco Vicente de Souza, presidente da FAFEG. Apesar de Francisco Vicente ser ligado à máquina chaguista, o jornal sequer menciona a Federação.

O silêncio do principal veículo de comunicação do chaguismo sobre a atuação da FAFEG é um sintoma da estratégia usada pelo chaguismo frente a entidades de classe. Mais interessante do que *cooptar* uma instituição, mantendo sua força, era preferível seu esvaziamento político e, conseqüentemente, seu silenciamento. O fato da FAFEG sequer aparecer no jornal O Dia no período estudado é sintoma de que, na década de 1970, quando a máquina chaguista já estava fortemente estruturada, a Federação não era necessária para garantir apoio eleitoral nas favelas. Daí a opção pelo silêncio, diferente do que ocorreu, por exemplo, em dezembro de 1968, quando Chagas Freitas tentou se aproximar da Federação,

---

<sup>570</sup> O fato de não aparecerem reportagens sobre a FAFEG não quer dizer que não apareçam reportagens sobre favelas. Ao contrário. Elas estão presentes em diversas edições. Assim com as associações de moradores, que aparecem pontualmente, quando a reportagem trata de algum problema de sua favela.

abrindo espaço em seu jornal para a chapa que apoiava, encabeçada por Etevaldo Justino de Oliveira.<sup>571</sup>

A proximidade entre Chagas Freitas e a diretoria de Francisco e Jonas também aparece em outros veículos de comunicação. Em reportagem de maio de 1973, o jornal O Globo anunciou que, nos dias seguintes, o governador visitaria diversas favelas em companhia de Hortência Dunshee de Abranches (presidente da CODESCO à época), do deputado federal Waldomiro Teixeira e de Francisco Vicente de Souza, José Telino de Melo e Garibalde Brasil, presidente e diretores da FAFEG respectivamente.<sup>572</sup>

O posicionamento da corrente chaguista frente às remoções parece um tanto ambíguo. Ao final de 1963, o jornal de Chagas apoiava a política de remoções, expressamente elogiando a atuação de Lacerda na remoção da Favela do Pasmado. Poucos meses depois, em agosto de 1964, José Salim (colunista do jornal O Dia e parlamentar chaguista) discursava na Assembleia contra a remoção dos moradores da Favela do Caju e da Favela João Cândido, proposta por Sandra Cavalcanti.<sup>573</sup>

Ainda em 1964, o jornal cedia espaço para divulgar o I Congresso, organizado pela FAFEG – não se pode esquecer que a principal motivação para a realização do Congresso de 1964 foi organizar uma forma de resistir à política de remoções que estava sendo implementada por Lacerda, adversário de Chagas Freitas. Ao final de 1964, recuava, afirmando que moradores cooperavam com a remoção na Favela do Esqueleto, enquanto outros marchavam pelo direito de serem removidos em Brás de Pina. Durante o mês de dezembro, dava espaço a Etevaldo, que afirmava, em meio à remoção da Favela do Esqueleto, que não havia atritos entre autoridades do governo e favelados. No mesmo mês, o mesmo Etevaldo, após ser preso, era apresentado como um *falso líder dos favelados*.

Em 1968, o jornal dava espaço, ainda que tímido, ao II Congresso. Contudo, dava grande destaque à organização da chapa de oposição *União das Favelas*, encabeçada por Etevaldo Justino de Oliveira. A chapa não vence as eleições para o biênio de 1969-1970, contudo sai vencedora, com o mesmo nome, no biênio seguinte. Finalmente, em 1972, o III Congresso, sequer é mencionado no periódico. Acredito ser pouco provável que, ao patrocinar um evento de tal magnitude, Chagas Freitas não o noticiasse em seu principal canal de

---

<sup>571</sup> Tenho que agradecer a meu orientador Cezar Honorato pela interpretação do silêncio do Jornal O Dia quanto à FAFEG. Cezar, antes mesmo da leitura, afirmava que eu não encontraria referências à Federação neste jornal.

<sup>572</sup> Jornal O Globo, 23/05/1973.

<sup>573</sup> Jornal O Dia, 07/08/1964.

comunicação com seus eleitores. Também interessante é notar a participação no Congresso de 1972 do deputado Edson Khair que, apesar de emedebista, não pertencia à ala chaguista.

Contudo, a partir de 1973 a proximidade da FAFEG com a máquina chaguista torna-se realidade. Ao contrário do que ocorreu regularmente desde sua fundação em 1963, a diretoria em exercício no biênio 1971-1972 não convocou, ao final do mandato, eleições para a nova gestão. A razão da não realização das eleições é obscura. Nunes (1980) e Soares (1989) defendem que após a expiração do mandato ninguém quis assumir a direção em virtude da dura repressão exercida sobre movimentos sociais em todo o país.

Nos mandatos seguintes, a Federação teve em sua diretoria Jonas Rodrigues da Silva, um antigo militante da região da Tijuca ligado a Chagas Freitas. Jonas foi funcionário da Fundação Leão XIII e ex-assessor do administrador regional da zona portuária Milton Paulo Nemi. Em 1972, foi Secretário Executivo da Seção da III RA, Rio Comprido.<sup>574</sup> Segundo depoimento de uma militante da FAFERJ, Jonas teria sido convidado por Chagas Freitas para assumir a presidência da Federação e, para tal, buscou nas associações as assinaturas necessárias no livro de atas para garantir sua legalidade, em uma espécie de *eleição cartorial* por meio de um Conselho de Representantes, ao contrário das eleições predecessoras, realizadas tradicionalmente em assembleia.<sup>575</sup> Acredito que neste momento, em 1973, tenha se consolidado, efetivamente, a influência predominante da corrente chaguista na FAFEG. Independente do modo como foram realizadas as eleições, fato é que, no biênio 1973-1974, Francisco Vicente de Souza e Jonas Rodrigues da Silva encontravam-se à frente da Federação, o primeiro como presidente e o segundo como presidente-executivo.<sup>576</sup>

Apesar de defender que a adesão efetiva ao chaguismo tenha se concretizado em 1973, acredito que tal política clientelista tenha tentado cooptar a Federação desde a realização do Congresso de 1968, quando apoiou tacitamente a candidatura de Etevaldo Justino de Oliveira à diretoria da Federação. Tal hipótese explica um comportamento, ao primeiro momento, incoerente de Etevaldo Justino de Oliveira.

---

<sup>574</sup> Documento do SNI, Agência Central.

<sup>575</sup> Depoimento de Eladir Fátima Nascimento dos Santos, junho de 2013.

Apesar deste período de esvaziamento, encontrei no Diário de Notícias reportagem de fevereiro de 1974 comentando a convocação de uma eleição para o biênio seguinte (Diário de Notícias, 17/02/1974). Contudo, não há informações sobre a realização, ou não, do pleito.

<sup>576</sup> Reforma do Estatuto da FAFERJ, 1975.

Em novembro de 1970, quando ocorreram as eleições para deputado estadual, Etevaldo foi candidato pela legenda da ARENA e, portanto, teve sua ficha política investigada pelo SNI.<sup>577</sup> O conteúdo desta investigação é interessante por mostrar como a repressão enxergava Etevaldo.

Segundo o SNI, em 1965, Etevaldo era considerado o *líder dos favelados do Esqueleto* e esteve preso entre 10 e 15 de dezembro de 1964 no DOPS/GB. Segundo o SNI, Etevaldo teria sido preso uma segunda vez no DOPS/GB, em 20 de abril de 1966, após ter declarado à imprensa que 55 representações de favelas da Guanabara representando 3.000 favelados estariam apoiando as Confederações de Trabalhadores e sairiam às ruas em defesa da estabilidade.<sup>578</sup>

Por fim, o documento destaca que Etevaldo, conhecido como *china favelado*, foi fundador da FAFEG e idealizador da associação feminina favelada, *ao que tudo indica [entidades] inspiradas e trabalhadas por comunistas*.

Apesar de duas vezes preso no DOPS/GB e de ser atuante da Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a candidatura de Etevaldo Justino de Oliveira à assembleia legislativa no pleito de 1970 pela ARENA foi aprovada. Derrotado nas urnas (tivera somente 575 votos) foi novamente candidato, em 1971, à presidência do Diretório da ARENA da 6ª Zona Eleitoral (correspondente aos bairros do Rio Comprido, Estácio e Catumbi).<sup>579</sup>

Esta não foi a primeira aproximação de Etevaldo de Oliveira com a política partidária. Em 1965, ao deixar a presidência da FAFEG, Etevaldo se aproximou do deputado Amaral Neto e participou de sua campanha como candidato do PL ao governo da Guanabara.<sup>580</sup> Posteriormente, junto dos companheiros de Federação, Tupan Bento, Almir

---

<sup>577</sup> Documento do SNI: Informação n. 45/SNI/ARJ/70. Situação política da Guanabara de 26/06/1970.

<sup>578</sup> Tratava-se da *Marcha do silêncio contra a carestia*.

Ainda segundo o investigador, Etevaldo se inseriu na política por meio da Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, antigo Círculo dos Operários Católicos, órgão dirigido por padres católicos que se destacava na vida sindical após março de 1964. Aponta ainda que Etevaldo seria ligado ao padre Argemiro Pantoja Munhoz.

<sup>579</sup> Diário de Notícias, 14/11/1970. Correio da Manhã, 09/04/1970, 23/11/1970 e 22/12/1971.

Tupan Bento Ribeiro tentou, ao menos mais uma vez, a candidatura a vereador. Em 1982, candidato pelo PT, recebeu 849 votos (Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro).

<sup>580</sup> Diário Carioca, 25/09/1965 e Jornal do Brasil, 23/09/1965.

Cabe lembrar que Amaral Neto, apesar de ter sido aliado de Carlos Lacerda, havia rompido com este político e passara a defender a permanência das favelas.

Ricardo e Tobias Luiz, inscreveu-se, em julho de 1966, na legenda do MDB para disputar na convenção partidária uma vaga a deputado estadual.<sup>581</sup>

À primeira vista, a candidatura de Etevaldo pela ARENA parece um ato de cooptação de um militante pelo regime militar. Contudo, é necessário atentar que, em 1970, a corrente chaguista era predominante no partido de oposição, de modo que, candidatar-se pela legenda da ARENA na Guanabara, naquele momento, representava mais do que apoio aos militares. Representava também um ato de repúdio a Chagas Freitas. Tal opção partidária não foi exclusiva de Etevaldo, outros militantes da FAFEG fizeram a mesma escolha.<sup>582</sup>

Finda a ditadura e iniciada a política de reparação, em 2005, Etevaldo Justino de Oliveira foi indenizado pela Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro por ter sido vítima de prisão durante o governo militar.<sup>583</sup> Em 2009, Etevaldo foi declarado *anistiado político post mortem* e uma parenta próxima recebeu reparação econômica.<sup>584</sup>

Cabe, aqui, uma reflexão acerca da especificidade da atuação política de Etevaldo: de uma militância no movimento de Rearmamento Moral, passou a fazer campanha para Amaral Neto. Em 1966, foi candidato pelo MDB e, quatro anos depois, pela ARENA. Após a fusão das federações em 1982, alia-se a Irineu Guimaraes, militante do MR-8.<sup>585</sup>

É clara a contradição existente na indenização de Etevaldo por reparação moral, quarenta anos após sua prisão e trinta e cinco anos após ter tentado ser deputado pela legenda da ARENA. Contudo, não se deve ser simplista nesta análise. É necessário não ser ingênuo a ponto de acreditar que os militantes pela causa das favelas foram todos vítimas do regime militar; assim como não se deve repudiar imediatamente qualquer tentativa de negociação e aproximação com os próprios militares, a fim de minimizar os efeitos da política remocionista. De qualquer maneira, é necessária, ainda, uma maior investigação a respeito desta proximidade entre Etevaldo e a ARENA (o que talvez pudesse ter sido esclarecido com a consulta ao acervo do DOPS no APERJ).

---

<sup>581</sup> Jornal do Brasil, 28/07/1966.

Ao que parece, a tentativa de se candidatar por meio da legenda do MDB não rendeu frutos.

<sup>582</sup> Depoimento de Eladir Fátima Nascimento dos Santos, junho de 2013.

Eladir acrescenta que Etevaldo Justino de Oliveira era uma espécie de militante anarquista. Anarquista não no sentido clássico do termo, mas em um sentido de que não se filiava a nenhuma teoria ou partido político. Ao contrário. Percorria todos os grupos de acordo com os benefícios conseguidos para sua causa: defender as favelas cariocas.

<sup>583</sup> Jornal da ABI, nº. 301, jul./ago. de 2005.

<sup>584</sup> O total recebido pela família foi de R\$ 405.526.40 (Diário Oficial da União de 30/10/2009, p. 66).

<sup>585</sup> Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

#### 4.5. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio e a transformação em FAFERJ

Em 1974, foi aprovado o projeto de fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro.<sup>586</sup> A fusão, que não era ideia nova no cenário político brasileiro, foi levada de maneira concreta pelo General Geisel logo que assumiu a presidência em 1974.<sup>587</sup> Aprovada em regime de urgência e sem qualquer emenda, a fusão tinha como objetivo não declarado reforçar a vantagem política do governo no Congresso, reduzindo a representação oposicionista do MDB, majoritária na Guanabara e minoritária no Estado do Rio de Janeiro. Ademais, não se pode ignorar o fato de que a transferência real da capital para Brasília diminuiria a influência da Guanabara, local onde a oposição ao regime militar mantinha grande força no campo político brasileiro.

Em setembro de 1974 foi anunciado que o vice-almirante Faria Lima seria o novo governador do novo estado, acabando com as esperanças de Chagas Freitas de permanecer no cargo.<sup>588</sup> Ainda assim, o governador mantinha seu apoio público à presidência: *à frente do governo está um homem no qual todos confiamos. Se a fusão for necessária o presidente Geisel saberá conduzi-la. O Brasil é um só. Acima de tudo devemos pensar nele.*<sup>589</sup>

Em fevereiro de 1975, define-se que o prefeito da cidade do Rio de Janeiro seria Marcos Tamoyo, engenheiro que fora Secretário de Viação e Obras Públicas do governo Lacerda.<sup>590</sup> Finalmente, no dia 15 de março de 1975, é empossado o governo do novo Estado do Rio de Janeiro.<sup>591</sup> Após um governo de transição, Chagas Freitas retorna ao cargo na eleição (ainda indireta) de 1978, destruindo os sonhos arenistas de construir uma base importante de poder no estado.

A fusão da Guanabara com estado do Rio de Janeiro representou uma mudança na FAFEG que, agora denominada FAFERJ, teria sua área de atuação ampliada para todo o Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o recorte temporal proposto no Projeto de Pesquisa, a narrativa da trajetória da Federação deveria ser interrompida aqui. Contudo, optou-se, ainda

---

<sup>586</sup> Motta, 1999 e 2000.

<sup>587</sup> Motta (1999) aponta que, após o fechamento do regime em 1968, intensificou-se o investimento na capitalidade de Brasília. Neste sentido, retirar da belacap os atributos de capital era medida complementar à transferência efetiva da capital para o Distrito Federal.

<sup>588</sup> Jornal O Dia, 12/09/1974.

<sup>589</sup> Jornal O Dia, 17/04/1974.

<sup>590</sup> Jornal O Dia, 23-24/02/1975.

<sup>591</sup> Jornal O Dia, 16/03/1975.

que de forma breve, prolongar um pouco este limite de modo a abordar o processo de *reconstrução* da FAFERJ, que se estende até 1982.

Mais do que uma mudança no nome frente à nova realidade geopolítica, em 1975 foi realizada uma reformulação do estatuto da Federação. Tal mudança foi aprovada em reunião realizada em 8 de maio de 1975, na sede social da Federação com a presença de 81 representantes de comunidades, do Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro Haroldo Garcia dos Santos e da representante da CODESCO Elizabeth Telles.<sup>592</sup>

A reunião, dirigida pelo presidente da Federação Francisco Vicente de Souza e o presidente-executivo Jonas Rodrigues da Silva tinha como principal objetivo o debate do projeto de reforma dos estatutos, elaborado pelos referidos militantes, junto a Nilton Alves de Brito, membro da Comissão de Reforma. Na ocasião, o estatuto apresentado foi aprovado, junto com algumas emendas propostas. Em 25 de setembro de 1975, a Reforma do Estatuto da FAFERJ era protocolada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro.

Uma análise deste documento nos mostra algumas mudanças importantes na estrutura da Federação.

Em decorrência da fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a primeira providência da Reforma do Estatuto, expressa no artigo 1º, muda o nome da entidade para Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ).<sup>593</sup> A mudança de nomenclatura respeitou as associações de moradores que assinaram em 1963 o primeiro estatuto, mantendo-as como *filiadas fundadoras*.<sup>594</sup>

Artigo 4º - São FINALIDADES da FAFERJ:

I – Congregar todas as ASSOCIAÇÕES DE MORADORES em FAVELA, PARQUES e VILAS PROLETÁRIAS do Estado do Rio de Janeiro;

II – fundar ASSOCIAÇÕES DE MORADORES nas FAVELAS a fim de dar-lhes representatividade reivindicatória e social;

[...]

V – reivindicar a urbanização das FAVELAS;

---

<sup>592</sup> Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. Ata de reunião do Conselho de Representantes da FAFEG convocada para dia 8 de maio de 1975 na sede social à Avenida Presidente Vargas, 2617.

<sup>593</sup> Reforma do Estatuto da FAFERJ, 1975. Capítulo I, Denominação – Sede – Forro - Finalidade, artigo 1º [grifos no original].

<sup>594</sup> Reforma do Estatuto da FAFERJ, 1975. Capítulo II – Constituição – Filiação – Funcionamento, artigo 8º [grifos no original].

VI – reivindicar financiamento junto ao BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH), sem correção monetária, para construção de moradias para os favelados;

[...]

IX – Defender os interesses morais, econômicos e sociais das associações

X – Orientar as ASSOCIAÇÕES no respeito às leis e nos PODERES CONSTITUÍDOS.<sup>595</sup>

O item I traz uma inovação interessante em relação ao estatuto de fundação da Federação: em 1963, dava-se preferência a associações pró-melhoramentos, enquanto em 1975, trata-se expressamente de associações de moradores. Acredito que isso decorra de uma mudança na nomenclatura deste tipo de entidade: *associações pró-melhoramentos* é um nome mais comum nas décadas anteriores a 1960. Ademais, a década de 1970 assistiu à efervescência dos movimentos de bairro que tinham nas associações de moradores sua maior expressão – importância expressa no item II, que define como uma das finalidades da FAFERJ fundar associações de moradores nas favelas. A preocupação com a definição da atuação da Federação perante as associações de moradores também foi objeto de todo um detalhado capítulo da reforma do estatuto, o *Capítulo V – Dos diretos e deveres das associações*.

O item I traz outra inovação interessante: a inclusão de parques e vilas proletárias como áreas de atuação da FAFERJ, ampliando seu horizonte de atuação para além das favelas propriamente ditas.

Ainda no artigo 4º, são evidenciadas outras mudanças na atuação da FAFERJ: a expressão clara e literal do principal objetivo da Federação, construído ao longo de sua trajetória até ali: **a defesa da urbanização**. Igualmente, ainda que mantendo a defesa de sua principal bandeira, o item IV inclui uma nova finalidade relacionada à política habitacional executada nos anos anteriores: a reivindicação de verba junto a BNH.

Outra prática estruturada nos anos anteriores e que passou a constar no estatuto da FAFERJ era a organização de *CONGRESSOS das ASSOCIAÇÕES DE MORADORES para que suas reivindicações possam ser analisadas em conjunto*.<sup>596</sup>

---

<sup>595</sup> Reforma do Estatuto da FAFERJ, 1975. Capítulo I, Denominação – Sede – Forro - Finalidade, artigo 4º [grifos no original].

<sup>596</sup> Reforma do Estatuto da FAFERJ, 1975. Capítulo IV, Dos deveres da diretoria, artigo 24º [grifos no original].

Por fim, os dois últimos itens do artigo 4º repetem uma orientação política que já havia sido expressa no estatuto de 1963: o posicionamento como uma entidade que lutaria pelas favelas, mas dentro dos limites da lei. Contudo, cabe atentar para um detalhe curioso: a defesa dos interesses das associações (item IX) vem antes do respeito aos poderes constituídos (item X).

No *Capítulo II – Constituição – Filiação – Funcionamento*, há dois pontos interessantes que refletem claramente a política de controle sobre as atividades das associações de moradores implementada desde meados da década de 1960.

O artigo 7º da Reforma do Estatuto define que, *no caso de duas ou mais ASSOCIAÇÕES na mesma comunidade, a FAFERJ aplicará o disposto no Artigo 1º do Decreto “E” nº. 3.300/69, ou outro que o substituir.*<sup>597</sup> O disposto no referido decreto já havia sido objeto de discussão da Federação, que incluiu, como uma das resoluções do II Congresso, realizado em 1968, a revogação do Decreto E 870/1967, primeiro a estabelecer a limitação de uma associação de moradores por favela. Este artigo não integrava, originalmente, o texto da Reforma do Estatuto, mas foi proposto como emenda pelo representante da Favela do Jacarezinho, Sr. Marques Pinto, na reunião de 8 de maio, que aprovou a redação final do texto.

Outro ponto importante do Capítulo II é o artigo 13º, que dispõe que *a FAFERJ elaborará ESTATUTO ÚNICO para as ASSOCIAÇÕES tendo em vista sua padronização.*<sup>598</sup> Tal como o artigo 7º, este texto mostra uma preocupação com as atividades políticas das associações que se filiariam à Federação, também sintoma da política de controle mencionada. Assim como o anterior, o artigo 13º foi incluído como emenda por Agnaldo Bezerra dos Santos, representante da Associação de Moradores do Chapéu Mangueira, na referida reunião.

A reforma do estatuto também modificou a estrutura administrativa da Federação. Antes composta por uma diretoria e um Conselho Deliberativo, a FAFERJ passou a ter uma

---

<sup>597</sup> Reforma do Estatuto da FAFERJ, 1975. Capítulo II – Constituição – Filiação – Funcionamento, artigo 7º [grifos no original].

<sup>598</sup> Reforma do Estatuto da FAFERJ, 1975. Capítulo II – Constituição – Filiação – Funcionamento, artigo 13º [grifos no original].

estrutura mais complexa composta por (1) Diretoria Executiva, (2) mesa do Conselho de Representantes e (3) Conselho Fiscal.<sup>599</sup>

O órgão mais importante, soberano em suas decisões, era o Conselho de Representantes, cuja mesa era composta pelos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários e 1º e 2º relatores. Era atribuição deste Conselho realizar a eleição da Diretoria Executiva e da Mesa do Conselho, de acordo com os mandatos. Aqui, há um ponto importante para entender a disputa judicial que se desenrolaria ao final da década de 1970: segundo o artigo 19º, *os mandatos da atual DIRETORIA e MESA DO CONSELHO [terminariam] em 30 de junho de 1978, tempo necessário à reestruturação da FAFERJ face a fusão da GUANABARA com o ESTADO DO RIO DE JANEIRO.*<sup>600</sup> A mudança do mandato de dois para três anos foi emenda proposta pelo então presidente da Federação Francisco Vicente de Souza, na reunião de 8 de maio de 1975.

Também importante para entender a disputa judicial que viria a se desenrolar é o parágrafo único do artigo 27º da reforma do estatuto que dispunha que *quando toda DIRETORIA for considerada culpada, a FAFERJ recomendará à Assembleia geral a sua substituição por uma JUNTA GOVERNATIVA que terminará o seu mandato e realizará eleições dentro dos prazos previstos.*<sup>601</sup> Ademais, os membros da Diretoria Executiva, Mesa Diretora do Conselho ou do Conselho Fiscal estavam sujeitos a perderem seus mandatos caso violassem o estatuto ou o regimento interno.<sup>602</sup>

Em decorrência da fusão, a Diretoria Executiva da FAFERJ tinha uma missão específica: designar, nos municípios do Estado do Rio de Janeiro em que houver favelas, um delegado e um suplente para auxiliar na formação de associações de moradores e auxiliar as existentes. No credenciamento destes delegados, fazia-se necessária a apresentação de atestado de antecedentes criminais e políticos, reflexo da repressão do regime militar.<sup>603</sup>

---

<sup>599</sup> Reforma do Estatuto da FAFERJ, 1975. Capítulo II – Constituição – Filiação – Funcionamento, artigo 14º [grifos no original].

<sup>600</sup> Reforma do Estatuto da FAFERJ, 1975. Capítulo II – Constituição – Filiação – Funcionamento, artigo 19º [grifos no original].

<sup>601</sup> Reforma do Estatuto da FAFERJ, 1975. Capítulo VI – Das penalidades, artigo 27º, § único [grifos no original].

<sup>602</sup> Reforma do Estatuto da FAFERJ, 1975. Capítulo X – Da perda do mandato, artigo 51º, item II.

<sup>603</sup> Reforma do Estatuto da FAFERJ, 1975. Capítulo II – Constituição – Filiação – Funcionamento, artigo 22º, incisos 4º e 5º [grifos no original].

Finalmente, em 1975, foram criados departamentos na Federação. Eram eles: o Departamento de Relações Públicas, Departamento Social, Departamento de Desportos, Departamento Feminino, Departamento Contábil, Departamento Jurídico e Departamento de Assistência Social.<sup>604</sup>

#### **4.6. As esquerdas retornam à Federação**

A afinidade da agora FAFERJ com a máquina chaguista não duraria muito tempo. Ao final da década de 1970, militantes de movimentos sociais se articulariam politicamente para retomar a Federação.<sup>605</sup>

Em março de 1974 o general Ernesto Geisel assumia a presidência com proposta de promoção de uma lenta liberalização, de modo a recolocar o país na ordem democrática *sem arriscar a obra da Revolução de 1964*. Mas a abertura política iniciada por Geisel não foi tão simples: ao mesmo tempo em que avançava em alguns pontos, não abria mão de recursos arbitrários para manter sob controle o processo político.<sup>606</sup> Exemplos disso são as eleições municipais de 1976 realizadas em todo o Brasil sob o cerceamento estabelecido pela Lei Falcão. Ou ainda, o lançamento do famoso Pacote de Abril em 1977, quando o Congresso foi fechado por 14 dias e mantido o mecanismo de eleição indireta para as eleições executivas estaduais de 1978, a fim de impedir uma vitória expressiva do MDB.

Mesmo com as medidas de controle do processo de abertura política, as eleições de 1974 e de 1976 foram favoráveis à oposição, que conquistou cadeiras suficientes para impedir a aprovação de projetos de lei pela ARENA. A partir de 1978, o MDB se consolida como partido opositor real e acaba por se unir aos movimentos de base.<sup>607</sup>

Em março de 1979, João Batista Figueiredo assume o cargo de presidente da República e inicia oficialmente a política de abertura do regime. Em novembro de 1979 foi publicada lei que extinguiu o sistema bipartidário e reintroduziu o pluripartidarismo no Brasil.

No cenário nacional, este foi um momento importante em que se iniciou a política de abertura do regime militar e de surgimento (e ressurgimento) de movimentos sociais por todo

---

<sup>604</sup> Reforma do Estatuto da FAFERJ, 1975. Capítulo II – Constituição – Filiação – Funcionamento, artigo 21º.

<sup>605</sup> As expressões *retomar*, ou ainda, *reconstruir* a FAFERJ eram utilizadas pelos próprios militantes que entendiam a mobilização como um retorno a um passado anterior à aliança com o chaguismo.

<sup>606</sup> Cf. Sento-Sé, 1999.

<sup>607</sup> Cf. Sento-Sé, 1999.

o país.<sup>608</sup> Ao final da década de 1970, também se fortalece a aliança entre Igreja Católica, movimentos sindicais, setores de oposição e organizações de base. Ao mesmo tempo, multiplicam-se os movimentos de bairro, que mobilizam a população para atividades políticas, assim como a formação das Pastorais. Formam-se também mecanismos centrais de coordenação que, no caso do Rio de Janeiro, se expressa na criação da FAMERJ.<sup>609</sup>

O movimento associativo de bairro ganhou as ruas e conquistou espaços institucionais. Ainda que a princípio parecesse improvável o florescimento de movimentos sociais em meio a um regime autoritário, as reivindicações, por serem de caráter local, puderam romper o cerco repressor.<sup>610</sup>

Em meio ao discurso de liberalização, um retorno à política de remoções de favelas parecia, ao menos improvável. Não o era. Em 1977, tentou-se, no governo de Marcos Tamoyo, sob a argumentação de perigo de desabamento, realizar a remoção da favela do Vidigal: em realidade, a medida ocultava uma importante operação imobiliária que visava à construção de um hotel de luxo.

Frente à ameaça, as associações de moradores do local, apoiadas pela Pastoral das Favelas, juristas famosos como Bento Rubião, imprensa e políticos locais conquistaram na Justiça a suspensão das remoções e solicitaram a usucapião da terra para os moradores. Gonçalves (2013) aponta este episódio como o encerramento definitivo da política de remoções.

---

<sup>608</sup> Cf. Alves, 2005.

<sup>609</sup> A ideia de formação de uma Federação única surgiu em outubro de 1977 durante a “Primeira Semana de Debates de Associações de Bairros do Rio de Janeiro”. Em 6 de janeiro de 1978, era registrado o estatuto da Federação das Associações de Moradores e Entidades Afins do Rio de Janeiro – FAMERJ (Documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Documento enviado ao Ministro Armando Falcão em 20 de março de 1978).

Diferentemente da FAFEG, a proposta inicial da FAMERJ foi de congregar entidades diversas, de loteamentos, ruas, bairros, favelas e conjuntos habitacionais. Ou seja, uma federação única. A formação de uma nova entidade federativa foi objeto de preocupação dos investigadores do SNI (há farta documentação sobre o assunto). Contudo, é curioso observar tanta atenção à criação de um órgão federativo de associações de moradores quando esta não era uma experiência nova. Porque neste momento a construção de tal unidade seria perigosa? Seria pela grande articulação, em todo o país, dos movimentos associativos de bairro? Seria em função da proximidade com lutas de outras classes sociais? Seria em função da aproximação com a Igreja Católica por meio das Pastorais? Seria em função dos atores que estavam organizando tal federação?

Ainda segundo o SNI, em 1979 cogitou-se uma fusão entre FAMERJ, FAFERJ, movimentos de bairros e Pastoral da Terra. A partir desta fusão seria criada uma entidade com o nome de CUBO, Central Única dos Bairros Operários (Documento do III COMAR, Ministério da Aeronáutica, CISA).

<sup>610</sup> Cf. Moura, 1993.

Posteriormente, o próprio governo federal modificou os rumos da política de habitação popular criando do programa de *Financiamento de Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria de Habitação de Interesse Popular* (FICAM) e, em 1979, o PROMORAR, *Programa de Erradicação da Sub-Habitação*.

A lenta liberalização de regime prosseguia. Em 1979 foi concedida a anistia em atendimento à pressão de ampla mobilização social. Com a anistia, foi permitido o retorno dos exilados e a recuperação dos direitos políticos daqueles que haviam sido cassados. Também é de 1979 a Lei Orgânica dos Partidos, que dissolveu o MDB e a ARENA e permitiu a formação de novas legendas.<sup>611</sup>

O ano de 1979 também marcou o retorno de Chagas Freitas ao cargo de governador, agora do Estado do Rio de Janeiro, o que significou uma aproximação entre os órgãos públicos e as associações, em uma reafirmação das práticas clientelistas.

Paradoxalmente, em meio à efervescente mobilização social, a FAFERJ permanecia controlada pela corrente chaguista.

É neste mesmo ano que se inicia a tentativa de realização de eleições para a diretoria da FAFERJ, processo que culminaria com a cisão na Federação.<sup>612</sup> Curiosamente, esta articulação liderada pelo PCB e pelo MR-8 mobiliza, para revalorizar o movimento de favelas, a memória da UTF, não a memória dos primeiros anos da FAFEG.<sup>613</sup> Talvez, esta opção tivesse como objetivo se desvencilhar simbolicamente da recente aliança com o chaguismo.

A Federação tinha uma diretoria formada. Ela era composta basicamente pelo Jonas Rodrigues e sua esposa, e por duas ou três lideranças da área da Maré. O Jonas e sua esposa eram moradores do Catumbi, a atuação deles era voltada para troca de favores e pedidos junto aos políticos da ala do Chagas Freitas. Não era um trabalho de conscientização dos moradores, não havia praticamente nada em termos de crescimento, de formação e organização, pois era uma diretoria cartorial. Era uma diretoria que não tinha o real objetivo de organizar os trabalhadores, de fortalecer as associações. Essa diretoria era contrária às anteriores, que eram lideradas pelo Vicente Ferreira Mariano que eram bastante atuantes. Atuaram fortemente nos anos 60. A

---

<sup>611</sup> Em geral, os integrantes da ARENA se filiaram ao Partido Democrático Social (PDS). Já a ala conservadora do MDB, ligada a Chagas Freitas, formou o Partido Popular (PP). Parte da ala autêntica do MDB formou o PMDB, enquanto parte formou outras legendas.

<sup>612</sup> Valla (1986) aponta que, após um hiato compreendido entre os anos de 1972 e 1978, antigas lideranças de favelas tentaram reativar a Federação lançando uma chapa de oposição à diretoria manobrada pelo governo estadual de Chagas Freitas. Já Valladares (1978) destaca que em 1978, após um período de aparente inércia e cooptação, a FAFERJ retornava defendendo a bandeira da posse da terra.

<sup>613</sup> Cf. Amoroso e Gonçalves, 2013.

diretoria do Jonas era parasitária, não fazia nada em prol dos favelados, só vivia de conchavos e troca de favores com os políticos, principalmente em época de eleições, fazendo dos moradores de favelas um verdadeiro ‘curral’ de votos.<sup>614</sup>

Esta mobilização em torno da reaproximação da FAFERJ com as esquerdas iniciou-se com uma assembleia realizada em 1978 na Igreja de Nossa Senhora da Salette no Catumbi com militantes ligados à Pastoral das Favelas.<sup>615</sup> De modo a *retomar* a Federação, algumas associações de moradores de favelas começaram a frequentar as assembleias oficiais, organizadas por Jonas Rodrigues de modo a pressionar pela convocação de eleições formais.

Em fevereiro de 1979, é convocada reunião do Conselho de Representantes para debater a realização de eleições, visto que o mandato de Francisco Vicente de Souza havia expirado em junho de 1978. Em sua defesa, Francisco dizia não ter convocado eleições porque *o país vivia um processo eleitoral e, para evitar influência de política na Federação, [preferiu] esperar.*<sup>616</sup>

O impasse já tinha, em abril de 1979, chegado à Justiça. A chapa de Francisco Vicente de Souza havia encontrado com ação de manutenção de posse, indeferida pelo juiz da 7ª Vara Cível. Em outra decisão da 15ª Vara Cível, foi convocada uma assembleia geral, em 4 de março de 1979, que empossou uma Junta Governativa e um tribunal eleitoral.

Em retaliação, a ala governista tenta uma nova jogada: a eleição de José Telino de Mello no dia 25 de março<sup>617</sup> – eleição sustada por uma liminar concedida pelo juiz da 17ª Vara Cível (a medida cautelar tinha sido pedida pela Junta Governativa, que dirigia a entidade desde o dia 24 de março).

Ao final de março, os membros da Junta Governativa foram acusados por Francisco Vicente de Souza dos crimes de falsa qualidade, usurpação, estelionato e por terem induzido o juiz da 17ª Vara Cível ao erro no cancelamento da eleição do dia 25. Segundo o advogado, os membros da Junta usavam indevidamente o nome da FAFERJ e seus membros foram escolhidos sem atender às normas estatutárias da Federação.<sup>618</sup>

---

<sup>614</sup> Entrevista com Arnaldo José dos Santos (Secretário-Geral da FAFERJ de 1979-1983) realizada por Santos (2009) em 2008, p. 129-130.

<sup>615</sup> Cf. Steil (1984), Diniz (1981, 1983), Nunes (1980) e depoimento de Eladir Fátima Nascimento dos Santos (junho de 2013).

<sup>616</sup> Jornal do Brasil, 26/03/1979.

<sup>617</sup> Cf. Santos, 2009.

<sup>618</sup> Jornal do Brasil, 29/03/1979.

No dia 8 de abril de 1979, com a participação de 26 associações de favelas e com apoio de parlamentares de esquerda e da Fundação Leão XIII, foi realizada a eleição vencida pela chapa *Unidade e Ação*, liderada por Irineu Guimarães, presidente da associação de moradores do Jacarezinho.<sup>619</sup> A posse da nova diretoria estava agendada para o dia 23 de março.<sup>620</sup>

Contudo, é necessário esclarecer-se que, devido às várias dissidências motivadas por descumprimento dos estatutos da FAFERJ, houve em 04/03/79 uma assembleia na sede da associação dos moradores do Catumbi a Rua Van Erven 123 a 182 que decidiu pela eleição de nova diretoria da FAFERJ, o que ocorreu em 08/04/79, dando como resultado a ‘eleição’ de Irineu Guimarães para a presidência da FAFERJ, cargo que acumula com a direção da Associação do Jacarezinho. As citações contidas no PB de referência acerca das manobras de grupos políticos para a derrubada de Francisco Vicente de Souza da presidência da FAFERJ, já eram de conhecimento deste DGIE.<sup>621</sup>

A intensa mobilização social em torno da FAFERJ foi objeto de atenção dos investigadores do SNI, que vigiavam de perto as *atividades subversivas*. Um documento do SNI, afirma que parlamentares e simpatizantes esquerdistas da Fundação Leão XIII *forjaram* uma eleição entre vinte e seis associações de favelas para empossarem na direção Irineu Guimarães, militante do MR-8.<sup>622</sup>

Segundo análise deste órgão, o chamado trabalho de bairro tomou grandes proporções a partir de janeiro de 1979 quando passou a ser encabeçado pela Igreja e pelas *organizações subversivas*, com destaque para o MR-8 e o PCB.<sup>623</sup> Segundo os investigadores, de 1977 a 1979, *a subversão promoveu a infiltração de estudantes, médicos, professores e sociólogos nas pastorais das favelas com o objetivo de controlar as associações de moradores de favelas. Paralelamente, realizaram assembleias nas quais dominaram movimentos estranhos às favelas e associações, promovendo deposição de antigos dirigentes e a eleição de juntas governativas, através das quais passaram a controlar várias Associações de Favelas, entre as*

---

<sup>619</sup> Documento do SNI. Informação n. 016/116/ARJ/81 de janeiro de 1981.

<sup>620</sup> Jornal do Brasil, 09/04/1979.

<sup>621</sup> Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. Cópia de documento oficial do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) de 24 de outubro de 1979.

<sup>622</sup> Documento do SNI, Agência Central. Informação 22/0443/82 de 30 de abril de 1982.

<sup>623</sup> Documento do SNI de 29 de outubro de 1980.

Segundo o mesmo documento, em outubro de 1980, o MR-8 controlava doze associações de moradores do município. Já o PCB, havia criado o IBRAC (Instituto Brasileiro de Ação Comunitária) com o objetivo de prestar apoio e assessoria técnica a associações de bairros, sindicatos e associações profissionais.

*quais as associações de Formiga, Catumbi, Vidigal, Rubens Vaz, Vila Proletária da Penha e a FAFERJ.*<sup>624</sup>

O mesmo documento destaca a influência de parlamentares da ala autêntica do MDB como Raimundo Theodoro Carvalho de Oliveira, Heloneida Studart, Edson Corrêa Khair, José Eudes de Freitas, Délio dos Santos. José Frejat, Antônio Carlos Nunes de Carvalho, Antônio Modesto da Silveira, José Alves de Brito e Major Paulo Ramos.<sup>625</sup>

Tal aproximação com as esquerdas era evidente na composição da diretoria eleita em 1979: Presidente: Irineu Guimarães (MR-8); Vice-presidente: Lucio de Paula Bispo (PCB); Secretário-geral: Arnaldo José dos Santos (MR-8); 1º diretor de divulgação: Raimundo Maia Paes (PCB); 1º secretário: Carlos Duque (ligado à Ação Católica Operária – ACO); 1º tesoureiro: João Lopes (ligado ao deputado Délio dos Santos); 2º tesoureiro: José de Arimateia Campos (MR-8); Presidente de mesa: Altamiro Silva (ex-militante do MPL, ligado à ACO) e Presidente do Conselho Fiscal: José de Lyra (PCB).<sup>626</sup>

Ademais, os militares tinham conhecimento, desde 1969, da diretriz do PCB de aproximação com os movimentos de favelas. Segundo IPM de 1968-1969, que tomou como base as resoluções do VI Congresso do PCB e as decisões da IX Conferência Estadual do PCB, uma das linhas de ação definida para o partido era

reforçar nosso trabalho multilateral entre os trabalhadores, por seus direitos e contra a política do imperialismo de remoção e confinamento dos favelados, executada pela ditadura e pelo Governo do Estado. [...] O trabalho do partido entre os favelados visa a influenciar uma grande parte da população trabalhadora que tem reivindicações próprias e específicas em função das suas condições de moradia. Nas favelas deve ser feito um trabalho amplo de frente única, trabalho que a experiência da vida política na GB mostra ter reflexos importantes em todos os setores da vida do estado. Este trabalho exige uma concentração nas grandes favelas, particularmente Rocinha e Jacarepaguá.<sup>627</sup>

---

<sup>624</sup> Documento do SNI de 22 de junho de 1979. Informação n. 083/116/ARJ/79.

<sup>625</sup> Documento do SNI de 22 de junho de 1979. Informação n. 083/116/ARJ/79.

Segundo a investigação do DSI, o trabalho destes parlamentares nas favelas era facilitado pela influência de Délio Santos na Fundação Leão XIII – Délio tornou-se presidente da fundação em 1970, durante o governo Negrão de Lima, permanecendo no governo seguinte de Chagas Freitas.

<sup>626</sup> Documento do SNI, Agência Central. Documento do Ministério da Aeronáutica – CISA-RJ. Confidencial. De 22 de setembro de 1980. Assunto: trabalho de bairro. Informe 0447/CISA/RJ.

<sup>627</sup> Documento da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar. Quadro geral sobre a evolução da Guerra Revolucionária – Volume I. Documento ultrassecreto. Projeto de plano de trabalho do PCB para os anos de 1968-69.

Sabe-se também que o PCB baixou orientação preconizando a intensificação do trabalho de massa junto aos favelados.<sup>628</sup>

A eleição de Irineu Guimarães não foi aceita pela ala governista, que encaminhou processo à 3ª Câmara Cível, responsável pela avaliação do mandado de segurança impetrado por Francisco de Souza após a eleição. Segundo o advogado Walter Guimarães, a eleição realizada no início de abril desobedeceu ao estatuto por ter aceitado como eleitores diretores de associações com mandatos vencidos.<sup>629</sup>

Durante o correr da disputa judicial, a Federação ficou dividida: a FAFERJ-1 que, credenciada junto aos poderes públicos funcionava como canal de acesso às agências governamentais, e a FAFERJ-2, ligada a setores progressistas e que filiava 72% das associações de moradores de favelas.<sup>630</sup> Segundo Diniz (1981), a diferença entre as duas federações seria a estratégia de luta: enquanto a primeira se utilizava do diálogo, a segunda se utilizava do protesto.

As diferenças entre as duas FAFERJs são evidentes na entrevista concedida por Irineu Guimarães à Revista Módulo em 1980. Para Irineu, a proposta de estruturação da Federação era a de

trabalhar no sentido de organização de associações, ou seja, organizar o favelado para que ele lute por uma transformação da favela através de uma política de reivindicação. O que acontece é que, nessa estrutura social em que vivemos, não só na favela, mas em todos os segmentos da população brasileira, foi castrado o direito de as pessoas se organizarem, o que nos criou sérias dificuldades. As pessoas ficavam apavoradas quando alguém propunha reuniões para debater questões sociais, melhoria do custo de vida ou mesmo questões sindicais. Com essa repressão criada a partir de 1964, nós, a partir de 1970, passamos a utilizar o único instrumento permitido pelo governo, que foi o MDB, e passamos a atuar nele com o propósito de fazê-lo mais atuante, na defesa dos direitos populares e na constante denúncia às injustiças cometidas. A partir dessa base parlamentar, chegamos à conclusão que deveríamos retomar o trabalho de formação de nossos sindicatos e associações, inclusive porque o abandono das favelas, somado à política governamental que fazia com que as pessoas abandonassem o campo e se dirigissem às cidades, provocou um enorme crescimento das favelas, composto por essas pessoas que não encontram, na cidade, condições de trabalho e de vida digna. [...] É uma luta muito dura, principalmente quando se sabe que existem setores interessados em bloquear o nosso trabalho, setores que pretendem que a favela continue a funcionar somente como

---

<sup>628</sup> Documento do SNI. Informe n. 192/1-102-a9-CIE. Documento do Ministério do Exército, Gabinete do ministro, CIE, de 9 de junho de 1975. Parlamentares envolvidos em agitação.

<sup>629</sup> Jornal do Brasil, 13/04/1979.

<sup>630</sup> Diniz, 1981, 1983.

‘curral eleitoral’, que não desejam a organização popular, temendo a sua libertação.<sup>631</sup>

A cisão na Federação repercutiu também na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Vereadores, onde políticos do PP (ligados a Chagas Freitas) discursavam a favor da FAFERJ-1, enquanto parlamentares do MDB, a favor da FAFERJ-2.

Em 8 de junho de 1980, sob protesto da diretoria de Irineu Guimarães, foi promovida nova eleição da diretoria para o biênio 1980-1981. Com apoio de Chagas Freitas e da Fundação Leão XIII, o pleito teve como vencedor Jonas Rodrigues da Silva.<sup>632</sup> Na eleição, estavam presentes os advogados Hélio Tavares Luz, delegado de polícia e militante do MR-8, e Bento Rubião, advogado da FAFERJ-2.<sup>633</sup>

Por orientação do vereador Antônio Carlos Nunes de Carvalho (PMDB), os integrantes da Junta Governativa, todos militantes do MR-8, se recusaram a tomar decisões contrárias ao resultado do pleito. Esta recomendação tinha em vista o fato de que os advogados da FAFERJ iriam tentar anular em juízo as eleições, por terem ocorrido sob coação de liminar judicial.<sup>634</sup>

O processo judicial se prolongou até dezembro de 1980, quando a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro determinou que as duas diretorias deveriam entrar com ação ordinária para resolver judicialmente a dualidade de federações.<sup>635</sup>

Em 1982, o impasse foi resolvido por meio da definição de uma chapa conciliadora, que tinha como Presidente Irineu Guimarães e Jonas Rodrigues como Secretário Geral. Cabe destacar, ainda, a presença de Etevaldo Justino de Oliveira como 2º Diretor de Patrimônio e Francisco Vicente de Souza como 2º Secretário do Conselho de Representantes.<sup>636</sup>

---

<sup>631</sup> Revista Módulo, fev./1980, p. 20.

<sup>632</sup> Documento do SNI, Agência Central. Documento do Ministério da Aeronáutica – CISA-RJ. Confidencial. De 22 de setembro de 1980. Assunto: trabalho de bairro. Informe 0447/CISA/RJ.

<sup>633</sup> Documento do SNI, Agência Central. Informe n. 1981/31/AC/80 de 14 de agosto de 1980, confidencial. Assunto: Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>634</sup> Documento do SNI, Agência Central. Informe n. 1981/31/AC/80 de 14 de agosto de 1980.

<sup>635</sup> Cf. Diniz, 1982.

<sup>636</sup> Também eram membros da diretoria de 1983: Gessy dos Santos Roza como 1º secretário; José Ivan Dias Brito como 2º secretário; Abílio Domingos Francisco como 1º tesoureiro; José Horta Gomes como 2º tesoureiro; José Santana como 1º procurador; Paulo Rodrigues como 2º procurador, Vicente de Paula Oliveira como 1º diretor de patrimônio, Sebastião dos Santos Filho como 2º. Benedito Alves Macedo como diretor de divulgação e Etevaldo Justino de oliveira como 2º diretor de patrimônio.

Os membros do Conselho de Representantes eram Carlos Raimundo Duque como presidente; Antônio Pedro Araújo como vice-presidente; Ubiratã José de Souza como 1º secretário; Francisco Vicente de Souza como 2º secretário; João Barbosa dos Santos como 1º relator e João Chrisóstomos como 2º relator.

Também em 1982, Leonel Brizola vencia as eleições para governador do Estado do Rio de Janeiro. A partir de então, a relação entre Estado e favelas (e Estado e associações de moradores) tomaria outro rumo, completamente diferente daquele estabelecido ao longo das décadas aqui estudadas.

---

Finalmente, como membros do Conselho Fiscal estavam Paulo José da Silva como presidente; Braz Favaro como vice-presidente; Domingos Pereira dos Santos como 1º secretário; José Orion Bezerra como 2º secretário; Genecy Chagas Vieira como 1º relator e Francisco Guedes de Lima como 2º relator (Cf. Documento do SNI. Informação n. 115/19/ARJ/83 de 24 de outubro de 1983).

## CONCLUSÃO

Ao longo deste texto acompanhou-se a trajetória da Federação das Associações de Favelas nas décadas de 1960 e 1970. Ainda que a proposta inicial fosse restringir-se ao período de vigência do Estado da Guanabara, verificou-se, no realizar da pesquisa, a necessidade de avançar até o princípio da década de 1980.

Naquilo que se chamou aqui de primeira fase, tratou-se da fundação da FAFEG em 1963 (quando ainda era próxima ao movimento do Rearmamento Moral), da realização do Congresso de 1964 e, no mesmo ano, da tentativa de organização de um plebiscito em meio à remoção da Favela do Esqueleto e da posterior prisão de seu presidente. Já na segunda fase, abordou-se a aproximação com as esquerdas, a atuação frente às enchentes de 1966, a realização do Congresso de 1968 e, em 1969, a remoção das favelas da Lagoa Rodrigo de Freitas e a prisão dos dirigentes da Federação. Finalmente, a terceira fase, quando a Federação investiu na atuação em políticas culturais, aproximou-se do chaguismo e, por fim, das esquerdas.

Após o relato desta longa trajetória, acredito que ainda se façam necessárias algumas considerações. Em primeiro lugar, gostaria de refletir acerca da relação entre o regime militar e a política de remoções.

O programa de remoções não foi criado pelos militares, mas iniciado dois anos antes do golpe, ainda em 1962, em meio ao governo Lacerda. Após 1964, ela conquista continuidade e ganha força, visto que a centralização política e administrativa do regime autoritário significava uma maior disponibilidade de recursos técnicos e financeiros a serem aplicados nas remoções.<sup>637</sup>

A remoção, segundo o discurso remocionista, *regeneraria socialmente* o favelado. Utilizando-se de uma lógica de determinismo ambiental, o programa de remoções partia do pressuposto de que o ambiente inadequado era o responsável pela degeneração de seu habitante. Ademais, havia a argumentação pautada na questão da ilegalidade da terra. De modo que transformar o *invasor em proprietário* também era parte importante do processo de *regeneração* e de incorporação ao sistema capitalista. Por fim, a dimensão de organização do espaço urbano, segundo a qual separar territorialmente as áreas residenciais destinadas a

---

<sup>637</sup> Cf. Brum, 2012.

diferentes classes sociais e colocar as classes populares próximas às áreas de uso industrial tratava-se de uma medida adequada.

Somados, todos estes fatores criaram as condições que viabilizaram a realização de remoções de tamanho porte – Valladares (1978) calcula 139.218 pessoas removidas!

Frente a todos estes fatores em jogo na implementação da política de remoções, tenho dúvidas quanto à noção de que a repressão violenta ao movimento de moradores de favelas tivesse como objetivo central a desarticulação deste ator político. Contudo, não pretendo, de forma alguma, questionar o impacto desmobilizador exercido pelo fechamento dos canais democráticos e pelas medidas interventoras exercidas sobre as associações de moradores.

Contrariamente ao planejado pelas autoridades, as remoções não detiveram o avanço da favelização, enfraqueceram a legitimidade do regime militar junto às massas e se mostraram um desastre financeiro; até que, em meados da década de 1970, foram abandonadas.<sup>638</sup>

Uma das maiores dificuldades encontradas na realização desta pesquisa, conforme apresentado na introdução, foi a identificação de fontes que pudessem contar a história da FAFEG. Em termos de documentação produzida pelos movimentos de favelas, praticamente nada foi preservado. De modo que, gostaria, também, de refletir acerca da ausência de memória construída sobre os movimentos de favelas nas décadas de 1960 e 1970.

A favela demorou a se afirmar como objeto de estudo de historiadores: tal temática começou a tomar corpo na década de 2000, nos programas de pós-graduação.<sup>639</sup> Este, sem dúvida, é um dos fatores que contribui para o pouco espaço que estes movimentos possuem na produção historiográfica.

Alargando um pouco esta reflexão, levanto, ademais, duas outras hipóteses. Em primeiro lugar, não se estuda a atuação da Federação como um todo. Como é de praxe, a produção das ciências sociais e históricas no Brasil tem uma afinidade intelectual com as esquerdas, de modo que, o pouco que se fala da trajetória da FAFEG se restringe ao Congresso de 1968, mais próximo das ideias marxistas. Em segundo lugar, restaram poucas fontes historiográficas, visto que a própria Federação não cuidou de preservar sua memória.

---

<sup>638</sup> Cf. Gonçalves, 2013.

<sup>639</sup> Cf. Knauss e Brum, 2012.

Cabe lembrar que a favela foi tomada como objeto de estudo pelo Serviço Social na década de 1940. E, na década de 1960, pelas ciências sociais.

Ao contrário, até hoje a instituição trabalha com uma noção segundo a qual a documentação institucional se confunde com o patrimônio pessoal dos membros da diretoria (que ao final do mandato, recolhem os documentos).

Ao contrário da memória que se edificou na década de 2000, quando os poucos militantes ainda vivos prestaram depoimento sobre a luta que travaram,<sup>640</sup> não encontrei informações que ratificassem a afirmação de que a FAFEG teve como um de seus eixos principais de atuação a oposição direta à ditadura – pelo menos até 1978, quanto ocorre a *reconstrução da FAFEG*.<sup>641</sup>

Ao contrário. De 1963 até 1978, a Federação tentou, da maneira possível, combater o programa de remoções, ainda que isso significasse a construção de alianças até mesmo com autoridades governamentais – basta lembrar da homenagem ao General Castelo Branco como Presidente de Honra do Congresso de 1964. Cabe enfatizar que isto não enfraquece em nada o fato de a FAFEG ter atuado ativamente no enfrentamento da política remocionista, tanto durante o governo democrático anterior a 1964, quanto durante o regime ditatorial. Ou ainda, ao longo da década de 1970, quando se aproximou da máquina chaguista.

Contudo, o fato de não ser um movimento de caráter antigovernamental não impediu que a Federação travasse seus embates com este poder. Para entender este enfrentamento, é necessário ter em mente que a favela, ainda que parte integrante da cidade capitalista, não integra a lógica do direito de propriedade. De modo que sua existência não pode ser reconhecida por um Estado sempre defensor deste direito.<sup>642</sup> Desta maneira, acredito que o programa de remoções estivesse baseado mais na noção de que não havia espaço para as favelas na cidade, do que por perseguição política.

Aconteceu a tal da ditadura e muitas pessoas foram exiladas, né? E nessa também, muitos de nós, moradores dali, fomos exilados também. Exilados para Cordovil! Nós fomos sofrendo esse exílio. Muitos conseguiram voltar do exílio cultural: Caetano, Gilberto, alguns jornalistas... muitos deles até politicamente estão aí no poder. Mas eu acho que eles não tiveram um certo cuidado com as pessoas que sofreram com essas remoções. Então, eu continuo ainda no exílio social. Considero assim, não só eu, mas muitas pessoas daqui ainda se encontram.<sup>643</sup>

---

<sup>640</sup> Em realidade apenas três militantes foram entrevistados pelo projeto *Favela tem memória*.

<sup>641</sup> Houve também o episódio do Comício de 1º de maio de 1968 no Campo de São Cristóvão (ver capítulo 3).

<sup>642</sup> Cf. Bastos e Gomes, 1994.

<sup>643</sup> Depoimento de Manuel Gomes In: Brum. 2012, p. 132.

Parte da literatura consultada afirma que a atuação dos movimentos de favelas foi importante para a permanência de algumas favelas em locais valorizados, como a zona sul da cidade. Contudo, ao observar com mais atenção a trajetória da FAFEG, pergunto-me em que medida sua atuação foi determinante para esta permanência? Ou ainda, quando olho para episódios como a remoção das favelas do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas (no qual a resistência organizada pela Federação foi rapidamente desarticulada pela repressão), tenho dúvidas quanto à força real destes movimentos. Cabe destacar que o questionamento da efetividade real desta mobilização, em nenhum momento, diminui a importância desta luta.

Por fim, gostaria de trazer a esta reflexão a questão da atualidade do tema das remoções. Na década de 1990, com o advento do conceito de planejamento estratégico, há uma mudança no paradigma de gestão das cidades. No Rio de Janeiro, esta mudança se concretizou em 1993 com a divulgação do primeiro Plano Estratégico da cidade, chamado *Rio sempre Rio*. Segundo o plano, de modo a reverter a suposta crise de falta de investimentos, seria necessário promover um reposicionamento da cidade em termos globais. Em outras palavras, construir uma nova capitalidade para aquela que já havia sido capital do Império e da República, além da única cidade-estado do país. Foi inserida nesta lógica que nasceu a primeira candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2004. Derrotada naquele processo seletivo, a cidade conquistou em 2010 o direito de sediar os jogos de 2016.

Para entender este processo de reafirmação de uma capitalidade perdida, é importante uma pequena reflexão acerca da identidade política da cidade do Rio de Janeiro.

Em 1960, a cidade havia perdido a função de Distrito Federal e se tornado a única cidade-estado da federação: durante a vigência da Guanabara, a cidade mantinha uma relação ambígua com funções de um estado federado e de uma capital. Na década de 1970, a cidade é estadualizada e se torna capital do Estado do Rio de Janeiro. A perda da função de Distrito Federal e, posteriormente, da categoria de cidade-estado foi o argumento acionado, na década de 1990, para explicar a suposta crise vivida pela cidade.<sup>644</sup> É neste sentido de retomada da capitalidade que se insere a busca da representatividade do Rio de Janeiro no cenário mundial,

---

<sup>644</sup> Motta, Freire e Sarmiento, 2004.

representatividade que, supostamente, será conquistada com a realização de eventos internacionais.<sup>645</sup>

Assim como nas décadas de 1960 e 1970, quando estava em jogo a afirmação da capitalidade carioca, na década de 2000 a prática da remoção de favelas foi resgatada. Hoje, as remoções são realizadas sob novas justificativas: não mais se utiliza o discurso de que se tratam de moradias subnormais ou de moradores inadequados à realidade urbana; mas sob o discurso do risco de desabamento, ou ainda, da necessidade de construção de equipamentos para a realização de megaeventos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 mais especificamente).<sup>646</sup> Contudo, ainda que sob outra lógica, as remoções não perderam seu caráter violento e autoritário. Os dados do Dossiê Megaeventos e Violação de Direitos Humanos do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro são surpreendentes: 22 mil pessoas vivem com medo de perder suas casas, sendo que oito mil já foram removidas em 24 comunidades.<sup>647</sup>

Às vésperas da realização destes megaeventos, momento de reedição de políticas que já se mostraram ineficazes no passado, valorizar a atuação dos movimentos de favelas (aqui concretizada na figura da Federação das Associações de Favelas da Guanabara), torna-se cada vez mais imperativo – não somente para a produção historiográfica, mas também como subsídio para se repensar a política urbana atualmente implementada na cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>645</sup> Além das vindouras Copa do Mundo e Olimpíadas, o Rio de Janeiro já abrigou duas Conferências das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável (em 1992 e em 2012), os XV Jogos Pan-Americanos em 2007, os Jogos Mundiais Militares, em 2011, e, em 2013, a Copa das Confederações.

<sup>646</sup> É o caso das remoções motivadas pela abertura das vias Transcarioca e Transoeste. Ou em função da ampliação de equipamentos esportivos, como o caso da Vila Autódromo. Ou ainda, para restaurar áreas de desmatamento.

<sup>647</sup> Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2013.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- ALENCAR FILHO, Francisco Rodrigues de. *As associações de moradores vinculadas à FAMERJ e a construção de uma educação para a cidadania através da politização de base*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.
- AMOROSO, Mauro e GONÇALVES, Rafael Soares. *União como acesso à cidade: a UTF entre a história e a memória do movimento associativo de favelas do Rio de Janeiro*. In: Revista do AGCRJ, n.7 – 2013.
- AMOROSO, Mauro. *Duas faces da mesma fotografia: atraso versus progresso na cobertura fotojornalística de favelas do Correio da Manhã*. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et alli (org.). *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- AMOROSO, Mauro. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2006.
- ARQUIVO NACIONAL. *Os presidentes e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001.
- BAMBIRRA, Vânia. *Favelas e movimentos de favelados no Estado do Rio de Janeiro*. In: Revista Política e Administração. V.1, n. 2. *Movimentos sociais do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Escola de Serviço Público, 1985.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BASTOS, Maria Durvalina Fernandes Bastos e GOMES, Maria de Fátima C. Marques. *Sobre o caráter político das associações de moradores em favelas*. In: Serviço Social & Sociedade, Ano 15, dezembro de 1994.
- BIRMAN, Patricia. *Favela é comunidade?* In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- BITTENCOURT, Danielle Lopes. *“O morro é do povo”: memória e experiências de mobilização em favelas cariocas*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2012.
- BOSCHI, Renato Raul. *Populações faveladas do Estado da Guanabara*. Pesquisa realizada para a CODESCO. Rio de Janeiro, 1969-70.
- BOURDIEU, Pierre. *Condição de classe e posição de classe* In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRUM, Mario Sérgio Inácio. “O povo acredita na gente”: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2006.

BRUM, Mario Sérgio Inácio. *Cidade alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

BRUM, Mario Sérgio Inácio. *Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973)*. Caderno MetrÓpole. São Paulo, v. 14, n. 28, jul.-dez. 2012.

BRUM, Mario Sérgio Inácio. *Favelas e remocionismo ontem e hoje: Da ditadura de 1964 aos Grandes Eventos*. O Social em questão. Ano XVI, nº 29, 2013.

BRUM, Mario Sérgio Inácio. *Memórias da remoção: o incêndio da Praia do Pinto e a ‘culpa’ do governo*. XI Encontro nacional de História Oral – Memória, democracia e justiça. Julho de 2012. Disponível em <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br> em janeiro de 2013.

BURAWOY, Michael. *O Marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: *Um século de favela*. ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (org.). Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BURGOS, Marcelo Baumann. *Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade*. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et alli (org.). *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: maio de 2013. Disponível em <http://comitepopulario.files.wordpress.com>.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Propriedade e uso do solo urbano: situações, experiências e desafios pastorais*. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

COSTA, Marcos de Lontra. *Favelas, Rio: a terceira cidade do Brasil*. Revista Módulo, revista de arquitetura, arte e cultura. N. 57 de fevereiro de 1980.

COUFAL, Gilberto. *O que se faz nas 283 favelas da Guanabara*. Revista Agente. Ano 3, n. 9, fevereiro de 1969.

D'ARAÚJO, Maria Celina; LAMARÃO, Sérgio. *JK rumo à presidência*. Dossiê Anos JK. Disponível em [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br) em julho de 2011.

DINIZ, Eli. *Favela: associativismo e participação social*. In: *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Coleção debates urbanos, nº. 5. Rio de Janeiro: Zahar, 1983,

DINIZ, Eli. *Favela: Associativismo e participação social*. Seminário de estudos urbanos. Sessão: Os movimentos sociais. IUPERJ: Rio de Janeiro, 1981.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Anpocs, 1995.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FERREIRA, Marieta de Moraes; GRYNSZPAN, Mário. *A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.14, nº 28, p.74-100, 1994.

FORTUNA, Affonso A. P.; FORTUNA, João Paulo P. *Associativismo na favela*. Revista de administração pública. Rio. V. 8, n.4, out/dez 1974.

FREIRE, Américo; LIPPI, Lúcia (organizadores). *Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

FREIRE, Leticia de Luna. *Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro*. In: O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII. *Favelas: um compromisso que vamos resgatar*. Estado da Guanabara, 1962.

GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Da política da “contenção” à remoção: aspectos jurídicos das favelas cariocas*. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et alli (org.). *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro. História e direito*. Rio de Janeiro: Pallas, Ed. PUC-Rio, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares; SIMÕES, Soraya Silveira e FREIRE, Leticia de Luna. *A contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil*. In: Cuadernos de Antropología Social Nº 31, pp. 97–120, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Caderno 12 - Apontamentos e notas dispersas para um breve ensaio sobre a história dos intelectuais* In: *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Caderno 13 - Breves notas sobre a política de Maquiavel* In: *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRYNSZPAN, Mario. *Luta política, gênese de atores e reconfiguração do espaço*. In: Revista Tempo, Volume 6, Número 12. Niterói: dezembro de 2001.

GUANABARA. Secretaria de Serviços Sociais. *Alguns problemas sociais na Guanabara*. Rio de Janeiro: 1969.

GUANABARA. Secretaria de Serviços Sociais. *Rio Operação Favela*. 1969.

HONORATO, Cezar. *O assistente social e as favelas (1945/64)*. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et alli (org.). *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

JERÔNIMO, Paulo. *Governo ouvirá favelado para erradicar as favelas*. Guanabara em Revista. N. 13, 1968, pp. 14-18.

KNAUSS, Paulo; BRUM, Mario Sergio Inácio. *Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica*. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et alli (org.). *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lucio; BONDUKI, Nabil. *Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização*. In: *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAGSTEN, Ray. *Remoção: um estudo de relocação de favelados no Rio de Janeiro*. Relatório final da pesquisa. IUPERJ, 1973.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro – Políticas do estado e lutas sociais (1954-1973)*. Tese apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro: 1989.

LOPES, Adriana Carvalho e FACINA, Adriana. *Cidade do funk: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas*. Revista do AGCRJ, n.6 – 2012.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *A continuidade do problema da favela*. In *Cidade, história e desafios*. Organizadora: Lucia Lippi Oliveira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *A política na favela*. Cadernos Brasileiros, ano IX, nº 41, maio/junho de 1967.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *A partir do relatório SAGMACS: as favelas, ontem e hoje*. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et alli (org.). *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MADURO, Lídice Aparecida Ponte. *Participação e movimentos sociais*. Revista de ciência política. Rio, v. 29, n.4, out/dez 1986.

MELLO, Marco Antônio da Silva; FREIRE, Leticia de Luna; SIMÕES, Soraya Silveira. *Apresentação*. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et alli (org.). *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MOTTA Marly Silva da; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MOTTA, Marly da Silva. *Guanabara, o estado capital*. In: Rio de Janeiro, uma cidade na história. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

MOTTA, Marly Silva da. *"Que será do Rio?" - Refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro*. Tempo, Revista do Departamento de História da UFF. Niterói, Janeiro, v.4, 1997.

MOTTA, Marly Silva da. *Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado*. Nossa História. Rio de Janeiro, nº19, p.72-25, maio, 2005.

MOTTA, Marly Silva da. *Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo*. Estudos Históricos - Cultura Política, Rio de Janeiro, v.13, nº 24, 1999.

MOTTA, Marly Silva da. *JK e as políticas da ex-capital*. Dossiê Anos JK. Disponível em [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br) em julho de 2011.

MOTTA, Marly Silva da. *Mania de Estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara*. História Oral, São Paulo, n° 3, p.91-108, jun. 2000.

MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MOURA, Primavera de Lourdes da Silva. *Um movimento em busca de poder. As associações de moradores do Rio de Janeiro e a sua relação com o Estado (1970-90)*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1993

NUNES, Guida. *Favela: resistência. Pelo direito de viver*. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Sonia. *Associação de moradores – formatos diferenciados de participação política e representação de interesses*. Dissertação de mestrado. IUPERJ, 1988.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRZYNSZPAN, Mario. *Poder Público e Favelas: uma relação delicada*. In: OLIVEIRA, L. L. Cidade: Histórias e Desafios. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro. Evolução – sentido*. Caderno do CENPHA 5. 1969.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

PERLMAN, Janice. *Favelas ontem e hoje (1969-2009)*. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et alli (org.). *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PESTANA, Marco M. *A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas*. Dissertação de mestrado. Niterói, UFF, 2013.

PORTES, Alejandro. *Política habitacional, pobreza urbana e o estado: as favelas do Rio de Janeiro*. Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 22, out/dez 1977.

REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIOS, José Arthur. *Aspectos humanos das favelas cariocas – 50 anos: uma avaliação*. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et alli (org.). *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

ROCHA, Lia de Mattos. *Representações e autorrepresentações: nota sobre a juventude carioca moradora de favelas e os projetos de audiovisual*. 5º Encontro Anual da Anpocs. Minas Gerais: 2011.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *Em algum lugar do passado. Cultura e história na cidade do Rio de Janeiro*. Anais do seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade, Rio de Janeiro, 23 a 26 de outubro de 2000. Organizador, André Nunes de Azevedo. Rio de Janeiro: Departamento Cultural / NAPE / DEPEXT / SR-3 / UERJ, 2002.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?* In: Velho, Gilberto (org.). *Os desafios da cidade. Novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA., 1980.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SANTOS, Délio. *Fundação explica o crescimento das favelas do Rio*. Revista Agente. Ano 3, n. 9, fevereiro de 1969.

SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. *E por falar em FAFERJ... Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (1963-1993) – memória e história oral*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SILVA, Maria Laís Pereira da. *A permanência das favelas cariocas e o plano Doxiadis num contexto de mudanças (1960-1965)*. Disponível em <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1049>.

SILVA, Maria Laís Pereira da. *Favelas cariocas. 1930-1964*. Contraponto: Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Maria Laís Pereira da. *Os urbanistas e seu debate: reflexões sobre “Aspectos humanos da favela carioca”*. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et alli (org.). *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SILVA, Ricardo Luiz Mosna Ferreira da. *Trajetórias em papel e tinta: Biografia e escritas autobiográficas de Carlos Lacerda (1965-1977)*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2013.

SOARES, Maria Therezinha Segadas. *Movimentos sociais urbanos: as associações de moradores de favelas do município do Rio de Janeiro*. Revista brasileira de geografia. Rio, volume 51, n 4, out-dez, 1989.

STEIL, Carlos Alberto. *Relações entre igreja, estado e favela na atuação pastoral da arquidiocese do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1984.

VAINER, Carlos. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. Disponível em janeiro de 2014 em <http://br.boell.org>.

VALLA, Victor Vincent (org.). *Educação e favela. Políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

VALLA, Victor Vincent. *Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980*. In: *Cadernos de Saúde Pública*, volume 1, número 3. Rio de Janeiro: 1985. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br) em julho de 2012.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Associações voluntárias na favela*. *Ciência e cultura*, v. 29, n 12, dez 1977.

VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VAZ, Lilian Fessler. *Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro*. *Análise Social*, volume 127, 1994. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt> em janeiro de 2014.

VIDAL, Laurent. *As lágrimas do Rio: o último dia de uma capital: 20 de abril de 1960*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

## Periódicos

*Correio da Manhã* (diversas edições). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil. Disponível em julho de 2012 em <http://hemerotecadigital.bn.br>.

*Diário Carioca* (diversas edições). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil. Disponível em julho de 2012 em <http://hemerotecadigital.bn.br>.

*Diário da Noite* (diversas edições). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil. Disponível em julho de 2012 em <http://hemerotecadigital.bn.br>.

*Diário de Notícias* (diversas edições). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil. Disponível em julho de 2012 em <http://hemerotecadigital.bn.br>.

*Diário do Congresso Nacional*. Brasília. Ano 48, n. 122. Dia 14 de julho de 1993.

*Diário Oficial da União*, 30/10/2009.

*Jornal da ABI* (Associação Brasileira de Imprensa), julho/agosto de 2005, nº 301.

*Jornal do Brasil* (diversas edições). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil. Disponível em julho de 2012 em <http://hemerotecadigital.bn.br>.

*Jornal O Globo*, diversas edições. Disponível em [www.oglobo.globo.com](http://www.oglobo.globo.com).

*O Dia* (diversas edições). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

*Opinião* (diversas edições). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil. Disponível em julho de 2012 em <http://hemerotecadigital.bn.br>.

Revista Módulo, Revista de Arquitetura, Arte e Cultura. N. 57 de fevereiro de 1980. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

*Tribuna da Imprensa* (diversas edições). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

## Documentação diversa

Fundo Correio da Manhã (PH). *Recortes de jornais – FAFEG*. Código BR AN RIO, PH.O.TXT.7500.

*Inquérito Policial Militar respondido por Abdias José dos Santos*. In: Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Disponível em [bnmdigital.mpf.mp.br](http://bnmdigital.mpf.mp.br) em janeiro de 2014.

*Relação das Associações de Favelas filiadas à FAFEG. Diretoria provisória da FAFEG. Estatuto da Federação das Favelas do Estado da Guanabara*. Agosto de 1963. Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro

*Relatório SAGMACS*. Estado de São Paulo. Edição de 13 e 15 de abril de 1960. Versão digital disponível In: MELLO, Marco Antônio da Silva et alli (org.). *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

*Telegrama do Rio de Janeiro para o Departamento de Estado dos EUA de 27 de março de 1964*. Documentos do *The National Security Archive* disponíveis em <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm#2> em maio de 2013.

*The Robínson Rojas Archive*. Disponível em <http://www.rrojasdatabank.info/bras0000/brasc320.pdf> em fevereiro de 2013

## **Documentação dos Órgãos de Informação do Regime Militar – Arquivo Nacional**

*Ata de reunião do Conselho de Representantes da FAFEG convocada para dia 8 de maio de 1975* na sede social à Avenida Presidente Vargas, 2617. In: Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. ARJ\_ACE\_13882\_86.

Discurso de Aloísio Gama no Parque Proletário da Maré. In: Documento do SNI. Informe n. 192/1-102-a9-CIE. Documento do Ministério do Exército, Gabinete do ministro, CIE, de 9 de junho de 1975. Parlamentares envolvidos em agitação. BR\_AN,BSB\_V8. A0858894-1975.

Documento confidencial da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. DSI-MJ. BR\_RJANRIO\_TT\_0\_MCP\_AVU\_0012\_D001.

Documento confidencial da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. DSI-MJ. BR\_AN\_RIO\_TT\_O\_MCP\_PRO\_0750

Documento da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar. Quadro geral sobre a evolução da Guerra Revolucionária – Volume I. Documento ultrassecreto. Projeto de plano de trabalho do PCB para os anos de 1968-69. BR\_DF\_AN\_BSB\_AAJ\_IPM\_0911\_D.

Documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Ficha do deputado Délio dos Santos no DOPS-DI. Documento reservado. BR\_AN\_RIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_0750.

Documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Documento enviado ao Ministro Armando Falcão em 20 de março de 1978. Confidencial. Assunto: Federação das Associações de Moradores e Entidades Afins do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ). BR\_AN\_RIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_0750.

Documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Documento encaminhado ao Ministro Armando Falcão em 9 de fevereiro de 1978. Assunto: atividades subversivas – atuação de políticos comprometidos com o PCB em favelas. BR\_AN\_RIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_0750.

Documento de 22 de setembro. Informação n. 169/116/ARJ/80. Trabalho de bairro. BR\_AN,BSB\_V8\_C0036020-1980.

Documento do III COMAR, Ministério da Aeronáutica, CISA, de 13 de novembro de 1979. Confidencial. CUBO – Central Única dos Bairros Operários – BR\_AN\_BSB\_VAZ\_073\_0213.

Documento do Ministério da Aeronáutica, III COMAR, CISA. Confidencial. De 19 de maio de 1980. Ligações no processo subversivo. BR\_AN\_BSB\_VAZ\_085\_0147.

Documento do SNI de 22 de junho de 1979. Informação n. 083/116/ARJ/79. Operação Frente, atividades de organizações subversivas sobre associações de bairros e de favelas do Rio de Janeiro. Trabalho de Bairro. BR\_AN,BSB\_V8. C0008140-1979.

Documento do SNI de 29 de outubro de 1980. Assunto: Atividades de Organizações Subversivas Através de Associações de Bairros e de Favelas - Trabalho de Bairro - BR AN, RIO TT.0.MCP, A VU.446.

Documento do SNI, Agência Central. AC\_ACE\_57639\_72.

Documento do SNI, Agência Central. Documento do Ministério da Aeronáutica – CISA-RJ. Confidencial. De 22 de setembro de 1980. Assunto: trabalho de bairro. Informe 0447/CISA/RJ. AC\_ACE\_11885\_80\_001.

Documento do SNI, Agência Central. Documento do Ministério da Marinha, Centro de Informações da Marinha. Resumo de prontuário de Abdias José dos Santos – carpinteiro. AC\_ACE\_9668\_80.

Documento do SNI, Agência Central. Informação 22/0443/82 de 30 de abril de 1982. Confidencial, Ministério do Interior. AC\_ACE\_2580482.

Documento do SNI, Agência Central. Informação do SNI n. 137/16/AC/80 de 29 de outubro de 1980. Confidencial. Assunto – atividades de organizações subversivas através de associações de bairros e de favelas – Trabalho de bairro. AC\_ACE\_12398\_81.

Documento do SNI, Agência Central. Informe 0160/CISA/RJ, Ministério da Aeronáutica, de 7 de abril de 1980. Confidencial. Assunto: FAFERJ. AC\_ACE\_6667\_80.

Documento do SNI, Agência Central. Informe do Ministério do Trabalho, Divisão de Segurança e Informações. Informe 162/82/DSI/MTB de 30 de agosto de 1982. Assunto: Abdias José dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí. Confidencial. AC\_ACE\_27449\_82.

Documento do SNI, Agência Central. Informe n. 1981/31/AC/80 de 14 de agosto de 1980, confidencial. Assunto: Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. AC\_ACE\_9922\_80.

Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. ARJ\_ACE\_19633\_90\_009.

Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. ARJ\_ACE\_6141\_82.

Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. ARJ\_ACE\_7460\_83.

Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. ARJ\_ACE\_771\_83\_004.

Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. ARJ\_ACE\_7711\_83\_002.

Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. Ata de reunião do Conselho de Representantes da FAFEG convocada para dia 8 de maio de 1975 na sede social à Avenida Presidente Vargas, 2617. ARJ\_ACE\_13882\_86.

Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. Cópia de documento oficial do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) de 24 de outubro de 1979. Assunto: Infiltração de grupos esquerdistas em favelas e associações de bairros. ARJ\_ACE\_4242\_81.

Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. Documento confidencial sobre o movimento negro brasileiro de 21 de agosto de 1986. ARJ\_ACE\_13532\_86.

Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. Documento confidencial do CISA – Ministério da Aeronáutica de 6 de abril de 81. Assunto: I Encontro das Favelas do Estado do Rio de Janeiro. ARJ\_ACE\_4588\_81.

Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. Documento confidencial. Informação 140/119/ARJ/80 de 6 de outubro de 1980. Assunto: Encontro Popular pela Saúde. ARJ\_ACE\_3711\_80.

Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. Documento confidencial. Informação 115/116/ARJ/81 de 4 de setembro de 1981. Assunto: Penetração do MR-8 no Estado do Rio de Janeiro. ARJ\_ACE\_5098\_81.

Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. Documento confidencial. Informação 065/115/76/ARJ/SNI. De 19 de outubro de 1976. Assunto: situação dos municípios de Niterói, Rio de Janeiro e Nova Iguaçu, tendo em vista a próxima visita do Exmo. Senhor Presidente da República. ARJ\_ACE\_8177\_83.

Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. Informação 083/116/ARJ/79 de 21 de junho de 1979. Assunto: criação dos conselhos comunitários municipal e regional. ARJ\_ACE\_783\_79.

Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. Informe confidencial n. 107/119/ARJ/82 de 14 de julho de 1982. Assunto: Coordenação intersindical do Rio de Janeiro. ARJ\_ACE\_6672\_82.

Documento do SNI. Depoimentos prestados no DOI IEX entre fevereiro e março de 1974. Confidencial. BR\_AN,BSB\_V8. C0079352-1983.

Documento do SNI. Informação n. 016/116/ARJ/81 de janeiro de 1981. Assunto atividades de organizações subversivas sobre associações de bairros e favelas do rio de Janeiro. Trabalho de Bairro. BR\_AN,BSB\_V8. C0042420-1981.

Documento do SNI. Informação n. 058/16/1974/ARJ/SNI de 24 de junho de 74. Assunto: Movimento Popular de Libertação - MPL. Confidencial. BR\_AN,BSB\_V8 A073089-1974.

Documento do SNI. Informação n. 115/19/ARJ/83. De 24 de outubro de 1983. Assunto: Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. BR\_AN,BSB\_V8. C0098103-1983.

Documento do SNI. Informe n. 192/1-102-a9-CIE. Documento do Ministério do Exército, Gabinete do ministro, CIE, de 9 de junho de 1975. Parlamentares envolvidos em agitação. BR\_AN,BSB\_V8. A0858894-1975.

Documento do SNI/ARJ de 28 de junho de 1982. Informação n. 019/115/ARJ/82. Atuação de grupos no campo político contrários ao regime constituído. BR\_AN,BSB\_V8. C0063551-1982.

Documento do SNI: Informação n. 45/SNI/ARJ/70. Situação política da Guanabara de 26/06/1970. BR\_AN,BSB\_V8. C0070725-1982.

Documento encaminhado ao Ministro Armando Falcão em 9 de fevereiro de 1978. Assunto: atividades subversivas – atuação de políticos comprometidos com o PCB em favelas. BR\_AN\_RIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_0750.

Jornal *Lucha Democrática*, n.4, Chile, janeiro de 1973 (In: Documento confidencial do SNI - Centro de Informações do Exterior. BR\_AN\_BSB\_IE\_010\_005).

*Reforma do Estatuto da FAFERJ*, 1975. In: Documento do SNI, Agência Rio de Janeiro. ARJ ACE 13882\_86.

Relatório referente à Juventude Operaria Católica de 15 de setembro de 1970. Documento da Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social, Seção de Buscas Especiais. Documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI-MJ). BR\_AN\_RIO\_TT\_O\_MCP\_AVU\_0098.

### **Acervo Fotográfico do Correio da Manhã – Arquivo Nacional**

Candidatas ao concurso "As dez mais elegantes das Favelas" em dezembro de 1972. Da direita para a esquerda: Rozilda Gonçalves, Maria do Amparo e Elizabetty Prima Lessa. BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_00253\_005.

Carteira de filiação à Confederação Espírita Umbandista de Carlos dos Santos de Jesus. Fotografia de fevereiro de 1969. BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_00246\_001

Concurso de beleza no III Congresso em dezembro de 1972. BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_00244\_014.

III Congresso, dezembro de 1972. BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_00244\_018.

Ilha das Dragas em janeiro de 1969. BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_00246\_007.

Remoção da Ilha das Dragas em fevereiro de 1969. BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_00246\_006.

Reunião do III Congresso em dezembro de 1972. BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_00244\_012.

### **Depoimentos**

Depoimento (transcrito) de Etevaldo Justino de Oliveira. In: FAFERJ. *História da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro*. Coleção Temas Sociais. N. 172, ano XV – 1983.

Depoimento (transcrito) de Jessi dos Santos Roza. In: FAFERJ. *História da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro*. Coleção Temas Sociais. N. 172, ano XV – 1983.

Depoimento (transcrito) de Jonas Rodrigues da Silva. In: FAFERJ. *História da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro*. Coleção Temas Sociais. N. 172, ano XV – 1983.

Depoimento (transcrito) de Abdias José dos Santos. In: MONTEIRO, Marcelo. *Resistência histórica*. Julho de 2003. Disponível em [www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br) em janeiro de 2013.

Depoimento de Eladir Fátima Nascimento dos Santos (militante da FAFERJ) em junho de 2013.

Depoimento (transcrito) de José Maria Galdeano e Abdias José dos Santos. In: MONTEIRO, Marcelo. *O terror dos militares*. Junho de 2003. Disponível em [www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br) em janeiro de 2013.

Depoimento (transcrito) de Lucio Bispo e Abdias José dos Santos. In: MONTEIRO, Marcelo. *Nas barbas da ditadura*. Junho de 2004. Disponível em [www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br) em janeiro de 2013.

Depoimento (transcrito) de Lucio Bispo. In: MONTEIRO, Marcelo. *Esperança vermelha*. Junho de 2004. Disponível em [www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br) em janeiro de 2013.

Depoimento de Rossino de Castro Diniz (presidente da FAFERJ em exercício) em 7 de maio de 2013.

Discurso (transcrito) de Benedita da Silva no Congresso Nacional no dia 14 de julho de 1993 quando Deputada Federal pelo PT. Publicado no Diário do Congresso Nacional. Brasília. Ano 48, n. 122.

## **ANEXO 1 – MAPA DAS REMOÇÕES, URBANIZAÇÕES E CONJUNTOS HABITACIONAIS.**

Com base nas informações coletadas ao longo da pesquisa, foram elaborados mapas de localização das intervenções urbanas em favelas ao longo da duração do Estado da Guanabara. De modo a permitir diferentes leituras, são reproduzidos, aqui:

- a. Mapa de localização das associações filiadas fundadoras da FAFEG,
- b. Mapa das intervenções em favelas realizadas entre 1962 e 1973,
- c. Mapa das intervenções em favelas realizadas no governo Lacerda (1961-1965), no governo Negrão de Lima (1966-1970) e no governo Chagas Freitas (1971-1975).

Ademais, os mapas estão disponíveis nas seguintes páginas eletrônicas: <http://goo.gl/rR3T97> para as filiadas fundadoras e <http://goo.gl/70hKVq> para as intervenções em favelas.

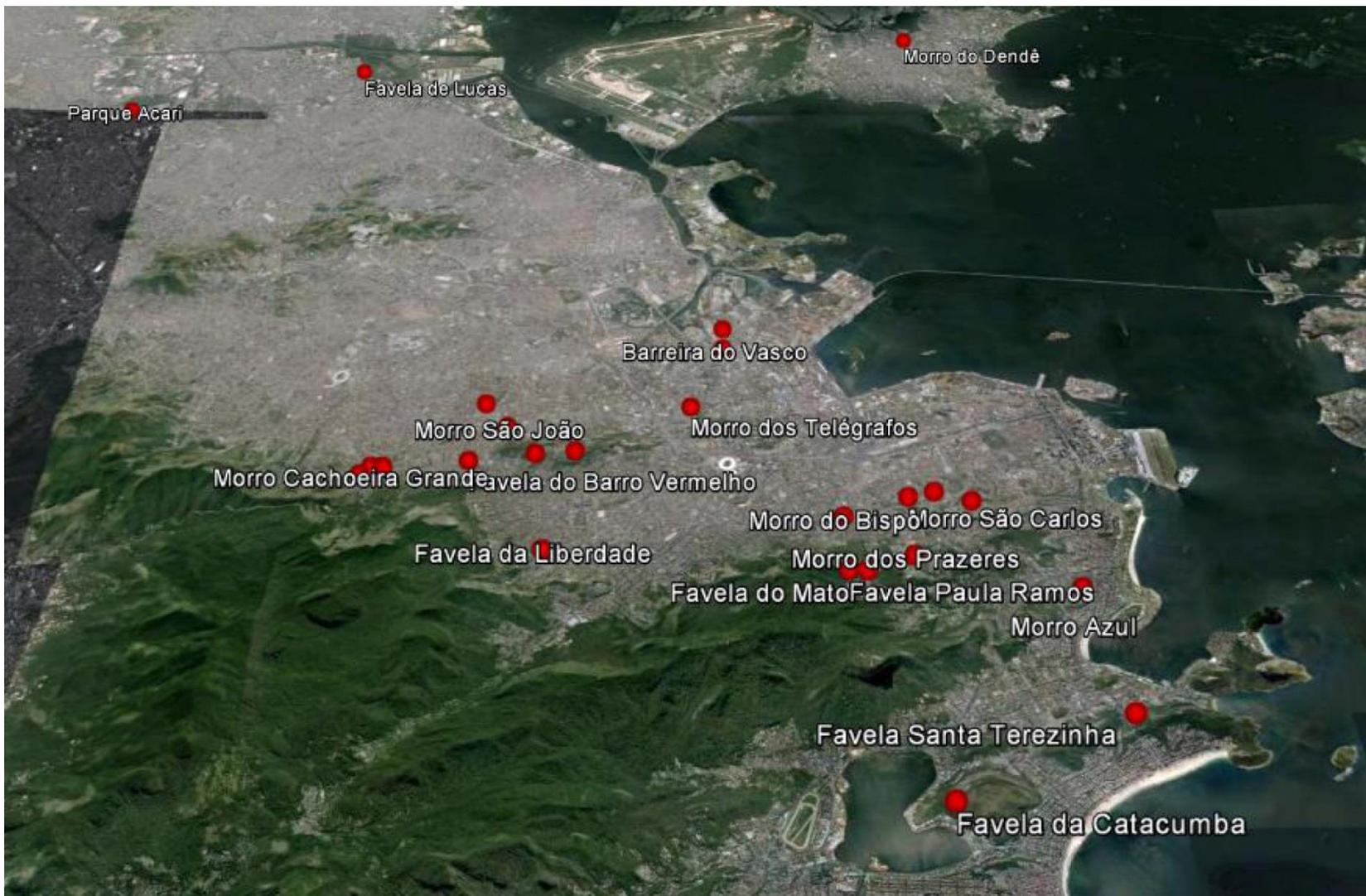


Figura 50 - Mapa das filiais fundadoras da FAFEG em 1963 – Base: Google Earth.

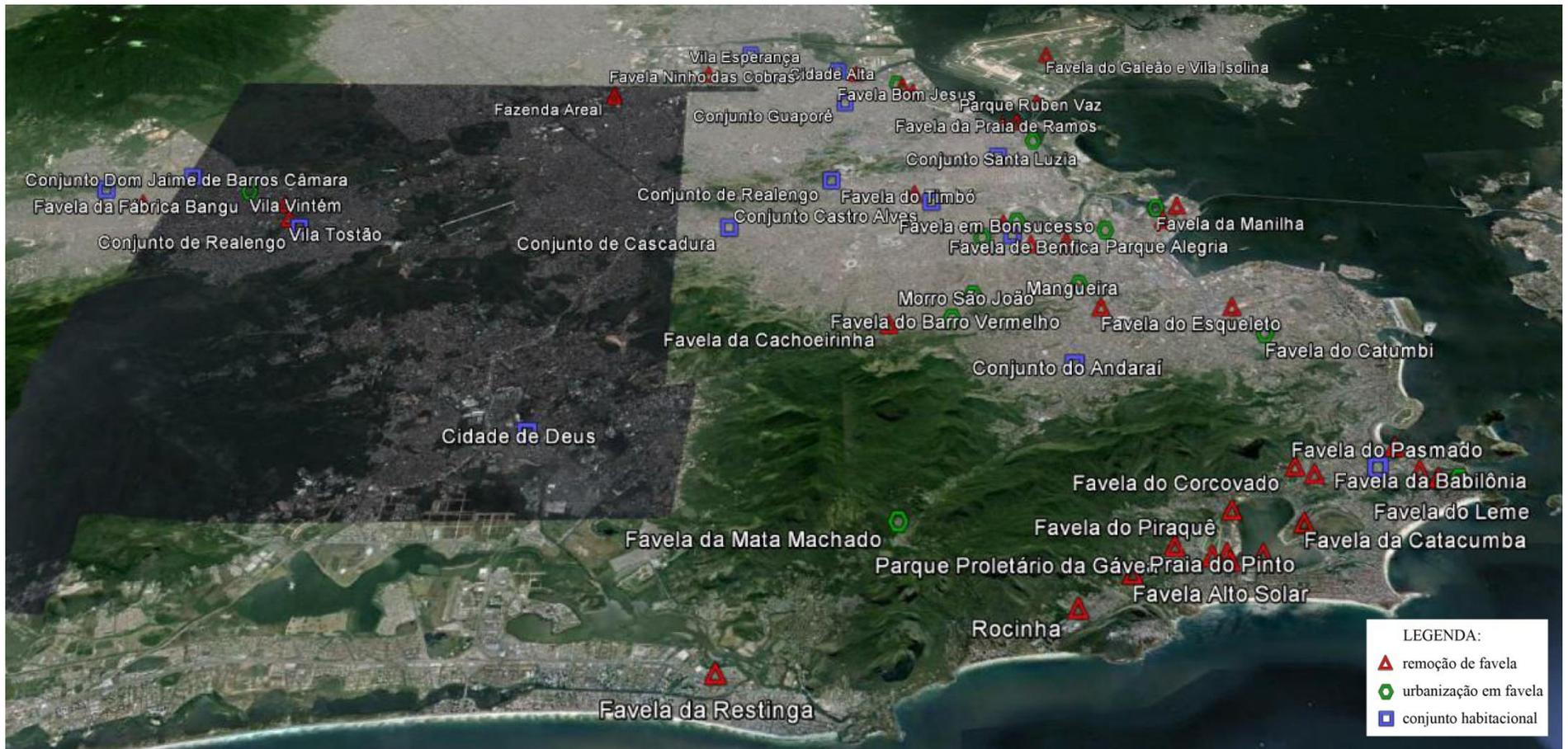


Figura 51 - Mapa das intervenções em favelas no Estado da Guanabara (1960-1975) – Base: Google Earth.



Figura 52 - Mapa das intervenções em favelas no governo Lacerda (1961-1965) – Base: Google Earth.



Figura 53 - Mapa das intervenções em favelas no governo Negrão de Lima (1966-1970) – Base: Google Earth.

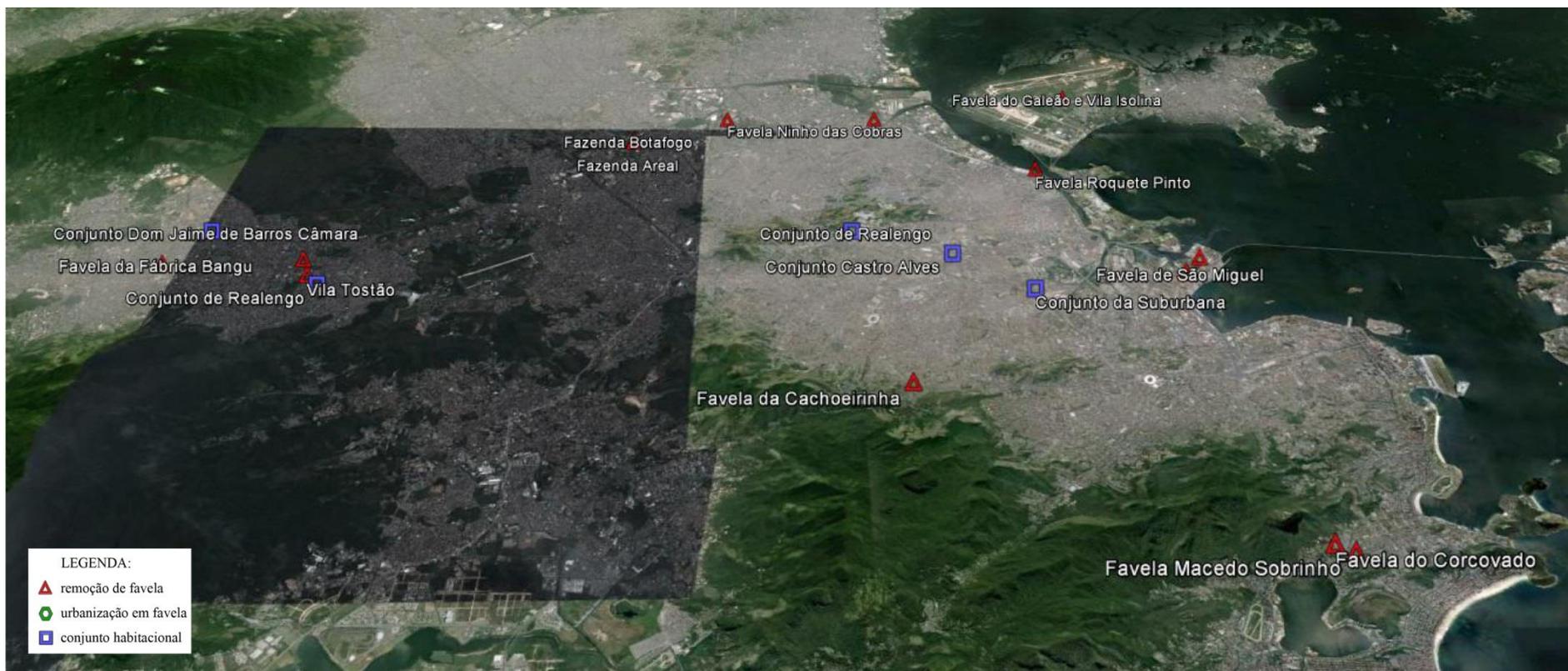


Figura 54 - Mapa das intervenções em favelas no governo Ghagas Freitas (1971-1975) – Base: Google Earth.